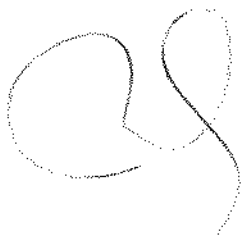


RACHEL MENEQUELLO

PT: INOVAÇÃO NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e de sua participação nas eleições de 1982 em São Paulo

*Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida pela Sra. Rachel
Menequello e aprovada pela Comis-
são Julgadora.
Campinas, 10 de dezembro de 1987.*



tese apresentada ao Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Estadual de Campinas, sob orienta-
ção da Profa. Dra. Maria Hermínia B.
Tavares de Almeida, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciência Política

CAMPINAS - 1987

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS

Muitos colegas e amigos contribuíram para a realização deste trabalho e, principalmente, para que eu procurasse sempre manter o bom humor. A eles devo os mais amplos agradecimentos.

Ao professor Bolívar Lamounier devo aqui um agradecimento especial. Como mestre, indicou-me os principais caminhos que percorri no estudo dos partidos políticos; como amigo, abriu-me as portas do IDESP e da rica convivência que ali venho tendo já há alguns anos.

A liberdade e autonomia com as quais tratei o presente tema foram os principais traços de minha orientação regida pela professora Maria Hermínia B. Tavares de Almeida.

Alguns colegas tiveram envolvimento direto com o tratamento de algumas questões específicas, indicando soluções a algumas dúvidas e proporcionando uma leitura atenta a todo o trabalho. A eles agradeço não apenas a amizade, mas a dedicação empreendida naquela tarefa: José Antonio B.Cheibub, Fernão Dias de Lima, Marco Aurélio Garcia, Marcus F.Figueiredo, Maria D'Alva G.Kinzo, Maria Judith B. Muscynski, Maria Teresa Sadek R.de Sousa e Ricardo M. Martins Alves.

Sou grata à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - pela ajuda financeira recebida durante a realização deste trabalho.

Finalmente, aos meus pais, agradeço todo o apoio, e, ao Omar, o companheirismo de quem mais me estimula.

INDICE

	Pg.
APRESENTAÇÃO	.001
PARTE I A NOVIDADE - ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO PT (1979-1982)	
INTRODUÇÃO:ANÁLISE DO SURGIMENTO DO PT Á LUZ DO CONTEXTO	
SÓCIO-POLÍTICO DOS ANOS 70	.007
. a dimensão institucional	.008
.. a sucessão de casuísmos e as conquistas de oposição	.010
.. o quadro institucional para as eleições de 1982	.012
. os novos movimentos sociais urbanos	.016
 CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS PARA A ANÁLISE ORGANIZACIONAL DO PT	 .020
. a adequação ao modelo de Duverger	.020
. as singularidades frente ao quadro partidário brasileiro	.026
 CAPÍTULO 2 - AS TRANSFORMAÇÕES DO SINDICALISMO BRASILEIRO E	
A UNIÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS	.033
. as mudanças do movimento sindical - breve retrospecto	.034
. a mudança de estratégia e o significado político	.042
. do sindicato ao partido	.047
.. a evolução da proposta petista: a união de sujeitos	
políticos	.050
 CAPÍTULO 3 - O MODELO PARTIDÁRIO PETISTA	 .061
. processo de organização (São Paulo - 1979/1982)	.062
.. as mobilizações iniciais	.062
.. a formação de quadros partidários e os grupos internos	.066
.. as bases partidárias no estado	.072
.. organização na campanha eleitoral	.084
. modelo de organização: o novo formato de participação	
político-partidária	.093
.. organização interna	.095
.. os mecanismos para o funcionamento democrático	.106

CAPÍTULO 4 - A PROPOSTA POLÍTICA	.112
.os temas diferenciadores	.112
.o discurso eleitoral	.123
CONCLUSÕES GERAIS DA PARTE I	.135
PARTE II	
O TESTE- O PT NAS ELEIÇÕES DE 1982	
INTRODUÇÃO: OS RESULTADOS GLOBAIS	.142
CAPÍTULO 5 - AS BASES ELEITORAIS DO PT EM SÃO PAULO	.148
.orientações teóricas	.148
.o voto petista no interior do estado	.152
.o voto petista na capital paulista	.178
CAPÍTULO 6 - O PERFIL DO PETISTA	.192
.o perfil geral do simpatizante petista	.192
.a estruturação ideológica do simpatizante petista	.205
CONCLUSÕES GERAIS DA PARTE II	.237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	.241
NOTAS	
.notas da introdução à Parte I	.244
.notas do capítulo 1	.246
.notas do capítulo 2	.248
.notas do capítulo 3	.251
.notas do capítulo 4	.255
.notas da introdução à Parte II	.258
.notas do capítulo 5	.259
.notas do capítulo 6	.261
BIBLIOGRAFIA	.262
ANEXO	.270

APRESENTAÇÃO

Este trabalho desenvolve a hipótese de que o Partido dos Trabalhadores surgiu no sistema político brasileiro como uma novidade, inserindo propostas singulares na cena pública e rompendo com os padrões de organização partidária conhecidos no país.

Estimulados pela preocupação mais geral com o processo de democratização da sociedade brasileira iniciado com a política de abertura dos anos 70, nosso interesse pelo estudo do PT veio do fato dele parecer traduzir uma importante transformação no sistema político e social da nação: a mudança do papel político dos setores mais modernizados da classe trabalhadora que, articulados em torno da luta pela conquista plena dos seus direitos sociais e políticos, deslocaram seu âmbito de ação do restrito universo das relações corporativistas de trabalho, para o universo político-institucional pluripartidário.

Com uma história predominantemente marcada pela manipulação dos políticos populistas, pareceu-nos que a iniciativa de uma organização autônoma pelas classes trabalhadoras e a idéia de inserção no mercado político moldava certa novidade, conferindo cores mais legítimas ao processo de reestruturação da representação dos interesses da nação.

O que ora apresentamos ao leitor é uma investigação do Partido dos Trabalhadores sob o enfoque político-organizacional. Nossa preocupação central é a de identificar as características da organização partidária petista, as quais definem sua novidade no sistema partidário brasileiro erigido em 1979.

Dividimos este trabalho em duas partes essenciais, ambas focalizando sobretudo o Estado de São Paulo, local de origem e de melhor desenvolvimento do PT durante o período de 1979 a 1982, respectivamente o início de sua formação e seu primeiro teste na arena eleitoral.

A PARTE I tem como objetivo tratar dos pontos que caracterizam a novidade petista: a origem do Partido dos Trabalhadores, seu modelo de organização e sua proposta política. Na Introdução procuramos contextualizar o surgimento do PT enfocando, de um lado, a trajetória político-institucional do regime durante o período da abertura política, e de outro, a emergência dos novos movimentos sociais urbanos da década de 70. Esta Introdução se faz necessária porque visa colocar o leitor imediatamente frente aos principais traços condicionantes do cenário da transição democrática, do qual resultara inicialmente a Reforma Partidária de 1979 e, em seguida, o quadro institucional para a realização das eleições de 1982.

O Capítulo_1 traz os supostos básicos de nosso enfoque organizacional traçando, a grosso modo, as características gerais do partido de massas e as principais diferenças entre o PT e as demais agremiações conhecidas no Brasil.

No Capítulo_2 tratamos especificamente da origem do PT. Aqui, algumas questões fundamentais orientaram nossa investigação: O quê levou o novo sindicalismo a mudar de estratégia, direcionando sua luta específica para o âmbito político-partidário? Que processo teria possibilitado a identificação de vários grupos e interesses com a luta do sindicalismo autêntico, de forma a transformá-lo em um dos protagonistas da luta pela democratização do país?

Finalmente, que fatores proporcionaram a consolidação da proposta petista em São Paulo?

Em seguida, no Capítulo 3 buscamos apresentar a organização do PT em dois aspectos. Inicialmente, tratamos do processo de organização do partido, desde suas mobilizações iniciais até a campanha de 1982. Além da breve reconstituição dos fatos, onde destacamos inclusive a rapidez com a qual o PT organizou suas bases no interior do estado e na capital, comparado às outras agremiações, neste primeiro item buscamos ainda traçar a dinâmica dos grupos internos do partido definida no período entre 1979 e 1982. Em seguida, analisamos a proposta de organização partidária petista. Neste segundo item buscamos detectar no nível organizacional interno as singularidades do PT frente os novos partidos organizados em 1979: Que novidades o PT estabelece no âmbito da organização estatutária e no funcionamento interno partidário? Como e com quais mecanismos o PT procura viabilizar sua proposta de funcionamento interno democrático?

Por último, analisamos no Capítulo 4 sua proposta política e seu discurso empreendido na campanha de 1982. Aqui, buscamos inicialmente identificar os novos temas que o partido introduz quanto à idéia de representação e participação no sistema político brasileiro e, em seguida, traçar a imagem construída pelo partido através do discurso eleitoral: O que é a democracia participativa petista? Que temas inovadores o PT insere na arena do conflito partidário? Como a novidade petista expressou-se no discurso eleitoral de 1982?

Na segunda parte do trabalho, enfocamos a partici-

ação do Partido dos Trabalhadores nas eleições gerais de 1982 em São Paulo. Na PARTE II nosso esforço vai no sentido de procurar caracterizar as bases eleitorais do PT e o eleitor que simpatiza com o partido.

A Introdução visa apenas apresentar o quadro geral do desempenho do PT nas eleições de 1982. No Capítulo 5 realizamos um estudo geográfico-eleitoral no qual buscamos identificar possíveis fatores explicativos do voto petista no estado e, especificamente, na capital paulista: Teria tido influência na determinação do voto petista o grau de industrialização dos municípios? Qual foi o papel da organização partidária local na definição do voto para o PT em 1982?

Em seguida, no Capítulo 6, buscamos traçar algumas características de parte das bases petistas, focalizando o eleitor de São Paulo que em 1982 estava identificado com PT: Quais as características sócio-econômicas do eleitor que simpatiza com o PT? Como é seu perfil ideológico, comparado com o eleitor dos outros partidos?

São estas as questões a que procuramos dar resposta neste trabalho.

Algumas palavras sobre as fontes. Para a realização deste trabalho lançamos mão das mais variadas fontes que pudessem dar conta das diferentes questões levantadas: documentos, jornais, revistas, dados eleitorais e estatísticos, pesquisas eleitorais acadêmicas e entrevistas. Sobretudo no que respeita à PARTE I, nossa pesquisa baseou-se em boa parte na análise de documentos do PT e em entrevistas com alguns membros do partido. Não pode deixar de ser mencionado aqui o recente e pioneiro trabalho de Margareth E. Keck sobre o Partido dos Trabalhadores. A reconstituição minuciosa e cuidadosa

que este trabalho apresenta sobre os fatos do surgimento do PT desde suas articulações iniciais contribuiu em muito para responder algumas de nossas questões.

PARTE I

A NOVIDADE

ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO PT
(1979-1982)

INTRODUÇÃO: O SURGIMENTO DO PT À LUZ DO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DOS ANOS 70

Quando a idéia do Partido dos Trabalhadores foi lançada em fins de 1978, o cenário da transição democrática brasileira, então dimensionado pela "política de distensão" do governo do General Geisel, foi enriquecido por um fenômeno fundamental: o surgimento de um novo sujeito político de representação, organizado em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, e que, através de uma pauta de reivindicações específicas, procurava sobretudo suprimir a marginalização política sob a qual se encontrava boa parte das classes trabalhadoras no país.

Imprevisto pela fração governante e condutora do processo de abertura, e ausente do leque de propostas de oposição, então representada sobretudo pelo amplo MDB, o PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares.

Tal especificidade do PT não conferiu propriamente um desequilíbrio significativo na composição de forças elaborada pelos estrategistas do regime, mas, sem dúvida, levou a alterações importantes nos mecanismos empreendidos pela dinâmica democratizadora, que teve como foco central a lógica institucional-eleitoral.

Esta introdução pretende contextualizar o surgimento do PT através de uma rápida visão do processo da transição democrática brasileira enfocada sob duas óticas fundamentais. Inicialmente, ela versa sobre a dimensão político-institucional do período de abertura política entre 1973 e 1982, quando foram delineados traços fundamentais da relação entre o estado e a sociedade civil, traduzidos, em boa parte, pela dinâmica do jogo eleitoral.

Em seguida, trata da emergência dos novos movimentos sociais urbanos e da intensificação das organizações reivindicatórias populares a partir dos anos 70, enfocando seu papel político frente à inflexibilidade do estado autoritário brasileiro.

a dimensão institucional

A manutenção da lógica de institucionalização democrática foi o ponto central da dinâmica do desenvolvimento político do regime autoritário brasileiro.

Se o regime militar instaurado no país em 31 de março de 1964 expressou-se de forma eminentemente ostensiva em períodos específicos(1), por outro lado fundou-se institucionalmente na manutenção de mecanismos liberal-representativos: no funcionamento de partidos políticos e no jogo eleitoral. Após a extinção dos partidos vigentes no período de 1946 a 1964, através do Ato Institucional nº2 de 27-10-65, o poder executivo determinou a criação de "organizações provisórias", ARENA, pró-governo, e MDB, da oposição, pelo Ato Complementar nº4 de 20-11-65.

Assim, apesar da formação de um sistema de par-

tidos bastante distanciado daquilo que Sartori chama de "estruturalmente consolidado"(2), o funcionamento de um calendário eleitoral com o mínimo de credibilidade conformou-se em importante peça no processo de descompressão e eventual democratização do sistema político.

É nesse sentido que deve ser avaliado o que se chamou de "período de relaxamento"(3) do autoritarismo, dado através da definição da estratégia de distensão política durante o governo Geisel.

Tal estratégia teve raízes no relativo êxito do regime com o fortalecimento da ARENA nas eleições gerais de 1970 e municipais de 1972, através da capitalização eleitoral do sucesso econômico promovido pelo denominado "milagre".

Assim, a política de distensão iniciada em 1973 deve ser compreendida como uma estratégia gradual de liberalização, pela qual se objetivava minimizar os custos da coerção do regime militar(4), e que implicou sobretudo no revigoramento da arena eleitoral-partidária, na liberalização gradual da imprensa e na contenção dos órgãos de repressão.

Apesar de divergente quanto às causas da distensão, a abundante bibliografia sobre o período pós-74 é consensual com relação ao fato de que o direcionamento da abertura política foi condicionando pela reconquista do papel legitimador da arena eleitoral e partidária a partir do impacto das eleições gerais de 1974(5).

Lamounier afirma que este fato, no âmbito do projeto de descompressão do regime, constituiu um modelo de "viabilidade da pressão democratizante pela via eleitoral", e possibilitou absorver a complexidade da estrutura social e a magnitude do eleitorado

e sua distribuição, expressos pelo fenômeno do voto urbano e plebiscitário.

Com efeito, com a vitória oposicionista de 1974(6), a estratégia governamental adquiriu uma dupla ação: de um lado, utilizou as eleições enquanto legitimador processual, enquanto revitalizador da noção de legalidade na ação governamental; de outro lado, empreendeu uma sucessão de medidas casuísticas contra o avanço eleitoral da oposição, no objetivo de controlar os mecanismos de regulação de uma competição política desigual.

..a sucessão de casuísmos e as conquistas da oposição

Dessa forma, em reação à vitória emedebista de 1974, o governo empreendeu o controle da propaganda eleitoral através da Lei Falcão (lei nº6.339 de 1-7-76), com vistas ao pleito municipal de 1976 e ao fortalecimento do caráter local daquelas eleições, que deveriam ser, aos olhos do governo, um embate protagonizado pela ARENA(7).

A vitória da oposição em 1976 e a emergente onda de mobilizações populares no período logo anterior às eleições gerais de 1978 eclodiram no recesso parlamentar compulsório e na edição do denominado "Pacote de Abril" (decreto-lei nº1.541 de 14-4-77) pelo qual estabeleceu-se um conjunto de medidas casuísticas voltadas para o funcionamento do sistema político, em específico para a arena eleitoral: redução de 2/3 dos membros do Congresso para maioria absoluta como quórum de aprovação de emendas constitucionais (vale lembrar que a ARENA detinha então a maioria do Congresso); extensão da Lei Falcão

para o pleito de 1978; alteração da composição do Colégio Eleitoral para eleição do Presidente da República; prorrogação da regra de eleições indiretas para os governadores estaduais e eleições indiretas de 1/3 do Senado Federal (o denominado "senador biônico", nomeado ao invés de eleito).

Ainda no ano de 1977, na estratégia de garantir maioria constitucional, o governo criou o Estado de Mato Grosso do Sul, reduto eleitoral arenista, através da Lei Complementar nº31 de 11 de outubro, por onde obteve mais três cadeiras governistas no Senado Federal(8).

Já no ano de 1978, o regime brasileiro teve sua mais importante alteração, quando viu revogada pela Emenda Constitucional nº11 de 13 de outubro, a maior regra do livre-arbítrio: o AI-5. Apesar dessa diminuição formal de poder, foram inseridas na Constituição Federal medidas de controle relativas à ordem política: "medidas de emergência" e "estado de sítio"(9).

O resultado favorável obtido pela oposição nas eleições gerais de 1978 tornou evidente o espaço conquistado pelo MDB na opinião pública sobretudo dos grandes centros urbanos. Contudo, apesar da vitória de 46% dos votos do MDB contra 35% da ARENA, o partido do governo manteve a maioria no Senado Federal com 63% das cadeiras, graças à figura do "senador biônico".

Este momento já se configurava parte do processo de mobilização das forças políticas emergidas com as então recentes articulações de diversos setores da sociedade civil. O novo nexos entre sociedade e política partidária traçado sobretudo a partir de 1977, e que levava as assinaturas das alas progressistas da Igreja, setores da

classe média e do sindicalismo mais moderno, definiu como questão central para o regime a reformulação do modelo de representação política. Esta questão veio a ser resolvida em dezembro de 1979, com a Reforma Partidária.

O governo Figueiredo, sucessor de Geisel e condutor dessas mudanças, foi marcado por alterações significativas no conjunto de medidas liberalizantes, como a concessão da anistia (lei nº 6.683 de 28-8-79) e o quase total restabelecimento da liberdade de imprensa.

Levado pelas crescentes pressões populares de um lado e, de outro, cumprindo o calendário do projeto de ampla legitimação institucional, o regime reformulou o sistema partidário na clara intenção de cindir as forças oposicionistas, garantir o apoio governamental através de um partido de centro - o Partido Popular - e garantir a representação das classes trabalhadoras sob uma sigla confiável - o renascido Partido Trabalhista Brasileiro.

..o quadro institucional para as eleições de 1982

A estratégia governamental de cisão de forças políticas e de recuo do avanço eleitoral oposicionista consubstanciou-se, de fato, na formação do PP (Partido Popular), como partido de centro vinculado aos meios empresariais e que se configurava como interlocutor confiável no governo de transição; PMDB e PSD (Partido Democrático Social), simples renomeações de ARENA e MDB, e PIR, conduzido por Ivette Vargas. Ao que tudo indica, o regime não previra, no entanto, nem a disputa pela sigla trabalhista histórica levada pelo político

então recém chegado do exílio, Leonel Brizola, e que fundou o PDT, Partido Democrático Trabalhista, e tão menos o surgimento do PT - Partido dos Trabalhadores, fundado nas mobilizações do novo sindicalismo concentrado no pólo industrial do ABC paulista, e conduzido pelo líder sindical de âmbito nacional, Luís Inácio da Silva, o Lula.

A emergência de forças políticas "extra-oficiais" ou imprevistas no campo institucional, definiu os passos seguintes da estratégia governamental, cada vez mais centrada na arena eleitoral. Além de regulamentar a extinção dos partidos ARENA e MDB, a lei da Reforma Partidária (lei nº6.767 de 20-12-79) impôs rígidas alterações para a organização dos partidos, dirigidas sobretudo para dificultar a organização das pequenas agremiações. Além disso, impôs restrições jurídicas que impossibilitaram a legalização dos partidos comunistas.

Assim, segundo a alterada Lei Orgânica dos Partidos (lei original de nº5.682 de 21-7-71), a obtenção do registro partidário pelo Tribunal Superior Eleitoral estava vinculada à construção de diretórios municipais segundo o tamanho do eleitorado de cada município; à construção de diretórios regionais segundo a obtenção de diretórios municipais em 1/5 dos municípios estaduais, e à construção do diretório nacional segundo a obtenção de diretórios regionais em pelo menos 9 estados(10).

Não é difícil afirmar a clara intenção do regime em dificultar a constituição dos pequenos partidos em bases organizacionais, em tempo hábil para disputar as eleições municipais de 1980. Como é sabido, em 1980, metade da população brasileira vivia em municípios com menos de 20.000 habitantes, num total de 3.500 municí-

prios(11). Tal dispersão populacional criava sérias dificuldades à organização dos partidos.

Dessa forma, parece correto afirmar que o governo adiou as eleições de 1980 para 1982, fazendo-as coincidir com o pleito governamental(12), na intenção de desgastar a imagem dos pequenos partidos frente à opinião pública, com base no esforço único daqueles em satisfazer os requisitos organizacionais legais, e ao mesmo tempo, fortalecer as bases do PDS no conjunto dos 4.000 municípios brasileiros.

O período entre 1980 e 1982 foi preenchido por medidas político-eleitorais ora casuísticas, ora liberalizantes, que visaram construir um cenário aparentemente democrático para a atuação de um PDS fortalecido pelas manobras institucionais.

Já em 1980 ficaram restabelecidas as eleições diretas para os governadores estaduais a serem realizadas em 1982 e foi extinta a figura do senador indireto (biônico) a partir das eleições gerais de 1986 (Emenda Constitucional nº15 de 15 de novembro).

Em contraposição, em 1981, fora elaborado o "Pacote de Novembro" (composto de uma série de alterações instituídas em diversas leis no ano seguinte) que tinha como objetivo constranger os avanços da oposição com relação às manobras para fortalecimento do PDS. Essa resolução definiu-se especificamente dada a derrota no Congresso da proposta governista de sublegenda para governador(13), a qual visava acomodar as várias facções do PDS. Mais uma vez, essas reformas esperavam enfraquecer a frente oposicionista, permitindo que o governo potencializasse a utilização da máquina estatal sob seu controle, reforçando suas bases nos pequenos municípios.

Vale lembrar ainda que, também no ano de 1981, foi criado o Estado de Rondônia que, a exemplo do Estado de Mato Grosso do Sul, conferiu mais 3 cadeiras para o PDS no Senado Federal (lei complementar nº41 de 22 de dezembro).

O ano de 1982 abrigou as medidas mais definitivas para a realização do pleito geral de novembro. De um lado, foi eliminado o requisito eleitoral para organização partidária, qual seja, o apoio de 5% do eleitorado em 9 estados para as eleições da Câmara Federal(14). De outro lado, fez retornar casuisticamente o quórum de 2/3 para aprovação de emendas no Congresso Nacional, medida esta que expressava o receio de perda pelo governo da maioria absoluta após as eleições.

Em junho daquele ano foi instituído o voto vinculado (lei nº7.015) o qual impunha a coincidência partidária de todos os níveis de candidatos. Além de obrigar o lançamento de candidatos em todos os níveis e de proibir coligações partidárias, o voto vinculado visava minimizar a força eleitoral da oposição através das dificuldades impostas ao eleitor no ato de preenchimento da cédula(15).

Como reação ao conjunto de imposições legais e devido às suas deficiências organizacionais, em março de 1982 o PP - Partido Popular - incorporou-se ao PMDB, pondo fim ao plano governamental de apoiar-se num partido de centro no futuro realinhamento de forças políticas no Parlamento.

Da ótica do processo de transição democrática, o pleito de 1982 teve um significado decisivo, colocando em jogo o acesso a maiores níveis de poder, através da possibilidade de conquista de executivos estaduais pela oposição.

Foi nesse processo eleitoral global que o PT, colocou no palco político-institucional uma gama de reivindicações expressas por setores sociais diversificados, articulados em torno da conquista de reconhecimento político pelo estado autoritário brasileiro.

.os novos movimentos sociais urbanos

A década de 70, estimulada pela "abertura", abriu ondas intensas de mobilização política de diversos segmentos sociais. Produto direto das violentas transformações infra-estruturais e do rápido assalariamento pelo qual passou a economia nacional a partir dos anos 60, tais mobilizações refletiam, em parte, o impacto da reestruturação ocupacional urbana, o consequente assalariamento da classe média, além do veloz processo de favelamento nos grandes centros e de degradação das condições de vida(17).

Em linhas gerais, as transformações infra-estruturais e o próprio processo de modernização no Brasil causaram um impacto significativo na forma de inserção sócio-política dos atores sociais. De um lado, apoiado na sofisticação do parque industrial e nas profundas diferenças da estrutura produtiva, tanto no padrão de tecnologia e produtividade, quanto na estratificação de mão-de-obra em níveis de qualificação, remuneração e condições de trabalho, surgiram lideranças políticas ligadas aos setores industriais de ponta, dando origem ao novo sindicalismo urbano.

Sua diferença com o sindicalismo tradicional trazia-se basicamente pelo novo estilo de condução do conflito entre

capital e trabalho, demonstrando relativa autonomia de poder frente à arcaica estrutura de representação corporativista(18).

De outro lado, como consequência do processo de intensificação da divisão social do trabalho, reestruturação ocupacional e burocratização, as classes médias transformaram-se em composição e comportamento. O assalariamento da classe média tradicional levou à sindicalização de vários de seus segmentos, organizados em torno de um amplo espectro de demandas(19).

Não apenas a chamada "nova classe média", mas também uma ampla gama de setores populares articularam-se de forma mais intensa em torno de reivindicações por melhores condições de vida e pela democratização do estado autoritário, dando origem a um enorme leque de formas associativas e movimentos organizados(20).

A grosso modo, esses movimentos tinham como essência de sua novidade a busca de sua própria identidade, no sentido de constituírem-se de forma autônoma frente às organizações políticas tradicionais, construídos "desde baixo, sobre a base de uma prática social consciente e autodeterminada" (EVERS:1984).

Além disso, sua especificidade deve ser enfocada sob a ótica do alargamento da esfera política, marcada por um fechamento autoritário de então praticamente 10 anos, um escasso pluralismo e pela fraqueza organizativa das instituições existentes. Nesse sentido, as organizações populares ganharam sentido político amplo, exercendo à margem dos partidos e sindicatos, o papel de representantes alternativos de interesses.

Vale ressaltar que, ao lado da autonomia e espontaneidade características de boa parte das mobilizações populares, or-

ganizações de bairro, movimentos libertários e de vários segmentos sociais, a Igreja Católica teve atuação fundamental no estímulo e abarcamento das iniciativas, através de seus setores progressistas e da constituição das Comunidades Eclesiais de Base.

Apesar de uma dinâmica autônoma frente à política institucional, tornou-se crucial para a maior parte dos movimentos sociais obter um maior acesso às estruturas políticas estabelecidas, mesmo porque a própria reformulação partidária colocada pelo regime conformou-se na única resposta do estado autoritário às reivindicações pelo seu afrouxamento e democratização, oriundas da sociedade civil.

Como pode-se observar, a relação entre estado autoritário e movimentos sociais no Brasil traduziu-se na tentativa de constituição de uma arena político-institucional legítima, de formato tradicional, ou seja, com partidos fortes e representativos, até então atípicos em nossa história política.

Tal necessidade de abrigo político-institucional levou os movimentos sociais à busca de formas internamente democráticas, que abrangessem suas diversidades reivindicativas. Boa parte dos movimentos abrigou-se no PMDB que, a partir de 1974 fundamentalmente, exerceu papel de "guarda-chuva" das manifestações de oposição. Outra parte dirigiu-se à formação do PT, que se apresentou então como nova forma de representação popular no âmbito institucional.

Em resumo, queremos destacar que, em torno do contexto institucional demonstrado, dos avanços e retrocessos políticos que caracterizaram o processo de "abertura", e em torno do intenso período de articulação e mobilização social, que envolveu os mais im-

portantes setores produtivos urbanos e deu nova dimensão política ao sistema autoritário, o PT configurou-se uma novidade político-institucional quanto à origem, organização e proposta. Vejamos nos capítulos que seguem esta Introdução os pontos da novidade petista.

Capítulo 1

ELEMENTOS PARA A ANÁLISE ORGANIZACIONAL DO PT

O objetivo fundamental da Parte I deste trabalho é procurar demonstrar que, sob o enfoque organizacional, o perfil do Partido dos Trabalhadores estabelece uma ruptura em relação aos padrões conhecidos de organização partidária no Brasil.

Este primeiro capítulo especificamente, desenvolve uma breve exposição dos parâmetros teóricos que orientam nossa abordagem organizacional. Inicialmente, buscamos indicar um quadro de referências teóricas que possibilite adequar o perfil real do PT. Em seguida, com base na bibliografia nacional mais recente sobre partidos políticos, procuramos traçar, também de forma breve, os principais pontos que marcam a **diferença** do PT no panorama político-partidário brasileiro.

.A adequação ao modelo de Duverger

É ponto comum nos estudos sobre partidos políticos apontar a importância do trabalho de Maurice Duverger - OS PARTIDOS POLÍTICOS (1951) - como marco teórico da abordagem organizacional e como pioneiro na tentativa de sistematização das diversidades e do esboço de uma teoria geral dos partidos.

O reconhecimento de sua importância, no entanto, não o tem isentado pela bibliografia teórica mais recente, de ser con-

cebido como "um clássico ultrapassado". Em linhas gerais, boa parte das críticas apontam a relevância de seu trabalho enquanto "notável poder de síntese e valioso material ilustrativo", mas enfatizam a inadequação de seu modelo analítico à realidade dos partidos e sistemas partidários, em função do claro desconhecimento dos países e unidades enfocados pelo autor (1).

Em relação à nossa abordagem específica organizacional, as críticas às proposições apresentadas por Duverger têm enfocado fundamentalmente o elemento básico de seu modelo analítico: o papel determinante da ideologia na constituição dos partidos e a afirmação do partido de massa como verdadeiro partido moderno. A grosso modo, os críticos do partido de massa de Duverger apontam que o tipo ideal construído pelo autor não encontra correspondente na realidade. Em geral, afirmam que seu modelo analítico está erigido sobre forte juízo de valor, qual seja, o de que os partidos modernos correspondem apenas ao modelo europeu, originado da evolução do movimento operário do início do século, e deixando portanto, como categoria residual, os partidos de tipo americano (2).

Contudo, apesar das controvérsias, o modelo de Duverger veio sendo utilizado até recentemente nos estudos partidários nacionais e internacionais, como um paradigma não testado, mas que se apresenta como um instrumental útil e um quadro classificatório abrangente, ao qual se procurava adequar os objetos em estudo.

Só muito recentemente o modelo analítico de Duverger foi testado e confirmado na sua maior parte por Kenneth JANDA e Desmond KING, num estudo apresentado em "Formalizing and Testing Duverger's Theories on Political Parties", de 1985 (3).

Os dois autores confirmam essencialmente o eixo básico do modelo teórico de Duverger, qual seja, a ênfase na influência central da ideologia partidária como determinante de outras características organizacionais (JANDA & KING:1985, pg.161).

Assim, tal como as proposições de Duverger sugerem, é válido o modelo segundo o qual a influência da ideologia partidária de esquerda correlaciona-se às principais características dos partidos de massa, ou seja:

- uma crise externa, extra-parlamentar, organizado sobre movimentos sociais, sindicatos e outros agrupamentos (DUVERGER,op.cit,pg.26-31);

- uma organização interna intensa, calcada sobre elementos básicos específicos, como as seções, que são órgãos socialistas, e as células, que são órgãos comunistas (DUVERGER,op.cit,pg.58-67);

- uma forte articulação estrutural, a qual define a intensidade da relação entre os elementos básicos, e que é observada sobretudo nos partidos de ideologia de esquerda : "(...) a articulação é mais forte nos partidos socialistas, onde a seção é mais firme e generalizada (...) nos partidos comunistas, constituídos à base de células (...) a articulação é ainda mais forte." (DUVERGER,op.cit,pg.81);

- uma centralização nacional, que define em linhas gerais, uma forma centralizada de distribuição do poder entre as lideranças partidárias. Aqui, Duverger aponta a eficiência do centralismo democrático na dinâmica interna do partido, pois este prevê um controle preciso da execução das decisões partidárias, e ao mesmo tempo, aproxima as lideranças às bases do partido, através do conhecimento e compreensão das decisões (DUVERGER,op.cit,pg.31 e pg.93);

- rigorosos requisitos para filiação, o que implica um compromisso ex-

plícito com o partido, através de contribuições periódicas, que permitem o financiamento de eleições e a difusão de um jornal. Esta forma de envolvimento dos membros com o partido só é observada nos partidos de massa, de influência ideológica de esquerda, onde há uma dinâmica centralizada, uma organização interna intensa e forte articulação estrutural (DUVERGER, op.cit, pg.99-103);

-a presença de certo doutrinacismo, o qual define a própria natureza da participação dos membros no partido. Segundo Duverger, em torno do elemento doutrinário, representado sobretudo pela ideologia marxista, é que se articula uma forma específica de interação entre partido e membro: uma atividade política mais intensa e permanente, fundada em forte disciplina, e presente nos locais familiar, de trabalho e lazer, onde o objetivo básico é a difusão das idéias do partido (DUVERGER, op.cit, pg.153-155). Ainda segundo o autor, essa interação e envolvimento só são possíveis em estruturas partidárias centralizadas (op.cit, pg.160).

-finalmente, uma relação específica entre as lideranças do partido e seus parlamentares. Aqui, mais uma vez o autor aponta o caráter determinante da ideologia partidária no molde da evolução da relação entre partidos e parlamentares: os partidos de ideologia mais forte, notadamente os de esquerda, põem fim a esta evolução, pois estes exercem o controle sobre os parlamentares (DUVERGER, op.cit, pg 233). Vale lembrar, nesse aspecto, o peso que o autor dá à influência do tipo de origem dos partidos de massa, de criação externa, os quais "(...) são construídos fora da sua intervenção (parlamentares): compreende-se portanto que sua influência permanece ali sempre menor." (pg.31). Dessa forma, verifica-se uma importante relação entre partidos de esquerda e

um intenso controle disciplinar. É interessante ressaltar que Duverger confere em parte à disciplina a eficácia de uma dinâmica partidária fortemente estruturada, típica de partidos de esquerda: "(...)o êxito de Lênin e de seus discípulos advém do fato de terem eles compreendido essa verdade (o papel da disciplina) e sempre dado prioridade à organização do partido." (DUVERGER, op.cit, pg.207).

Este conjunto de características apresentado acima compõe efetivamente o modelo teórico comprovado por JANDA & KING, para a análise organizacional dos partidos políticos (4).

Este modelo, em resumo, indica que a ideologia partidária estabelece os traços da complexidade organizacional, do envolvimento com o partido e da distribuição interna do poder das organizações partidárias.

Apesar de não se encontrar no livro Os Partidos Políticos uma definição clara de partido, Duverger deixa expressa, em outro trabalho, a importância da ideologia em seu modelo. Para ele, as definições de partido variam com o tempo, segundo suas transformações, e, nesse sentido, a definição organizacional dirige-se a certos tipos, especialmente os partidos comunistas (5).

Assim, pode-se afirmar que sua noção de partido de massas/partido moderno confere grande importância à ideologia de esquerda. Duverger apresenta esta noção ao afirmar que com as transformações políticas trazidas pela extensão do sufrágio universal no início do século XX, somente a formação dos partidos socialistas na Europa, sobretudo a social-democracia alemã, tornou possível o enquadramento de grandes comunidades marginalizadas do sistema político, e

isso se devia fundamentalmente à concepção marxista do partido-classe (DUVERGER, op.cit, pg,102-103).

Dessa forma, a expressão partido moderno/partido de massas sugere uma orientação ideológica definida, certa complexidade organizacional e burocrática, uma atividade permanente, a qual supõe certo envolvimento dos membros com o partido.

Semelhante concepção de partido de massas é a que define o "partido de integração social" de Sigmund NEUMANN. Este autor também baseia-se na afirmação dos partidos de esquerda, oriundos do movimento operário, como organizações estruturadas, fundadas num maior envolvimento com seus membros, com o objetivo de integrar as classes subalternas no sistema político (NEUMANN:1965, pg.608-609).

Enfim, a apresentação e discussão do modelo de análise organizacional de Duverger tem como objetivo único embasar nossa afirmação de que o Partido dos Trabalhadores adequa-se a ele na sua totalidade. Com efeito, o PT apresentou-se na arena política brasileira com um perfil ideológico definido e uma proposta de organização interna singular frente ao quadro histórico partidário nacional.

Nesse sentido, segundo a concepção de Duverger, a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massa criado no Brasil: o PT é um partido de origem externa, extra-parlamentar; de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela

idéia "integralista" de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal, etc). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais outros partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais.

Vejamos no item seguinte como a análise da bibliografia brasileira sobre partidos políticos permite traçar os pontos singulares do Partido dos Trabalhadores.

.As singularidades do PT no quadro partidário brasileiro

É bastante recente o progresso da produção brasileira sobre partidos políticos enfocados pela ótica organizacional. Apesar dos importantes estudos de Ronald CHILCOTE sobre o Partido Comunista Brasileiro no período anterior a 1945 (CHILCOTE:1974) e de Hélió TRINDADE sobre o Integralismo (TRINDADE:1974), é apenas a partir do início da década de 80 que este enfoque desenvolveu-se (6), levando à produção de algumas relevantes investigações, como os trabalhos de Maria Vitória BENEVIDES sobre a União Democrática Nacional (BENEVIDES:1981), de Regina SAMPAIO sobre o Partido Social Progressista de São Paulo (SAMPAIO:1982); de Lúcia HIPÓLITO sobre o Partido Social Democrático (HIPÓLITO:1985) e da Maria D'Alva Gil KINZO, sobre o Movimento Democrático Brasileiro (KINZO:1985) (7).

Em linhas gerais, boa parte dessa produção pode ser unida em torno de um ponto comum: a constatação de que a quase totalidade das organizações partidárias, durante todo o período de desenvolvimento político republicano, carece de forte enraizamento social em sua formação, definindo um perfil organizacional frágil.

No entanto, não se encontra na bibliografia brasileira um modelo ou conjunto elaborado de elementos que permita caracterizar uma organização partidária forte ou fraca.

Não é nossa intenção neste item construir um modelo geral de análise organizacional dos partidos no Brasil. Nosso objetivo é o de unicamente destacar as características organizacionais mais gerais do conjunto partidário brasileiro, a fim de identificar os traços singulares do PT.

Em linhas gerais, é à luz da análise dos fatores político-institucionais subjacentes à nossa fragilidade democrática que a bibliografia mais recente tem definido o caráter de nossas organizações partidárias.

Com efeito, entre 1889 e 1979, respectivamente o marco da República e a data do retorno ao pluripartidarismo depois do golpe militar de 1964, nossa história partidária configura-se como um reflexo das estratégias do poder central. Está inserida numa dinâmica político-institucional descontínua, mediada por intervenções coercitivas do poder executivo, que se configuraram como fator estratégico do processo de construção do estado brasileiro e da formação de seu caráter centralizador e burocrático (SOUZA:1976,1985; LAMOUNIER & MENEZES:1986). Temos efetivamente nesse período, nada menos que cinco formações partidárias distintas, intercaladas ainda por um período di-

tatorial - o Estado Novo - que suprimiu mecanismos e instituições representativas (LAMOUNIER & MENEQUELLO, op.cit, pg.20-21).

Nossas formações partidárias seriam consideradas portanto, como um produto debilitado desses condicionamentos políticos globais, impossibilitando a formação de partidos classistas e ideológicos. Assim, durante a Primeira República, tivemos partidos estaduais com base em clãs oligárquicos, sem o mínimo de complexidade organizacional e sem qualquer orientação ideológica, que se conformaram apenas na corporificação da estratégia de acomodação de lideranças individuais, levada pela chamada "política dos governadores" (8).

Cabe destacar nesse período a formação do Partido Comunista Brasileiro em 1922. O PCB organizou-se através da ação de militantes oriundos do movimento anarquista, intelectuais e dirigentes sindicais, desligados, portanto, das elites políticas da época. Vale lembrar, no entanto, que até que fosse legalizado em 1985, o PCB só teve atuação legal no sistema político entre 1945 e 1947 (RODRIGUES:1981).

Com a Revolução de 1930 e a reforma partidário-eleitoral que ela projetara, tivemos apenas embrionariamente um pluripartidarismo marcado pela polarização política nos extremos, expressa pelos movimentos de massa comunista e integralista, por sua vez suprimidos pelo Estado Novo instaurado em 1937.

O vazio político-partidário e o fortalecimento do poder executivo durante o período de sete anos, condicionou a organização do sistema político que apontava. Assim, com a redemocratização de 1945, o período que se convencionou chamar de "mais democrático" de nossa história tinha, na realidade, uma debilidade reflexa dos

condicionamentos políticos anteriores, que se traduziram nas organizações partidárias.

Se entendermos que as condições de origem dos partidos políticos são fundamentais para o estabelecimento de seu caráter organizacional, veremos que nesse período a debilidade é marcante.

Apesar dos espaços formais assegurados pela Constituição democrática de 1946 e dos tímidos requisitos mínimos colocados pelo Código Eleitoral de 1945 para organização dos partidos (9), a debilidade partidária dos períodos anteriores levou à inexistência de qualquer agremiação de real caráter societário, independente do Estado e definido sobre bases populares bem sedimentadas. As três maiores agremiações do período, PSD, PTB e UDN, tiveram suas estruturas fundadas no sistema de interventorias herdado do Estado Novo e no acesso à burocracia federal, e não em torno de clivagens sócio-econômicas definidas (SOUZA:1985). Tanto o PSD quanto o PTB foram formados diretamente por Getúlio Vargas e pelos dirigentes do antigo regime, onde o PSD nascera das mãos dos interventores e suas bases municipais (SOUZA:1976 e HIPOLITO:1985), e o PTB nascera das clientelas urbanas atreladas às instituições previdenciárias articuladas então pelo Ministério do Trabalho (SOUZA:1976,1985).

Por sua vez, a terceira maior agremiação do período, a UDN, nascera das forças de oposição a Vargas, articuladas sobretudo em torno da estrutura herdada do Estado Novo, ou seja, do sistema de interventorias e do acesso à burocracia estatal (BENEVI- OES:1981 e SOUZA:1985).

Há poucas referências na bibliografia nacional

que, sob a ótica deste trabalho tratam da variedade de pequenos partidos formados nesse período. O que se deve ressaltar é que a própria hipertrofia do poder executivo e os mecanismos de acesso à burocracia estatal levaram a que as estratégias clientelistas predominassem sobre o esforço de construção de agremiações razoavelmente organizadas. Em linhas gerais, tais partidos "eram claramente, partidos de 'notáveis', ou agremiações comandadas por caciques populistas", adequando-se ao tipo partidário que Duverger denominou partido de quadros (LAMOUNIER & MENEQUELLÖ, op.cit, pg.49).

A extinção pelo regime militar de 1964 dos partidos vigentes no período anterior, e a formação da ARENA e MDB no exíguo espaço político que se configurou com o autoritarismo, fizeram repetir, ao nível do funcionamento partidário, a mesma situação de debilidade já apontada. Formados pelo governo militar como "organizações provisórias", ARENA e MDB espelhavam, a grosso modo até o início da abertura política, a estratégia de acomodação da classe política nacional, sendo o primeiro, pró-governo e o segundo, a oposição consentida. Apenas com a distensão no plano político-eleitoral, o MDB passou a contar com um significativo potencial de implantação organizacional, e a exemplo do partido do governo, se edificou inclusive nas pequenas localidades (LAMOUNIER:1980).

A Reforma Partidária de 1979 estabeleceu o retorno ao pluralismo partidário, mas sob um espaço formal limitado. Como vimos na introdução deste trabalho, foram estabelecidas severas exigências para organização dos partidos, além de restrições jurídicas para a legalização dos partidos comunistas. O quadro partidário que dele emergiu não se diferenciou na sua maior parte do padrão de orga-

nização que até agora temos apontado: PDS e PMDB apenas renomearam suas antigas estruturas (ARENA e MDB); o PP, especula-se que fora uma idealização do então Ministro da Justiça, Petronio Portella, para constituir um interlocutor confiável durante o governo de transição; o PIR, especula-se que também fora uma estratégia palaciana para configuração de uma representação confiável dos trabalhadores, colocada nas mãos de Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas; o PDT, emergido da disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas pela sigla trabalhista, e finalmente, como veremos adiante, o PT.

é em torno deste panorama histórico-organizacional dos partidos brasileiros que o Partido dos Trabalhadores se destaca. Sua concepção enquanto ruptura dos moldes conhecidos de organização partidária no Brasil já foi apontada em trabalho anterior (10).

Mesmo com um exíguo espaço legal para a formação de novos partidos, imposto pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o PT moldou-se de forma diferenciada. Sua origem é o primeiro elemento que o destaca no quadro histórico-partidário brasileiro: o PT organizou-se em torno das mobilizações do "novo sindicalismo"; de parte dos movimentos urbanos desenvolvidos sobretudo a partir da década de 70; de setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvidos com o debate da reforma partidária, e de alguns grupos de esquerda.

Sua organização e funcionamento internos são seu segundo destaque. Escapando dos moldes impostos pela L.O.P.P., o PT introduz na estrutura partidária elementos para uma ligação mais estreita com suas organizações de base, dando maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparado aos outros partidos, à luta elei-

toral-parlamentar. Seu perfil é o de uma organização mais complexa, definida pela formação de um núcleo profissional e de uma atuação permanente, extra-eleitoral (11).

Finalmente, seu terceiro destaque é sua proposta política. Com uma orientação ideológica definida, traçada basicamente pela demanda de inserção no sistema político brasileiro dos setores até então marginalizados, o PT insere novos temas na arena do conflito partidário traduzido nas eleições de 1982.

Estes três elementos - origem, organização e proposta política - compõem fundamentalmente a pauta dos capítulos seguintes.

Capítulo 2

ORIGENS DO PT: AS TRANSFORMAÇÕES DO SINDICALISMO BRASILEIRO

A constituição do novo sindicalismo como sujeito político, a partir do desenvolvimento das greves de 1978 dos metalúrgicos do ABC paulista, levou a que o movimento sindical seguisse uma nova direção, fundada na participação de massa e na emergência de novos conteúdos reivindicativos tanto ao nível da sociedade como do estado.

O "sindicalismo autêntico", como foi denominado, articulou as reivindicações políticas comuns de diversas categorias de trabalhadores urbanos, e as introduziu no processo de estruturação democrático-pluralista que então se instituiu no país no final dos anos 70.

Erigida fundamentalmente sobre os novos rumos que o movimento sindical escolhera, a organização do Partido dos Trabalhadores definiu-se como resultado da confluência de forças coletivas mobilizadas fora do campo político-partidário, então articuladas em torno da proposta de inserção no mercado político. A grosso modo, tais grupos compreendiam parte do operariado ligado ao parque industrial mais moderno, uma ampla gama de categorias de trabalhadores urbanos e boa parte do conjunto de novos movimentos sociais e setores da intelectualidade.

O objetivo deste capítulo é traçar os vínculos de origem entre o PT e as transformações do sindicalismo brasileiro, ligadas à união dos vários grupos sociais articulados em torno da pro-

posta de representação partidária.

Inicialmente está organizada uma breve exposição sobre as transformações do movimento sindical sobretudo nos últimos 10 anos, baseada na bibliografia mais recente sobre o novo sindicalismo. Em seguida, a segunda parte procura salientar o significado político embutido no novo sindicalismo e a mudança de estratégia de ação levada pela "corrente autêntica", que desviou a luta política dos limites do mundo do trabalho para o universo amplo da política partidária.

Finalmente, estão desenvolvidas algumas hipóteses teórico-explicativas sobre a articulação, no meio sindical, da idéia de luta político-institucional e partidária. Neste mesmo item tratamos dos sujeitos políticos que se uniram em torno da idéia de formação do PT.

As mudanças do movimento sindical - breve retrospecto

O regime autoritário instaurado em 1964 aprofundou a dimensão do controle do corporativismo estatal conformado sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945). Aproveitando a legislação sindical e trabalhista existente, os governos iniciais do período pós-64 cuidaram de aplicar, basicamente, duas formas de controle sobre as organizações sindicais: a primeira compreendeu um controle direto, caracterizado pela intervenção e restrição político-ideológica das entidades sindicais, cassação de líderes e expurgo das cúpulas dirigentes de cunho político comprometidas com o regime anterior. A segunda compreendeu um controle indireto, fundado na implementação de uma legislação de exceção e em alterações na legislação trabalhista já existen-

te, visando o controle político e a regulamentação da vida sindical (1).

De certa forma, devido sobretudo à fraqueza organizativa do movimento sindical do final dos anos 50 e início dos anos 60, não foi difícil para o regime de 64 reprimir e reorganizar o conjunto das organizações sindicais, implementando medidas desmobilizadoras, fundamentalmente: a limitação da autonomia das organizações, tanto dificultando a estruturação das bases organizacionais, como também limitando o acesso dos principais líderes a postos administrativos, e o fortalecimento de um sindicalismo de tipo burocrático-assistencial, voltado essencialmente para a prestação de serviços assistenciais. Por curto espaço de tempo, o quadro de repressão intensa e a aplicação de medidas restritivas à ação das classes trabalhadoras levaram ao sufoco quase total do movimento sindical.

Excluídas politicamente, as classes trabalhadoras perderam, no novo regime, seu mais poderoso instrumento de luta: o direito de greve. No tocante às organizações sindicais, essa exclusão promoveu o deslocamento do âmbito das decisões salariais exclusivamente para o Estado, limitando-lhes significativamente o papel de negociadores com o empresariado.

Quanto às transformações econômicas, a década de 70 comportou a retomada do crescimento econômico através do aprofundamento da expansão do capitalismo privado e a instalação de indústrias de tecnologia avançada, implicando efeitos estruturais e organizacionais importantes: de um lado, a intensificação da heterogeneidade e da fragmentação da estrutura produtiva; de outro, a necessidade de um quadro de relações trabalhistas modernizado.

A emergência de um sindicalismo mais reivindicativo ocorreu no seio dessas transformações, e tomou corpo no esgotamento das relações trabalhistas existentes, definidas pelo crescente controle do Estado.

Como afirma Maria Hermínia T. de Almeida, o surgimento de uma nova tendência no movimento sindical, caracterizada pela articulação em torno do questionamento de pontos centrais do sistema de relações profissionais, teve origem nas transformações decorrentes da expansão desordenada da década de 70, quais sejam, o intenso crescimento da produção industrial, o agravamento das condições de trabalho, a disparidade entre o crescimento da produtividade e os salários, e a política governamental de controle salarial e sindical (2). Nessa mesma direção, Leôncio Martins Rodrigues aponta a emergência de um sindicalismo mais reivindicativo, produto da rápida expansão do capitalismo privado e da instalação de empresas multinacionais de tecnologia avançada, e que caminha no sentido de eliminar os aspectos mais repressivos da legislação trabalhista (3).

Com efeito, foi em São Bernardo do Campo, município da região do ABC paulista e onde está concentrada a indústria automobilística e mecânica pesada do país, que teve lugar o novo projeto de sindicalismo.

é ponto comum na bibliografia que trata do surgimento e evolução do novo sindicalismo o papel político adquirido por essa nova tendência ao transformar-se em movimento social por ocasião das greves de 1978, 79 e 80 (4).

A elaboração de uma pauta de reivindicações de cunho fundamentalmente político e a atuação de jovens lideranças sin-

dicais representativas dos setores mais modernos da classe operária, conferiram um caráter inovador a essa nova tendência. Suas mais importantes diferenças com o movimento sindical pré-64 residiam tanto no setor produtivo sobre o qual se baseou (grandes e modernas empresas metalúrgicas, automobilísticas, etc), como na sua atuação política, fundada no resguardo da autonomia da ação operária frente a outras forças políticas (partidos, estudantes, intelectuais). Além disso, houve uma mudança significativa na temática desenvolvida pelo movimento sindical que, se antes de 1964 privilegiava a participação do Estado nas transformações da sociedade em torno de uma ideologia nacionalista, passou a enfatizar a democratização do sistema político, a autonomia e liberdade sindicais.

Assim, a "corrente autêntica", apesar de minoritária no conjunto do movimento sindical em termos de adesão de organizações, articulou-se inicialmente por volta de 1973 em torno da crítica social e trabalhista do regime autoritário e à ingerência estatal no mundo do trabalho, e redefiniu a plataforma de reivindicações do movimento sindical. Os principais pontos desse novo projeto eram:

- crítica à legislação trabalhista brasileira;
- realização de negociação coletiva entre sindicato e empresa de forma direta;
- alteração da política salarial governamental, caracterizada então pelo arrocho salarial;
- organização de comitês nas empresas e reconhecimento de delegados sindicais;
- autonomia sindical;
- direito de greve;

- liberdade para o estabelecimento de relações com sindicatos estrangeiros que agrupavam trabalhadores de multinacionais (5)

Vale lembrar no entanto que, inicialmente, o debate sobre a natureza autoritária e centralizada do sistema de relações profissionais deu-se à margem do debate político mais amplo, definido na época pela reelaboração institucional do regime pela "política de distensão". Somente por volta de 1977-78 que o sindicalismo autêntico ganhou espaço e força como nova identidade coletiva, espalhando para o conjunto da classe operária as aspirações por autonomia política durante as mobilizações grevistas iniciadas em 1978 na região de ABC.

É indiscutível a importância das greves de 1978 no que respeita à dinâmica das relações trabalhistas. Essas greves vieram minar as bases da regulamentação das relações de trabalho, quando viabilizaram propriamente o direito de greve e de manifestação, e possibilitaram certo reajuste salarial em negociação direta entre sindicatos e 30 empresas do setor metalúrgico, num processo onde não houve intervenção do Ministério da Justiça do Trabalho.

As greves que se seguiram nos anos de 1979 e 1980, propagadas para outras regiões e outras categorias, foram fundamentais para que o novo sindicalismo adquirisse o papel de força política. Tais greves, ao combinar a reivindicação pela transformação do sistema de relações de trabalho à demanda pela democratização do sistema político, atingiram elementos novos no cenário da luta político-sindical, que tinham como ponto comum o sentimento anti-autoritário, fundado nos então 15 anos de regime militar.

Dessa forma, ao lado dos trabalhadores indus-

triais, ocorreram mobilizações de categorias fundadas no setor produtivo terciário, até então pouco reivindicativas, mas recém-saídas de um agudo processo de assalariamento: trabalhadores com base em serviços, profissionais liberais, servidores públicos, etc, dando base ao que se convencionou chamar de "sindicalismo de classe média".

A própria dinâmica das mobilizações travadas desde 1978, e as sucessivas derrotas obtidas pelo novo sindicalismo no tocante às suas mais importantes demandas, traçaram os passos seguintes da luta político-sindical ampliada.

QUADRO 1

SETORES ATINGIDOS PELOS MOVIMENTOS GREVISTAS ENTRE 1978-1981

SETORES ANOS	T.I.	T.C.C.	T.B.S.	A.C.M.	OUTROS	TOTAL
1978	104(75.9%)	8 (5.8%)	13 (9.4%)	8 (5.8%)	4 (2.9%)	137 (100%)
1979	61(27.2%)	15 (6.7%)	52 (23.2%)	66 (29.4%)	30 (13.3%)	224 (100%)
1980	19(32.7%)	4 (6.9%)	11 (18.9%)	20 (34.4%)	4 (6.9%)	58 (100%)
1981	28(29.7%)	5 (5.3%)	8 (8.5%)	42 (44.6%)	11 (11.7%)	94 (100%)

t.i. = trabalhadores industriais

t.c.c. = trabalhadores na construção civil

t.b.s. = trabalhadores de base em serviços

a.c.m. = assalariados de classe média (médicos, professores, bancários)

outros = não assalariados (feirantes, motoristas de táxi, motoristas de caminhão)

FONTE: Reproduzido de Tavares de Almeida (1983), op. cit., pag. 204.

O papel dos vários setores nas mobilizações grevistas originadas no projeto inovador do novo sindicalismo variou entre 1978 e 1981. Como se observa no Quadro 1, acima, se em 1978 os trabalhadores industriais foram responsáveis por quase 76% dos movimentos ocorridos, em 1981 sua participação caiu para 30%. Vê-se que a sustentação da onda de mobilizações passou a residir nas categorias assalariadas de classe média, tipicamente organizadas em associações desatreladas do controle oficial do Ministério do Trabalho. Pode-se sugerir que tal fato indicava em parte, certa derrota da estratégia grevista-reivindicativa de massas do novo sindicalismo de base industrial, pois, como é sabido, ao final de três anos de articulações (1978-1980), a estrutura sindical, as formas de negociação e o sistema de relações trabalhistas, pontos-chave da pauta de reivindicações, não haviam se alterado. Ainda que seu funcionamento na prática se houvesse flexibilizado, não ocorreram mudanças institucionais.

Vale dizer ainda que a própria diferença de níveis de organização entre os vários setores envolvidos nas greves, e a diversidade de demandas postas em negociação também concorreram para a desmobilização do movimento.

Não é difícil perceber o desgaste da arena político-sindical como palco das lutas reivindicativas dos setores organizados da classe trabalhadora. Tornou-se necessário dar um novo formato à estratégia de luta do novo sindicalismo, o qual fosse capaz de escapar da rigidez das estruturas trabalhistas e que se mantivesse sustentado na força política de seu caráter reivindicativo generalizador.

Nesse sentido, a direção tomada pelo novo sindicalismo indicava o âmbito político-partidário, que naquele momento

erigia-se sobre novas forças políticas no país, através da reforma de partidos de 1979.

Vejamos as implicações dessa nova estratégia do novo sindicalismo tanto dentro do próprio movimento sindical quanto da organização do sistema partidário.

a mudança de estratégia e o significado político

Já desde 1978 podem ser identificadas três importantes tendências políticas no movimento sindical, definidas por sua maior ou menor oposição em relação à estrutura sindical oficial (6). O primeiro grupo, relativamente inexpressivo, auto-intitulado de oposições sindicais, compreendia militantes católicos e remanescentes de pequenos agrupamentos de esquerda. Sua atuação, desde fins da década de 60, voltou-se para a construção de organizações sindicais extra-oficiais, fundadas nas comissões de fábrica.

O segundo grupo, auto-denominado Unidade Sindical, contava com o maior número de entidades associativas e tinha como linha básica de atuação o não-rompimento com o establishment sindical, sustentada por certa aliança com o Partido Comunista Brasileiro. Os dirigentes desta tendência, ligados então à esquerda marxista ortodoxa, mantiveram-se no corpo do antigo partido de oposição - MDB - quando em 1979 este fora rebatizado de PMDB.

Finalmente, o novo sindicalismo, constituído dentro dos sindicatos oficiais, mas sem vínculos com as oposições sindicais ou com tendências ideológicas de esquerda marxista, caracterizou-

se pela defesa da proposta de transformação radical da estrutura sindical oficial e do sistema de relações trabalhistas. O novo sindicalismo e boa parte das oposições sindicais dirigiram-se para a organização do PT em 1979.

A dinâmica do movimento sindical no final dos anos 70 definiu-se pela polarização entre as duas maiores tendências - o Novo Sindicalismo e a Unidade Sindical - traduzindo as clivagens existentes entre as estratégias sindical e política.

Apesar dos dois blocos terem forças políticas equivalentes sobre o conjunto do movimento, o novo sindicalismo destacou-se por colocar novos temas para a luta sindical, redimensionando o papel do sindicato e da classe trabalhadora no processo de democratização do sistema político. Fruto da própria importância adquirida na economia do país pelos setores econômicos sobre os quais se organizou - setores metalúrgico, mecânico pesado e automobilístico - o novo sindicalismo definiu como nova estratégia ocupar o espaço na arena nacional como representação política independente, trazendo como ponto central, a luta pela cidadania plena, percebida como a conquista dos direitos sociais e políticos, dos quais a classe trabalhadora encontrava-se privada durante todo o período autoritário. Dessa forma, adquiriu o papel de protagonista da luta pela democracia no país, sustentando não apenas reivindicações específicas de suas categorias de trabalhadores, mas também sustentando, ao lado de outros agentes políticos, como os partidos, a luta pela democratização da nação (7).

O processo percorrido pelo novo sindicalismo para redefinição do papel político do movimento como um todo, deu-se através da passagem da ação sindical da arena estritamente econômica do

conflito entre capital e trabalho, para a arena política. O novo sindicalismo deu-se conta de que, enquanto sujeito centrado na arena sindical, não era suficientemente homogêneo para obter uma efetiva aglutinação de interesses. Por ocasião das greves de 1978, 79 e 80, e do relativo fracasso da estratégia do novo sindicalismo, essa questão tocou de frente com a reorganização da arena partidária.

Fundamentalmente, esse deslocamento referido e a mudança da concepção da participação dos sindicalistas, anteriormente caracterizada por certo purismo frente à política partidária, teve origem na percepção do esgotamento do sindicato como locus de luta pela emancipação política e social dos trabalhadores (8). No meio sindical passou-se a admitir a construção de uma relação maior entre sindicato e partido:

"Para mim, entre partido político e sindicato há uma identidade muito grande; eu acho que a grande diferença é que os partidos visam efetivamente a conquista do poder político e os sindicatos não têm essa pretensão. Acho que os sindicatos vão tender a se definir inclusive por partidos políticos (...). Isto não quer dizer que partido e sindicato se confundem, acho que as razões são diferentes. Agora, para mim há uma relação bastante estreita do ponto de vista político, não orgânico." (Osmar Mendonça, membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - setembro de 1979 - (9)).

O avanço da nova estratégia sindical se daria com a percepção do isolamento dos setores do novo sindicalismo com relação aos outros agentes políticos na luta pelas causas sustentadas nas gre-

ves. Assim, o descrédito à classe política existente levou a admitir a construção de uma organização política própria, tal como é possível perceber na seguinte fala de Lula:

"(...)Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Veja que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia minha categoria. Até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas, depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve(10). Nem tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto às pessoas que se fantasiavam de trabalhadores para pedir seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí portanto que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente..."(Luís Inácio da Silva, presidente do SM98CD, abril de 1980 - (11)).

Pode-se sugerir que essa mudança de estratégia estava fundada no processo de constituição da arena partidária como locus legítimo de reorganização e representação dos interesses de toda

nação. Tratava-se portanto, de dar forma concreta ao amadurecimento do novo sindicalismo que então visava sua inserção na arena político-institucional através de uma representação partidária classista, o PT, fruto de uma idéia que crescia desde 1978:

"(...)é muito importante, quando se fala na criação de um partido político, entender o seguinte: os trabalhadores reunidos em seus sindicatos, poderiam criar um partido político, poderiam escolher os companheiros que fossem participar dos partidos políticos existentes para que representassem condignamente a classe trabalhadora. Mas eu vejo a possibilidade de, num trabalho de preparação da classe trabalhadora, num futuro bem próximo, nós trabalhadores criarmos um partido saído da base, com a participação talvez, não só de trabalhadores, mas com todo mundo que se afinasse com os princípios da classe trabalhadora." (Luís Inácio da Silva, presidente do SMSBCD, maio de 1978 - (12)).

Essa estratégia, no entanto, não desenvolveu-se isoladamente. Como vimos anteriormente, a reformulação partidária configurou como a única resposta do estado autoritário às demandas populares pela sua democratização. Dessa forma, a alternativa de representação partidária apresentou-se viável não apenas ao movimento sindical, mas também à ampla gama de segmentos sociais mobilizados em torno da luta pelo reconhecimento político.

Assim, nesse contexto, como se verá adiante, o PT uniu em torno de uma plataforma política global parte daqueles setores reivindicativos introduzidos na arena partidária. Vejamos como se deu esse processo.

do sindicato ao partido

Vimos acima que o desenvolvimento do novo sindicalismo e sua expressão no sistema político sob a forma de partido situam-se no âmbito de duas dimensões: a primeira, diz respeito à ampliação do campo de ação sindical; a segunda, à estruturação da vida democrática no país.

Vale inicialmente retomar o fato que a dinâmica de democratização da sociedade brasileira, já no final dos anos 70, foi marcada pelo desenvolvimento de dois processos paralelos: a alteração do sistema bipartidário de representação, patrocinada pelo núcleo dominante do sistema, e a evolução de um sistema de participação popular onde interagiam várias formas de organização e expressão, desde os movimentos de base até a participação eleitoral ampliada (13).

Como afirmamos, a partir das greves de 1978, o novo sindicalismo transformou-se em sujeito político, potencializando sua capacidade de representação de interesses diversos, adquirida com sua aproximação da arena política. Que processo teria possibilitado a identificação de vários grupos e interesses com a luta do sindicalismo autêntico, de forma a transformá-lo em um dos protagonistas da luta pela democratização do país?

A integração de demandas econômicas, sociais e políticas na pauta de reivindicações do novo sindicalismo refletia os efeitos da intervenção do estado autoritário desde os primeiros momentos do regime em dois planos fundamentais: no campo das relações de

trabalho, com o deslocamento do poder de decisão e de regulação para o executivo; e no campo dos direitos sociais e políticos, com a proibição do direito de greve, a limitação da autonomia de organização, o aperfeiçoamento da estrutura corporativista estadonovista e a política de exclusão popular levada pelo regime.

No princípio dos anos 70, a luta sindical do novo sindicalismo fundou-se na conquista de autonomia das organizações frente ao estado. Naquele momento, vale lembrar, o distanciamento da cena política generalizava-se por toda a sociedade, refletindo a experiência do autoritarismo e de um sistema de representação limitado.

Com a abertura política, paralelo ao empenho das forças situacionistas em normalizar institucionalmente o regime, fluía ao lado do sistema de partidos o processo de articulação de variados segmentos e forças de oposição.

Neste processo de articulação, o novo sindicalismo constituiu-se em um recipiente capaz de englobar boa parte das forças ainda não introduzidas na arena política. Vejamos por quê.

De um lado, a pauta de reivindicações industriais específicas foi homogeneizada com demandas amplas, comuns aos vários segmentos da classe trabalhadora.

Os temas unificadores apontavam para a luta pelo salário mínimo nacional único, legislação de garantia de estabilidade de emprego, liberdade sindical, fim do arrocho salarial e livre organização nos locais de trabalho. A formulação de uma pauta de reivindicações única, de caráter igualitário, teve um efeito político poderoso: a superação, ao nível simbólico, das diferenciações da classe operária, e a agregação de ampla camada de trabalhadores urbanos.

De outro lado, através da articulação de demandas gerais por reconhecimento político, o novo sindicalismo introduziu em seu discurso um denominador comum a todos os elementos envolvidos nas suas mobilizações: a luta pela cidadania plena, a conquista dos direitos sociais e políticos, e o seu reconhecimento pelo estado como atores políticos emancipados. O efeito generalizador e agregador dessas bandeiras de luta fez com que segmentos sociais de natureza diversa, e com níveis de consciência e organização diferenciados se dirigissem e apoiassem as mobilizações do novo sindicalismo como partes da luta pela democratização da sociedade brasileira (14).

Dessa forma, sob o cenário das mobilizações grevistas do ABC, a luta pela conquista dos direitos sociais e políticos levada pelo novo sindicalismo angariou o apoio dos movimentos populares como um todo.

Esse acúmulo de forças políticas diversas e a articulação em torno de questões gerais da estruturação democrática no país indicavam que o campo de ação do sindicalismo autêntico se estendera para o terreno político (15).

A definição do nexo entre novo sindicalismo e política pode ser percebida nas palavras de Lula, transformado então em líder nacional da luta pela democracia:

"(...) Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados. Que não adianta ganhar 10% se quem está no poder tem meios para baixar uma política salarial para tirar todas as conquistas da classe trabalhadora. Resumindo, eu giria

que a década de 70, embora apenas com três anos de prática do sindicalismo, foi muito positiva por três coisas básicas:

1. os trabalhadores se redescobriram como único setor da sociedade capaz de propor uma transformação na sociedade.
2. com este redescobrimento, quebramos de uma vez por todas com a lei antigreve e com uma lei de arrocho salarial.
3. com tudo isso, descobrimos coisa ainda maior. Que não basta passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso não iria solucionar o problema dos trabalhadores. Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) (abcJ Jornal, dezembro de 1979 - (16)).

O estabelecimento do pluripartidarismo e a ampliação do projeto do novo sindicalismo com novos conteúdos reivindicativos, oriundos tanto do universo do trabalho quanto do amplo terreno social, levaram a que se elaborasse uma proposta concreta de participação no sistema político, a qual se edificasse sobre uma estrutura capaz de englobar a diversidade de setores e o caráter amplo das reivindicações: a proposta de um partido de trabalhadores.

.. a evolução da proposta petista - a união de sujeitos políticos

Apesar de divergente quanto ao momento e ao tipo de partido que deveria ser organizado, a quase totalidade de líderes do novo sindicalismo era consensual com relação à idéia da necessidade

de uma organização de tipo partidária para o desenvolvimento de suas lutas. Os debates em torno dos primeiros documentos do PT, no entanto, deixavam claro que iria se conformar um partido amplo, fundado na condição social de todos os assalariados do país, e não apenas um partido de sindicatos.

Esse perfil partidário amplo foi, na realidade, resultado das discussões e negociações entre diversas forças políticas. Com efeito, já desde meados de 1978 se articulava nos meios intelectual e parlamentar de oposição ao regime a proposta de organização de um forte partido de esquerda. A criação do Centro de Estudos e Debates Paulo Emílio Salles Gomes (17) é um exemplo desta preocupação. Este Centro, que envolveu parlamentares do MDB e intelectuais de formação predominantemente socialista, visava a organização de um partido que absorvesse os setores populares ligados aos trabalhos de base da Igreja Católica e os setores do operariado envolvidos na então recente crise do ABC paulista.

O minucioso trabalho de Margareth Keck sobre a organização do PT demonstra a importância da tríade sindicalistas, intelectuais e políticos, personificada sobretudo por Lula, Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso (18), na evolução do movimento pela formação do PT e na definição de seu perfil dentro do novo espectro político colocado pela reforma de partidos (19).

Com efeito, tais negociações realizadas desde junho de 1979, espelhavam algumas demandas fundamentais colocadas pelos espaços abertos pela esperada reforma partidária. Seu principal objetivo era chegar a uma fórmula comum que atraísse para a proposta do novo sindicalismo boa parte dos políticos de oposição abrigados até

então no MDB. Tratava-se ainda de dar forma concreta aos debates levados por parte da intelectualidade em torno da formação de um partido popular.

Apesar das tentativas de negociação no âmbito nacional, certa convergência de fatores promoveu a evolução da proposta petista fundamentalmente no estado de São Paulo. Um deles foi a própria concretização da reforma de partidos, que levou a maioria da classe política atraída pelas discussões no país a optar tanto pela continuidade no (P)MDB, como à organização de outras agremiações, fundadas nas demandas políticas de cada região específica.

De outro lado, a solidificação da proposta petista em São Paulo teve origem num rol de fatores específicos. A existência de certos sujeitos políticos e sua mobilização em torno de uma fórmula representativa comum é o cerne dessa questão. A grosso modo, cinco elementos compõem esse rol de fatores:

1. a concentração em São Paulo das lideranças do novo sindicalismo, encabeçadas por Lula;
2. a aproximação de políticos do MDB paulista marginalizados pelas lideranças de seu partido após as eleições de 1978;
3. o engajamento de quadros intelectuais no debate sobre a reorganização partidária;
4. o apoio das organizações de esquerda na formação do partido, apesar da inexistência da afinidade ideológica da maioria dos fundadores do PT;
5. a mobilização de um número significativo de movimentos populares urbanos, em boa parte encabeçados pelos setores progressistas da Igreja Católica. A atuação desses cinco sujeitos conformou basicamente o

perfil interno do partido entre 1979 e 1980. A importância de cada um deles no funcionamento interno do partido está tratada no capítulo 3.

Vejamos, no momento, o perfil desses elementos no processo de formação do PT em São Paulo.

os sindicalistas

Em linhas gerais, a adesão do movimento sindical para formação do PT no âmbito nacional foi em boa parte resultado dos trabalhos que os líderes petistas de maior destaque, como Lula, Olívio Dutra, João Paulo Vasconcelos e outros, promoveram em direção à unificação de demandas e lutas do sindicalismo desde 1978.

As principais mobilizações para a formação do PT, no entanto, deram-se através dos líderes do novo sindicalismo das regiões sul e sudeste do país, sobretudo do estado de São Paulo (20).

Concentrando as mais importantes indústrias de ponta do país e, portanto, boa parte dos sindicatos de maior força político-mobilizadora do novo sindicalismo, São Paulo abrigava os mais importantes líderes sindicais da chamada "corrente autêntica".

Não é objeto desse estudo traçar a trajetória anterior dos líderes sindicais ingressos no PT. No entanto, apesar da importância de cada um dos líderes sindicais no âmbito de seus movimentos específicos, a figura de Luís Inácio da Silva, o Lula, reconhecida como liderança nacional, foi talvez a peça-chave da unificação das propostas e sujeitos políticos em torno do PT.

Atuando então como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD) desde 1973, a liderança de Lula emergiu publicamente ao dirigir o movimento grevista

de 1977 pela reposição salarial (21). Dotado de forte carisma, naquela ocasião Lula articulou lideranças sindicais e empresariais em torno das reivindicações, e levou o movimento à vitória. Novamente, nos anos de 1978 e 79, por ocasião das inúmeras greves ocorridas na região do ABC, Lula teve o papel fundamental na evolução das mobilizações. Articulando-as através do que se chamou de "novo modo de condução das lutas", ou seja, de práticas mais democráticas, inclusive assembleístas, Lula pareceu estar constituindo um novo elo com a classe trabalhadora, corporificado na sua liderança carismática e sua capacidade mobilizadora (22).

Apoiado pela imprensa, que difundira sua imagem como líder sindical desvinculado das organizações de esquerda, seu papel político foi legitimado e absorvido pela ampla gama de movimentos reivindicativos que então se articulava em torno das mobilizações do novo sindicalismo.

É interessante notar que a concentração dos líderes do novo sindicalismo em São Paulo fizeram em boa medida com que se confundisse a organização do PT ao nível nacional com a organização do partido no estado.

os políticos

As negociações promovidas em junho de 1977 por Fernando H. Cardoso, Lula e Almino Afonso, enfatizavam a possibilidade de participação de boa parte dos parlamentares do MDB nas discussões pela formação do PT. Já em meados daquele ano, no entanto, parecia certa a elaboração de uma reforma partidária, tornando distante a pos-

sibilidade de uma fórmula comum que abrangesse bom número de parlamentares.

O Encontro Nacional do PT-SP de 18 de agosto de 1979 deixou claro que apesar de afirmada a ideia de independência frente à classe política, o PT estava aberto aos políticos progressistas do MDB. Até aquela data, nenhum parlamentar paulista havia aderido oficialmente ao PT, que contava apenas com representação no Rio de Janeiro (Edson Khair) e no Mato Grosso do Sul (Antonio Carlos de Oliveira, então presidente do MDB local)(23).

Somente em 1980, quando as eleições das lideranças do MDB paulista levaram a uma séria crise interna e à marginalização de parte da tendência popular do partido, o PT paulista recebeu significativo apoio de parlamentares emedebistas.

A ala interna tendência popular no MDB fazia parte do grupo neo-autêntico, emergido em 1975 no partido, e que definia-se como segmento de uma das grandes clivagens do MDB, dividido em moderados e radicais (24). Com um trabalho voltado fundamentalmente para os movimentos populares urbanos, e ligados às mobilizações dos sindicalistas durante a crise política do ABC, afirma-se que o ingresso desses parlamentares no PT deveu-se à definição mais estreita deste partido com seu trabalho. Segundo os próprios parlamentares, em declarações obtidas em jornais, a reforma partidária permitiu sua saída do MDB em direção a um espaço vinculado exclusivamente à sua linha política de atuação.

São os seguintes os parlamentares emedebistas que aderiram ao PT em 1980: Geraldo Siqueira, com bases eleitorais no meio estudantil; Irma Passoni, ligada aos movimentos do Custo de Vida e às

organizações da Igreja; Sérgio Santos, ligado a movimentos populares; Marco Aurélio Ribeiro; João Batista Breda, com bases eleitorais nos movimentos de classe média; Eduardo Suplicy e Aírton Soares, este, mais tarde, líder do PT no Congresso.

os intelectuais (25)

A participação de intelectuais no debate pela formação do PT deu-se desde seu início, nas primeiras negociações em direção à idéia de um partido popular.

Fundamentalmente em São Paulo, a maioria dos intelectuais envolvidos nas discussões partidárias eram elementos ligados ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas - SP), USP (Universidade de São Paulo) e PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Cumpre lembrar que essas instituições de ensino e pesquisa, sobretudo CEDEC e CEBRAP, vinham desempenhando desde o início da década de 70, um importante papel na formação de quadros intelectuais que se engajaram nas organizações partidárias de oposição ao regime autoritário brasileiro: no MDB até 1979, e sobretudo no PMDB e PT após a reforma partidária.

Alguns dos personagens deste grupo foram: Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Roque Aparecido da Silva e Fábio Munhoz, ligados ao CEDEC, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, ligados ao CEBRAP. Sua presença foi bastante significativa para a definição do perfil partidário petista. Vale dizer que, após o Encontro do PT-SP de 18 de agosto de 1979, quando organi-

zou-se uma comissão formada por Fernando H. Cardoso, Almino Afonso, Welfort e Roque da Silva para a elaboração de uma plataforma comum, ficou evidente a predominância da idéia de autonomia do Partido dos Trabalhadores com relação à presença dos parlamentares (26).

Daquela impasse resultaram as saídas de Fernando H. Cardoso e Almino Afonso do processo de formação do PT e o fortalecimento dos setores intelectuais envolvidos desde o início nas discussões sobre o partido popular. Cumpre lembrar, nesse sentido, que Welfort destacou-se como figura-chave na evolução dos trabalhos de organização do PT.

as organizações de esquerda

Vimos anteriormente que o novo sindicalismo tinha como característica sua desvinculação ideológica com grupos de esquerda marxista. Com as discussões iniciais sobre a formação do PT, no entanto, alguns grupos de esquerda se aproximaram do movimento sindical, provocando divisões quanto ao tipo de partido que seria construído. Este sobretudo foi o caso do Convergência Socialista, talvez o grupo publicamente mais conhecido, que procurou levar para sua órbita parte dos líderes sindicais desde as mobilizações iniciais do movimento sindical direcionado para a idéia do PT (27).

Fundada em 1978, a Convergência Socialista teve sua entrada no debate da reforma partidária com a proposta de um partido socialista de trabalhadores (28). Alguns outros grupos menos conhecidos, auto-denominados trotskistas, entraram da mesma forma no debate partidário. A grosso modo, tais grupos eram na sua maioria orga-

nizações clandestinas prévias ao PT, emergidas em fins da década de 60 e início da década de 70. Sua aproximação dos debates pela formação do PT deu-se fundamentalmente em função do espaço político legal que o partido lhes proporcionava.

Levando para os debates partidários iniciais orientações políticas bastante definidas, fundadas em certo doutrinarismo, tais grupos podem ser identificados como: MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), grupo voltado à luta armada originado das divisões do PCB na década de 70; LIBELU (Liberdade e Luta), organização estudantil; ALA VERMELHA, dissidência do PC do B; membros da AP (Ação Popular), da POLOP (Política Operária) e do PRC (Partido Revolucionário Comunista), este dissidência do PC do B, e o SECRETARIADO UNIFICADO, também de tendência trotskista.

É difícil verificar o impacto de cada um desses grupos no processo inicial de organização do PT. É necessário citar, no entanto, que em função de sua principal forma de atuação - a ~~inserção~~ alternativa - esses grupos exerceram importante papel na organização do movimento sindical e petista.

Este é sobretudo o caso do abcd Jornal, periódico fundado em 1975 e editado por setores de esquerda, com circulação nos municípios de região do ABC paulista. Por ocasião da cobertura das greves de 1979, o jornal obteve significativo apoio dos sindicatos da região e de outras organizações populares, passando daí a publicar a própria agenda das mobilizações (assembleias, encontros, etc.).

Em função de seu envolvimento com as mobilizações do novo sindicalismo, o abcd Jornal deu cobertura ampla às discussões e debates sobre a formação do PT, como também ao trabalho de organiza-

ção, difundindo a campanha de assinaturas do partido, organização de núcleos, etc.(29).

os movimentos populares urbanos

Vimos anteriormente, na Introdução a esse trabalho, que a Igreja Católica exerceu papel fundamental durante a década de 70, na organização dos movimentos populares urbanos. Com o início do debate pela reformulação partidária, a orientação dos setores progressistas da Igreja, tanto sob o formato das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), quanto de personagens importantes, deu-se em direção aos vários partidos de oposição. Como demonstra PIERUCCI(1984), na época das eleições de 1982, a maior parte das paróquias pertencentes à Arquidiocese de São Paulo e, sobretudo, da periferia, envolveu-se nos trabalhos de campanha eleitoral, destacando-se o envolvimento com o PT e com o PMDB.

Contudo, provavelmente em função do perfil popular que o PT configurou nos debates pela sua formação, a aproximação da Igreja ao partido deu-se desde o início, e foi provavelmente estimulada pela idéia anteriormente existente da própria Igreja viabilizar a construção de um partido de trabalhadores - um "PT-Cristão" (30). Esta idéia, sem dúvida, refletia a orientação progressista que setores da CNBB(Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) esboçavam, fundamentada na "Teologia da Libertação"(31).

Em São Paulo, um amplo escopo de setores da Igreja dirigiu-se ao PT no processo inicial de sua organização, desde a linha mais tradicional, vinculada anteriormente ao Partido Democrata

Cristão (32), onde se destaca a figura de Plínio de Arruda Sampaio, até sua ala mais recente, ligada à Comissão de Justiça e Paz, onde se destaca o jurista Hélio Bicudo (33).

Vale dizer que, no âmbito dos movimentos populares urbanos, não apenas as organizações articuladas pela Igreja originaram-se para o PT. O partido recebeu ao longo de seu processo de organização a adesão de uma diversidade de movimentos, tais como grupos de negros, grupos feministas, movimentos libertários, sociedades amigos de bairros, etc.

Tratamos neste capítulo dos vínculos de origem do PT com o novo sindicalismo e dos sujeitos políticos envolvidos com o processo inicial de organização do partido, os quais compuseram basicamente seu perfil interno no período estudado. Com este perfil de origem singular, fundado na articulação de amplos setores sociais mobilizados pela abertura política e pela reforma da arena político-representativa nacional, o PT apresentou uma proposta inovadora no âmbito da organização partidária. O capítulo seguinte procura expor e analisar a novidade dessa proposta.

Capítulo 3

O MODELO PARTIDÁRIO PETISTA

Este capítulo tem dois objetivos. O primeiro é expor ao leitor como se deu o processo de organização do PT em São Paulo no período de 1979 a 1982. Neste item, demonstramos como os vínculos do partido com as mobilizações do novo sindicalismo definiram em parte a agenda do processo de formação do PT e a composição interna de forças políticas até 1982. Demonstramos também, como o processo de organização inicial do partido, e depois, o processo eleitoral, definiram a dinâmica dos grupos internos.

Nesse mesmo item ainda, desenvolvemos mais dois aspectos: demonstramos a rapidez com a qual o PT organizou suas bases partidárias no estado, mesmo sob as dificuldades impostas pelos requisitos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e, por último, apresentamos a organização do partido para a participação das eleições de 1982: sua organização interna e seus candidatos.

O segundo objetivo é demonstrar ao leitor que o PT estabelece uma novidade frente aos novos partidos políticos, como também frente às regras da L.O.P.P., no que respeita ao seu formato organizacional. Neste segundo item tratamos da proposta petista de funcionamento interno democrático, traduzida pela inserção, tanto no seu perfil formal-estatutário, quanto no seu perfil informal, de mecanismos de participação das bases partidárias na dinâmica interna do

partido.

o processo de organização (São Paulo - 1979/1982)

A estreita relação do PT com as mobilizações do novo sindicalismo fez com que a organização do partido entre 1979 e 1982 ocorresse em função da crise política da região do ABC, e fez ainda com que seus processos de formação nos níveis nacional e estadual paulista coincidissem. Como veremos adiante, esses vínculos de origem definiram não apenas a agenda do processo de formação do partido, mas também a composição interna de forças políticas do PT até 1982.

as mobilizações iniciais

Como vimos no capítulo anterior, a organização do PT foi resultado da convergência de várias forças políticas articuladas em torno da idéia de fundação de um partido popular. No entanto, as primeiras iniciativas dessa discussão tiveram lugar dentro dos sindicatos mais importantes ligados ao movimento do novo sindicalismo, em São Bernardo do Campo(SP), Santo André(SP), Osasco(SP), Campinas(SP), Santos(SP), Rio de Janeiro(RJ), Belo Horizonte(MG) e Porto Alegre(RS).

A idéia de formação do PT foi veiculada por Luiza pela primeira vez no meio sindical e na imprensa, em 1978, na Conferência dos Petroleiros da Bahia. Em dezembro do mesmo ano, em reunião realizada no dia 11, no SMSBCD, a idéia do PT foi amplamente discutida

por 12 importantes líderes sindicais: Euzio Heres(Sind.Trabalhadores Unidos de São Paulo); Arnaldo Gonçalves(Sind.Metalúrgicos de Santos-SP); Afonso de Souza e Raimundo Santos(Sind.Padeiros-SP); João Carlos (Sind.Petroleiros de Caxias-RS); Henos Amorina(Sind.Metalúrgicos de Osasco-SP); Jacob Bittar(Sind.Petroleiros de Campinas e Paulínia-SP); Paulo de Mattos Skromov(Sind.Coletores-SP); José Cicote(Sind.Metalúrgicos de Santo André-SP), além de Lula(SBSECD), e de dois diretores de sindicatos já citados acima.

Essa reunião deixou clara a cisão existente dentro do movimento sindical quanto à idéia de formação do PT. Dos doze líderes presentes, apenas quatro apoiavam expressamente a idéia: Lula, Paulo Skromov, José Cicote e Jacob Bittar (1).

Em janeiro de 1979, a proposta do PT foi lançada formalmente no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, realizado em Lins(SP), através de um texto elaborado por um grupo de trabalhadores, do qual se destacava Benedito Marcílio, líder do Sind. Metalúrgicos de Santo André, e ligado ao grupo de esquerda Convergência Socialista.

Este Congresso deixou novamente claras as cisões existentes dentro do movimento sindical quanto ao tipo de partido e ao "timing" de seu lançamento. Estas cisões foram traduzidas no documento denominado Carta de Princípios, elaborado por um comitê que se auto-responsabilizou pelo andamento do processo. Composto por Jacob Bittar, Paulo Skromov, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo(Sind. dos Artistas), este comitê divulgou como oficial uma Carta explanatória dos princípios do partido durante as comemorações do dia 1º de Maio de 1979 nas maiores cidades do país, sem que houvesse ocorrido

prévias discussões com as lideranças do sindicalismo com aquelas mobilizações.

Este fato levou a que o comitê fosse acusado de vanguardismo por parte das lideranças sindicais, não apenas porque tivesse agido precipitadamente no lançamento do documento, mas também porque muitos de seus membros pertenciam ou eram simpáticos a organizações de esquerda de tendência trotskista (2).

De qualquer maneira, poder-se sugerir que tanto as contradições internas do próprio movimento sindical, como também a crise política que se erigiu com as mobilizações grevistas de 1979 no ABC paulista, levaram a que a idéia do PT fosse viabilizada em lançamento oficial apenas em 1980, um ano depois da articulação de sua proposta.

Com efeito, a derrota da greve dos metalúrgicos de 1979 e a intervenção federal no SMSBCCD em 24 de março, conferiram um importante momento de desaceleração das articulações para organização do PT. Vale dizer que o partido de oposição, MDB, não se manifestara oficialmente em apoio à greve, cindindo ainda mais a ligação do movimento com a representação institucional existente. Naquela ocasião, alguns parlamentares declararam seu apoio às mobilizações e, mais tarde, parte desses saltaram para os quadros do PT (3).

Entre outubro de 1979 e janeiro de 1980, o PT paulista elaborou sua proposta política e as principais linhas de organização interna através dos trabalhos do núcleo de militantes do partido - o MPT, Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Em dezembro de 1979, o MPT compunha-se de 251 filiados e 23 núcleos formados ou em formação (4). A Comissão Nacional Provisória naquele momento compunha-

se de 17 membros, dos quais mais da metade eram lideranças do novo sindicalismo (ver anexo).

Em outubro de 1979, em reunião realizada em São Bernardo do Campo, com a presença de intelectuais, líderes sindicalistas e parlamentares, decidiu-se de forma definitiva pela necessidade de estruturação do PT não mais como uma idéia, mas como uma organização política.

No entanto, como dissemos, o lançamento oficial do PT deu-se apenas em 1980, no dia 10 de fevereiro, em reunião no tradicional Colégio Sion de São Paulo. Naquela reunião ficara aprovada nova Comissão Nacional Provisória do partido, em processo de escolha por 750 líderes presentes, dentre os quais 14 parlamentares emedebistas, oito desses do estado de São Paulo.

Mais uma vez a agenda do processo de formação do PT reorganizou-se em função das mobilizações grevistas do ABC. A aceleração do processo dada em 1980 durante os 41 dias de greve nos meses de março e abril, deslocou os esforços de construção do PT para o sucesso do movimento grevista. A reação do governo federal às greves do ABC naquele ano implicou paradoxalmente, o reforço à retomada da construção do partido: o afastamento da direção do SMSBCD e o enquadramento de Lula e mais onze líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional transformaram o núcleo dirigente do SMSBCD no grande eixo organizador do PT na ocasião do ABC, e possibilitaram o trabalho direto de Lula na organização do partido.

O significativo papel das lideranças sindicais no processo de formação do PT levou a que o perfil interno do partido traduzisse sua influência. Pode-se supor que a composição de quadros

partidários de direção tende a refletir o tamanho da força política de determinados grupos dentro do partido, ou a unidade em torno de linhas de ação e representação. Nesse sentido, os quadros petistas no período entre 1979 e 1982 traduzem a expressiva força política do novo sindicalismo dentro do partido.

...a formação dos quadros partidários e os grupos internos

A análise da composição dos órgãos internos de direção do PT paulista até 1982 indica que o grupo sindicalista manteve-se majoritário no partido desde sua formação.

A composição da Comissão Regional Provisória de 1980, eleita como chapa única, comprova essa afirmação: a chapa aprovada em 25 de maio compunha-se de 60% dos membros ligados ao grupo sindicalista. Os 40% restantes dividiam-se em parlamentares -4- e profissionais ligados ao jornalismo e a grupos políticos de extrema esquerda (ver anexo). Os dados eleitorais daquela Convenção evidenciam a força interna do grupo expressa pelos resultados obtidos: foi eleita com 20%(199) de um total de 288 votos, e os votos restantes dividiram-se em 84 abstenções, 3 votos em branco e 2 nulos.

Esta distribuição interna da força política repercutiu-se em parte na composição do Diretório Estadual Paulista eleito em junho de 1981(anexo). O grupo sindicalista manteve-se majoritário com 36% dos membros eleitos, sendo a outra metade dividida em 25% de elementos ligados a grupos de esquerda, 13% de parlamentares e 12% de elementos ligados aos movimentos populares urbanos.

Vale comparar a composição paulista de quadros

diretivos internos com a composição nacional desde sua formação. Entre 1979 e 1981, não menos de 50% dos membros das Comissões Nacionais Provisórias pertenciam ao grupo sindicalista e, vale ressaltar que, ao nível nacional, o partido não prescindiu até as eleições de 1982 dos mais importantes articuladores do PT oriundos do movimento sindical em São Paulo, seu local de origem. Estes dados demonstram mais uma vez, a forte influência do PT paulista na evolução do partido ao nível nacional.

A partir de 1981 observa-se ao nível nacional certa diminuição do espaço político ocupado pelo grupo sindicalista. A composição da Comissão Executiva Nacional eleita em setembro de 1981 indica que, mesmo mantendo seus principais expoentes, o novo sindicalismo passou a dividir em maior grau a direção do partido com membros dos demais grupos internos, inclusive ligados aos grupos de esquerda (anexo).

As transformações na composição dos quadros diretivos do PT ao longo do período estudado, tanto no âmbito estadual quanto nacional, em parte refletiram a dinâmica interna do partido e da ação dos vários grupos.

Tal dinâmica é compreendida por dois momentos. Um momento inicial de organização, e o momento de participação nas eleições de 1982. O primeiro, o momento inicial de organização do PT, é movido pelo debate sobre a mobilização ou não de esforços em direção à institucionalização do partido, ou seja, à obtenção dos requisitos legais para o registro partidário. A distribuição dos grupos internos do PT nesse momento foi dada em dois grandes blocos. De um lado, situavam-se os sindicalistas, intelectuais, os parlamentares e por parte

dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos, unidos em torno da concepção do PT como sujeito legítimo de representação, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional.

Esse grupo, numericamente superior, além de definir a composição dos quadros diretivos, expressa fundamentalmente na predominância do grupo sindicalista até 1981, também concentrou os principais esforços e atividades de base para a organização do partido. Este trabalho foi desenvolvido sobretudo pelos núcleos de movimentos populares, de categorias profissionais e Comunidades Eclesiais de Base, atuando como organismos de divulgação de documentos partidários e de nucleação.

Quanto ao papel específico dos parlamentares e dos intelectuais na dinâmica interna do partido, cabe algumas observações. Como vimos no capítulo anterior, os intelectuais tiveram um papel fundamental no debate pela elaboração de um partido de perfil popular. Com efeito, sua atuação no PT deu-se inicialmente na elaboração de um perfil político mais articulado, tanto na "unificação do discurso" dos vários segmentos através da formulação de documentos, quanto na manifestação pública de opiniões sobre temas políticos, sociais e econômicos (5).

No âmbito organizacional, vale lembrar que alguns dos maiores expoentes da intelectualidade que se vincularam ao PT figuraram nos quadros de direção partidária nesse período. Sua influência ainda possibilitou a formação em 1982, da Fundação Wilson de Souza Pinheiro, concebida como locus de debates e de orientação política aos candidatos do partido (6).

A presença de intelectuais em postos importantes do partido e a adesão significativa desse segmento à proposta partidária petista ampliaram o perfil com o qual o PT se apresentou nas eleições de 1982, e em certo sentido, levaram-no a certa estigmatização: o partido veio a ser considerado por parte da imprensa, e mesmo parte do meio político e intelectual como "partido de estudantes", dado que atraía o voto e a militância dos meios universitários.

Da mesma forma, como já apontamos, os parlamentares tiveram importância significativa no período de formação do partido, fator que lhes conduziu à figuração nos quadros de direção desde o início.

Teoricamente, sua atuação esteve restrita aos limites da linha política do PT definida pela preponderância dos trabalhos de base sobre a política parlamentar-institucional.

Apesar do estabelecimento de diretrizes restritivas à atuação parlamentar, este grupo não estabeleceu qualquer conflito com o partido até as eleições de 1982. Vale ressaltar nesse sentido, que as restrições teóricas à organização parlamentar no partido, tal como a sujeição da nomeação de líderes e da contratação de assessores às instâncias diretivas, não se viabilizaram na prática. Além da influência objetiva possibilitada pela presença nos órgãos de direção, este grupo tornou-se bastante definido, composto de por volta de 100 membros assessores.

O segundo dos blocos internos definidos no momento inicial de organização do partido compôs-se da maior parte dos grupos de esquerda. Tais grupos, fundados em forte doutrinário, mobiliz-

zavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano, ou mesmo condenando, o processo de institucionalização partidária (7).

Esses grupos de esquerda não se converteram cada qual em facções definidas com linhas específicas dentro do partido (8), o que dificulta identificar o peso de sua influência em decisões partidárias e na composição dos órgãos internos.

No entanto, três orientações políticas básicas definiram sua atuação nesse primeiro momento. Inicialmente, observa-se uma orientação fundada na idéia de que o partido deveria organizar-se como frente política de massas. Essa orientação foi sobretudo representada pelo MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado.

Para esse grupo, o significado do PT era o de uma composição partidária ampla e frentista, constituída num espaço de atuação dos vários agrupamentos de esquerda, de caráter lático - "uma frente transitória de massas" (9).

Uma segunda orientação afirmava basicamente a indiferença à legalização do partido, mas definia-se pela sua construção e desenvolvimento, no sentido de, a médio ou longo prazos, organizar uma vanguarda marxista-leninista que teria como condição básica a união dos militantes de esquerda do partido. Essa orientação era representada sobretudo pelos grupos de tendência trabalhista: o Secretariado Unificado, que se expressava pelo jornal Em Tempo, e por parte do grupo LIPELU - Liberdade e Luta, tendência estudantil denominada atualmente de Fração Quarta-Internacionalista. Sua forma de atuação no partido dava-se pela publicação de folhetos e propostas políticas, e pela tentativa de obtenção de postos no partido (10).

Finalmente, uma terceira orientação política configurou-se mais como uma tendência partidária (11), caracterizada sobretudo por uma atuação propagandística paralela às diretrizes oficiais do PT. Essa orientação mostrou concepções sectárias sobre o partido dentro do próprio conjunto de grupos de esquerda: definia o grupo sindicalista como "burocracia leninista", "contra-revolucionária", no sentido de apontar que estava desligado da classe operária. Além disso, definia Lula como líder que "paralisa o movimento de massas em função de acordos com o regime"(12). Os principais representantes dessa orientação eram a Convergência Socialista e a tendência ligada à OSI - Organização Socialista Internacionalista.

Já o segundo momento da dinâmica dos grupos internos do PT não mais se definiu pelo debate em torno da inserção político-institucional do partido, e sim pela participação nas eleições de 1982. Tratava-se então de viabilizar uma redistribuição do poder interno segundo o desempenho eleitoral de cada grupo, através da distribuição das indicações de candidatos.

Esta foi uma preocupação observada predominantemente nos grupos de esquerda, segundo a qual o debate ideológico fora canalizado pela disputa na escolha dos candidatos aos cargos eleitorais proporcionais em jogo.

É difícil identificar amplamente as formas de ação desses grupos nessa disputa. Algumas situações, no entanto, podem ser apontadas como mecanismos de obtenção de sobre-representação nas convenções partidárias para escolha de delegados, como a concentração

de militantes em diretórios distritais, ou a transferência de títulos de eleitor para distritos eleitorais específicos (13).

Vale ressaltar, no entanto, que o partido uniu-se em torno das indicações dos candidatos aos cargos majoritários: Lula para o governo do estado, Hélio Bicudo como vice-governador, Jacob Bittar para o senado e Lélia Abramo como suplente.

O que deve ser frisado neste item é o fato de que apesar de ter-se configurado uma dinâmica conflitiva entre grupos no momento de organização inicial do partido, esta deu-se no âmbito restrito da elaboração do perfil ideológico partidário. Quanto ao aspecto organizacional específico, o potencial de militância representado pelo conjunto global dos grupos internos conferiu ao PT paulista um crescimento singular frente aos outros partidos.

...as bases partidárias no estado

Este item é basicamente descritivo, e visa demonstrar que dada a rapidez com a qual o PT se organizou no estado de São Paulo, parece correto supor que o partido apresentou-se na arena político-partidária como uma proposta política nova bastante viável, tanto nos grandes centros urbanos como em boa parte do interior paulista.

Para obter do Tribunal Superior Eleitoral o registro partidário provisório em 1º de dezembro de 1980, o PT conseguiu constituir comissões em 15 estados da federação: Acre, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas, Minas Gerais, Rio

de Janeiro, Bahia e São Paulo. No âmbito parlamentar, até setembro de 1981, o PT possuía ao nível federal 5 deputados (2 em São Paulo, 1 em Mato Grosso do Sul, 1 no Maranhão e 1 em Santa Catarina), ao nível estadual 8 deputados (6 em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro e 1 em Goiás) e ao nível municipal, 39 vereadores (11 no estado de São Paulo, 8 no Rio Grande do Sul, 2 no Amazonas e 1 vereador em cada um dos seguintes estados: Paraná, Pernambuco, Maranhão, Pará, Santa Catarina e Ceará). O partido contava ainda com um prefeito no município de Cumari (GO) e 4 vice-prefeitos, sendo um no município de Piracicaba (SP), e em municípios de Minas Gerais, Paraná e Amazonas.

A etapa seguinte foi constituir diretórios em no mínimo 9 estados, e em 20% dos seus respectivos municípios no prazo de 12 meses, tal como estabeleciam as exigências da L.D.P.P..

Essas exigências legais conformaram dificuldades significativas à organização do partido, especialmente em São Paulo, devido ao número de municípios: com um total de 572 municípios, ficava estabelecido que o PT deveria organizar-se em no mínimo 114 (20%).

É necessário ressaltar a velocidade com a qual o PT organizou suas bases em São Paulo. Segundo dados da Secretaria de Organização do partido, o PT passou de 20 Comissões Municipais Provisórias organizadas até setembro de 1980, para 120 em meados de 1981, incluindo os distritos da capital. Em novembro de 1982, próximo às eleições, o número total de diretórios era 222, sendo 149 no interior e 54 na capital (na época das eleições o partido perdeu 3 diretórios distritais na capital paulista).

Esse trabalho de organização estava estruturado sobre 322 núcleos de base, com 6.441 militantes. Sem dúvida, essa in-

Infraestrutura partidária, concentrada sobretudo na capital, garantiu certo contingente de militância disponível para o andamento da campanha eleitoral de 1962.

Os dados da Tabela I, abaixo, permitem observar a distribuição da infraestrutura partidária no estado de São Paulo:

TABELA I

**ORGANIZAÇÃO DO PT NO ESTADO DE SÃO PAULO. POR REGIÕES
DO ESTADO E ZONAS DA CAPITAL - 1982**

REGIÕES	NÚMERO DE DIRETÓRIOS	NÚMERO DE NÚCLEOS	NÚMERO DE MILITANTES	NÚMERO DE FILIAADOS
Capital				
. Sul	6	49	1.021	2.921
. Sudeste	7	23	613	5.736
. Sudoeste	8	11	267	3.289
. Centro	10	7	168	3.144
. Noroeste	10	14	376	4.843
. Norte	4	14	327	2.920
. Leste I	7	11	225	3.415
. Leste II	5	16	438	3.435
TOTAL DA CAPITAL	57(**)	148	3.435	29.703
TOTAL DO ABC(*)	7	34	737	7.502
TOTAL DA GRANDE SÃO PAULO	81	220	5.102	44.951
. Baixada Santista	7	1	21	2.910
. Vale do Ribeira	3	-	-	192
. Vale do Paraíba	10	3	160	2.608
. Sorocaba	13	4	106	2.137
. Piracicaba	12	-	-	3.385
. Campinas	11	22	520	4.144
. Mogiana	11	-	-	1.090
. Araraquara	17	7	189	2.390
. Alta Mogiana	9	1	27	2.325
. Alta Araraquarense	7	-	-	1.244
. Bauru	11	1	21	1.374
. Alta Noroeste	6	7	163	835
. Marília/Presidente Prudente	8	6	132	1.348
TOTAL DO INTERIOR	125	52	1.339	25.982
TOTAL GERAL DO PARTIDO EM SP	206	272	6.441	70.933

(*) estes dados estão salientados dada a importância da região

(**) até novembro de 1982, o PT perdeu 3 diretórios na capital

FONTE: Secretaria de Organização do PT-SP - Boletim Informativo de fevereiro/1982

Esses dados demonstram que os maiores núcleos de organização e infraestrutura do PT no período estudado concentram-se na Zona Sul da capital, seguida pela região do ABC. Na Zona Sul, com efeito, observa-se a mais equilibrada relação entre filiados e militantes do partido tanto da capital como do interior do estado. No entanto, a média de 22 militantes por núcleo de base em todo o estado permite supor um contingente bastante significativo de militância pelo partido.

No que respeita ao processo de filiação, o PT destacou-se mais uma vez pela rapidez e magnitude de seu crescimento.

A Tabela II, a seguir, demonstra que num curto espaço de tempo de 18 meses (março/81 a setembro/82), o número de filiados do PT creceu 80.4 vezes no estado de São Paulo, enquanto seus maiores concorrentes eleitorais, POS e PMDB, no máximo dobraram a estrutura partidária constituída sob as siglas anteriores.

Esse crescimento na capital é ainda maior - **152.4** vezes, contra a praticamente mantida estrutura do PDS e apenas o dobro da estrutura do PMDB (Tabela III). No interior do estado, o tamanho do crescimento da estrutura petista é menor, praticamente metade do observado na capital - **41.7 vezes** (Tabela IV). No entanto, comparado tanto aos grandes quanto aos pequenos partidos, este é também bastante significativo.

EVOLUÇÃO DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO (*) (**) (***)

(1980-1982)

	DEZEMBRO/80	MARÇO/81	JUNHO/81	SETEMBRO/81	DEZEMBRO/81	MARÇO/82	JUNHO/82	SETEMBRO/82
PMDB	113.945	113.615	117.760	134.731	149.478	229.493	276.189	274.335
PTB	29.273	45.007	45.659	46.659	50.618	54.015	59.404	59.207
PDS	286.346	290.771	293.770	322.066	345.272	352.593	369.257	370.074
PP	5.609	53.977	60.215	63.179	72.820	incorporação	-	-
PDT	1.389	11.176	39.360	40.915	45.303	48.743	50.638	50.215
PT	-	1.053	63.284	66.318	73.606	78.539	84.354	84.906

(*) eleitorado total em '1982 do estado de São Paulo: 13.144.018

(**)Filiação Anterior: Arena-1979: 694.394

MDB - 1979: 209.201

FONTE: TRE-SP

TABELA III

EVOLUÇÃO DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA-CAPITAL PAULISTA - (1980-1982)

	DEZEMBRO/80	MARÇO/81	JUNHO/81	SETEMBRO/81	DEZEMBRO/81	MARÇO/82	JUNHO/82	SETEMBRO/82
PMDB	27.802	26.074	26.336	27.588	28.358	49.855	53.200	52.982
PTB	5.837	10.931	10.921	12.388	13.550	14.059	15.065	15.552
PDS	43.037	41.392	41.550	45.422	47.126	47.249	47.998	47.991
PP	187	14.946	18.763	20.049	21.423	incorporação	-	-
PDT	697	5.397	12.992	13.227	14.922	15.145	15.167	15.113
PT	-	208	29.232	29.739	31.013	32.014	32.536	32.748

(*) eleitorado em 1982 na capital do Estado: 4.852.171

FONTE: TRE-SP

TABELA IV

EVOLUÇÃO DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA-INTERIOR DE SÃO PAULO - (1980-1982)

	DEZEMBRO/80	MARÇO/81	JUNHO/81	SETEMBRO/81	DEZEMBRO/81	MARÇO/82	JUNHO/82	SETEMBRO/82
PMDB	86.143	87.541	91.524	107.143	121.120	179.638	222.989	221.353
PTB	23.436	34.076	34.655	34.271	37.068	39.956	44.339	43.655
PES	243.309	249.379	252.220	276.644	298.146	305.344	321.259	322.083
PP	5.422	39.031	41.452	43.130	51.397	incorporação	-	-
PDT	692	5.779	26.368	27.688	30.381	33.598	35.471	35.102
PT	-	845	34.052	36.579	42.593	46.525	51.818	52.158

(*) Eleitorado em 1982 no interior do Estado: 8.561.847

FONTE: TRE-SP

Esses dados, em resumo, permitem supor a rápida aceitação da proposta petista sobretudo nos grandes centros. Além disso, o que apresentamos até agora vem de encontro às afirmações da bibliografia sobre partidos de massa, que aponta a presença de fortes bases estruturais e de um significativo potencial de militância como fatores de crescimento e fortalecimento característicos de partidos de origem externa (14).

Os dados apresentados sobre filiação-partidária no entanto, necessitam certa ressalva. Entendida como grau de participação política e comparada ao tamanho do eleitorado, verifica-se que a filiação partidária é bastante baixa para todos os partidos. A Tabela II acima permite calcular que o total de filiação no estado de São Paulo em 1982 é de apenas 6% de seu eleitorado, o maior do país. Isto permite supor, a grosso modo, que é baixo o grau de mobilização político-partidária da população como um todo.

No entanto, ao analisarmos restritamente os novos pequenos partidos, mais uma vez o PI se destaca. A Tabela Va demonstra que o PT obtém a maior proporção de filiados entre os pequenos partidos, e não estabelece grande diferença dos grandes partidos, PSD e PMDB, na capital paulista. Comparado ao total de filiados a algum partido no estado, o PT concentra 10% do total, contra 7% do PTB e 6% do PDT, 33% do PMDB e 44% do PSD (Tabela Va).

TABELA VA

PROPORÇÃO DO ELEITORADO PAULISTA FILIADO AOS PARTIDOS
POLÍTICOS EM SETEMBRO DE 1982 (%)

	ELEITORADO	PMDB	PTB	PDS	PDT	PT
Capital	4.582.171	1.2	0.3	1.0	0.3	0.7
Interior	8.561.847	2.6	0.5	3.8	0.4	0.6
Região do ABC	920.681	3.2	0.6	1.0	0.6	1.1
Estado de São Paulo	13.144.018	2.1	0.5	2.8	0.4	0.6

FONTE: TRE-SP

TABELA VB

PROPORÇÃO DE FILIADOS DE CADA PARTIDO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FILIADOS
AOS PARTIDOS POLÍTICOS PAULISTAS EM SETEMBRO DE 1982 (%)

	FILIADOS	PMDB	PTB	PDS	PDT	PT
Capital	164.386	32.2	9.5	29.2	9.2	20.0
Interior	674.351	32.8	6.5	47.8	5.2	7.7
Região do ABC	59.925	49.8	8.5	15.7	8.6	17.2
Estado de São Paulo	838.737	33.0	7.0	44.0	6.0	10.0

FONTE: TRE-SP.

TABELA VI

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CAPITAL E NO INTERIOR
DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1982

PARTIDOS	Nº DE DIRETÓRIOS NA CAPITAL (1)	Nº DE DIRETÓRIOS NO INTERIOR (2)	TOTAL DE DIRETÓRIOS NO ESTADO
PDS	55	566	621
PMDB	52	550	602
PTB	31	186	217
PDT	32	158	190
PT	54	149	203

(1) há 56 distritos administrativos na capital paulista.

(2) há 572 municípios no interior do estado.

FONTE: TRE-SP (dados de 24.11.82).

Quanto ao número de diretórios organizados, o PT detinha em 1982 o 4º lugar no estado de São Paulo, sendo o 5º no interior (Tabela VI). Este dado reflete claramente as dificuldades impostas pela legislação partidária aos pequenos partidos no processo de constituição de suas bases.

No entanto, na capital paulista o PT igualou-se aos grandes partidos. A Tabela VI indica que o PT organizou-se em mais diretórios distritais que o PMDB, e traçou uma diferença de quase 20 diretórios para com os pequenos partidos, PTB e PDT. Pode-se afirmar, portanto, que na capital paulista a rápida e substancial aceitação da proposta petista e sua organização em um número significativo de bases partidárias permitiram que se configurasse uma disputa equânime com os grandes partidos.

..organização da campanha eleitoral

O lançamento oficial da campanha eleitoral do PT deu-se em 21 de abril de 1982.

A organização da campanha foi unificada em todo o país. Em maio de 1982 foi criado o Comitê Eleitoral Unificado - CEU - com o objetivo de centralizar a distribuição das finanças e a organização da campanha nos órgãos de direção do partido, nos diversos níveis municipal, estadual e nacional.

A unificação da campanha visou garantir a todos os candidatos igual acesso aos recursos do partido. No plano financeiro, esta diretriz tomou corpo na criação do Fundo Financeiro Comum.

que funcionava sob um sistema de distribuição piramidal das arrecadações. Assim, o partido estabeleceu contribuições mensais compulsórias a todos os filiados, em quantias proporcionais à situação financeira particular. As somas arrecadadas eram distribuídas em 40% para os núcleos, 30% para os Diretórios Municipais ou Distritais, 20% para o Diretório Estadual e 10% para o Diretório Nacional (15).

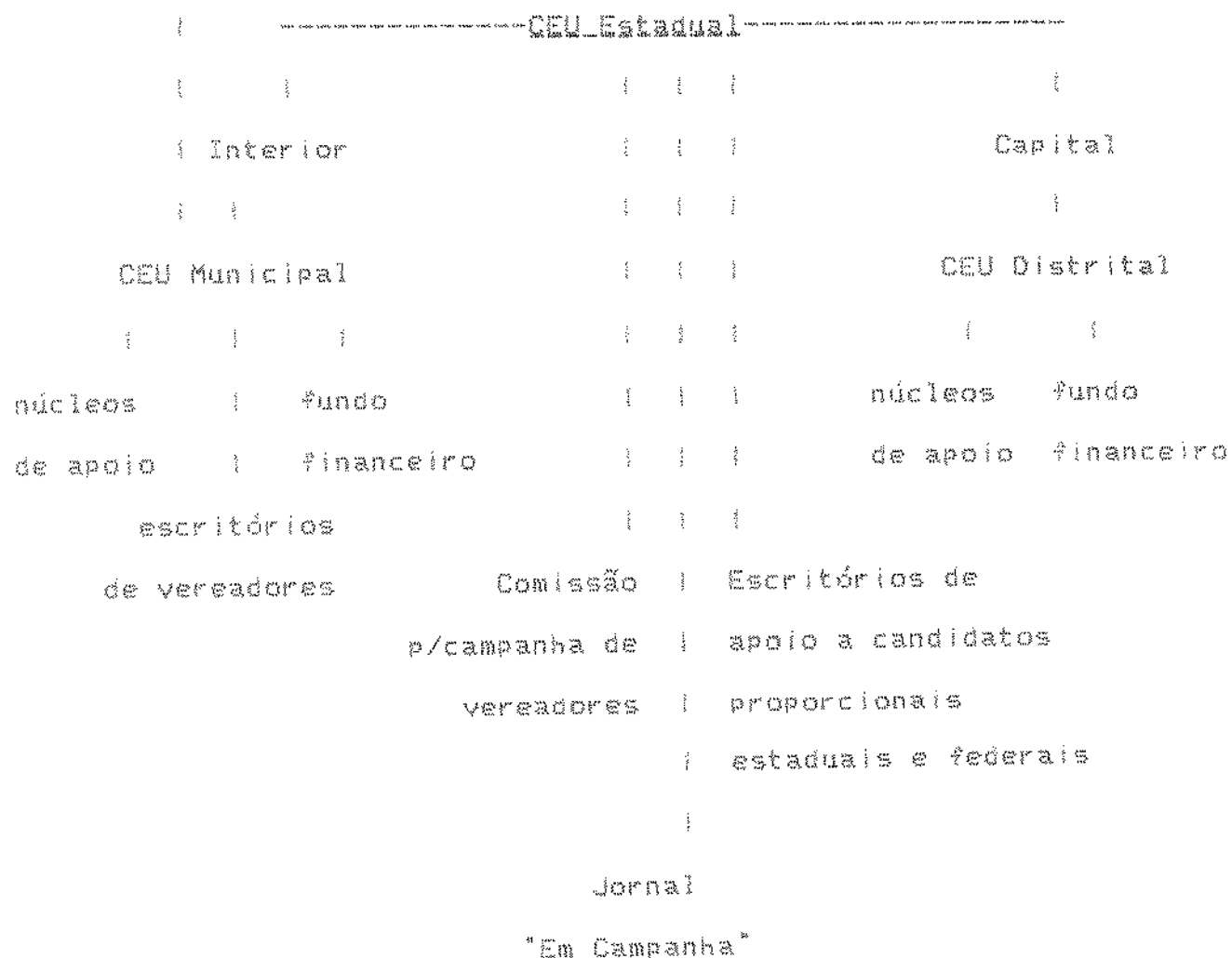
Quanto às arrecadações por atividade, as somas obtidas pelos CEUs estaduais eram todas revertidas para o Fundo Comum, e as obtidas pelos CEUs Municipais ou Distritais, e candidatos proporcionais, eram revertidas para o Fundo conforme taxações específicas. Em São Paulo, essas taxas eram estipuladas em 30% para os CEUs Municipais e Distritais, 30% para os candidatos e 60% para os CEUs dos núcleos.

Apesar da centralização dos recursos financeiros, o plano de sua distribuição estabeleceu prioridades. Os recursos destinavam-se inicialmente aos candidatos majoritários estaduais, em seguida, aos majoritários municipais, e finalmente, aos proporcionais.

No plano das atividades de apoio aos candidatos, o partido definiu diretrizes menos rígidas. Foram formados núcleos de apoio por áreas geográficas, por categoria, locais de trabalho e de estudo. Aos candidatos proporcionais foi permitido pelo partido organizar escritórios particulares de trabalho. Essa estrutura de funcionamento é demonstrada no organograma a seguir (16):

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL



Nessa estrutura de organização, as possíveis diferenças de recursos entre os candidatos procuravam ser suprimidas com a formação pelo CEU Estadual de uma lista de candidatos que garantia ordenadamente a presença de todos os candidatos proporcionais nas caravanas dos candidatos majoritários pelo interior do estado.

Em linhas gerais, o trabalho do partido na campanha eleitoral caracterizou-se pela maximização do potencial de mili-

tância que conseguiu arregimentar durante seu processo de organização. Não está feita aqui a descrição da dinâmica do trabalho eleitoral, uma vez que não realizamos um intenso acompanhamento de todas as atividades partidárias.

Finalmente quanto à questão financeira, como partido pequeno e sem recursos suficientes para enfrentar em condições de igualdade os partidos fortes, PSD e PMDB, os esforços do PT foram dirigidos para o trabalho de obtenção de fundos, através da realização de bailes, quermesses, festas, vendas de bônus, etc.

os candidatos em São Paulo

Apesar das dificuldades organizacionais, o PT conseguiu preencher todos os requisitos exigidos pela lei eleitoral para a participação nas eleições de 1982. O partido lançou candidatos em todos os níveis em 173 municípios de São Paulo (17), e ainda conseguiu que a quase totalidade dos registros de candidatos fosse aceita pelo TRE-SP (18). No total, o PT lançou em São Paulo 68 candidatos à Assembleia Legislativa, 38 à Câmara Federal e, na capital, 66 candidatos à vereança (19).

Os requisitos de escolha dos candidatos são uma importante singularidade do PT frente aos demais partidos. Foram estabelecidos parâmetros rígidos para formação das chapas de candidatos, as quais deveriam ser "politicamente fortes", fundadas num trabalho militante em torno da Plataforma e Tática Eleitorais do PT, e "eleitoralmente viáveis", de forma a lançar maior número possível de candidatos e que fossem baseadas no vínculo com os movimentos populares e na

representação das bases partidárias (20).

Em circular distribuída aos núcleos de base, o partido procurou orientar seus membros na indicação de candidatos, segundo a avaliação de alguns pontos fundamentais: fidelidade e assiduidade ao partido, prática e atuação junto à população do bairro nos movimentos reivindicativos e ainda a avaliação da conduta pessoal quanto à responsabilidade, disciplina e equilíbrio emocional. Neste último ponto, a orientação partidária reiterava a idéia da competência política do trabalhador comum: "(...) A pessoa deve possuir uma conduta pessoal, conduta essa muito importante para o povo trabalhador; nessa conduta pessoal a gente só não leva em conta o grau escolar de pessoa." (21).

O partido definiu-se contrário à regra do candidato natural (22), e estabeleceu compromissos prévios ao mandato com os candidatos escolhidos, como o mandato imperativo, a contribuição compulsória de 40% dos proventos ganhos pelo parlamentar, e a vinculação com os órgãos de direção para a contratação de assessores e à indicação das lideranças de bancadas (23).

as chapas os candidatos

A chapa dos candidatos majoritários estaduais de São Paulo trazia o maior "trunfo eleitoral" do partido em todo o país: Luís Inácio da Silva. Ao lado dele, Hélio Alcides, para vice-governador, representava os expressivos setores do partido ligados à Igreja. Sua candidatura expressava uma das idéias centrais da Plataforma Eleitoral: moralismo e anti-corrupção (24).

Os candidatos ao Senado procuraram representar o setor mais expressivo do partido: os sindicalistas, ligados ou não aos grupos de esquerda abrigados no PT. Assim, para o Senado foi lançado Jacob Ritter (pres. do Sind. Petroleiros de Campinas e Paulínia); como suplente Lella Abramo, atriz de teatro e televisão, e como 2º suplente, Devair Ribeiro, sindicalista, então presidente do Diretório Regional do PT-SP.

As chapas de candidatos proporcionais não conseguiram, em geral, ser fiéis à proporção de grupos existentes no partido. A grosso modo, apenas 22% dos candidatos à Assembleia Legislativa, e 18% à Câmara Federal representavam os sindicalistas da indústria metalúrgica da região do ABC, os quais, como vimos anteriormente, eram o grupo predominante no partido no período estudado.

A grande parte restante dos candidatos foi fracionada sobretudo entre os grupos de esquerda que, por influência de indicações de núcleos de base, conseguiram um boa parcela de candidatos. Vários candidatos apresentados compunham ainda representação específica dos movimentos populares, da Igreja e dos intelectuais (ver a lista dos candidatos em anexo).

Quanto ao grupo de parlamentares, o PT apresentou 9 candidaturas: Eduardo Suplicy, Irma Passoni, Ailton Soares, Bete Mendes e Benedito Marcílio para a Câmara Federal, e José Breda, Geraldo Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro e Sérgio dos Santos para a Assembleia Legislativa.

é necessário ressaltar a singularidade do PT frente aos demais partidos paulistas quanto às características de idade, nível de escolaridade e experiência parlamentar de seus candida-

tos.

Segundo dados de pesquisa realizada pela *Revista Isto é* (25), a grande maioria dos candidatos petistas concorria à sua primeira legislatura. Para a Câmara Federal, 75.7% dos candidatos do PT candidataram-se pela primeira vez em eleições, contra 27.5% do PMDB e 18.5% do PTB, as duas menores proporções de candidatos iniciantes. Para a Assembleia Legislativa, 85.5% dos candidatos petistas eram novos na política (Quadro 1):

QUADRO 1

Proporção dos candidatos dos partidos que concorreram à sua primeira legislatura na Câmara Federal e Assembleia Legislativa em 1992

Partidos	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
POS	41.7%	51.8%
PDT	61.5%	60.0%
PT	75.7%	85.5%
PTB	18.2%	60.0%
PMDB	27.5%	55.3%

Fonte: Revista Isto é, nº308, pg48.

Quanto à idade, mais da metade dos candidatos do PT à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa, respectivamente 51.5% e 54.9%, encontravam-se com idade na faixa entre 16 e 25 anos, contra proporções bastante baixas para todos os demais partidos (Quadro 2):

QUADRO 2

Distribuição dos candidatos dos 5 partidos à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa em 1982, por faixa etária

Part.	Câmara Fed.			Assemb. Legisl.		
	16-25anos	36-55anos	56anos e +	16-25anos	36-55anos	56anos e +
PDS	6.2%	45.8%	48.0%	15.4%	69.0%	15.1%
PDT	-	77.0%	23.0%	15.0%	75.0%	10.0%
PT	51.5%	48.5%	-	54.9%	43.5%	1.6%
PTB	9.0%	36.4%	54.6%	20.0%	53.4%	26.6%
PMDB	12.5%	75.0%	12.5%	23.5%	68.7%	7.8%

Fonte: Revista Isto é, nº308, pg.46

Finalmente, quanto ao nível de escolaridade, o PT e o PMDB foram os únicos partidos que apresentaram candidatos à Câmara Federal com apenas nível primário, respectivamente, 15.2% e 2.5%; sendo que as maiores proporções para todos os partidos (inclusive PT) concentravam-se no nível universitário. Para a Assembleia Legislativa, as proporções encontradas também concentravam-se no nível universitário, mas o PT apresentou a menor dentre os partidos: 59.7% (Quadro 3).

QUADRO 3

Distribuição dos candidatos dos 5 partidos à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa em 1982 por nível de escolaridade

Part.:	Câmara Federal			Assembleia Legislativa		
	primár.	secundár.	universit.	primár.	secundár.	universit.
PDS	—	4.2%	95.8%	2.7%	14.1%	81.2%
PDT	—	23.1%	76.9%	5.0%	20.0%	75.0%
PT	15.2%	18.2%	66.6%	14.5%	25.8%	59.7%
PTB	—	9.1%	90.9%	6.7%	—	93.3%
PMDB	2.5%	10.0%	87.5%	4.0%	9.0%	86.2%

Fonte: Revista Isto é, nº308, ps.47

Esses traços característicos dos candidatos petistas conformam mais uma singularidade trazida pelo partido na arena

político-partidária. O PT traçou uma diferença básica com o que se denomina "político tradicional": contra o perfil do indivíduo diplomado, com experiência na política e, conseqüentemente numa faixa de idade maior, boa parte dos candidatos petistas não tinha qualquer experiência parlamentar, era bastante jovem e figurava nas faixas escolares de níveis primário e secundário.

Procuramos neste item mostrar ao leitor como se deu o processo de organização do Partido dos Trabalhadores em São Paulo desde as primeiras mobilizações até sua participação nas eleições de 1982. Todo esse processo procurou ocorrer dentro de uma dinâmica de funcionamento singular, fundada em mecanismos efetivos de participação das bases partidárias. A apresentação desse modelo de organização e funcionamento é assunto do próximo item.

Modelo de organização: o novo formato de participação partidária

Além da influência sobre a agenda do processo de formação do PT e sobre a composição interna das forças políticas no partido até 1982, a estreita relação do PT com as mobilizações do novo sindicalismo teve ainda um significativo papel sobre a constituição do formato organizacional petista e dos mecanismos de participação intrapartidária.

Como é sabido, já desde o início dos anos 70 o novo sindicalismo mostrara esforços no sentido de pressionar por mudanças em direção à democratização da atividade sindical. Dessa forma,

procurou desenvolver mecanismos que transformassem a dinâmica dos sindicatos, ampliando a participação de base através de novas formas de delegação de poder. Do mesmo modo, conforme pouver-se observar durante as greves de 1978, 79 e 80 no ABC, as grandes assembleias plebiscitárias traduziam claramente a simpatia pelas formas de democracia direta como meio de condução das mobilizações. Não é demais lembrar que tais pressões pela democratização figuraram como ponto constante nas pautas das greves do ABC paulista, e expressavam o alto teor político das reivindicações do novo sindicalismo no âmbito das formas de representação (26).

Essa importância dada aos mecanismos de representação na condução do movimento sindical parece ter tido certo reflexo na proposta de democracia partidária apresentada pelo PT.

A proposta petista de organização partidária interna funda-se essencialmente no princípio de democracia participativa. Enquanto forma de democracia direta, permeada pela ideia de maximização da participação dos indivíduos nas decisões políticas, a proposta de democracia participativa petista procura viabilizar o maior envolvimento de seus filiados no processo decisório partidário (27). Contraditoriamente, no entanto, e provavelmente em função das dificuldades de operacionalização das formas diretas de participação, o participacionismo petista traduz a simpatia pela democracia direta em mecanismos institucionalizados de representação.

Trata-se, portanto, de uma proposta de democratização das bases partidárias que visa diminuir a distância destas com a própria organização.

Nesse sentido, como veremos adiante, a proximidade

que o PT estabeleça ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrático, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido.

...a organização interna

Como é sabido, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos estabelece a composição e a dinâmica dos órgãos intra-partidários, impondo certa rigidez organizacional a todas as agremiações (28). Dessa forma, dificilmente encontram-se traduzidas nos estatutos da maioria dos partidos existentes algumas importantes diferenças no seu funcionamento e organização interna.

Afirmamos anteriormente que o PT se adequa ao modelo organizacional dos partidos de massa definido por Duverger, pois caracteriza-se por uma organização interna intensa, visa garantir um intenso envolvimento dos seus filiados com o partido, apresenta um distribuição centralizada de poder e constitui uma relação específica com seus parlamentares (ver cap.1). Vejamos como esses pontos são traduzidos nos seus estatutos e em que medida se destacam frente às normas estabelecidas pela L.O.P.P.

Inicialmente, é na organização de base do PT que reside a diferença básica com os outros novos partidos brasileiros, e onde se estabelece o principal destaque frente à L.O.P.P.: o PT fundamenta sua organização sobre mecanismos que procuram viabilizar uma maior articulação entre o partido e suas bases partidárias - as células de base.

A institucionalização desse mecanismo deixa clara a preocupação dos organizadores do partido em formular uma proposta de organização fundada efetivamente nas suas bases sociais:

"(...)As bases de seus núcleos constituem a primeira instância obrigatória no processo de elaboração do programa." (29)

Aos núcleos de base é conferido ainda o papel de articulador, de nexo entre partido e sociedade, o elemento que torna possível ao PT sua constituição como partido de massa:

"(...)é preciso que esses núcleos saibam recolher a riqueza e a variedade de questões colocadas pelos movimentos sociais mais diversos: sindicatos, associações, comunidades, movimentos de libertação de setores discriminados ou estigmatizados, entidades estudantis, pastorais da Igreja e outros grupos religiosos, etc." (30).

Os núcleos de base não são órgãos estabelecidos pela L.O.P.P. e não figuram nos estatutos de qualquer outro partido político. São concebidos como locus de organização democrática partidária de base e de educação política, e sua composição é dada por filiados de um mesmo domicílio eleitoral, organizados segundo local de moradia, categoria profissional, local de trabalho ou movimentos sociais (Estatutos do PT, art.35*-37*). O registro de um núcleo de base só é obtido mediante proposta de contribuição financeira regular, exceto nos casos em que os filiados sem condição financeira pedem dispensa à Comissão Executiva do distrito ou município onde estão inscri-

tos.

Até a campanha de filiação organizada em 1981, o Regimento Interno do PT definia o número de membros dos núcleos de base em no mínimo 5 e no máximo 21. A estrutura interna dos núcleos de base inclui um coordenador, um secretário e um tesoureiro, e seu funcionamento é mensal.

Em linhas gerais, o perfil dos núcleos de base procura traduzir a essência da atividade partidária petista: uma atividade permanente, com reuniões regulares, fundada na militância de seus membros, e que dá preferência às ligações com os movimentos sociais frente às atividades especificamente eleitorais.

Suas características de composição e funcionamento podem ser definidas como um ligadismo de "seções socialistas" e "células comunistas", esta última de organização mais rígida e fechada. Esses dois elementos básicos de organização partidária caracterizam-se teoricamente por ter como funções comuns o trabalho de organização de base de seus partidos, e por serem locus da educação política de seus membros. Sua distinção reside na composição: a célula tem número restrito de membros e organiza-se por locais de trabalho; a seção prefere não restringir o número de membros e organiza-se por locais de moradia, categorias profissionais e locais de trabalho (OUVERGER, op. cit, pgs. 59-67).

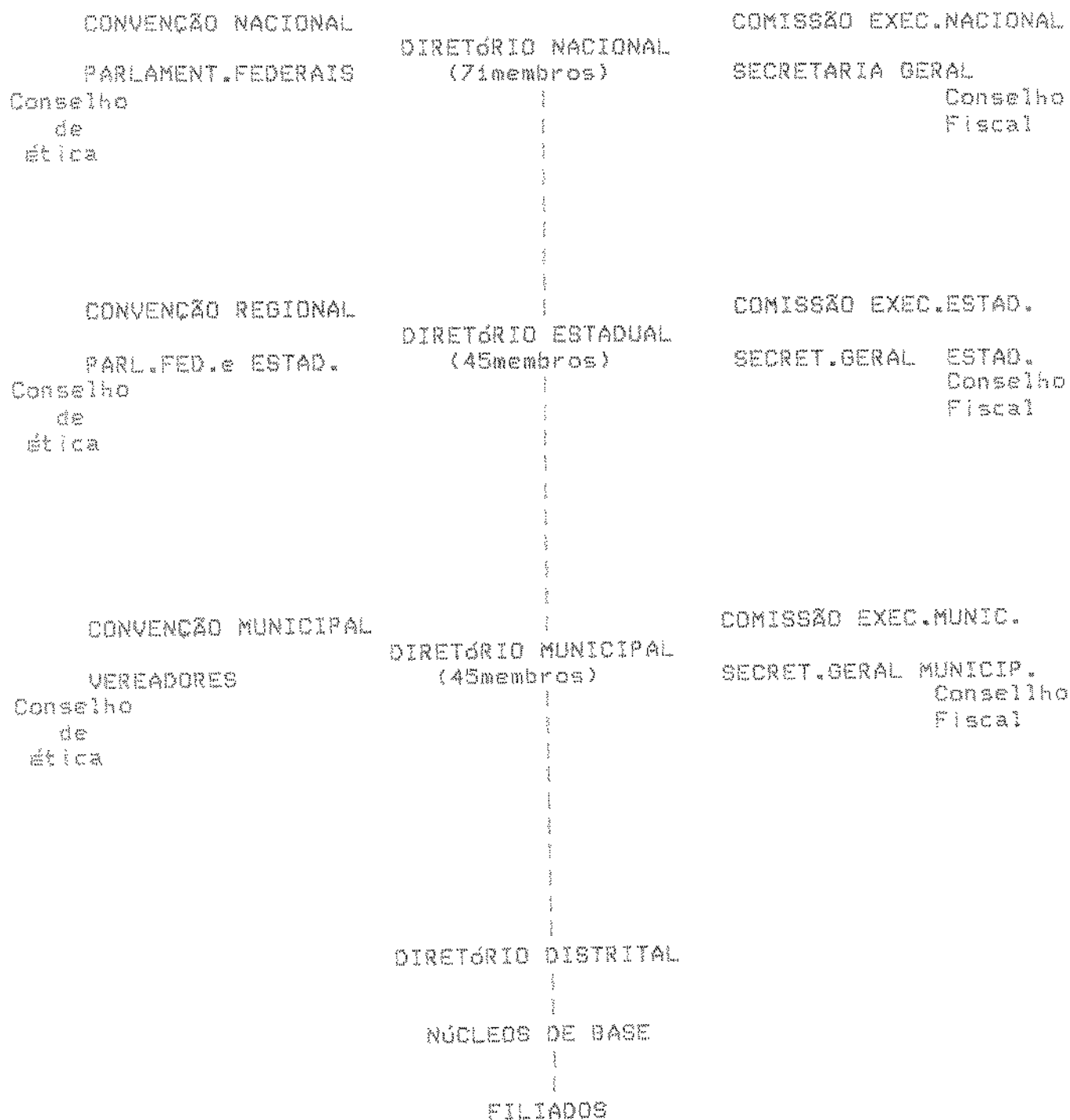
No âmbito organizacional legal, os núcleos de base divergem das normas da L.O.P.P. Esta lei estabelece como instância partidária básica de organização os diretórios distritais, que têm como função mais geral a organização eleitoral do partido (LOPP, art. 22). Dessa forma, por organizar-se sobre os vínculos com os movimentos po-

pulares e profissionais, sua parcela dos núcleos de organização do PT não é traduzida na estrutura partidária sob formato legal.

A proposta petista de maior articulação interna está também traduzida nas regras estabelecidas para filiação partidária. Os estatutos do PT expressam, de certa forma, a ideia "integralista" de partido que mencionamos no Capítulo 1, fundada no intenso envolvimento dos membros com o partido. O PT estabelece como funções dos filiados a participação assídua nas atividades partidárias, a contribuição financeira regular, a divulgação da ideologia exposta nos documentos partidários e o controle ético-disciplinar dos dirigentes e parlamentares (Estatutos do PT, art. 9º a 10º).

No entanto, se ao nível das bases partidárias o PT estabeleça certa distinção organizacional com as demais agremiações, no que respeita à organização partidária nos níveis municipal, regional e nacional, o PT basicamente não difere das normas estabelecidas pela L.O.P.P. O que apresentamos a seguir é o perfil mais geral da composição e das funções dos órgãos partidários do PT, apontando especificamente as características definidas legalmente.

ORGANOGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



Ao nível local, as funções deliberativas são exercidas pela Convenção Municipal. Esta é eleita por todos os filiados do partido no município, e composta dos membros do Diretório Municipal, dos parlamentares com domicílio no município, dos delegados à Convenção Regional e representantes dos diretórios distritais (31).

As principais funções da Convenção Municipal são: escolher os candidatos a cargos eletivos ao nível municipal; eleger e destituir a Comissão de Ética do município; aprovar as metas de ação do partido no âmbito municipal; aprovar as diretrizes políticas para Prefeito e vereadores, de acordo com as diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

As funções diretivas e executivas no âmbito local são atribuídas ao Diretório Municipal (32). Sua composição é de até 45 membros, incluindo o líder da bancada municipal (33), e suas atribuições principais incluem:

- a) escolher a Comissão Executiva Municipal;
- b) ampliar sanções disciplinares a filiados indicados pelo Conselho de Ética Municipal;
- c) estabelecer diretrizes para atuação dos vereadores do partido na Câmara Municipal;
- d) estabelecer a posição do partido sobre questões políticas de âmbito municipal, e o plano de ação segundo as orientações dos órgãos superiores;
- e) aprovar a constituição dos núcleos de base;
- f) aprovar o orçamento e balanço anual do Diretório;
- g) submeter à apreciação dos núcleos de base as diretrizes para atuação dos parlamentares e as opiniões sobre questões municipais.

A Comissão Executiva Municipal exerce especificamente as funções deliberativas no nível local (34). Sua composição de 5 membros é determinada por lei sendo: 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 secretário, 1 tesoureiro e o líder da bancada na Câmara Municipal (35).

Tanto no nível municipal quanto nos níveis estadual e nacional, está vinculada às respectivas Comissões Executivas, a Secretaria-Geral, e vinculadas a esta estão as Secretarias de Organização Financeira e de Imprensa e Propaganda.

Cabe à Comissão Executiva Municipal a convocação do Diretório e da Convenção Municipais; a convocação da bancada de vereadores para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara, e propor ao Diretório a criação de núcleos de base.

Os estatutos estabelecem ainda a organização de Diretórios Distritais em municípios com mais de 1 milhão de habitantes (36). Sua composição é de no máximo 15 membros e 5 suplentes, conforme determinação do Diretório Municipal.

As funções dos Diretórios Distritais são mais restritas, e limitam-se a eleger a respectiva Comissão Executiva, atualizar o cadastramento dos eleitores do distrito, participar dos movimentos de comunidades locais, participar das campanhas políticas de acordo com a orientação dos órgãos superiores, e definir questões específicas no âmbito do Distrito.

A Comissão Executiva Distrital, composta de três membros (presidente, secretário e tesoureiro) tem atribuições similares às do Diretório, além de, especificamente, promover campanhas de filiação partidária e de alistamento eleitoral.

Os órgãos de deliberação e de direção e ação nos níveis regional e nacional têm funções similares aos órgãos de nível local.

No nível estadual a Convenção Regional tem por funções principais:

- a) escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera estadual;
- b) examinar e decidir sobre a gestão do Diretório Regional;
- c) eleger e destituir a Comissão de ética do Diretório Regional;
- d) aprovar os planos e metas de ação do partido no âmbito regional, as diretrizes políticas para atuação dos deputados e do governador segundo o Programa, os estatutos do partido e as orientações dos órgãos superiores.

A Convenção Regional é convocada pelo Diretório Regional e composta dos membros deste órgão, dos delegados eleitos pelas Convenções Municipais, e dos parlamentares do partido de níveis estadual e federal que tenham domicílio eleitoral no estado ou território (37). O Diretório Regional é composto por no máximo 45 membros (38). Suas funções são similares às do Diretório Municipal a seu nível, tendo poder de reconhecimento e intervenção sob os Diretórios Municipais.

Quanto à Comissão Executiva Regional, suas atribuições limitam-se à convocação do Diretório e Convenção Regionais e às deliberações do Diretório Regional. Sua composição é de 1 presidente, 2 vice-presidentes, 1 secretário, 1 tesoureiro, o líder da bancada da Assembléia Legislativa e 2 vogais (39).

O órgão supremo do partido é a Convenção Nacional, composta dos membros do Diretório Nacional, dos delegados dos es-

tados e territórios e dos representantes do partido no Congresso Nacional. As principais funções deliberativas da Convenção Nacional são:

- a) eleição do Diretório Nacional;
- b) escolha dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República;
- c) aprovação dos planos de ação do partido e aprovação das diretrizes políticas para atuação dos parlamentares do partido.

O Diretório Nacional compõe-se de no máximo 71 membros, incluindo-se os líderes do partido no Senado e na Câmara dos Deputados e um membro eleito de cada Assembléia Legislativa (40).

Segundo os estatutos, e baseado na legislação partidária, a composição do Diretório Nacional deve ser completada, preferencialmente, por representações de categorias profissionais (41).

Além das atribuições similares ao Diretório Regional, o Diretório Nacional tem ainda por funções: aprovar o Regimento Interno, intervir ou destituir os Diretórios Regionais, e nomear a Comissão Especial de ética para atuação na esfera nacional.

A Comissão Executiva Nacional é composta de 1 presidente, 3 vice-presidentes, 2 secretários, 1 secretário geral, 1 tesoureiro geral, 2 tesoureiros, os líderes da bancada na Câmara dos Deputados e no Senado, e 4 vogais (42).

São definidos órgãos de cooperação do partido os núcleos de base, já analisados, os Conselhos de ética, os Conselhos Eleais e as Secretarias Nacionais, Regionais e Municipais. Com exceção dos núcleos de base, todos esses órgãos são estabelecidos pela L.O.P.P. (art.22).

Ao lado dos diretórios de cada nível de organiza-

ção do partido, municipal, regional e nacional, funciona um Conselho de Ética. Suas funções básicas são apurar e aplicar sanções disciplinares quando ocorrem violações de disciplina e ética partidárias exercidas por filiados, dirigentes e parlamentares do partido.

Do mesmo modo, ao lado de cada um dos três níveis de diretórios partidários funcionam Conselhos Fiscais, que têm por função a aplicação e contabilidade do partido.

O trabalho de "cooperação partidária" é exercido ainda pelas Secretarias de apoio, estabelecidas pelo Regimento Interno do partido. Parte da organização de secretarias expressa, a grosso modo, a mobilização dos grupos partidários internos. Esse é o caso das Secretarias Sindical e dos Movimentos Sociais, que traduzem as mobilizações dos grupos de mulheres, de negros, o setor sindical, etc. A formação de secretarias é precedida, geralmente, da organização de Comissões nos diretórios dos vários níveis.

Com relação à L.O.P.P., o destaque do PT quanto à formação de secretarias fica por conta da variedade de movimentos que procura expressar, dado que a Lei somente estabelece organização para os movimentos trabalhista e estudantil (43). No entanto, este não é um aspecto de destaque do PT frente aos outros partidos. Tanto os estatutos do PDS, quanto os do PMDB escapam da forma rígida de expressão dos movimentos colocada pela L.O.P.P.

Até 1982 funcionavam no PT ao nível municipal as Secretarias Sindical, de Filiação e Nucleação, Movimentos Sociais e Política Municipal. Ao nível regional e nacional, as Secretarias Jurídica, Sindical, de Política Agrária, de Finanças, Formação Política, Movimentos Sociais, Cultural, de Política Municipal, Estudantil e as Co-

missões de Mobilização, Propaganda e Organização.

Resta mencionar como órgãos de cooperação do PT a Fundação Wilson de Souza Pinheiro, centro de estudos econômicos, sociais e políticos fundado em 1982 (ver item anterior sobre os intelectuais) e o Jornal dos Trabalhadores, fundado em meados de março de 1982, que surgiu como órgão oficial do partido e iniciou suas atividades em torno da campanha eleitoral daquele ano.

Finalmente, no que respeita aos parlamentares do partido, o PT estabelece, através de regras de organização interna, uma relação bastante específica com esse grupo, definida por certo controle de suas atividades.

Como já vimos neste capítulo, o PT conseguiu apenas teoricamente controlar o avanço da organização do grupo parlamentar no partido durante o período estudado, dado que sua influência no processo de formação do PT foi bastante significativa. Mesmo submetendo (segundo diretrizes internas) a contratação de assessores e a indicação das lideranças das bancadas à aceitação das direções executivas, os parlamentares constituíram-se como um grupo interno bastante definido.

Contudo, tanto os estatutos quanto as diretrizes de atuação parlamentar (44) dão ênfase ao controle da atividade parlamentar propriamente dita. Assim, o art. 223 dos Estatutos do PT (ver nota 46) deixa claro que as decisões das bancadas parlamentares consideradas importantes devem ser tomadas após consulta aos núcleos de base. Da mesma forma, segundo as diretrizes, as iniciativas de projetos de lei oriundas tanto dos organismos partidários quanto dos parlamentares, devem ser sempre submetidas à aprovação dos núcleos de base.

Nesse sentido, a proposta de controle partidário resume-se na formação de mecanismos de garantia da participação e controle das bases das decisões partidárias ao nível parlamentar. Tais formas de controle constituem o perfil do mandato imperativo, e visam basicamente a unidade e lealdade dos parlamentares em torno das orientações oficiais do partido (Estatutos do PT, artº76 - ver nota 46).

Por último, resta colocar que tal relação específica entre parlamentares e o Partido dos Trabalhadores implica no estabelecimento de um maior compromisso objetivo daqueles com o partido. Essa idéia é traduzida pela diretriz que estipula a doação de 40% dos proventos de cada parlamentar no Congresso ao Fundo Partidário.

..os mecanismos para o funcionamento democrático

No que respeita especificamente ao funcionamento democrático interno, o PT procura estabelecer no seu perfil formal regras de garantia de participação e controle das bases no processo decisório do partido.

Nesse sentido, a proposta participativa petista parece espelhar a preocupação mais geral com a tendência à oligarquização das estruturas partidárias (45). Com efeito, os estatutos do partido regulam a obrigatoriedade da consulta às bases no processo decisório, numa dinâmica que inclui reuniões das várias Comissões executivas, as quais são órgãos representantes de suas propostas (46).

Como se observa, tais medidas estatutárias visam não apenas a garantia de maior participação das bases, como também o controle por estas da atuação dos quadros partidários.

Não cabe aqui discutir a viabilidade operacional dos procedimentos democráticos intra-partidários indicados nos estatutos do PT. Mas vale destacar que o próprio partido procura estipular regras de representatividade das propostas de base, na intenção clara de facilitar o processo de participação (47).

Fora do âmbito estatutário, o PT estabelece para o funcionamento democrático outros mecanismos de participação e representação das bases partidárias (48).

Inicialmente, há o Internúcleos, órgão de articulação dos núcleos de base de um mesmo distrito.

Apesar do Internúcleos funcionar durante o período estudado nos municípios de maior organização do partido, este órgão nunca esteve estabelecido nos estatutos do PT. É um órgão de caráter consultivo e representa as decisões dos núcleos de base, mesmo que estes não estejam representados no Diretório Municipal, com o objetivo de promover a articulação das bases partidárias antes da passagem das propostas elaboradas às instâncias hierarquicamente superiores.

Em segundo lugar, há os Conselhos Consultivos de Representantes de Núcleos. Estes órgãos foram criados no final do ano de 1980, são ligados aos Diretórios Municipais e Distritais, e têm por funções canalizar as demandas das bases para as instâncias superiores, e viabilizar um maior grau de informação entre os vários órgãos.

Finalmente, há um sistema de divulgação e comunicação, que define-se pela veiculação interna de boletins, questionários e textos informativos, elaborados na sua maioria pelos órgãos diretivos superiores do partido. Essa prática efetiva de contato e consulta às bases foi observada no período de 1980 a 1982, e buscava tan-

to suprir, sob o aspecto informativo, o processo de evolução do partido, quanto viabilizar a participação das bases na elaboração das diretrizes partidárias.

O que pudemos observar, em função da documentação obtida, foram as práticas de consulta às bases em três situações: a eleição da mesa da Assembléia Legislativa de São Paulo em 1981, a elaboração das plataformas eleitorais de 1982 nos diversos níveis, e o processo de escolha dos candidatos às eleições de 1982.

A grosso modo, a breve análise desses três documentos apresentada a seguir visa apenas servir de ilustração na demonstração das propostas de participação e envolvimento das bases partidárias no PT.

O Documento 1, em anexo, que trata da eleição da mesa da Assembléia Legislativa Paulista, foi distribuído como circular a todos os secretários de núcleos de base do estado três meses antes da eleição (geralmente são realizadas no mês de março). Além do texto informativo sobre o assunto, tal documento procura demonstrar aos filiados a importância política de sua mobilização em torno do tema tratado. "(...) Para manter-se fiel aos princípios de democracia interna que devem existir no Partido dos Trabalhadores, a Comissão Diretora Regional Provisória decidiu consultar os Núcleos de Base sobre a melhor posição a ser adotada na escolha da Mesa da Assembléia (...)". O processo de consulta deu-se através de um questionário respondido por cada núcleo num período de dois meses, com o objetivo de coletar a opinião das bases sobre a função e a conduta do partido referentes àquela questão (ver págs.3 e 4 do Documento 1).

Este documento pareceu-nos um bom exemplo prático

das diretrizes partidárias expostas anteriormente sobre a necessidade e a preocupação com o procedimento interno-democrático, e com o controle e envolvimento real dos membros nas decisões político-parlamentares do partido.

Os Documentos_2_e_3 são voltados especificamente para o funcionamento democrático do partido na sua preparação para as eleições de 1982.

O Documento_2 trata da elaboração da plataforma política do PT. Da mesma forma, este documento foi distribuído a todos os núcleos de base, e compõe-se também de uma parte informativa sobre a questão e de um questionário para coleta das opiniões das bases partidárias. É interessante notar que o tipo de consulta processada neste documento é dirigida por propostas elaboradas e apresentadas pelos órgãos de direção:

"(...) A fim de organizar a discussão no partido e nos movimentos populares, a Direção Estadual do PT sugeriu as questões mais importantes que estão diretamente ligados com os problemas mais sofridos pelo povo (...)".

Este documento demonstra certa preocupação com a realização do debate nas bases sobre os temas colocados. A forma como se apresenta, no entanto, através de uma orientação definida, sugere a preocupação com a velocidade e objetividade do processo na elaboração de documentos.

O Documento_3, denominado "Tática Eleitoral", tem duplo caráter. Também baseado em questionários aplicados a todos os núcleos de base, este documento parece compreender dois objetivos: o primeiro é o de realizar o levantamento da situação de mobilização e

organização das bases partidárias, o envolvimento dos núcleos nos movimentos populares locais e a avaliação das possibilidades concretas para participação nas eleições (nº de candidatos, nº de eleitores, bases financeiras, etc.) - ver págs.1 a 4 do Documento 3.

O segundo objetivo parece ser de caráter eminentemente educativo, e procura inicialmente informar o "militante" sobre todas as regras eleitorais para o lançamento de candidatos nos três níveis. O questionário apresentado no final deste documento parece constituir uma das formas de controle pelos órgãos superiores do partido sobre o grau de envolvimento, compreensão e informação de suas bases sobre a atividade partidária.

Dentre as funções que expressamos anteriormente, características dos núcleos de base, este documento parece ser bom exemplo da idéia de locus de educação política e de contato das bases com os órgãos superiores.

Nessa mesma linha parece desenvolver-se a parte seguinte do documento, sobre os critérios de escolha dos candidatos. Depois de traçar os requisitos necessários à indicação do candidato e as regras de sua conduta parlamentar e partidária, no que respeita ao compromisso assumido com as bases, o documento dirige aos militantes outro questionário de igual caráter educativo:

"(...) Todo esse texto assim como as perguntas é de caráter educativo, a fim de contribuir com o bom andamento das discussões e o aproveitamento dos militantes dos núcleos."

Este documento, enfim, parece deixar clara a preocupação do partido com a tarefa de "conscientização" de suas bases sobre seu papel político-parlamentar. Esse processo de "educação polí-

tico-eleitoral" desembocou no processo de indicação de candidatos, realizado basicamente nos Encontros Municipais, Distritais e Estadual. A indicação dos candidatos a vereador deu-se em assembléias por locais de moradia e, para os demais candidatos, partiu diretamente de indicações por núcleos de base.

Em resumo, como vimos neste segundo item, o PT apresentou uma proposta singular de participação intra-partidária, fundada em mecanismos de maior ligação entre as bases e os quadros do partido. Traduzida no seu perfil estatutário e no seu perfil informal, esta proposta traça uma significativa singularidade em relação às normas da L.O.P.P. e frente aos demais partidos.

A valorização de formas mais democráticas de participação política está presente em toda a proposta petista de partido. Se vimos de um lado, que no âmbito organizacional interno o PT propõe um modelo de participação fundado em mecanismos de ampla representação das bases partidárias, veremos, da mesma forma, que essa preocupação é expressa na sua proposta política, voltada essencialmente para a reorganização democrática do sistema político brasileiro. Este é o assunto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

A PROPOSTA POLÍTICA

Este capítulo tem como objetivo demonstrar os pontos que diferenciam a proposta do Partido dos Trabalhadores dentro do quadro partidário formado em 1979.

São dois os aspectos abordados aqui. O primeiro compreende a apresentação dos principais pontos que caracterizam o conjunto da proposta política petista: uma proposta de reorganização do sistema político, fundada numa forte visão classista, pela qual o PT propõe a inserção político-institucional de novos atores; uma proposta de reestruturação da representação de interesses, fundada na noção de representação política orgânica, e pela qual o partido apresenta uma forma de governo popular; e finalmente, um projeto bastante difuso de sociedade socialista e democrática.

O segundo aspecto abordado trata do discurso eleitoral petista. Neste item, procuramos identificar os pontos que construíram a imagem diferenciada do PT na disputa eleitoral paulista de 1982.

Os temas diferenciadores

Como vimos na Introdução a essa primeira parte do trabalho, o contexto de reorganização do sistema partidário brasileiro

do final da década de 70 compreendia a combinação de estratégias políticas articuladas em torno do processo de democratização do regime brasileiro, tanto pelo lado do governo, quanto pelo lado da sociedade civil.

A clara intenção do núcleo governante em cindir as forças de oposição aglutinadas no antigo MDB surtira o efeito desejado, qual seja, o de manter o monopólio da ação política, definindo os limites da democratização. Dessa forma, o único e limitado locus da "ação refreadora" dos atos do regime, o parlamento, atuando pela força numérica das cadeiras emedebistas, transformou-se no locus enfraquecido da oposição política, dada a alocação dos parlamentares nas várias agremiações formadas.

O que vale ressaltar nesse sentido é o contexto político homogêneo que se constituiu no seio da maior parte da oposição. Sem projetos políticos definidos, os diferentes grupos oposicionistas, PMDB, PT, PTB e PDT, articularam basicamente o mesmo discurso, centrado na construção do regime democrático e nas críticas ao estatismo exacerbado, à experiência de repressão e exclusão políticas dos anos de autoritarismo, e ao modelo econômico vigente (1).

O único projeto de ação política clara parecia ser o do próprio governo, centrado na definição dos passos da abertura. Constituiu-se portanto, um quadro geral político-representativo débil, sem atores vinculados a interesses e demandas previamente articulados - requisito básico para a estruturação democrática (2) - no qual o PT parecia ser a única exceção, pois este apontava para a re- vinculação entre as demandas sociais e as instituições políticas.

Esse vínculo institucional de caráter societário

constitui a essência da novidade da proposta petista de partido político.

Ao agregar as novas demandas sociais e políticas emergidas no país nos últimos anos, sobretudo as que conduzem a um novo relacionamento entre sociedade e estado, o PT introduziu novos temas na arena político-institucional, redimensionando o conflito entre as forças políticas existentes.

Sob esse aspecto, a experiência petista assemelha-se à recente experiência dos novos partidos políticos na Europa Ocidental, ambas inseridas no processo mais geral de reorganização dos sistemas políticos das sociedades capitalistas. De forma análoga, os novos partidos surgidos na Europa Ocidental se estabeleceram predominantemente como organizações voltadas para o vínculo com a prática cotidiana de suas bases, redimensionando o conflito político através da mobilização de segmentos não-institucionalizados de oposição, condutores de novas questões (3).

Enfim, o PT destacou-se na arena política nacional por apresentar novos temas.

As experiências prévias do novo sindicalismo parecem ter definido os traços essenciais da proposta política petista.

De um lado, a experiência de exclusão política dos trabalhadores expressa nas mobilizações do novo sindicalismo parece ter legado ao PT a idéia de reorganização do sistema político, onde através de uma organização política própria, o partido propõe a inserção de atores anteriormente marginalizados. Nesse aspecto, o discurso petista caract (35) L.O.P.P., art. 58, §1º.

Vejamos separadamente como são apreendidos esses

aspectos nos discursos das lideranças petistas e nos documentos do partido.

Como vimos no capítulo 2, a decisão do novo sindicalismo em formar um partido cresceu da idéia de construção de uma organização própria da classe trabalhadora, baseada na aspiração por autonomia frente ao Estado e à classe política existente. Dessa forma, no discurso do novo sindicalismo, a idéia de autonomia política dizia respeito a um sujeito definido, a classe trabalhadora.

A visão classista moldou basicamente a proposta do PT. Trata-se, no entanto, de um classismo ambíguo, que ora define-se pelo recorte estreito do operariado industrial, ora define-se pelos amplos segmentos assalariados do país, confundindo o conceito de trabalhador ao de massa popular.

É essa ambiguidade conceitual que se observa nas falas de Lula, abaixo:

"(...) Eu acho que o PT(...) é um partido que está muito próximo de ser um partido de classe do que qualquer outra coisa. Agora tem outra coisa também; as pessoas que acham que nós somos de classe não deveriam ficar horrorizadas com isso por que os partidos que existem por aí são da classe dominante. Portanto, é correto que o PT tenha essa aproximação de partido de classe, porque ele surgiu da organização dos trabalhadores." (Luís Inácio da Silva, Jornal Em Tempo, 2 a 18/06/1980) - (4).

"(...)E não estamos criando um partido de operários, de metalúrgicos, mas um partido de trabalhadores brasileiros, porque o nosso conceito de trabalhadores é muito amplo. Nós englobamos profissionais liberais, professores e vários outros segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente vivem subordinados ao regime de salário. Então, nós estamos descaracterizando esse negócio de partido operário de que tanto o governo tem medo."(Luís Inácio da Silva, Jornal Tribuna da Imprensa, 12/02/1980) - (5)).

A idéia de dar à classe trabalhadora uma organização própria, moldada sob essa visão classista singular, traduziu-se no ante-projeto do PI como o requisito básico da representação partidária petista, fundado na essência das funções do sistema produtivo capitalista - "Um partido sem patrões":

"Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manifestações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer - O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!!!"(Ante-Projeto do PT, lançado em 29/01/80).

No discurso do PT, os conflitos e desigualdades

sociais são percebidos e pensados como produto da política elitista e autoritária. Sob essa ótica, a solução dos problemas políticos, econômicos e sociais do país é concebida como uma meta atrelada unicamente à participação e organização da classe trabalhadora:

"O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do país.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas ainda ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo. Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores." (Ante-Proposta do PT, 29-01-80).

Nesse sentido, a proposta de participação política da classe trabalhadora avança no discurso petista para além da simples organização de interesses, em direção à idéia de governar e administrar. Dessa forma, o discurso petista incorpora no conjunto de valores político-culturais da nação uma nova concepção de "fazer política" institucional, compreendida tradicionalmente como fenômeno de elite - a idéia do acesso à arena administrativa pelas classes populares,

da qual, segundo o PT, independe o preparo intelectual:

"(...)primeiro, eu acho que é um preconceito de classe existente neste país, de que a classe trabalhadora só serve para trabalhar e não para administrar. Segundo, é preciso dizer que, efetivamente, o Lula não quer estar preparado para governar o Estado de São Paulo. O que Lula quer é criar espaço para esse povo governar o Estado de São Paulo. É preciso criar instrumentos para que o povo diga o que quer, porque quer, isso é que falta. Não é você querer saber se fulano ou beltrano têm que entender de física, química, engenharia e uma série de coisas. Você precisa permitir que as várias associações, as várias entidades existentes e o conjunto de movimentos populares governem o Estado de São Paulo, dizendo o que é preciso ser feito."(Luís Inácio da Silva, Jornal Folha de São Paulo, 14-09-82).

Por outro lado, a proposta petista de reorganização da representação de interesses veio fundada numa idéia singular de representação política.

Como dissemos anteriormente, a experiência de democratização do movimento sindical levada pelo novo sindicalismo definiu um traço essencial do modelo partidário petista, qual seja, a idéia de maximização da participação dos indivíduos, viabilizada na proposta de funcionamento interno partidário democrático.

Essa mesma idéia veio apresentada, ao nível da proposta petista de representação de interesses, sob uma noção especí-

forma de representação política.

Trata-se aqui, mais uma vez, de uma resposta peculiar elaborada pelo partido à tensão entre as formas de democracia direta e de democracia representativa, inerente às dificuldades da democracia participativa: o PT valoriza a forma de representação orgânica.

Esta forma fundamenta-se na idéia de que para que os interesses específicos de uma categoria sejam representados com fidelidade, os representantes devem pertencer à mesma categoria profissional do representado. Assim, a representação orgânica, qualificada tanto pela semelhança sociológica entre representantes e representados, quanto pela expressão dos interesses específicos, tende a levar a um vínculo de mandato bastante forte, o mandato imperativo (6).

Nesse sentido, ao nível da representação político-partidária, a maximização da participação política das bases petistas é dada pela fidelidade na representação de seus interesses. Esta idéia veio traduzida explicitamente no discurso do PT durante a campanha eleitoral de 1982, quando o partido acentuou seus vínculos de representação com as classes trabalhadoras (analisaremos melhor este aspecto no item seguinte).

Por outro lado, ao nível da participação nas instituições decisórias da administração pública, a maximização da participação das bases petistas dá-se por uma proposta de governo popular. Aqui, novamente o PT transforma a simpatia pelas formas de democracia de base na estruturação de mecanismos de ampliação da participação dos indivíduos nas decisões políticas, traduzida no discurso petista como forma de democratização do serviço público:

"O governo do PT estimulará a participação popular organizada nas tomadas de decisões políticas, através de organismos criados nas próprias lutas dos trabalhadores e não inventadas pelo PT, cujo papel é estimular sua organização." (Um Novo Método de Administração: Governo de Baixo para Cima, in Plataforma Estadual do PT-SP, 1982).

"(...)a idéia seria primeiro no município. Em cada bairro seria feita uma assembléia, escolhido um conselho popular. Cada atitude do governo, na aprovação do orçamento ou na consecução de uma obra qualquer, teria de ser por consulta popular, para que se fizesse o projeto definitivo que fosse para a Câmara. E, quando a Câmara fosse aprovar esse projeto, teria o que pensa o povo a respeito daquele projeto. Precisaria também fazer com que as Assembléias e Câmaras de Vereadores fossem um pouco maiores, para que o povo pudesse ir lá para julgar qual é o deputado ou vereador que é, efetivamente, representante do povo e que está legislando em benefício do povo. No estado você faz a mesma coisa. Você pega um representante, escolhido naquele conselho do município, pega um representante que é escolhido nas regionais de São Paulo, e você faz com que essas pessoas se dirijam a toda hora junto ao Poder Executivo, para elaborar o projeto que vai para a Assembléia. Essas pessoas funcionam efetivamente como fiscais da ação da Assembléia Legislativa(...). (...)em caso de construção de obra que não precisa passar pelo Poder legislativo, é você consultar o povo da periferia

através das comunidades, não das comunidades alienadas do Poder Executivo, mas das comunidades autônomas e com elas decidir como é que têm que ser feitos os projetos, colocados em prática." (Luís Inácio da Silva, Jornal Folha de São Paulo, 14-09-82).

Do discurso petista do qual se apreende a idéia de governo popular, fundada na criação de mecanismos de participação das bases, se apreende também a idéia de sociedade democrática, apresentada como a supressão da distância entre sociedade e estado:

"Democratizar realmente a sociedade e o estado significa criar novas formas de organização e mecanismos de representação para que as grandes maiorias da população possam de fato mandar no país.

O PT é ele próprio um passo concreto para a concretização da democracia como obra dos próprios trabalhadores na medida em que:

1. ele será a possibilidade de participação na política das massas populares até hoje marginalizadas do sistema partidário(...)

2. ele começa a construir, aqui e agora, as formas democráticas de organização e representação dos trabalhadores (diretórios e núcleos) (...)" (Pontos para elaboração do programa, Comissão Nacional provisória, São Paulo, 10-02-80).

"(...)Na medida em que o PT consagra uma democracia interna na estrutura de seu funcionamento, ele está pre-

parando os trabalhadores para gerirem uma sociedade democrática(...). A existência de um Estado Democrático pressupõe a existência de mecanismos democráticos nas bases (comissões de bairros, de fábricas, etc)." (documento da Comissão Nacional Provisória sobre a elaboração do programa partidário do PT, s.d.)

Vale dizer, finalmente, que o discurso petista sobre um projeto de sociedade democrática e socialista é bastante impreciso e simplificado. Em linhas gerais, a sociedade proposta pelo PT é apresentada por uma equação simplificada: sem explorados nem exploradores, onde o requisito básico é a socialização da propriedade privada.

A idéia de democracia é revelada no discurso petista como a solução das distinções sociais, marcadas por uma ordem social e política autoritária:

"Para a classe trabalhadora, democracia significa barriga cheia, significa casa para morar, significa escola para estudar, significa liberdade e autonomia sindical, significa direito de greve (...)" (Luís Inácio da Silva, Jornal Folha de São Paulo, 15-11-82).

Da mesma forma, do fato do PT privilegiar o caráter participativo de sua formação e, portanto, não possuir qualquer modelo elaborado de sociedade socialista, o socialismo democrático es-

tista é bastante impreciso, e confunde-se com a idéia de igualdade e justiça social:

"(...)o partido aponta para um horizonte socialista. Que tipo de socialismo, honestamente não sei" (Luís Inácio da Silva, Jornal O Estado de São Paulo, 22-11-81)

"Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho do outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações." (Plataforma Estadual do PT-SP, 1982)

A tônica da proposta socialista do PT é melhor percebida em alguns pontos básicos da sua plataforma eleitoral de 1982, como reforma agrária radical, desconcentração da propriedade privada e ascensão das classes trabalhadoras no governo. Com efeito, a lógica da disputa eleitoral levou o PT a definir com maior nitidez seus traços característicos, em função de buscar diferenciar-se de seus concorrentes, sobretudo o PMDB.

Este é o assunto do item seguinte, que procura expor os traços do perfil petista apresentado na campanha eleitoral.

o discurso eleitoral(7)

Apesar de realizada sob o teto de casuísmos im-

postos pelo regime autoritário (a Lei Falcão, o voto vinculado, etc), a campanha eleitoral de 1982 teve um sentido político amplo, pois caracterizava um salto qualitativo na transição democrática do país: tratava-se da representação de um confronto de múltipla escolha, com um efeito político mais significativo - a eleição de executivos estaduais.

Esse corte institucional no desenvolvimento do regime autoritário foi o ponto de partida de todos os discursos partidários na campanha de 1982. A rejeição ao passado político recente e a exortação à construção do estado democrático, constituíram o eixo das campanhas dos vários partidos (8).

Na verdade, a temática democrática nos discursos de palanque não apareceu como novidade na campanha de 82. Desde 1974, foi em torno da reivindicação de regras mínimas de funcionamento democrático que o MDB consolidou-se como sujeito político legítimo de oposição ao regime autoritário. O paulatino processo sob o qual se deu, desde então, a abertura política brasileira, manteve as bases do discurso político de oposição, e generalizou-o a todas as agremiações. Em 1982, o discurso do PDS, partido do governo de São Paulo, praticamente igualava-se ao de seu mais forte adversário eleitoral e líder da oposição, o PMDB, ambos enfatizando a busca pelo estado democrático.

Os slogans de campanha ilustram essa "coincidência temática" dos partidos, traduzida pela presença do termo democracia nos slogans de 3 das 5 agremiações concorrentes: PDI- "Democracia, Nacionalismo e Socialismo"; PIR- "Nacionalismo, Justiça Social e Democracia"; PDS- "Democracia Verdadeira". Apenas PMDB e PT traziam slogans diferenciados: PMDB- "Emprego, Descentralização e Participação",

e 2I- "Terra, Trabalho e Liberdade".

Nesse sentido, vale ressaltar que foi esvaziada a importância política do discurso partidário na definição dos resultados eleitorais de 82. Com efeito, esse pleito ratificou a tradição oposicionista/(p)emedebista que se delineava até então, dando ao PMDB uma vitória fundada no seu papel histórico.

Esse cenário político-eleitoral permite destacar a participação do PT nas eleições paulistas. Apesar de certo núcleo comum com os demais partidos, o potencial significativo do discurso petista(9) conformou um perfil bastante definido e singular no escopo partidário de São Paulo.

O discurso eleitoral do PT foi elaborado em cima das singularidades de sua proposta política, com as quais o PT constituiu seus próprios referenciais. Vejamos quais são eles.

a) o lugar do passado e a inovação política

Um dos eixos do discurso petista foi a contraposição entre o novo e o passado, referindo-se ao passado recente como uma etapa a ser estancada na história do país.

Fundamentando-se em denúncias de casos de corrupção, desonestidade e violência política, o PT ocupou na campanha o lugar de mais ferrenho "justicheiro", pedindo a prestação de contas dos atos políticos, econômicos e sociais do autoritarismo, com muito maior veemência que as outras agremiações. Assim, através de expressões contundentes, a propaganda apelava para um voto de defesa contra o regime autoritário:

"Trabalhador, votar no PT é um ato de legítima

defesa."

A condenação do passado tinha no discurso um interlocutor bastante definido: a classe trabalhadora marginalizada e o operariado urbano qualificado, que teve seu nível de vida prejudicado nos anos de autoritarismo:

"é preciso ficar claro que temos dois Brasis: o Brasil do Planalto, o Brasil do Palácio dos Bandeirantes e o Brasil da miséria, da favela, do desemprego, do bóia-fria, do trabalhador marginalizado(...). Quem mora em favela hoje é o trabalhador das indústrias mais sofisticadas do país, trabalhador da Volkswagen, da Phillips, da Villares, Mercedes, etc.(...)." (Luis Inácio da Silva, FSP, 15-11-82).

Contra esse quadro sócio-político, a propaganda petista construiu metáforas sobre a necessária inovação política, onde o corte do passado era percebido como a mudança de classe no poder:

"(...)eu acho que é necessário uma reformulação completa nesse país. E eu vou mais longe ainda: a reformulação completa que tem que haver, na verdade, e é esta a proposta do Partido dos Trabalhadores, é a troca das classes que mandam neste país. é colocar a classe trabalhadora para mandar naquilo que é riqueza gerada pela própria classe trabalhadora brasileira." (Luis Inácio da Silva, FSP, 15-11-82) }

"PT:um novo capítulo na história do Brasil"(slogan de campanha)-(10).

A idéia de inovação política apareceu ainda através da valorização da origem do partido, e aqui, o discurso petista é temperado com o classismo acentuado que permeou toda sua campanha:

"Pela primeira vez na história recente do Brasil, nós trabalhadores podemos votar num partido formado por trabalhadores(...). Nasceu da luta contra a ditadura, contra a vontade dos poderosos e dos que sempre nos enganaram(...). Já passou o tempo em que servíamos de instrumento de manobra(...) O surgimento do PT é a prova de que é chegado o momento de os trabalhadores realizarem sua própria política(...)." (o grifo é da autora).

b)a_anti-política_tradicional=_a_reação_ao_voto_útil

Uma das questões mais desenvolvidas no discurso petista foi a diferenciação do partido com o PMDB, seu adversário mais forte no conjunto da oposição. O PMDB que, por sua vez, trazia consigo o peso de quase 10 anos de tradição eleitoral vitoriosa no estado de São Paulo, centrou seu discurso no apelo popular ao voto vitorioso, em busca da formação de uma esmagadora frente de oposições sobre o PDS: a estratégia do voto_útil.

Mais do que isso, o voto útil significava a desqualificação do PT como sujeito político habilitado para competir pelo poder, ora considerando-o "simplista" por não avaliar a competência

necessária para governar, ora considerando-o "divisionista", por quebrar a unidade da frente de oposições (11).

Contra essa estratégia, o discurso do PT desenvolveu um ataque fundado na idéia de anti-política-tradicional e de anti-partido-tradicional. Assim, o PT traduziu o voto útil em palavras próprias como o "voto covarde", o "voto do medo", enfatizando um possível comprometimento da candidatura peemedebista do senador Franco Montoro com as forças políticas do regime militar:

"(...)Hoje quando a gente pega as manchetes de jornais e vê uma pessoa (...) pregando o voto covarde, o voto do medo, dizendo que não pode votar em outros partidos porque se ganhar não leva, só deve votar no Montoro, porque se ele ganhar ele leva, parte-se do pressuposto de que também a candidatura dele é uma candidatura consentida pelo regime militar."(Luís Inácio da Silva, FSP, 15-11-82).

Mais ainda, procurando apontar na política peemedebista a continuidade do sistema político vigente, o PT denunciava no PMDB um perfil político ultrapassado e tradicional, frente à inovação da ação política que o PT propunha:

"Eu queria lembrar que moro num município onde o governante é do PMDB(12), e não foi feito em seis anos de mandato uma única casa popular(...). A política feita lá é a política paternalista, de mandar carro-pipa, ou de inaugurar coisas às vésperas das eleições."(Luís Inácio da Silva, FSP, 15-11-82).

Finalmente, a reação à estratégia peemedebista do voto útil, apresentada no discurso do PT, apelava para a singularidade e inovação partidária petista, enfatizando o equívoco de considerar as forças políticas e o eleitorado paulista como um bloco agregado de oposições.

c) classismo e identidade partidária

O traço classista foi, sem dúvida, o ponto discursivo mais acentuado pelo partido em São Paulo, dado que este era o elemento que mais nitidamente o diferenciava de seus concorrentes, sobretudo do PMDB.

Um dos eixos desse discurso foi a valorização do povo e da classe trabalhadora como agentes do "novo tempo" preconizado pelo partido. Conforme se observa nas palavras de Lula, essa estratégia adquiriu um tom de apelo à mobilização popular:

"Eu confio sobretudo na organização da classe trabalhadora brasileira, e na capacidade de luta que está dentro de cada companheiro." (OESP, 12-09-82).

"Só mesmo o povo pode mudar as coisas espúrias que existem neste país." (FSP, 14-09-82).

A visão classista da proposta política do PT traduziu-se no discurso de campanha como ponto de identidade entre eleitor e partido, entre eleitor e classe trabalhadora. Aqui, percebe-se os traços da noção de representação orgânica anteriormente exposta, em

que se funda a proposta petista de representação político-partidária:

"Trabalhador vota em trabalhador";

"Confie em você, vote PT" (slogans de campanha).

Por outro lado, ao ser expresso no discurso eleitoral sob um forte tom ideológico, o classismo petista limitou o público interlocutor do partido, de forma que a opção eleitoral pelo PT aparecia fundada na visão dicotômica da sociedade:

"Há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do lavrador. A refeição do industrial não é o grude do peão(...) O bairro onde mora o comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciário. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?" (Pela unidade dos trabalhadores, documento do partido, 1982).

Sob uma forma pouco mais agressiva, esta idéia expressou-se nos seguintes slogans de campanha:

"PT: Um Partido Sem Patrões";

"Vote no 3. O Resto é Burguês.

No discurso eleitoral petista também ficou acentuada a proposta de inovar a concepção de "fazer política". Aqui, esta idéia foi traduzida pela reação contra a noção da competência política, a qual funda-se na afirmação do preparo intelectual como requisito da ação política institucional. Nessa direção, o discurso petista uniu

a crise sócio-econômica do passado recente à incompetência dos políticos tradicionais:

"E se voltarmos nossas vistas para o caso particular de São Paulo, foram realmente desastrosos os governos competentes de homens de diploma universitário."(Boletim__Em Campanha, nº1, agosto/1982).

Tratava-se, portanto, como já vimos no estudo dos temas da proposta política do partido, de justificar a legitimidade da inserção do trabalhador na administração pública pela sua capacidade de trabalho:

"Sabemos trabalhar, saberemos governar"(slogan de campanha).

Dessa forma, o PT criava outra limitação de cunho ideológico no seu público interlocutor, entre os preparados e os não-preparados, os bacharéis e os trabalhadores:

"(...)ser competente para governar não é ser enciclopédico."(Sabemos_trabalhar__saberemos__governar, documento de campanha).

Essa argumentação classista serviu de apoio, ou pano de fundo para a composição das chapas de boa parte dos candidatos. De forma contraditória, vale lembrar que um bom número de intelectuais lançou sua candidatura pelo PT paulista em 1982. No entanto, no que respeita à maior parte dos currículos de candidatos, o PT diferenciou-se das demais agremiações por apresentar elementos__novos na

política recente do país, no que respeita à idéia de políticos tradicionais.

Quatro foram os pontos mais valorizados na escolha e apresentação dos currículos dos candidatos, divulgados em panfletos e veiculados pela televisão durante o horário eleitoral gratuito cedido pelo TRE-SP:

-o passado de luta política contra o regime militar. Nos casos em que essa característica se adequava ao candidato, enfatizava-se o exílio político, a prisão por mobilização política, passeatas e greves, a perda dos direitos políticos e a participação em assembleias.

-o histórico ocupacional. De forma geral, a ênfase dada aos currículos profissionais dos candidatos visava deixar claras a identidade e a coincidência entre o eleitor=operário/trabalhador/humilde e popular, e os candidatos do partido.

Assim, divulgou-se currículos variados de profissões qualificadas(sobretudo referentes ao operariado urbano industrial) e profissões não-qualificadas. O próprio currículo de Lula trazia uma variedade de profissões de baixa qualificação exercidas ao longo do tempo: de tintureiro a torneiro mecânico.

-o peso de origem. Tratou-se aqui de enfatizar a mesma noção de identidade entre povo/eleitor e candidato. Em alguns currículos divulgados sublinhava-se a origem social do candidato: filho de camponês, de lavrador, morador de favela, indivíduo com baixo nível de escolaridade, etc.

-a participação política. A quase totalidade dos 104 currículos de candidatos do PT-SP (Assembléia Legislativa e Câmara Federal) mencionava alguma participação em movimentos de organização política: membros de Sociedades Amigos de Bairro, sindicatos, movimentos de defesa de minorias sexuais, negros, feministas, e movimentos estudantis.

A noção do "novo" no candidato petista e sua contraposição ao candidato tradicional foi expressa também pela imagem veiculada pela propaganda eleitoral na televisão: a grande maioria das imagens conformava um perfil humilde e pobre, com indivíduos visivelmente mal-vestidos e de aparência descuidada, procurando traçar ao nível visual, a diferença com a aparência "rica" dos políticos tradicionais.

Finalmente, vale mencionar apenas a título de registro, que o partido adotou a figura de uma estrela como símbolo para veicular sua idéia de inovação política.

Em resumo, vimos neste capítulo que o PT destacou-se no escopo partidário de 1979 pela introdução de temas singulares na arena política, sobretudo por questionar a participação das classes trabalhadoras no processo de democratização, e elaborar uma proposta específica de inserção da ampla camada de assalariados no sistema político brasileiro.

Vimos ainda que ao construir um discurso eleitoral com referenciais próprios, o PT constituiu uma imagem diferenciada na disputa eleitoral de 1982. Nesse aspecto, a ênfase no estreito classismo e a diferenciação com o PMDB foram a tônica de seu conteúdo.

A grosso modo, foi esse o perfil partidário leva-

do às urnas em novembro de 1982. Nosso objetivo na PARTE II deste trabalho é avaliar seu alcance no eleitorado paulista.

CONCLUSÕES GERAIS DA PARTE I

Ao analisarmos o conteúdo dos capítulos que precedem esta conclusão, acreditamos ter conseguido demonstrar ao leitor que o Partido dos Trabalhadores surgiu no sistema político brasileiro como uma novidade.

Com efeito, ao apresentar uma proposta concreta de inserção da classe trabalhadora no sistema político, o PT estabeleceu um elemento fundamental no processo de estruturação democrática brasileira: a importante transformação no papel e ação das classes trabalhadoras, marcadas pela exclusão política dos anos de autoritarismo e pela manipulação dos políticos populistas.

O PT surgiu como resultado da união de sujeitos políticos mobilizados fora do campo político-partidário e parlamentar. Fortemente centrado na figura de Luís Inácio da Silva, o Lula, o PT foi fruto da convergência de conteúdos reivindicativos oriundos do universo do trabalho e do amplo terreno social, e articulou, em torno de uma proposta concreta de participação político-institucional, setores do sindicalismo urbano e industrial, parte dos movimentos populares e de alguns grupos de esquerda, e setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvidos no debate pela transformação do sistema partidário e construção de um partido popular.

Ao estabelecer-se como um vínculo institucional de caráter societário, o PT definiu uma ruptura nos padrões conhecidos de organização partidária no Brasil.

Como vimos, sob o aspecto organizacional, o PT adequa-se inteiramente ao modelo de partido de massas: tem uma origem

externa, extra-parlamentar, uma orientação ideológica definida, estabelece fortes vínculos com suas bases sociais, tem uma atividade política permanente e prioriza o reforço dos laços com os movimentos populares frente à atividade eleitoral.

Nesse sentido, sua origem é sua mais importante singularidade, pois suas condições de surgimento definiram seu caráter organizacional. É portanto também este aspecto que define a principal diferença do PT frente ao quadro histórico-partidário brasileiro, caracterizado na sua quase totalidade, durante todo o período republicano, por forte debilidade organizacional.

Como vimos, os vínculos de origem do PT com o novo sindicalismo foram decisivos na constituição de sua proposta de partido político.

A estreita relação com as mobilizações grevistas do novo sindicalismo levou a que a fundação e organização do partido entre 1979 e 1982 fossem condicionadas de certa forma pela crise política da região do ABC, no estado de São Paulo, e fez ainda com que os processos de organização nos níveis estadual paulista e nacional coincidissem através da atuação dos mesmos atores políticos.

Como vimos, os vínculos de origem do PT com o novo sindicalismo foram decisivos na constituição de sua proposta de partido político. Além de definir a agenda do processo de organização e a composição de forças políticas internas no período estudado (1979-1982), o novo sindicalismo teve um significativo papel na constituição do formato organizacional e da proposta política petista.

As experiências prévias do novo sindicalismo com a luta pela democratização da atividade sindical e contra a exclusão

política imposta nos anos de autoritarismo foram traduzidas no PT como uma forma de ideologia democrática que permeou todo seu perfil político-organizacional, do qual sobressai o apego à democracia direta e à maximização da participação dos indivíduos.

Assim, a valorização das formas mais democráticas de participação política está presente em toda proposta petista de partido.

No âmbito organizacional interno, o PT propõe um modelo de organização fundado em mecanismos de maior participação e representação das bases partidárias. Ao traduzir tais mecanismos no seu perfil formal, o PT traça uma singularidade frente às normas legais de organização partidária impostas pela L.O.P.P. e frente aos demais partidos políticos: o perfil estatutário petista e sua estrutura de funcionamento interno fundamentam-se na organização das bases sociais partidárias e na maior ligação entre estas e os quadros diretivos do partido.

É peculiar a forma pela qual o PT procurou dar solução às dificuldades operacionais inerentes ao participacionismo. Ao procurar eliminar a tensão existente entre as formas de democracia direta e representativa, o PT estabelece mecanismos institucionalizados de maior participação: os núcleos de base.

Da mesma forma, ao procurar introduzir um funcionamento democrático à organização partidária interna, o partido estabelece mecanismos canalizadores de propostas e supressivos da distância entre as bases e os quadros partidários: as normas estatutárias, o Internúcleo, os Conselhos Consultivos e o sistema de divulgação e informação.

A proposta política petista, igualmente inspirada na idéia de democracia participativa, inseriu temas fundamentais na arena do conflito político-partidário.

O PT propõe, inicialmente, uma forma de reorganização do sistema político brasileiro, através da inserção efetiva das classes trabalhadoras na esfera político-institucional e público-administrativa. Marcada por um forte tom ideológico classista, por vezes ambíguo, mesclando o operário industrial à ampla camada de assalariados, esta proposta incorporou uma nova concepção da atividade político-institucional no país, entendida tradicionalmente como fenômeno de elites.

O classismo petista foi, além disso, o tema diferenciador do PT frente aos demais sujeitos políticos, sobretudo durante a campanha eleitoral de 1982. Enfatizando a si próprio como idéia de novidade política, foi em torno da visão classista que o PT moldou seu perfil durante aquela disputa, tanto ao nível do discurso, quanto do quadro de candidatos apresentados.

Em segundo lugar, o PT propõe uma forma singular de reorganização da representação de interesses da classe trabalhadora, apresentando-se como sujeito representativo orgânico. Fundada no objetivo de dar solução às inviabilidades da democracia participativa, esta proposta procura estabelecer a fidelidade dos representantes, oriunda da semelhança sociológica com os representados, como mecanismo de maximização da participação dos indivíduos.

Por outro lado, ao nível da administração pública, a proposta de representação de interesses traduz-se numa idéia de governo popular, viabilizada pela estruturação de mecanismos de am-

pliação da participação nas decisões políticas, e traduzida no discurso petista como o processo de democratização do serviço público.

Finalmente, o PT introduz na cena pública uma proposta de sociedade democrática e socialista de perfil bastante obscuro e indefinido que, a grosso modo, reduz-se à ausência de exploração e à solução das distinções sociais marcadas por uma ordem político-social autoritária.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o PT apresentou-se na arena político-partidária com uma proposta bastante viável. Observando seu crescimento organizacional no estado de São Paulo, salientamos a rapidez com a qual organizou suas bases no estado em curto espaço de tempo, driblando as imposições legais colocadas pela L.D.P.P. e pelas leis eleitorais, tanto quanto ao número de diretórios, quanto ao número de candidatos exigidos na competição. Nesse aspecto ainda, vimos que o PT igualou-se na capital paulista aos grandes partidos, PDS e PMDB, o que permitia supor que seu melhor desempenho político-eleitoral estaria concentrado ali e nos grandes centros urbanos do interior do estado.

Os resultados eleitorais deixaram claro que a proposta petista tinha um interlocutor definido: um segmento de trabalhadores metropolitanos que vivia marcadamente a condição de exclusão política e desigualdade social.

No entanto, apesar de sua proposta não ter ecoado nas camadas mais amplas de assalariados, o fato de ter dado expressão política a setores específicos da classe trabalhadora dos grandes centros o define como sujeito político-representativo de interesses sociais organizados autonomamente, e permite considerá-lo como peça es-

sencial no processo de democratização da sociedade brasileira.

PARTE II

O TESTE

O PT NAS ELEIÇÕES DE 1982

INTRODUÇÃO: OS RESULTADOS GLOBAIS

Em linhas gerais, os resultados eleitorais de 1982 demonstram que os fortes condicionantes políticos regionais do país, expressos sobretudo nas forças eleitoral e organizacional do PMDB e do PDS resistiram ao pluralismo de partidos emergido com a reorganização partidária de 1979 (1).

Com efeito, a análise dos resultados eleitorais oficiais demonstra que aquela disputa teve caráter predominantemente bipartidário na grande maioria dos estados brasileiros. Somente em alguns estados mais importantes, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a soma dos votos dos dois maiores partidos, PDS e PMDB, não ultrapassou 80% do total de votos dados. Conforme se observa na tabela abaixo, a polarização de forças entre PMDB e PDS traduziu-se no equilíbrio de vitórias nos estados, onde o PMDB obteve 9 governos estaduais, o PDS, 12, e o PDT um governo estadual:

TABELA 1

**VOTOS DADOS PARA GOVERNADOR AOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 1982.
POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (%)**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	EM BRANCO	NULOS	TOTAL
AC	39.1	-	5.3	3.6	42.0	4.8	4.9	100.0
AL	45.7	-	-	-	36.7	13.4	4.2	100.0
AM	41.0	-	1.3	1.0	50.1	3.5	3.0	100.0
BA	52.0	-	0.8	-	33.0	11.7	3.2	100.0
CE	58.7	-	0.5	-	24.5	14.1	2.1	100.0
ES	34.2	0.1	1.3	-	54.2	7.7	2.4	100.0
GO	30.1	0.05	0.6	-	62.0	5.3	2.1	100.0
MA	63.7	1.2	0.8	0.06	17.0	14.0	3.0	100.0
MT	47.3	0.2	0.2	-	44.0	5.0	3.4	100.0
MTS	42.8	1.0	0.8	-	46.6	6.0	2.7	100.0
MG	41.6	0.2	1.9	-	45.8	7.9	2.5	100.0
PA	42.5	-	1.0	0.6	46.1	5.8	3.9	100.0
PB	52.8	-	0.4	-	37.1	7.3	2.3	100.0
PR	35.2	0.2	0.4	0.4	53.5	7.4	2.3	100.0
PE	46.8	-	0.2	0.4	41.8	7.9	2.9	100.0
PI	50.6	-	0.7	-	34.8	11.0	2.8	100.0
RJ	28.1	31.4	2.8	9.8	19.7	4.5	3.6	100.0
RN	52.0	-	0.4	0.4	37.8	7.5	2.1	100.0
RS	34.1	20.4	1.3	-	33.5	8.8	1.9	100.0
RO	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	45.7	0.2	0.4	0.1	45.0	6.6	1.8	100.0
SP	23.5	0.8	9.8	12.5	44.9	5.7	2.6	100.0
SE	66.8	0.3	0.3	-	20.3	9.5	2.6	100.0
AP	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.3	5.4	3.3	4.2	39.6	7.5	2.7	100.0

FONTE: TRE-SP

Até a realização do pleito, no entanto, certa margem de incerteza, embora pequena, regia as expectativas quanto ao desempenho dos vários partidos. Este foi, sem dúvida, o sentimento que permeou as expectativas com relação ao desempenho eleitoral do PT desde o início da campanha eleitoral.

De um lado, como força política nova, o PT provocou certa preocupação no governo com seu fortalecimento para o pleito de 1982. Alguns casuísmos foram dirigidos, possivelmente, contra sua organização, tais como as alterações já expostas da L.O.P.P. e a proibição do uso de apelidos no registro de candidatos, atingindo especialmente a figura de Lula (2).

Da mesma forma, para o próprio PT, parecia claro que a estratégia política de diferenciação com os demais partidos, acentuada no discurso eleitoral, poderia atingir boas parcelas do eleitorado identificado com os novos temas que inseriu no discurso político.

Contudo, ambas as preocupações não se traduziram nos resultados oficiais. Os dados demonstram que o desempenho eleitoral global do PT foi bastante inexpressivo. Ao nível federal, o PT elegeu 8 deputados, sendo 6 de São Paulo, 1 pelo Rio de Janeiro, e 1 por Minas Gerais. Ao nível estadual, o PT elegeu em São Paulo 9 deputados, 2 deputados no Rio de Janeiro e 1 deputado em Minas Gerais. Finalmente, ao nível municipal, o PT obteve 2 prefeituras, em Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA), e ainda elegeu 117 vereadores no país, dos quais 78 eram paulistas.

Vale demonstrar que algumas estatísticas eleitorais evidenciaram que a proposta e o discurso do PT tiveram um público

bastante definido. A inserção de novos temas na cena pública e no âmbito da representação política não surtiram efeitos expressivos no eleitorado como um todo. Pesquisas eleitorais de opinião pública demonstram que, entre os meses de julho e novembro de 1982, a preferência pelo PT no eleitorado de São Paulo manteve-se na casa dos 9%, e o partido obteve efetivamente nas eleições, 9.9% dos votos do estado (3). Este dado permite supor que, de fato, desde o início o PT tinha um público certo, e não angariou, tanto através do discurso eleitoral e das chapas de candidatos, quanto pela propaganda veiculada pela televisão, parcelas maiores do eleitorado paulista.

Na verdade, o PT revelou-se um partido eminentemente paulista: apenas em São Paulo o número de votos dados ao partido superou significativamente o número de filiados (tabela 2) (4). Do total de votos dados à legenda para governador ao nível nacional, 72% concentraram-se em São Paulo, e o PT elegeu aí sua maior bancada representativa.

TABELA 2

ESTADO	% DE VOTOS DO PT NO TOTAL DE VOTOS	NÚMERO DE VOTOS DO PT PARA CADA FILIADO	NÚMERO DE ELEITOS PELO PT				
			DEPUTADOS FEDERAIS	DEPUTADOS ESTADUAIS	PREFEITOS	VEREADORES NA CAPITAL	VEREADORES NO INTERIOR
São Paulo	9.0%	14.5	6	9	1	5	73
Paraná	1.8%	2.8	1	1	0	1	13
Rio de Janeiro	2.6%	2.9	1	2	0	1	1
Minas Gerais	5.2%	4.4	0	1	0	2	1
Paraná	3.0%	2.8	0	0	0	0	2
Rio Grande do Sul	1.1%	3.1	0	0	0	1	0
Paraná	0.3%	0.8	0	0	0	0	0
Santa Catarina	0.3%	1.1	0	0	0	0	0
Piauí	0.7%	0.5	0	0	0	0	0
Pernambuco	0.2%	1.3	0	0	0	0	0
Alagoas	0.6%	0.9	0	0	0	0	0
Maranhão	0.7%	2.6	0	0	0	0	6
Sergipe	1.2%	1.9	0	0	0	0	0
Alagoas	0.3%	1.3	0	0	0	0	0
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	0.2%	0.7	0	0	0	0	0
Paraná	0.3%	0.7	0	0	0	0	0
Paraná	0.4%	0.6	0	0	0	0	0
Paraná	0.5%	1.7	0	0	0	0	0
Paraná	0.8%	1.6	0	0	1	0	9
Paraná	0.6%	1.8	0	0	0	0	3
Paraná	1.1%	1.7	0	0	0	0	5
Paraná	1.2%	2.0	0	0	0	0	4
Paraná	3.0%	5.6	8	13	2	10	117

NIE: Extraído de Raimundo Pereira et alii - Eleições no Brasil pós-64, Global Editora, 1984, SP, pg. 96.

Na disputa estadual, o PT obteve 10% do total dos votos a governador, um resultado bastante significativo, dadas as expressivas forças eleitorais representadas pelo PMDB e PDS paulistas (tabela 3).

Além de partido paulista, o PT deve ser ainda considerado como fenômeno fundamentalmente abecedista: as maiores proporções de votos dados ao partido em São Paulo concentraram-se nos municípios da região do ABC. Nessa região, o partido elegeu seu único prefeito no estado, em Diadema, município de residência de boa parte dos trabalhadores ligados à indústria metalúrgica e ao importante Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Esta segunda parte do trabalho analisa a participação do PT nas eleições de 1982 no estado de São Paulo. O capítulo 5 procura demonstrar alguns dos elementos que parecem ter sido responsáveis pela distribuição da votação petista no estado. Em seguida, o capítulo 6 compreende a elaboração de um perfil do eleitor simpatizante petista, segundo dados de pesquisas eleitorais acadêmicas.

TABELA 3

**RESULTADOS GERAIS DA VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR NO ESTADO
DE SÃO PAULO NAS ELEIÇÕES DE 1982**

	PDS REYNALDO DE BARROS	PDT ROGÉ FERREIRA	PT LULA	PTB JÂNIO QUADROS	PMDB FRANCO MONTORO	EM BRANCO	NULOS	VOTANTES	ELEITORADO	COMPARECIMENTO (%)
Capital	693.018 (17.4)	44.708 (1.1)	568.179 (14.3)	821.827 (20.6)	1.674.588 (42.1)	81.891 (2.0)	96.453 (2.4)	3.980.664 (100.0)	4.582.171	86.9
Interior	2.035.714 (26.7)	49.687 (0.65)	576.469 (7.6)	625.501 (8.2)	3.535.364 (46.4)	582.210 (7.6)	212.376 (2.8)	7.617.321 (100.0)	8.561.847	89.0
TOTAL DO ESTADO	2.728.732 (23.5)	94.395 (0.8)	1.144.648 (9.9)	1.447.328 (12.5)	5.209.952 (44.9)	664.101 (5.7)	308.829 (2.7)	11.587.915 (100.0)	13.144.018	88.2

FONTE: TRE-SP

CAPÍTULO 5

AS BASES ELEITORAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Como vimos na Parte I, o PT apresentou-se nas eleições de 1982 com um perfil definido por uma proposta classista, de forte tom ideológico. Vimos também que seus melhores resultados eleitorais concentraram-se no estado de São Paulo, sugerindo uma importante combinação entre seus elementos de origem e seu desempenho eleitoral. Quê elementos poderiam ter definido a concentração de votos petistas em São Paulo?

A questão colocada acima é a que orienta as linhas deste capítulo. Através de comprovação estatística, demonstramos que o voto petista no estado de São Paulo concentrou-se em regiões altamente urbanizadas e industrializadas, à semelhança da região do ABC paulista onde surgiu o PT. Demonstramos também que o desempenho eleitoral do PT nos numerosos municípios do estado e nas várias regiões da capital paulista esteve associado, sobretudo, à organização de bases partidárias.

Vejamos inicialmente, os parâmetros teóricos que orientam o desenvolvimento desta análise.

.orientações teóricas

Os estudos de geografia eleitoral sugerem a existência de uma significativa relação entre as características do processo de formação dos vários agregados urbanos e seu comportamento po-

lítico. Em pesquisas realizadas em cidades norte-americanas e europeias, TAYLOR & JOHNSTON(1979) apontam o voto como produto, em boa parte, das condições estruturais de determinados meios, sugerindo que certas atitudes políticas são estabelecidas em conformidade com certos meios sócio-econômicos. Os autores apontam ainda, o âmbito da vizinhança, delimitada geograficamente, como um dos mais importantes elementos de influência na determinação do voto, e sugerem que seu "efeito de propagação política" traduz a combinação de três fatores fundamentais:

- a socialização, que sugere a influência do contato social nas decisões políticas;

- o fator estrutural, que sugere a influência das condições estruturais e da homogeneização sócio-econômica na constituição de orientações políticas definidas;

- o fator geográfico, que sugere a importância da proximidade com pólos de difusão política na definição do voto em determinadas regiões (1).

Sabe-se que a constatação de semelhanças sócio-econômicas em regiões geográficas com orientações políticas comuns não indica a homogeneidade política da população. O comportamento político e o voto compreendem atitudes de origem subjetiva, supondo variações entre indivíduos com diferentes processos de socialização. Contudo, é possível afirmar que, dentro do agregado urbano, são bastante perceptíveis os limites geográficos e sócio-econômicos conformados pelo contraste entre orientações políticas ditas de "esquerda" e de "direita".

Em estudo sobre as eleições de 1972 em Catania, na Itália, O'AMICO(1975) aponta a emergência de duas áreas geográfico-eleitorais bem distintas, segundo o desempenho dos partidos de esquer-

da e de direita naquela cidade: a periferia - contígua à Zona Industrial e habitada pelos segmentos mais pobres da população, o "proletariado" e o "lumpen-proletariado" - configura a "Zona Vermelha", de maior desempenho eleitoral da esquerda; e a região central, ou o centro histórico da cidade - habitado sobretudo pela pequena burguesia ligada ao comércio e à administração pública, e também por pequenos segmentos da média e alta burguesia - configura a "Zona Negra", onde é predominante a tendência eleitoral de direita (2).

No Brasil, pesquisas realizadas sobre o comportamento político do município de São Paulo entre 1974 e 1985 demonstram que as variações nos padrões de comportamento eleitoral acompanham a divisão espacial sócio-econômica da cidade, e definem-se segundo o contraste entre o voto pró-governo e pró-oposição. Assim, observa-se que ao longo do tempo, configura-se uma forte identificação das áreas mais pobres da cidade, de infra-estrutura sócio-econômica deficiente, com o voto oposicionista, notadamente com o MDB até 1978, com o PMDB, PTB e PT em 1982 e com o PT e a coligação PTB-PFL em 1985. Ao contrário, é nas áreas mais ricas do município que se concentra o voto circunstacionista, em favor dos partidos que se localizaram circunstancialmente no governo do Estado nesse período: ARENA até 1978, PSD em 1982 e PMDB em 1985 (3).

Pode-se afirmar, portanto, que em São Paulo, regiões com semelhantes condições estruturais, abrigam geralmente orientações políticas comuns. Dessa forma, a análise das regiões de melhor votação do PT em São Paulo em 1982, pode indicar alguns elementos que supostamente teriam contribuído para aquela decisão política.

Em estudo recente sobre o processo eleitoral no

ABC paulista, SADEK (1984) salienta que o fenômeno da expressiva votação do PT naquela região nas eleições de 1982, assim como nas regiões vizinhas, tem base no impacto da questão geográfica. Segundo a autora, os vínculos de origem entre o PT e a região do ABC levaram a que esta se constituísse em centro de difusão da proposta do partido, onde a proximidade geográfica e a homogeneidade sócio-econômica das regiões seriam os principais condutores do fenômeno petista (4).

A dinâmica que definiu os resultados eleitorais do PT nas eleições de 1982 recebeu a denominação de "efeito de propinquidade". Este fenômeno define-se como a orientação do comportamento eleitoral e da identificação partidária pela influência da semelhança estrutural e da proximidade geográfica de um pólo difusor (no caso, a região do ABC) sobre certas regiões.

A mesma autora, em estudo sobre a distribuição geográfica da votação do político Jânio Quadros no município de São Paulo, aponta para a insuficiência da variável estrutural sócio-econômica na explicação da manutenção de áreas de concentração do voto janista ao longo do tempo, e indica como hipótese explicativa das opções políticas observadas, a influência de certo sistema de valores compartilhados socialmente (5).

Em resumo, as orientações colocadas nos parágrafos acima são as que contribuíram para a elaboração de nosso "modelo explicativo" do voto petista em São Paulo.

A idéia do PT como proximidade política supõe que ele acompanha os grandes centros urbanizados e industrializados, onde se observa maior facilidade no acolhimento e na difusão de novos fenômenos. Além disso, seu forte vínculo de origem com os setores indus-

triais, o que sugere conferir-lhe certo endereço definido à sua proposta política, permite supor que as regiões de concentração de sua votação têm características estruturais específicas.

Contudo, tanto a análise da votação do PT na capital paulista, quanto no interior do estado, não permitem encontrar na estrutura sócio-econômica e na proximidade geográfica com a região do ABC explicação suficiente para o fenômeno petista. Na verdade, o maior ou menor desempenho eleitoral do PT parece ter sido orientado sobretudo pelo grau de organização de suas bases partidárias locais, ou seja, em outras palavras, ao lado da influência de variáveis estruturais, parece preponderante o papel exercido pela organização e trabalho de base do partido sobre sua votação.

Vejamos como se desenvolveu esse modelo explicativo, inicialmente no interior do estado e, em seguida, na capital paulista.

„O voto petista no interior do estado de São Paulo

O desempenho eleitoral do PT em 1982 no interior do estado foi pouco expressivo. Do total de votos dados ao governo por todos os partidos, apenas 7.6% foram dirigidos ao PT. Metade de sua votação obtida no estado distribuiu-se entre os 571 municípios do interior com variações bastante significativas: em alguns municípios, o partido obteve quase 30% do total de votos; em outros, não obteve qualquer votação.

Quais fatores poderiam ter influenciado a definição e a distribuição do voto petista no interior de São Paulo? A análise

lise dos resultados obtidos pelo PT no interior paulista sugere a ocorrência de um fenômeno político urbano e industrial, onde teve influência decisiva o grau de organização partidária local.

Este item desenvolve a hipótese de que dois grandes conjuntos de fatores contribuíram para determinar a distribuição da votação petista em São Paulo. O primeiro conjunto, composto de fatores estruturais sócio-econômicos, aborda a associação entre o voto do PT com a composição da estrutura ocupacional de cada município, o grau de escolaridade de sua população e seu grau de urbanização. O segundo conjunto, composto de fatores políticos, aborda a associação entre o voto do PT com o grau de organização partidária local e com re-
dutos oposicionistas formados à época do bipartidarismo.

Vejamos como a análise estatística permitiu desenvolver nossa hipótese.

- origem do voto petista: fatores estruturais

O mapa 1, de distribuição da votação petista por região administrativa do estado de São Paulo, indica que o voto do partido concentrou-se de forma expressiva na Região 1, a grande São Paulo. Ou seja, mais de 24% dos votos em São Paulo distribuíram-se no agregado mais altamente urbanizado e industrializado do estado, o qual inclui a região do ABC, local de origem do partido.

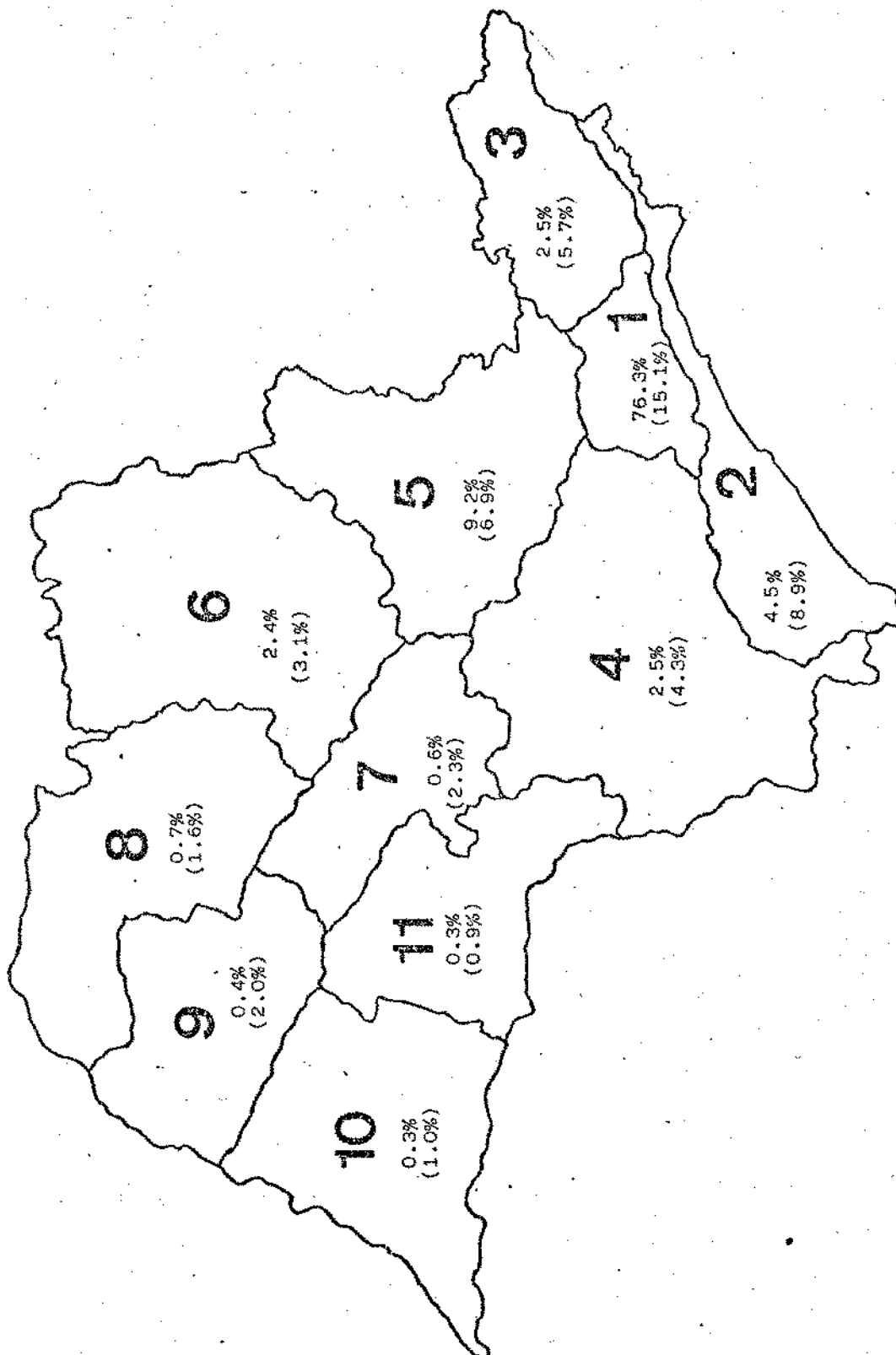
Em seguida, a Região 5 abriga a segunda maior votação do partido. Além de concentrar o segundo eleitorado do estado por região, é sediada pelo maior município do interior, a cidade de Campinas.

De outro lado, as menores votações por região do

PT localizam-se nas áreas de menor concentração urbana, situadas sobretudo no extremo oeste paulista: as regiões Administrativas 9, 10 e 11.

MAPA 1

Distribuição dos votos do PT para o governo do Estado de São Paulo por Região Administrativa e proporção de votos obtida pelo partido dentro de cada região, nas eleições de 1982 *.



* Dados em parênteses: participação do partido na Região Administrativa

Esses dados sugerem, efetivamente, certa influência de fatores estruturais na distribuição do voto do PT em 1982.

Os dados da tabela 1 indicam uma forte associação entre o voto do PT e alguns fatores estruturais, inclusive em maior grau do que nos demais partidos paulistas. Das variáveis selecionadas, verificamos ser bastante alto o poder explicativo das proporções de PEA industrial e de serviços, assim como do grau de urbanização de cada município na determinação do voto petista. Os altos coeficientes de determinação - r^2 - (6) encontrados para cada uma dessas variáveis, a saber, proporção de PEA industrial: $r^2=44.9\%$; proporção de PEA de serviços: $r^2=28\%$ e grau de urbanização: $r^2=37\%$, sugerem certa singularidade estabelecida pelo partido na definição de seu voto, vinculada à infra-estrutura sócio-econômica dos municípios onde foi votado.

Para os outros partidos de oposição, sobretudo para o PMDB e, em menor escala, para o PTB, embora a estrutura das variáveis seja idêntica, seu poder explicativo é menor, sugerindo que a explicação do voto desses partidos depende muito mais de outras variáveis. De outro modo, para o PSD, partido no governo em 1982, a proporção de PEA agrícola tem certa potencialidade explicativa, confirmando a conhecida informação de que tanto este partido, como seu antecessor, a ARENA, têm boa parte de suas bases eleitorais concentradas sobretudo nos pequenos municípios do estado, de infra-estrutura predominantemente agrícola (7).

Finalmente, os coeficientes de correlação encontrados para as variáveis tamanho da população e grau de escolaridade apresentam a mais fraca associação com o voto do PT no estado (8).

Portanto, sem nos referirmos a uma relação causal

efeito, estes dados sugerem ser o PT um fenômeno político-eleitoral vinculado essencialmente aos centros urbanos industrializados. Nesse sentido, a magnitude da associação entre o voto petista e o grau de industrialização, estabelecida por um coeficiente de determinação bastante alto ($r^2=44.9\%$), levou-nos a procurar estimar a medida em que o comportamento destas duas variáveis estiveram realmente dependentes nas eleições de 1982.

TABELA 1

**COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE A VOTAÇÃO DOS PARTIDOS PAULISTAS
PARA O GOVERNO DO ESTADO NAS ELEIÇÕES DE 1982 E AS VARIÁVEIS
ESTRUTURAIS SÓCIO-ECONÔMICAS PARA OS 572 MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO
(EM LOGARÍTIMO)**

VARIÁVEIS	COEFICIENTES R (R DE PEARSON)			
	PT	PMDB	PDS	PTB
% PEA industrial	0.67	0.25	-0.54	0.54
% PEA agrícola	-0.72	-0.28	0.54	-0.63
% PEA de serviços	0.53	0.22	-0.35	0.51
Tamanho da população	0.19	0.03	-0.17	0.17
Grau de urbanização	0.61	0.29	-0.51	0.53
Grau de escolaridade	0.42	0.17	-0.36	0.44

FONTE: Censo FIBGE, 1980
TRE-SP

A análise do modelo de regressão estatística nos 572 municípios do estado para essas duas variáveis comprova a validade de nossa hipótese. Com efeito, este modelo explicativo compreende o número de casos estatisticamente necessários, ou seja, do total de municípios paulistas, 392, ou 68.7%, se adequam ao modelo explicativo do voto petista através do grau de industrialização dos municípios (9).

O poder preditivo dessa associação é bastante alto - 15% de votos - ultrapassando a média real obtida pelo partido no estado - 9.9% dos votos.

A aplicação do modelo de regressão estatística para a associação do voto do PT com as demais variáveis estruturais revelou tendências de predição de voto menos significativas, menores que a média real dos votos do PT no estado, conforme se observa no quadro a seguir:

QUADRO 1

Tendências de estimativa do voto do PT segundo variáveis estruturais para os municípios paulistas em 1982

% votos do PT X % PEA industrial	15.0%
% votos do PT X % PEA serviços	6.2%
% votos do PT X % PEA agrícola	0.3%
% votos do PT X grau de urbanização	4.8%
% votos do PT X grau de escolaridade	11.0%
% votos do PT X tamanho da população	1.6%

Vale ressaltar que, com exceção da proporção de PEA agrícola, o crescimento das demais variáveis está diretamente relacionado com o crescimento do voto do PT. Entretanto, como nos casos do grau de escolaridade e do tamanho da população os baixos coeficientes de correlação encontrados são baixos (ver Tabela 1), não é possível afirmar associações significativas entre estas variáveis e o voto petista (ver gráficos no Anexo).

Como vimos, nosso modelo explicativo do voto petista pelas proporções de PEA industrial nos municípios paulistas abrange 68% dos casos. Assim, 32% dos municípios - 180 - não têm a estimativa de seus votos petistas de 1982 suficientemente indicada por aquela variável. Quais outros fatores poderiam ter influenciado a votação petista nesses municípios, além do grau de industrialização?

A resposta a esta questão insere-se na análise do segundo conjunto de fatores explicativos de nossa hipótese:

- origem do voto petista: fatores políticos

A análise dos 180 municípios denominados "out-liners", demonstra o peso expressivo do grau de organização partidária na determinação do voto petista. Estes municípios estão divididos em dois grandes grupos que, ou tiveram sua votação petista subestimada pelo modelo explicativo -80- ou tiveram sua votação petista superestimada -100-, comparadas às votações obtidas pelo PT nas eleições de 1982. Tais dados sugerem que, nesses 180 casos, houve uma real influência de outros fatores na explicação do voto petista local além das características estruturais predominantemente industriais.

Vejamos inicialmente o que ocorreu com os municípios do Conjunto I, onde o voto petista obtido foi maior do que o estimado pelo modelo. Três grupos subdividem os 80 municípios deste Conjunto I: o primeiro deles pode ser denominado Grupo 1 - grupo de organização do PT. Este grupo compreende municípios da região da Grande São Paulo e alguns grandes centros do interior paulista, onde são bastante significativas as proporções de PEA industrial e de população urbana (mais altas inclusive que a média do estado). Este grupo no entanto, compreende ainda as maiores parcelas das bases partidárias petistas: 60% do total de militantes no estado, 75% do total de núcleos de base e 60% do total de filiados (Tabela 2).

TABELA 2

**CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS, ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA PETISTA LOCAL E VOTAÇÕES OBTIDAS PELO PT
E PELO PARTIDO VENCEDOR PARA A PREFEITURA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 1, NAS ELEIÇÕES**

PARA O GOVERNO DE SÃO PAULO EM 1982

MUNICÍPIOS DO GRUPO 1	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS					ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA				
	POPULAÇÃO TOTAL	% TRABALH. NA INDÚSTRIA	% TRABALH. EM SERVIÇOS	% TRABALH. NA AGRICULTURA	% POP. URBANA POP. TOTAL	Nº DE FILIAIDOS DO PT	Nº NÚCLEOS DE BASE DO PT	Nº DE MILITANTES DO PT	% VOTOS DO PT EM 1982	% VOTOS DO PARTIDO VENCEDOR EM 1982
Carpinas	681.315	39.6	57.9	2.5	89.2	2.206	20	470	12.4	50.0 FMDB
Carapicuíba	187.358	51.6	48.1	0.3	100.0	410	-	-	12.2	43.7 FMDB
Cotia	63.506	45.7	47.0	7.3	95.3	163	-	-	8.3	51.2 FMDB
Diadema	230.551	64.5	35.3	0.2	100.0	847	7	153	31.2	31.2 PT
Francisco de Rocha	51.053	42.2	57.0	0.8	86.7	125	-	-	7.7	60.4 FMDB
Maia	205.817	63.8	35.8	0.4	100.0	734	5	107	22.8	45.8 FMDB
Osasco	473.856	49.5	50.3	0.2	100.0	2.275	14	355	11.0	32.4 FMDB
Santo André	552.797	55.9	43.9	0.2	100.0	2.915	1	34	28.4	31.6 PTB
São Bernardo do Campo	425.780	57.0	42.5	0.5	90.3	1.710	16	336	32.9	39.3 FMDB
São Caetano do Sul	163.030	55.2	44.7	0.1	100.0	974	3	67	20.2	31.9 PTB
São José dos Campos	287.568	47.1	49.8	3.1	96.3	742	3	160	9.8	55.3 FMDB
São Paulo	8.493.598	41.1	53.6	0.3	98.2	29.392	135	3.435	14.3	42.0 FMDB
Sumaré	101.872	62.0	31.1	7.0	94.1	163	-	-	22.2	55.6 FMDB
Taboão da Serra	97.642	43.5	56.3	0.3	100.0	370	-	-	14.1	42.8 FMDB
TOTAL DO GRUPO 1	12.015.743	51.3 ^(*)	47.0 ^(*)	1.7 ^(*)	96.4 ^(*)	43.085	204	5.117	17.7 ^(*)	43.8
ESTADO DE SÃO PAULO	25.375.199	38.4	48.6	11.3	88.6	70.933	272	6.441	9.9	44.9

FONTE: Censo FIBGE, 1980

Boletim da Secretaria de Organização do PT-SP - 1982

(*) Média

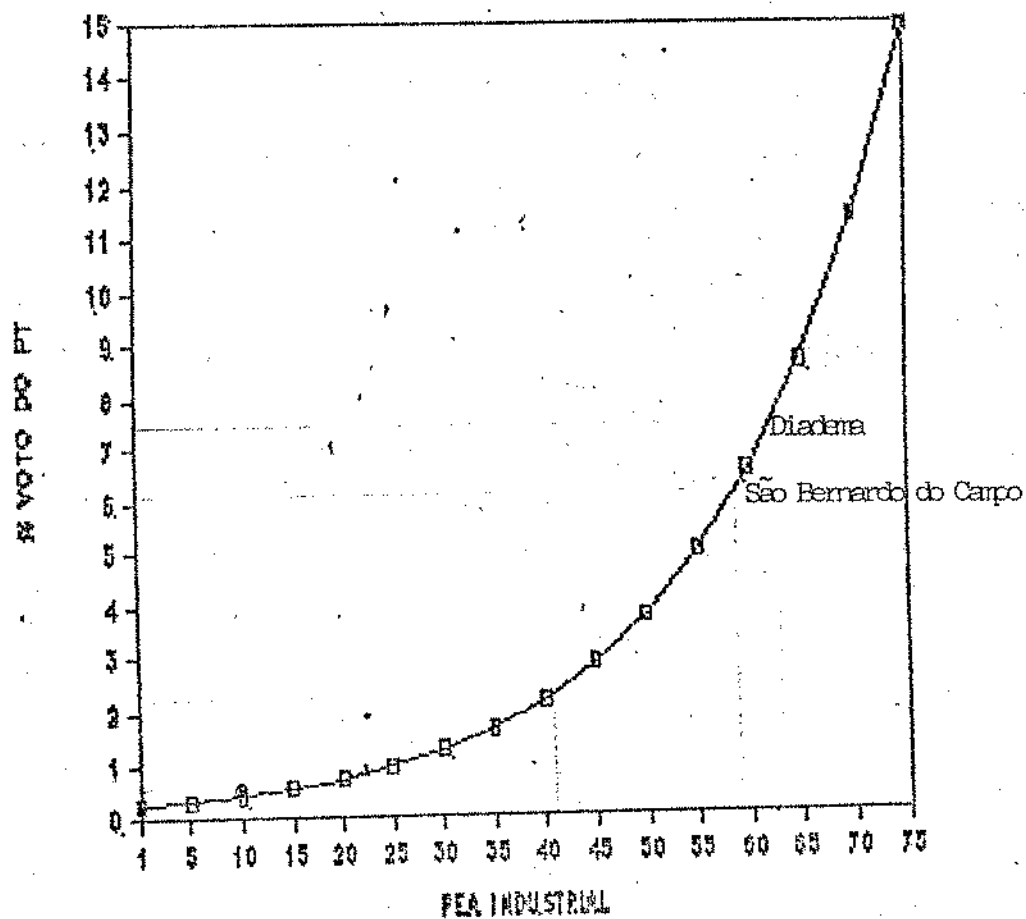
Dessa forma, pode-se sugerir que o alto grau de organização partidária petista, aliado às características estruturais apontadas, foram fatores fundamentais para que as votações do PT nesses municípios fossem expressivas.

Com efeito, sob a ótica isolada da associação entre o voto do PT e o grau de industrialização, esses municípios tiveram suas votações significativamente subestimadas em comparação com a votação real. Este é o caso sobretudo dos municípios de Diadema e São Bernardo do Campo, municípios de origem do PT, os quais tiveram os votos do PT estimados em 7.5% e 6.1%, respectivamente, e obtiveram em 1982, 32.9% e 31.2% de votos, respectivamente (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

GRÁFICO DE ESTIMATIVA PARA %PEA INDUSTRIAL X %VOTO DO PT

GRAFICO PARA % PEA INDUSTRIAL X VOTO PT



Fonte: Censo FIBGE-1980

TRE-SP

O segundo grupo, denominado Grupo_2, compõe-se de centros altamente urbanizados com a estrutura ocupacional voltada essencialmente para o setor terciário. Inclui municípios-sede e sub-sede de Regiões Administrativas e centros de turismo concentrados no litoral paulista. Da mesma forma que no Grupo 1, os municípios deste grupo tiveram suas votações petistas subestimadas pelo modelo explicativo. Apesar da presença de proporções menos expressivas de PEA industrial, parece ter sido relevante o grau de organização partidária local na determinação das votações obtidas pelo PT em 1982. Nessas localidades, contudo, a organização partidária petista limita-se em geral à existência de diretório partidário e a um número pouco expressivo de filiados, apenas 10.3% do total de filiados do PT no estado (Tabela 3).

TABELA 3

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS, ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA PETISTA LOCAL E VOTAÇÕES OBTIDAS PELO PT E PELO PARTIDO VENCEDOR PARA A PREFEITURA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 2, NAS ELEIÇÕES PARA O

GOVERNO DE SÃO PAULO EM 1982

MUNICÍPIOS DO GRUPO 2	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS					ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA				
	POPULAÇÃO TOTAL	% TRABALH. NA INDÚSTRIA	% TRABALH. EM SERVIÇOS	% TRABALH. NA AGRICULTURA	% POP. URBANA POP. TOTAL	Nº DE FILIAÇOS DO PT	Nº NÚCLEOS DE BASE DO PT	Nº DE MILITANTES DO PT	% VOTOS DO PT EM 1982	% VOTOS DO PARTIDO VENCEDOR EM 1982
Araras	67.186	40.0	40.0	20.0	83.3	322	-	-	7.0	43.2 RMB
Aparecida	30.750	30.9	66.2	3.0	94.0	138	-	-	3.9	53.7 RMB
Araçatuba	131.722	24.2	60.9	14.9	90.1	-	-	-	3.1	57.6 RMB
Avaí	130.093	32.9	57.2	9.9	92.8	512	-	-	6.6	51.8 RMB
Barreros	74.769	23.6	60.2	16.3	90.5	205	-	-	2.5	62.3 RMB
Barro	190.315	27.7	68.5	3.9	96.8	526	-	-	3.6	48.3 RMB
Bohuzitu	66.315	28.4	58.2	13.4	90.5	260	-	-	7.5	51.7 RMB
Brigida Paulista	85.065	26.9	55.3	17.9	74.7	194	-	-	3.3	42.4 RMB
Caraguatatuba	34.494	36.2	59.2	5.6	93.3	70	-	-	5.7	47.0 RMB
Catanduva	74.273	24.6	59.5	17.0	90.7	170	-	-	4.5	48.8 RMB
Ouratinga	88.137	29.9	61.3	8.8	84.1	225	-	-	4.3	60.0 RMB
Ouratubá	152.845	31.8	65.6	2.6	100.0	428	-	-	8.2	51.4 RMB
Jaboticabal	47.749	29.0	52.6	18.4	87.1	141	-	-	5.0	39.0 RMB
Lins	53.241	19.4	65.8	14.9	88.1	152	-	-	1.5	56.7 RMB
Miracília	9.921	9.8	83.8	6.4	99.0	48	-	-	5.6	59.3 RMB
Praia Grande	66.294	36.7	62.0	1.3	100.0	118	-	-	4.7	43.2 RMB
Ribeirão Preto	318.375	26.9	67.9	5.2	96.8	860	-	-	12.2	42.4 RMB
Santos	416.784	23.4	76.0	0.7	99.5	1.240	-	-	3.3	49.8 RMB
São João do Rio Preto	188.560	26.8	67.7	5.6	74.9	564	-	-	7.0	55.8 RMB
São Sebastião	19.003	19.7	73.6	6.8	97.9	-	-	-	11.0	40.0 RMB
São Vicente	192.915	31.3	68.2	0.5	99.9	441	-	-	11.0	52.7 RMB
Sorocaba	269.880	45.8	52.1	2.1	98.6	600	2	42	5.5(*)	41.3 RMB
TOTAL DO GRUPO 2	2.708.678	28.4(*)	62.8(*)	8.8(*)	93.1(*)	7.237	2	42	5.5(*)	49.9(*)
ESADO DE SÃO PAULO		38.4	48.6	11.3	88.6	70.933	272	6.441	9.9	44.9 RMB

FONTE: Censo FIBCE, 1980

Boletim da Secretaria de Organização PT-SP, 1982.

(*) Média

A análise do terceiro grupo de municípios -Grupo 3- torna mais nítida nossa afirmação sobre o peso da organização partidária na votação petista. Os municípios deste grupo escapam quase integralmente ao modelo explicativo quanto às características estruturais, pois são de estrutura predominantemente agrícola. No entanto, a subestimativa das votações petistas locais parece ter sido definida em parte pela organização partidária: o PT constituiu diretórios em 70% dos municípios deste grupo em 1982, nos quais pode lançar candidatos às eleições (Tabela 4).

O peso da organização partidária na votação petista destes municípios pode ser ilustrado por alguns exemplos. Nos municípios de Rocaina, com 9.4% de votos para o PT; Mimosos do Ilhéu, com 11.6% e São Joaquim da Barra, com 11.1% dos votos, parte da explicação do voto petista situa-se na estreita ligação dos candidatos a prefeito com as atividades dos sindicatos de trabalhadores rurais de cada município, onde são bastante atuantes. Além disso, todos os candidatos pertenciam a famílias tradicionais locais, elemento importante na constituição de elites políticas de pequenas localidades(10). Ao contrário, para o caso de Iguçu, onde o PT obteve 18.0% dos votos, este desempenho não deveu-se à ligação do partido com movimentos de base organizados no município, mas sim, deveu-se em parte ao fato de que o PT local herdou uma fatia significativa da organização partidária arealista, bastante forte na cidade (vale salientar que nas eleições municipais de 1976 a ARENA obteve 95.5% dos votos neste município).

Para essas pequenas localidades portanto, o grau e a presença da organização partidária local parecem ser o maior indica-

dor do desempenho eleitoral observado no PT em 1982. Não temos registro, no entanto, nem da intensidade da atividade partidária local (que seria dada pelo número de militantes), tampouco das ligações de origem do partido e de seus candidatos com as mobilizações políticas locais em cada um desses municípios.

TABELA 4

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS, ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA PETISTA LOCAL E VOTAÇÕES OBTIDAS PELO PT E PELO PARTIDO VENCEDOR PARA A PREFEITURA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 3 NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DE SÃO PAULO EM 1982

	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS					ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA				
	POPULAÇÃO TOTAL	% TRABALH. NA INDÚSTRIA	% TRABALH. EM SERVIÇOS	% TRABALH. NA AGRICULTURA	% POP. URBANA POP. TOTAL	Nº DE FILIADOS DO PT	Nº NÚCLEOS DE BASE DO PT	Nº DE MILITANTES DO PT	% VOTOS DO PT EM 1982	% VOTOS DO PARTIDO VENCEDOR EM 1982
Adrianópolis	32.466	14,9	50,2	34,9	75,8	146	6	132	1,9	38,2 FMB
Aguaí	17.222	21,7	36,8	41,5	73,8	60	-	-	5,0	48,5 FMB
Angatuba	17.262	16,0	25,7	58,3	42,6	-	-	-	1,6	78,8 FMB
Atibaia	58.633	30,5	47,5	22,0	83,9	130	1	12	4,1	50,8 FMB
Avaré	47.336	23,7	55,3	21,6	87,6	161	-	-	3,1	62,6 FMB
Bocaina	6.691	21,1	31,6	47,3	99,0	60	-	-	9,4	52,0 FMB
Cacرد	16.800	11,3	38,5	60,2	49,3	57	-	-	3,9	45,7 FMB
Cassia dos Coqueiros	2.566	3,1	17,0	79,9	33,8	-	-	-	0,9	62,2 FMB
Clementina	4.310	8,2	21,6	70,2	44,2	-	-	-	4,6	51,2 FMB
Cordeiro	5.683	6,8	15,5	77,8	51,2	-	-	-	4,4	42,6 FMB
Dourado	6.600	19,0	24,4	56,7	71,6	59	-	-	2,5	26,5 FMB
Marília	12.287	19,3	29,6	51,4	61,2	45	-	-	3,4	60,2 FMB
Espírito Sto. do Pinhal	34.169	22,8	47,2	30,1	69,6	96	1	20	3,2	54,2 FMB
Fernandópolis	47.883	18,7	57,8	23,5	82,3	163	-	-	2,8	60,9 FMB
Flora Rica	2.760	1,1	14,7	84,3	40,0	-	-	-	0,8	59,0 FMB
Guaçu	40.660	15,1	40,0	45,0	68,5	95	-	-	2,2	48,8 FMB
Guararapes	22.904	24,8	41,4	33,7	77,7	102	-	-	2,7	43,8 FMB
Itapetininga	85.379	22,4	53,3	24,3	75,1	193	1	20	2,9	51,4 FMB
Itapira	49.247	31,4	38,4	29,2	77,9	(*)	(*)	(*)	4,5	39,5 FMB
Itapuí	7.728	28,0	25,9	46,1	65,2	36	-	-	4,5	45,1 FMB
Itararé	38.195	17,8	38,7	43,5	64,7	104	-	-	2,8	71,5 FMB
Itatinga	9.429	16,1	32,3	51,6	60,9	36	-	-	3,8	60,2 FMB
Itapira	7.113	16,0	43,3	40,7	72,1	35	-	-	6,1	44,5 FMB
Juazeiropolis	21.602	11,8	35,2	53,1	51,6	74	-	-	2,8	48,5 FMB
Lore	45.630	30,2	35,6	34,2	88,7	110	-	-	4,4	54,8 FMB
Minheiros do Tietê	6.695	23,6	23,7	52,7	77,7	31	-	-	11,6	47,0 FMB
Mirandópolis	21.534	13,5	42,8	43,7	65,0	155	1	31	2,3	50,7 FMB
Monteiro Lobato	2.688	6,2	34,7	59,2	24,9	-	-	-	1,3	63,0 FMB
Novo Horizonte	26.829	12,1	38,5	49,5	69,7	75	-	-	4,5	47,1 FMB
Ouroré	5.639	2,4	19,2	78,4	52,1	-	-	-	0,9	49,5 FMB
Pirajui	19.416	11,1	45,2	43,7	67,7	66	-	-	1,3	47,6 FMB
Ribeirão do Sul	3.137	8,4	20,4	71,2	48,8	25	-	-	2,2	49,1 FMB
Santópolis do Iguaçu	3.474	9,1	32,3	58,7	53,3	-	-	-	5,4	50,5 FMB
São João do Pau d'Alho	3.582	5,9	22,1	72,0	32,2	-	-	-	2,7	48,2 FMB
São Joaquim da Barra	29.299	28,9	47,7	23,4	89,7	197	-	-	11,1	47,2 FMB
São José do Rio Preto	38.186	23,1	41,6	35,3	57,4	152	-	-	3,5	45,7 FMB
Sete Barras	11.263	6,8	24,6	68,6	30,3	36	-	-	1,6	44,8 FMB
Soverina	7.878	16,8	24,3	58,9	57,0	-	-	-	0,1	47,6 FMB
Taubaté	4.415	10,4	28,6	61,0	71,6	(*)	(*)	(*)	18,0	31,6 FMB
Tapirubá	9.885	31,5	21,0	47,5	35,1	-	-	-	0,2	45,9 FMB
Taquaritinga	35.916	26,3	38,8	34,9	81,4	122	-	-	4,7	36,3 FMB
Tupi Paulista	16.316	11,2	41,7	47,1	58,9	-	-	-	1,9	55,1 FMB
Ubatuba	26.663	31,2	55,6	12,2	50,7	88	-	-	4,5	45,2 FMB
Valparaíso	13.229	14,6	35,6	48,9	75,7	-	-	-	2,3	57,1 FMB
TOTAL DO GRUPO 3	927.992	16,9**	34,7**	48,4**	62,7**	2.394	3	83	3,8**	
ESTADO DE SÃO PAULO	25.375.199	38,4	48,6	11,3	88,6	70.933	272	6.441	9,9	44,9 FMB

(*) Tem diretório mas não tem informação.

(**) Média

Fonte: Censo FIBGE, 1980

Boletim da Secretaria de Organização, PT, 1982.

TRE-SP

Vejamos agora as características do Conjunto II, de 100 municípios paulistas onde o voto petista obtido em 1982 foi menor do que o estimado pelo modelo explicativo.

Os dados da Tabela 5 confirmam nossa hipótese sobre os elementos possivelmente determinantes do voto petista em São Paulo. Com efeito, os municípios do Conjunto II combinam a ausência das características consideradas fundamentais em nosso modelo explicativo: são municípios essencialmente agrícolas, com baixas proporções de trabalhadores industriais e baixo grau de urbanização, e não apresentam organização partidária petista local.

Dos 100 casos, 4 podem ser considerados exceções onde apenas 3 possuem diretório partidário petista. A maior exceção é o município de Mogi-Guaçu, que combina a maior proporção de trabalhadores industriais do estado - 75.5% -, é altamente urbanizado e apresenta organização partidária local. Contudo, ali, onde o PT obteve apenas 3.8% dos votos, trata-se de um reduto emedebista; vale lembrar que nas eleições de 1982, Mogi-Guaçu foi o único município paulista que constituiu integralmente a Câmara de Vereadores com políticos permedebistas.

O fraco desempenho eleitoral do PT nos outros três casos pode ser explicado pela existência apenas parcial dos elementos considerados explicativos: no município de Marília, onde apesar do PT ter constituído diretório, obteve apenas 0.1% dos votos, a estrutura ocupacional não é predominantemente industrial.

O município de Palmaceira Paulista, apesar de ter diretório constituído, é essencialmente agrícola, com quase 70% da população ativa voltada para esse setor e, finalmente, no município de

Bezeira, que apresenta uma das maiores proporções de trabalhadores industriais de São Paulo - 66.2% - não há organização partidária local em 1982. Estes dados, sem dúvida não são suficientemente explicativos da baixa votação petista. No entanto, um exame mais detido da possível influência de fatores políticos locais não faz parte deste trabalho.

TABELA 5
CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS, ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA PLIISTA LOCAL E VOTAÇÕES ORTIDAS PELO PT
E PELO PARTIDO VINCULOR NA PREFEITURA DOS MUNICÍPIOS DO CONJUNTO II NAS
ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DE SÃO PAULO DE 1982

MUNICÍPIOS DO CONJUNTO II	POPULAÇÃO TOTAL	% TRABALH. NA INDÚSTRIA	% TRABALH. EM SERVIÇOS	% TRABALH. NA AGRICULTURA	% POP. URBANA POP. TOTAL	ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA (PREFEITURA)	% VOTOS DO PT EM 1982	% VOTOS DO PARTIDO VENCEDOR-1982
Adolfo	3.658	11.9	15.0	73.1	75.8	-	0.1	55.5 PMDB
Águas do Prata	5.906	18.0	39.3	42.8	74.3	-	0.2	58.1 PMDB
Américo de Campos	8.900	11.3	21.4	67.1	49.7	-	0.1	53.4 PMDB
Anapó	42.335	44.0	36.6	17.4	69.1	-	1.0	41.8 PMDB
Aracânia	2.316	15.3	32.3	51.8	46.9	-	0.2	67.4 PSD
Arealva	6.828	10.0	25.8	64.4	48.3	-	0.1	46.1 PMDB
Averlandia	6.472	26.5	21.8	51.7	74.4	-	0.2	61.1 PSD
Babilônia	1.185	2.7	22.0	75.3	37.6	-	0.1	66.0 PSD
Bálsamo	5.756	17.9	33.3	48.8	65.6	-	0.1	56.9 PMDB
Barão de Antonina	3.969	2.7	15.1	82.1	33.4	-	0.1	49.6 PMDB
Barbosa	3.600	49.1	21.3	29.6	61.5	-	0.3	50.9 PMDB
Barralândia	22.829	36.7	44.3	17.0	90.0	-	0.7	56.8 PMDB
Barro do Novo	4.942	7.5	16.3	76.3	20.7	-	0.1	48.8 PMDB
Bilac	5.402	22.0	36.0	40.0	67.9	-	0.5	54.6 PSD
Bom Jesus dos Perdões	7.136	50.5	26.5	23.0	77.7	-	1.1	50.3 PSD
Bora	870	4.6	9.8	85.8	17.0	-	0.0	50.0 PMDB
Brejo	4.592	7.1	29.5	63.5	50.2	-	0.1	54.3 PMDB
Brookings	11.380	27.9	39.0	33.1	82.0	-	0.2	49.6 PMDB
Buritinópolis	13.143	31.1	33.3	35.6	72.1	-	1.6	50.1 PMDB
Caçapava	21.959	57.7	36.3	4.0	94.1	-	0.1	51.1 PSD
Campos Novos Pita.	3.802	6.0	19.0	75.2	47.8	-	0.1	45.0 PMDB
Candido Rodrigues	1.995	9.1	31.4	59.5	72.8	-	0.2	61.9 PMDB
Cardoso	12.279	17.4	38.4	46.3	74.0	-	0.6	43.9 PSD
Chapadão	8.941	42.5	20.1	36.4	51.0	-	0.1	46.2 PMDB
Colômbia	3.392	6.5	17.7	75.8	17.0	-	0.7	55.8 PMDB
Cordeiroópolis	9.541	46.5	36.5	17.0	64.8	-	0.1	56.1 PSD
Coronel Macedo	6.358	4.7	10.5	84.8	44.1	-	0.4	52.7 PMDB
Corumbatai	2.804	31.3	19.0	49.7	33.9	-	0.7	52.7 PMDB
Cruzeiro	98.781	43.7	51.6	4.6	95.2	-	0.1	53.1 PSD
Guatubira	3.822	13.7	22.8	63.5	54.6	-	0.2	45.3 PSD
Gilberto	4.987	15.8	15.2	69.0	43.3	-	0.2	50.3 PSD
Guarani D'Oeste	8.363	28.7	25.5	45.8	20.1	-	0.2	45.4 PMDB
Itacaja	6.677	17.0	36.4	46.6	66.5	-	0.2	52.3 PMDB
Itaúna	5.238	20.0	43.4	36.5	65.2	-	0.3	53.1 PMDB
Itaúna	12.844	32.1	22.7	45.2	51.2	-	0.5	40.5 PSD
Itaiporã	6.703	33.6	42.5	24.1	76.9	-	0.2	79.3 PSD
Itapira	1.864	17.5	16.0	66.5	52.3	-	0.1	50.9 PSD
Itapiranga	4.769	14.6	22.6	62.7	29.5	-	0.3	68.1 PSD
Itapora	3.268	26.5	23.4	41.1	62.6	-	0.5	53.6 PMDB
Itobi	5.773	26.2	5.9	54.8	61.3	-	0.1	52.7 PSD
Jaboratã	5.542	4.8	35.4	59.9	73.1	-	0.1	44.2 PSD
Jaci	3.831	9.4	16.5	74.1	31.6	-	0.1	47.6 PSD
João Ramalho	2.884	5.4	11.4	83.2	29.5	-	0.4	53.6 PMDB
Jovirama	5.795	26.6	35.4	36.0	54.5	-	0.4	49.8 PMDB
Leopoldina	25.399	39.7	29.2	31.1	83.7	-	0.5	75.5 PMDB
Louveira	10.411	39.9	32.7	27.4	79.2	-	0.1	59.8 PMDB
Luziânia	3.848	7.7	21.2	71.1	65.2	-	0.1	49.2 PMDB
Macatuba	10.946	30.1	20.2	49.7	58.9	-	0.1	43.0 PSD
Macatuba	6.308	10.4	35.4	54.2	54.4	-	0.1	49.8 PMDB
Macatuba	4.196	7.4	18.6	74.0	39.8	-	0.1	50.1 PSD
Maga	3.569	9.9	24.6	65.5	87.1	-	0.2	48.6 PSD
Maracá	10.068	14.8	26.0	59.2	43.1	-	0.1	55.4 PMDB
Marília	121.877	26.9	59.2	13.9	87.1	-	0.8	51.3 PMDB
Matão	38.149	48.6	27.8	23.5	58.0	-	0.1	46.1 PSD
Mendonça	4.006	9.8	16.7	73.5	36.0	-	0.9	44.2 PSD
Miracul	28.319	41.9	44.0	12.2	80.7	-	0.1	55.1 PSD
Miraculândia	2.735	6.2	1.4	23.1	69.0	-	3.8	70.8 PMDB
Mogi-Cuaçu	73.435	75.5	16.1	73.9	44.6	-	0.1	48.8 PSD
Navegantes	2.801	10.0	25.0	37.2	41.7	-	0.2	55.5 PMDB
Monte Alegre do Sul	4.664	37.8	13.6	48.1	31.5	-	0.1	50.0 PSD
Monte Castelo	6.111	2.1	23.2	30.7	70.2	-	0.6	50.1 PSD
Montezuma	1.969	4.7	19.0	74.2	43.8	-	0.1	55.4 PMDB
Nova Luzitânia	3.665	11.2	12.4	75.4	36.4	-	0.2	46.3 PSD
Oscar Bressane	4.298	24.3	33.9	67.7	57.2	-	0.1	42.4 PMDB
Palmira Paulista	8.084	31.8	42.1	26.1	71.2	-	0.1	43.5 PMDB
Paracatu	3.603	3.1	20.4	76.5	46.2	-	0.1	59.6 PMDB
Paraparaíba	11.704	8.0	37.2	54.8	37.3	-	1.5	44.4 PMDB
Pedreira	21.394	56.2	29.1	5.8	92.0	-	0.1	66.4 PSD
Piquetópolis	3.543	5.7	15.7	78.6	42.2	-	0.9	51.3 PSD
Piracai	12.740	46.9	25.9	27.2	59.2	-	0.9	49.6 PMDB
Piracema	4.815	42.2	41.4	16.5	52.1	-	0.4	43.5 PMDB
Pirapora do Bon Jesus	17.525	30.2	41.8	28.0	80.0	-	0.2	46.1 PMDB
Pirapora	6.058	23.5	16.2	60.3	46.4	-	0.3	43.1 PSD
Pirópolis	16.774	26.6	29.5	43.9	73.8	-	0.4	75.0 PSD
Pradópolis	7.828	49.8	21.2	30.0	78.1	-	0.1	86.6 PSD
Ribeirão Corrente	2.734	3.2	14.5	82.3	44.3	-	0.3	54.4 PSD
Rifaina	3.336	29.9	30.2	39.9	77.4	-	0.1	57.6 PSD
Riverópolis	11.331	3.0	14.5	82.5	36.9	-	0.1	68.3 PSD
Rubiacia	2.207	4.4	18.1	77.5	37.9	-	0.1	50.5 PSD
Salmópolis	4.769	8.3	8.7	82.9	64.7	-	0.6	63.6 PMDB
São de Pirapora	14.683	37.4	36.7	25.9	40.7	-	0.1	67.9 PSD
São Domingos	2.745	5.6	14.7	79.7	67.7	-	0.2	54.3 PSD
Santa Adélia	10.294	17.1	29.7	53.2	69.5	-	0.4	42.4 PMDB
Santa Ernestina	3.503	41.6	15.9	42.5	89.7	-	0.1	52.4 PMDB
Santa Maria da Serra	2.025	14.7	15.0	70.3	80.3	-	0.4	52.7 PMDB
Santa Rosa do Viterbo	14.427	45.7	31.4	22.9	60.3	-	0.1	44.3 PSD
Santa Rita da Alegria	5.729	9.8	18.8	71.4	46.9	-	0.2	54.1 PMDB
Santa Rita da Alegria	5.499	25.0	18.6	56.2	30.0	-	0.1	41.9 PSD
São Antonio do Jardim	4.618	6.2	14.0	79.8	42.8	-	0.1	45.5 PSD
São Francisco	3.028	10.6	18.1	71.3	44.0	-	0.1	50.1 PSD
Serrolândia	9.356	9.8	28.5	61.7	37.9	-	0.6	44.4 PMDB
Solânea	15.446	42.5	32.5	24.9	75.2	-	0.2	59.5 PSD
Tapecuru	3.576	14.8	24.1	61.1	60.6	-	0.3	64.1 PSD
Theodoro Sampaio	26.330	34.0	27.4	38.6	40.9	-	0.2	55.3 PMDB
Torrinha	6.534	18.9	32.2	48.8	69.9	-	0.1	70.5 PSD
União Paulista	1.240	4.1	12.1	83.8	28.3	-	0.2	39.1 PMDB
Viradouro	2.734	15.1	27.7	57.3	57.8	-	0.2	44.4 PMDB
TOTAL, CONJUNTO II	1.031.030	22.7(*)	25.5(*)	52.1(*)	57.7(*)	3	0.3(*)	
ESTADO DE SÃO PAULO	25.375.193	38.4	48.6	11.3	88.6	263	9.9	44.9 PMDB

(*) - Média

FONTE: Censo FINEZ, 1980
 TDE-SP

Como vimos, através da análise dos 180 municípios "out-liners", o grau de organização partidária local parece ter exercido papel essencial na determinação do voto petista em 1982, ao lado das características estruturais específicas. Com efeito, ao verificarmos o coeficiente de correlação entre o voto do PT em São Paulo e a existência de diretório partidário nos municípios, obtivemos a associação mais significativa em toda nossa investigação: esta variável colabora com 55% (r^2) da explicação da votação petista no estado de São Paulo (Tabela 6).

TABELA 6

**COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE A VOTAÇÃO DOS PARTIDOS PAULISTAS
PARA O GOVERNO DO ESTADO NAS ELEIÇÕES DE 1982 E AS VARIÁVEIS
POLÍTICAS PARA OS 572 MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO**

VARIÁVEIS	COEFICIENTES R (R DE PEARSON)			
	PT	PMDB	PDS	PTB
% votos ARENA em 1974	-0.46	-0.29	0.51	-0.25
% votos MDB em 1974	0.47	0.29	-0.52	0.26
% votos ARENA em 1976	-0.33	-0.28	0.39	-0.16
% votos MDB em 1976	0.23	0.30	-0.37	0.12
% votos ARENA em 1978	-0.49	-0.38	0.60	-0.24
% votos MDB em 1978	0.49	-0.42	-0.62	0.26
existência do diretório local do PT	0.74	--	--	--

FONTE: TRE-SP

Contudo, com certeza, outros fatores políticos devem ter exercido certa influência na determinação do voto. Como forma nova de opinião, num estado de forte tradição emedebista, pode-se supor que parte da força eleitoral petista tenha sido destacada dos redutos oposicionistas/emedebistas.

A tabela 6 indica, efetivamente, que parte da determinação do voto petista deveu-se ao voto emedebista obtido na época do bipartidarismo nos municípios paulistas. Mais que para os outros partidos de oposição considerados - PMDB e PTB - as eleições majoritárias de 1974 e de 1978, de forte caráter plebiscitário e nacional, apresentam um importante coeficiente de determinação do voto para o PT, respectivamente, $r=0.47$ e $r=0.49$. Ao contrário, a associação com os resultados emedebistas nas eleições municipais de 1976 é bastante baixa, sugerindo que, no que respeita à política local especificamente, o voto petista praticamente não sofreu influência de redutos emedebistas locais.

Contudo, os coeficientes de correlação relativamente pequenos encontrados na associação entre voto petista e emedebista, sugerem ainda ser o PT uma força eleitoral constituída num espaço de preferências político-partidárias novas.

A análise dos dados obtidos em pesquisas eleitorais acadêmicas por amostragem, realizadas pelo IDESP e pela Universidade Estadual de Campinas em alguns dos municípios onde o PT concentrou a maior parte de seus bons resultados eleitorais em 1982 - São Paulo, Campinas, e os municípios da região do ABC - revela que boa parte dos votos do PT veio de um eleitorado novo, ou seja, de eleitores que votaram pela primeira vez em 1982. Com efeito, as amostras de

cada município ou região apresentam boas proporções de petistas "jovens" na faixa de idade entre 18 e 22 anos, quais sejam, em São Paulo, 14.0%; em Campinas, 29.6% e na região do ABC, 26.1% (Tabela 7).

Por outro lado, a Tabela 7 revela que a grande maior parte dos eleitores petistas que já haviam votado em 1978 veio do o então partido de oposição, MDB. Se este é um dado quase absoluto para a região do ABC, vale ressaltar que para os municípios de São Paulo e Campinas, parcelas significativas do voto petista também constituíram-se sobre bases políticas novas e/ou descontentes com a representação oposicionista então existente, respectivamente 21.0% e 16.7%..

Vejamos agora, mais detalhadamente, como foi determinada e como se distribuiu a votação petista na capital paulista em 1982.

TABELA 7

IDADE, PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA EM 1978 E DISTRIBUIÇÃO POR
MUNICÍPIO DOS ENTREVISTADOS QUE DECLARARAM VOTO AO
PT PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1982

FAIXAS ETÁRIAS E PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS EM 1978				
MUNICÍPIOS	18-22 ANOS	23 ANOS OU MAIS		TOTAL
		MDB	ARENA OU NENHUM	
São Paulo	14.0 (8)	65.0 (37)	21.0 (12)	100.0 (57)
Campinas	29.6 (16)	53.7 (29)	16.7 (9)	100.0 (54)
Região do ABC	26.1 (43)	71.5 (118)	2.4 (4)	100.0 (165)

..O voto petista na capital paulista

Como vimos no início deste capítulo, a distribuição geográfica do voto paulistano indica uma forte tendência de concentração do voto peesicionista nas áreas mais pobres da cidade. O voto petista no município de São Paulo em 1982 acompanha esse padrão de distribuição, concentrando-se nas áreas sócio-econômicas mais carentes da capital(11), contudo, com variações significativas de uma região geográfica à outra , conforme demonstra a Tabela B, abaixo:

TABELA 8**RESULTADOS ELEITORAIS DE 1982 PARA A CAPITAL PAULISTA POR ÁREA
SÓCIO-ECONÔMICA HOMOGÊNEA (VOTOS PARTIDÁRIOS)**

ÁREAS SÓCIO-ECONÔMICAS	(%) PT	(%) PMDB	(%) PTB	(%) PDS	(%) PDT
I	11.8	43.3	18.1	24.8	1.9
II	12.1	43.2	20.2	24.8	1.6
III	14.0	40.2	22.4	21.9	1.6
IV	11.9	39.7	24.9	21.9	1.6
V	14.1	42.1	22.7	19.6	1.5
VI	12.7	40.9	28.9	16.5	1.0
VII	17.9	46.0	20.1	15.0	1.0
VIII	18.5	50.1	16.1	14.7	0.6
TOTAL DA CAPITAL	14.9	44.0	21.6	18.2	1.2

FONTE: TRE-SP

A análise da distribuição dos votos do PT em São Paulo sugere que três elementos combinados exerceram importante influência na sua determinação: maiores níveis de pobreza, proximidade geográfica com a região do ABC e certa organização partidária local.

O mapa_2 demonstra que as duas faixas de maiores votações do PT por unidade administrativa(12) - maiores que a média obtida na capital: 14.3% - localizam-se nas áreas periféricas do município, em boa parte, contíguas à região do ABC. Compõem as regiões mais carentes de São Paulo, mais especificamente as periferias das Zonas Sul, Leste, Nordeste e Sudeste, pertencentes às áreas sócio-econômicas 7 e 8 e têm sua estrutura ocupacional concentrada essencialmente no setor industrial.

Dentro dessas áreas periféricas, as proporções de votos petistas nos seus mais de 70 distritos eleitorais variam de uma região geográfica a outra. No entanto, as maiores votações distritais do PT localizam-se nos distritos eleitorais vizinhos à região do ABC.

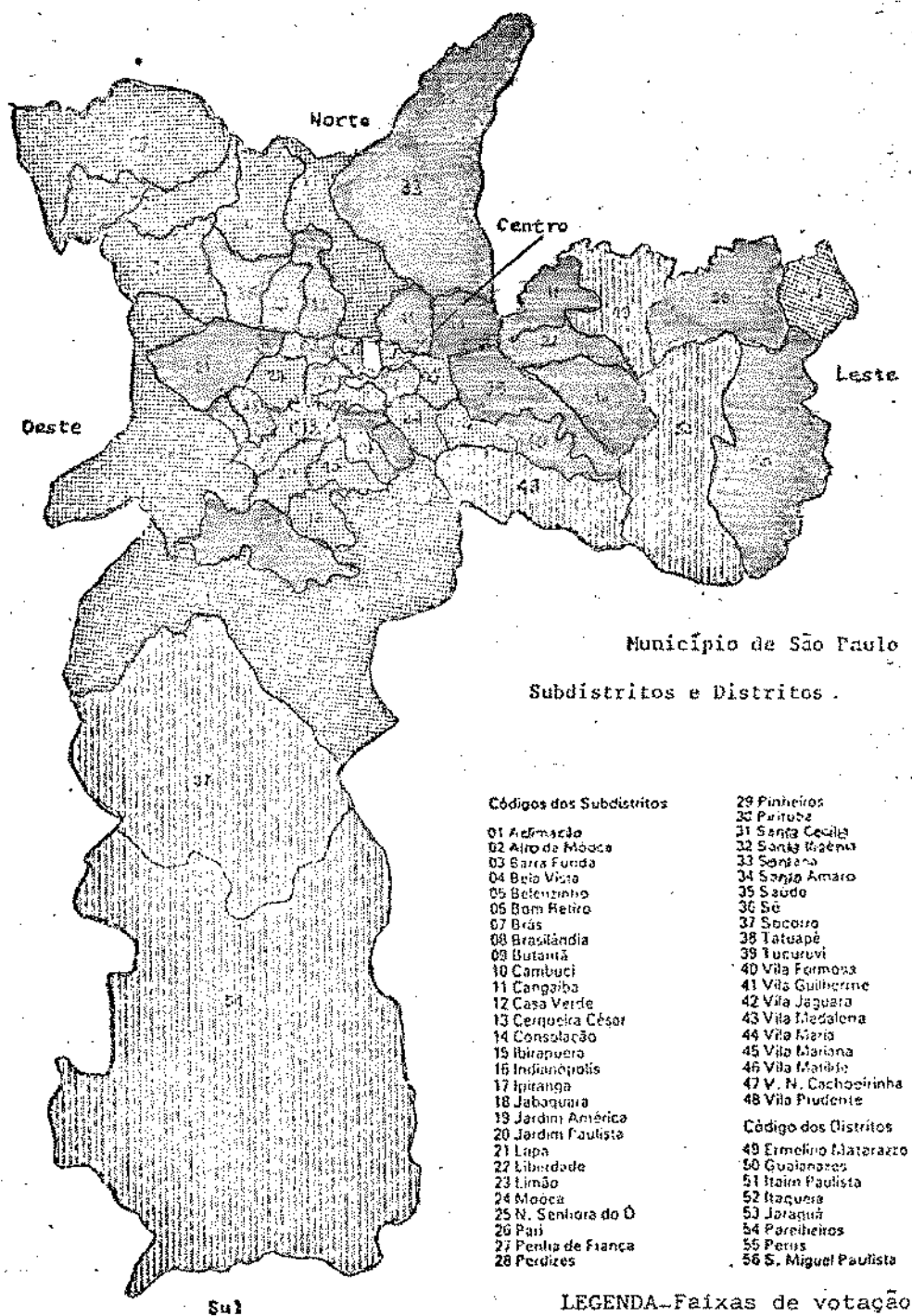
Tais distritos das zonas Leste e Sul de São Paulo têm um peso político significativo, representando 30% do eleitorado paulistano, e um total de 30.3% dos votos nas eleições de 1982. Nesses distritos, o PT concentrou suas dez maiores votações por distrito(13):

- | | |
|--|-------------------|
| 1. Cidade Satélite Santa Bárbara - Itaquera: | 32.1% dos votos |
| 2. Vila Califórnia - Vila Prudente | : 29.6% dos votos |
| 3. Jardim Miriam - Socorro | : 28.5% dos votos |
| 4. Vila Moraes - Saúde | : 26.9% dos votos |
| 5. Jardim São Luís - Santo Amaro | : 26.3% dos votos |
| 6. São João Clímaco - Ipiranga | : 26.0% dos votos |
| 7. Parque São Lucas - Vila Prudente | : 24.9% dos votos |

8. Parque Santa Amélia - Santo Amaro	: 24.8% dos votos
9. Jardim Iêê - Santo Amaro	: 24.6% dos votos
10. Cidade São Mateus - Itaquera	: 24.4% dos votos

MAPA 2

Distribuição geográfica dos votos dados ao PT no Município de São Paulo nas eleições para governador do estado de 1982, por distritos e subdistritos administrativos



Fonte: SEPLAN
TRE-SP

O que deve ser ressaltado é que nessas zonas onde o PT angariou o maior número de votos, está concentrada a maior parte de suas bases partidárias. Ali localizam-se quase 80% do total de núcleos de trabalho de base, os quais abrigam 80% do total de militantes existentes na capital, e quase 70% do total de filiados. Nessas regiões destacam-se os distritos de Capela do Socorro e Santo Amaro (zona sul); Saude (zona sudeste); Lapa (zona noroeste) e São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo (zona leste) - ver Tabela 9.

TABELA 9

**ORGANIZAÇÃO DO PT POR DISTRITO ADMINISTRATIVO E RESULTADOS ELEITORAIS DO
PARTIDO POR ZONAS DA CAPITAL PAULISTA NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO
ESTADO DE 1982**

	Nº DE FILIAÇOS	Nº DE NÚCLEOS	Nº DE MILITANTES	VOTAÇÃO DO PT SOBRE O TOTAL DE VOTOS DA ZONA
Santo Anaro	1.223	20	355	
Capela do Socorro	1.450	28	636	
Parelheiros	248	1	30	
TOTAL ZONA SUL	2.921	49	1.021	19.3%
Aelimação	269	-	-	
Vila Mariana	640	4	85	
Cambuci	324	-	-	
Jabaquara	622	5	107	
Saúde	1.370	10	353	
Ipiranga	1.090	-	-	
Vila Prudente	1.421	4	68	
TOTAL ZONA SUDESTE	5.736	23	613	16.5%
Ibirapuera	440	1	21	
Indianópolis	282	1	21	
Jd. Paulista	597	4	73	
Jd. América	328	-	-	
Pirêneiros	350	1	39	
Vila Madalena	311	2	47	
Cerqueira César	177	-	-	
Perdizes	804	2	66	
TOTAL DA ZONA SUDESTE	3.289	11	267	12.4%
Santana	823	7	163	
Tucuruvi	1.291	6	143	
Vila Maria	627	1	21	
Vila Guilherme	179	-	-	
TOTAL ZONA NORTE	2.920	14	327	12.5%
Sé	126	2	48	
Boia Vista	600	1	21	
Liberdade	424	1	22	
Consolação	404	1	25	
Parí	220	1	22	
Brás	300	1	30	
Santa Efigênia	252	-	-	
Barra Funda	165	-	-	
Bom Retiro	150	-	-	
Santa Cecília	504	-	-	
TOTAL ZONA CENTRO	3.144	7	168	11.3%
Lapa	882	6	134	
Pirituba	701	1	28	
Jaguara	231	-	-	
Jaraguá	100	-	-	
Perus	100	-	-	
Nossa Senhora do Ó	856	5	109	
Casa Verde	590	-	-	
Brasilândia	568	5	105	
Limão	196	-	-	
Vila Nova Cachoeirinha	288	-	-	
TOTAL ZONA NOROESTE	4.843	17	376	13.9%
Belenzinho	267	-	-	
Moóca	404	1	22	
Penha de Frade	850	2	51	
Vila Matilde	557	3	63	
Tatuapé	819	4	68	
Vila Formosa	322	1	21	
Congaliba	196	-	-	
Alto da Moóca	-	-	-	
Itaquera	910	3	64	
São Miguel Paulista	882	5	205	
Itaó Paulista	350	1	21	
Quilombos	281	-	-	
Emelino Matarazzo	1.021	7	148	
TOTAL ZONA LESTE	6.850	27	663	14.1%
TOTAL DA CAPITAL	29.703	148	3.435	14.3%

FONTE: Boletim da Secretaria de Organização - PT/SP, 1982
TRE-SP

A análise dos elementos apresentados permite supor que a distribuição do voto petista na capital em 1982, esteve fortemente associada às condições estruturais das regiões carentes, ao grau de organização partidária nas várias localidades, e em alguns casos, sua intensidade associou-se à proximidade geográfica com o ABC, considerado pólo de difusão do fenômeno petista.

Essa análise se complementa com a verificação da origem política do voto petista, no que respeita à associação com re-
dutos eleitorais emedebistas. Como no item anterior, questionamos aqui em que medida o eleitorado petista da capital foi destacado das bases eleitorais do MDB ou, por outro lado, se sua força política é nova e dissociada das preferências político-partidárias anteriores.

Ao buscarmos o coeficiente de correlação r (R de Pearson) entre a distribuição do voto do MDB em 1978 para o Senado, e o voto do PT em 1982 para o Governo do estado, por área sócio-econômica da capital, verificamos que em apenas algumas áreas esta variável apresenta um significativo poder explicativo.

Nas áreas de melhor infra-estrutura sócio-econômica da cidade, de 1_3_3, os coeficientes apresentam variações, mas ali são encontrados os mais altos valores da associação indicada: na área_1, onde $r=0.71$ e na área_3, onde $r=0.89$. Para essas áreas portanto, o coeficiente de determinação (r^2) do voto petista pelo voto do MDB é bastante alto, respectivamente 50.4% e 79.2%. Ao contrário, para a área_2, a associação estabelecida é bastante fraca, onde $r=0.36$.

Para as áreas sócio-econômicas médias, 4_5_6, os coeficientes de correlação observados são respectivamente 0.46, 0.58 e 0.57. Esses dados indicam que, nessas áreas houve certa trans-

ferência do voto emedebista para o PT em 1982.

No entanto, para áreas pobres Z₂ e Z₃, de deficiente infra-estrutura sócio-econômica, os coeficientes observados são os mais baixos, respectivamente 0.33 e -0.29 (Tabela 10). Os valores dos coeficientes de correlação observados nessas áreas mais carentes sugerem que ali a idéia de associação ou de transferência do voto emedebista não é suficientemente explicativa da distribuição do voto petista em 1982.

Os dados da Tabela 11 revelam que na capital paulista mais de 85% do eleitorado petista compreendem indivíduos que supostamente já optaram politicamente ao menos uma vez, ou pela ARENA ou pelo MDB, ou por nenhum dos dois partidos em 1978 (indivíduos com mais de 23 anos). Indicam ainda que quase 65% dos eleitores petistas de 1982 são oriundos de uma anterior preferência partidária pelo MDB, distribuídos quase integralmente entre os grupos de áreas: as mais ricas (AH-1, AH-2 e AH-3), as áreas médias (AH-4, AH-5 e AH-6), e as mais pobres (AH-7 e AH-8). No entanto, é nas áreas mais pobres 7 e 8, as quais compreendem 35% dos eleitores petistas da capital, onde concentra-se mais da metade dos eleitores petistas oriundos de uma preferência partidária anterior pela ARENA ou por nenhum dos partidos.

Estes dados sugerem que em 1982, o voto petista das áreas mais pobres também pode ter se constituído sobre a ausência de preferências partidárias definidas anteriormente, ou no descontentamento de arenistas tanto com a política de governo exercida até aquelas eleições (14), ou mesmo com o fechado sistema de representação bipartidário (15).

TABELA 10

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE O VOTO EMEDEBISTA PARA O SENADO EM
1978 E O VOTO PETISTA PARA O GOVERNO DO ESTADO EM 1982 POR ÁREA
SÓCIO-ECONÔMICA HOMOGÊNEA DA CAPITAL PAULISTA

ÁREAS	COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO (R)	R ²
A.H. I	0.71	50.4%
A.H. II	0.36	13.0%
A.H. III	0.89	79.2%
A.H. IV	0.46	21.2%
A.H. V	0.58	33.6%
A.H. VI	0.57	32.5%
A.H. VII	0.33	10.9%
A.H. VIII	-0.29	8.4%

Fonte dos dados originais: TRE-SP.

TABELA II

IDADE, PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA EM 1978 E DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA HOMOGÊNEA SÓCIO-ECONÔMICA DA CAPITAL PAULISTA,
DOS ENTREVISTADOS QUE DECLARARAM VOTO AO PT PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1982

FAIXAS ETÁRIAS E PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS, EM 78	AH I	AH II	AH III	AH IV	AH V	AH VI	AH VII	AH VIII	TOTAL
18 - 22 anos	1.8 (1)	1.8 (1)	0.0	0.0	7.0 (4)	1.8 (1)	1.8 (1)	0.0	14.2 (8)
23 ANOS OU MAIS	7.0 (4)	8.8 (5)	5.2 (3)	3.5 (2)	8.8 (5)	10.5 (6)	14.0 (8)	7.0 (4)	64.8 (37)
	0.0	0.0	0.0	0.0	5.2 (3)	3.5 (2)	8.8 (5)	3.5 (2)	21.0 (12)
TOTAL	8.8 (5)	10.6 (6)	5.2 (3)	3.5 (2)	21.0 (12)	15.8 (9)	24.6 (14)	10.5 (6)	100.0 (57)

Pretendendo dar uma contribuição aos estudos eleitorais que têm sido desenvolvidos no Brasil, este capítulo tratou de demonstrar que além dos determinantes sócio-econômicos do voto, o grau de organização partidária foi um dado importante como fator explicativo da distribuição do voto petista em São Paulo em 1982.

Assim, ao que se denomina "efeito de vizinhança" na propagação de fenômenos políticos, deve ser adicionado no caso do PT, a variável organizacional partidária. Tal constatação, com efeito, diminuiu a intensidade, mas não a importância da influência tanto do perfil estrutural homogêneo de certas regiões, quanto da localização geográfica de considerados pólos de difusão na determinação do voto petista em São Paulo.

Com efeito, vimos que tanto no interior de São Paulo quanto na capital, a intensidade de fatores estruturais específicos - graus de industrialização e urbanização - combinada à organização partidária local, caminham juntamente com o tamanho da votação petista em todo o estado, e que os resultados observados em 1982 parecem ser reflexo da dimensão em que se combinaram esses dois elementos desde 1979 no estado. No estudo mais detalhado da votação petista da capital, vimos ainda que a proximidade geográfica de certas regiões com pólos de difusão do fenômeno político estudado, também exerceu importante papel na distribuição geográfica do voto.

A identificação de fortes fatores explicativos da distribuição do voto petista em São Paulo tornou mais clara a avaliação do alcance obtido pela proposta do partido naquelas eleições. A comprovada associação entre a votação petista e o grau de industrialização dos municípios paulistas permite afirmar com bases mais seguras,

que a novidade do PT fundou-se sobretudo no apelo classista e nos traços de origem de sua organização, edificada essencialmente sobre o desenvolvimento do sindicalismo industrial.

No entanto, se essa clara associação configura a singularidade de sua proposta, indica também o seu limite. Não sem razão o PT conseguiu seu único resultado eleitoral realmente significativo no estado de São Paulo, o qual detém a maior estrutura industrial do país, assim como o sindicalismo mais mobilizado. Além disso, dentro do estado, o PT apenas destacou-se nos municípios de maior concentração urbana e industrial, locais onde se constituíram suas mais expressivas bases organizacionais. Nesse sentido, a novidade petista, parcialmente expressa pela proposta dirigida especificamente aos "trabalhadores", constituiu um claro limite político-eleitoral: enquanto alternativa de representação, ficou restrito a uma fatia bastante específica do eleitorado, ou seja, parte daquela e dos seus simpatizantes que definiram sua opção política segundo seu lugar no mundo do trabalho.

Como observamos ainda, parcelas desse eleitorado compuseram-se de novos integrantes na atividade política, de indivíduos descontentes com a política de governo pedessista, e de indivíduos de oposição acomodados até então no amplo (P)MDB. Esses dados parecem indicar que o PT preencheu certa necessidade de uma alternativa política melhor definida, com um apelo específico dentro do leque oposicionista, a qual se corporificou no PT e nos quase 10% de votos recebidos no estado. Por outro lado, essa votação indica as dificuldades para o PT se apresentar como um partido de massas abrangente, apto a fazer frente ao consolidado PMDB, seu então mais forte adversário den-

tro do quadro de partidos de oposição de São Paulo.

Capítulo 6

O PERFIL DO PETISTA

A realização de pesquisas eleitorais acadêmicas em 1982 possibilitou a obtenção de importantes dados para uma caracterização política e objetiva do eleitorado de alguns grandes centros urbanos do país (1).

Através da seleção de algumas questões fundamentais aplicadas às populações de seis capitais estaduais e mais um grande centro do interior paulista, elaboramos neste capítulo um perfil do eleitor identificado com o Partido dos Trabalhadores.

Basicamente são dois os aspectos abordados nessa análise. Inicialmente, traçamos um perfil objetivo do simpatizante petista nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, São Paulo e Campinas, município do interior do estado de São Paulo (2). Em seguida, procuramos identificar as diferenças existentes nos traços de estruturação ideológica dos simpatizantes petistas em comparação com os demais partidos, na cidade de São Paulo.

. o perfil geral do simpatizante petista

Apesar das diferenças regionais quanto ao processo de organização, a novidade da proposta petista levou-o a ser identificado como um partido eminentemente jovem, atraindo parcelas mais

novas do eleitorado e ingressantes na vida política.

Os dados das pesquisas eleitorais regionais demonstram que praticamente metade de cada população entrevistada concentra-se nas duas primeiras faixas etárias, entre 18 e 27 anos. Por sua vez, metade ou mais dos petistas de cada amostra concentra-se apenas na faixa entre 18 e 27 anos de idade, fato que sugere que a preferência pelo partido localiza-se nos segmentos mais jovens do eleitorado dos grandes centros, sobretudo em Belo Horizonte e Porto Alegre (Tabela 1).

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DOS SIMPATIZANTES PETISTAS E DE TOTAL ENTRE VISTADOS^(*) POR FAIXA ETÁRIA NOS SETE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 (%)

FAIXAS ETÁRIAS	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE	SÃO PAULO	CAMPINAS (SP)
18 - 27	50.0 (14) (27.9) (174)	68.8 (42) (35.1) (208)	63.3 (19) (26.0) (148)	52.2 (12) (34.6) (212)	50.0 (7) (31.7) (199)	53.8 (42) (29.1) (196)	53.3 (32) (30.9) (188)
28 - 37	35.7 (10) (22.3) (139)	14.8 (9) (23.4) (139)	20.0 (6) (25.0) (143)	30.4 (7) (28.9) (177)	28.5 (4) (25.0) (157)	25.6 (20) (28.6) (193)	28.3 (17) (25.6) (156)
38 - 47	3.5 (1) (19.9) (124)	13.1 (8) (19.6) (116)	13.3 (4) (18.1) (103)	8.7 (2) (15.7) (96)	14.3 (2) (22.5) (141)	12.8 (10) (19.0) (128)	11.7 (7) (18.7) (114)
48 - 57	10.7 (3) (13.6) (85)	0 (8.6) (51)	0 (14.1) (80)	0 (9.0) (55)	0 (10.4) (65)	7.7 (6) (11.7) (79)	1.7 (1) (12.3) (75)
58 - 67	0 (10.3) (64)	1.6 (1) (9.0) (53)	3.3 (1) (10.7) (61)	4.3 (1) (6.0) (37)	0 (5.9) (37)	0 (7.9) (53)	3.3 (2) (9.0) (55)
68 ou +	0 (5.6) (35)	1.6 (1) (3.9) (23)	0 (6.0) (34)	4.3 (1) (5.7) (35)	7.1 (1) (4.6) (29)	0 (3.4) (23)	0 (3.0) (18)
Não respondeu	0 (0.3) (2)	0 (0.3) (2)	0 (0)	0 (0.2) (1)	0 (0)	0 (0.3) (2)	1.7 (1) (0.5) (3)
TOTAL	100 (28) (100) (623)	100 (61) (100) (592)	100 (30) (100) (569)	100 (23) (100) (613)	100 (14) (100) (628)	100 (78) (100) (674)	100 (60) (100) (609)

(*) dados entre parênteses na 2ª linha.

A distribuição por sexo das populações entrevistadas não apresenta grandes variações de uma região à outra: as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte apresentam, entre si, proporções semelhantes de homens e mulheres. Campinas apresenta a distribuição mais equânime, e Salvador e Recife as maiores diferenças. Para a distribuição de petistas, no entanto, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, ocorrem algumas inversões: para Salvador, contra 40.5% de homens na amostra global, estão 60.9% de petistas do sexo masculino; para o Rio de Janeiro, contra 45.9% de homens na amostra global, estão 52.1% de petistas do sexo masculino e, finalmente, para Porto Alegre, contra 42.7% de homens no total, estão 50.0% de petistas do sexo masculino. Nas demais cidades a distribuição por sexo acompanha a distribuição geral da amostra (Tabela 2).

TABELA 2

**DISTRIBUIÇÃO DOS SIMPATIZANTES PETISTAS E DO TOTAL DE ENTREVISTADOS^(*)
POR SEXO NOS SETE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A
PESQUISA ELEITORAL DE 1982 (%)**

SEXO	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE	SÃO PAULO	CAMPINAS (SP)
Masculino	57.1 (16) (45.9 = 266)	41.0 (25) (42.8 = 254)	50.0 (15) (43.7 = 249)	60.9 (14) (40.5 = 248)	42.9 (6) (41.0 = 257)	46.2 (36) (44.8 = 303)	50.0 (30) (49.8 = 304)
Feminino	42.9 (12) (54.1 = 337)	59.0 (36) (57.2 = 339)	50.0 (15) (56.1 = 320)	39.1 (9) (59.5 = 365)	57.1 (8) (59.0 = 370)	53.8 (42) (56.2 = 374)	50.0 (30) (50.2 = 307)
TOTAL	100 (28) (100 = 623)	100 (51) (100 = 598)	100 (30) (100 = 570)	100 (22) (100 = 613)	100 (14) (100 = 627)	100 (78) (100 = 677)	100 (60) (100 = 611)

(*) dados em parênteses na 2ª linha.

A distribuição do total de entrevistados por religião também não varia, basicamente, de uma região à outra. A grande maioria (entre 77.5% e 86.0%) pertence à religião católica; as demais religiões que aparecem na tabela 3 abrigam pequenas proporções, de tal forma que o número de entrevistados que declararam não ter religião chega a superá-las em quase todas as cidades.

A distribuição dos petistas por religião difere, em parte, das proporções da amostra global. A maioria dos petistas de cada cidade é católica, mas em proporções menores. Recife e Porto Alegre apresentam os menores números e, Campinas e Belo Horizonte, os maiores. Em termos relativos, é bastante alta a proporção de petistas que declaram não ter religião, sobretudo em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo (Tabela 3).

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS SIMPATIZANTES PETISTAS E DO TOTAL DE ENTREVISTADOS^(*) POR RELIGIÃO NOS SETE MUNICÍPIOS SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 (%)

RELIGIÃO	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE	SÃO PAULO	CAMPINAS (SP)
Católica	78.6 (22) (77.4 = 482)	85.9 (53) (83.6 = 495)	66.7 (20) (78.9 = 450)	73.9 (17) (83.0 = 509)	50.0 (7) (77.5 = 487)	73.0 (57) (78.3 = 530)	83.3 (50) (85.9 = 524)
Espírita	7.1 (2) (4.8 = 30)	3.3 (2) (2.7 = 16)	3.3 (1) (2.8 = 16)	13.0 (3) (2.6 = 16)	21.4 (3) (5.4 = 34)	9.0 (7) (4.9 = 33)	3.3 (2) (1.5 = 9)
Protestante	0 (1.6 = 10)	0 (1.0 = 6)	0 (1.4 = 8)	0 (0.7 = 4)	0 (3.3 = 21)	2.6 (2) (2.4 = 16)	0 (0.5 = 3)
Crente	3.6 (1) (1.2 = 8)	0 (4.4 = 26)	0 (2.1 = 12)	0 (1.0 = 6)	7.1 (1) (2.7 = 17)	1.3 (1) (4.0 = 27)	1.7 (1) (4.8 = 29)
Urbanda	0 (1.2 = 8)	0 0	0 (4.2 = 24)	0 0	0 (0.3 = 2)	0 (0.4 = 3)	0 (0.5 = 3)
Outras	0 (7.1 = 44)	6.4 (4) (4.4 = 26)	6.6 (2) (5.8 = 33)	4.3 (1) (5.1 = 31)	14.3 (2) (5.7 = 36)	5.2 (4) (5.8 = 39)	3.3 (2) (3.8 = 23)
Não tem	10.7 (3) (6.3 = 39)	3.3 (2) (3.4 = 20)	23.3 (7) (4.0 = 23)	8.7 (2) (7.2 = 44)	7.1 (1) (4.9 = 31)	9.0 (7) (4.2 = 29)	6.7 (4) (3.1 = 19)
Ns/Nr	0 (0.3 = 2)	0 (0.5 = 3)	3.3 (1) (0.7 = 4)	0 (0.5 = 3)	0	0	0
TOTL	100 (28) (100 = 623)	100 (61) (100 = 592)	100 (30) (100 = 570)	100 (23) (100 = 613)	100 (14) (100 = 628)	100 (78) (100 = 677)	100 (60) (100 = 610)

(*) dados em parênteses na 2ª linha.

Os dados que apresentamos até aqui nos permitem afirmar que as características de sexo, idade e religião compõem um perfil comum dos simpatizantes petistas nos grandes centros estudados. As diferenças regionais mais significativas, por sua vez, situam-se nas características de educação e de ocupação.

Na distribuição das populações entrevistadas por níveis de escolaridade, algumas singularidades devem ser previamente apontadas. Entre as cidades, Rio de Janeiro apresenta a menor proporção de indivíduos analfabetos, ou com apenas o nível primário completo; apresenta ainda a maior proporção de indivíduos de nível universitário. As cidades de Belo Horizonte e São Paulo, ao contrário, apresentam as maiores proporções de indivíduos no nível escolar primário e têm suas menores proporções nos níveis de escolaridade mais altos. De modo geral, no entanto, as sete cidades possuem características de escolaridade comuns: maiores proporções de indivíduos pouco escolarizados e menores proporções altamente escolarizadas.

Contudo, para os petistas, exceto em São Paulo, estas distribuições se invertem. Os petistas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Campinas, concentram-se nos dois mais altos níveis de escolaridade (até colegial completo e cursinho/universitário ou mais); os petistas de Belo Horizonte e Salvador concentram-se nos níveis ginásial e colegial completos. Apenas a cidade de São Paulo tem a distribuição dos petistas concentrada sobretudo no mais baixo nível de escolaridade. Estes dados sugerem que, com exceção da capital paulista, a proposta petista atingiu nos demais grandes centros, um público sócio-economicamente diferenciado, pertencente a estratos mais favorecidos da população (Tabela 4).

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS SIMPATIZANTES PETISTAS E DO TOTAL DE ENTREVISTADOS^(*) POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NOS SETE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 (%)

NÍVEIS	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE	SÃO PAULO	CAMPINAS (SP)
Primário Completo e alfabetos	10.7 (3) (38.5 = 240)	21.3 (13) (54.0 = 320)	20.0 (6) (45.9 = 262)	26.1 (6) (48.8 = 300)	21.4 (3) (44.5 = 279)	46.2 (36) (54.6 = 370)	31.7 (19) (51.4 = 314)
Ginásio Completo	10.7 (3) (22.1 = 138)	29.6 (18) (20.2 = 120)	23.3 (7) (26.0 = 148)	26.1 (6) (18.0 = 110)	7.1 (1) (21.4 = 134)	20.5 (16) (20.5 = 139)	6.7 (4) (20.8 = 127)
Colegial completo e ensino médio	35.7 (10) (23.3 = 145)	34.4 (21) (18.7 = 111)	26.7 (8) (15.8 = 90)	30.4 (7) (21.3 = 130)	42.9 (6) (19.9 = 124)	17.9 (14) (13.9 = 94)	35.0 (21) (14.6 = 89)
Universitário ou mais	42.8 (12) (15.9 = 100)	14.7 (9) (6.9 = 41)	30.0 (9) (12.3 = 70)	17.4 (4) (11.8 = 723)	28.6 (4) (12.4 = 77)	15.4 (12) (10.9 = 74)	26.6 (16) (13.2 = 81)
TOTAL	100 = (28) (100 623)	100 = (61) (100 566)	100 = (30) (100 570)	100 = (23) (100 613)	100 = (14) (100 627)	100 = (78) (100 677)	100 = (60) (100 611)

(*) dados em parênteses na 2ª linha.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DOS SIMPATIZANTES PETISTAS E DO TOTAL DE ENTREVISTADOS^(*) POR SETOR OCUPACIONAL, NOS SETE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 (%)

SETORES OCUPACIONAIS	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE	SÃO PAULO	CAMPINAS (SP)
Indústria	14.3 (4) (9.0 = 56)	9.8 (6) (6.3 = 37)	3.3 (1) (6.5 = 37)	8.7 (2) (9.6 = 59)	0 (6.1 = 38)	20.5 (16) (17.8 = 119)	18.3 (11) (13.8 = 84)
Construção Civil	0 (1.8 = 11)	0 (4.4 = 26)	6.6 (2) (3.5 = 20)	8.7 (2) (3.8 = 23)	0 (1.6 = 10)	1.3 (1) (1.8 = 12)	1.7 (1) (3.4 = 21)
Comércio	7.2 (2) (6.4 = 40)	6.6 (4) (8.1 = 48)	13.2 (4) (7.7 = 44)	17.3 (4) (6.2 = 38)	7.1 (1) (5.1 = 32)	7.4 (6) (6.4 = 43)	10.0 (6) (3.9 = 24)
Transportes e Serviços	17.8 (5) (15.8 = 98)	11.4 (7) (5.9 = 35)	6.6 (2) (5.6 = 32)	8.7 (2) (10.4 = 64)	0 (8.5 = 53)	18.0 (14) (9.3 = 62)	10.0 (6) (9.5 = 58)
Setor Público	17.8 (5) (15.3 = 95)	13.1 (8) (11.3 = 67)	9.9 (3) (8.5 = 48)	13.0 (3) (10.1 = 62)	14.3 (2) (10.7 = 67)	1.3 (1) (3.6 = 24)	13.3 (8) (5.9 = 36)
Setor Doméstico	0 (1.9 = 12)	3.3 (2) (4.4 = 26)	6.6 (2) (3.0 = 17)	8.7 (2) (4.7 = 29)	0 (3.7 = 23)	3.8 (3) (2.5 = 17)	3.3 (2) (3.4 = 21)
Outros	3.6 (1) (2.3 = 14)	8.2 (5) (7.3 = 43)	10.0 (3) (8.1 = 46)	8.7 (2) (7.2 = 44)	7.1 (1) (4.3 = 27)	2.6 (2) (1.3 = 9)	1.7 (1) (5.7 = 35)
Ns/Nr/Nka Sl (**)	39.3 (11) (47.5 = 295)	47.5 (29) (52.3 = 309)	43.3 (13) (57.0 = 324)	26.1 (6) (48.0 = 294)	71.4 (10) (60.1 = 377)	44.9 (35) (57.2 = 363)	41.7 (25) (54.3 = 331)
TOTAL	100 (28) (100 = 621)	100 (61) (100 = 591)	100 (30) (100 = 568)	100 (23) (100 = 613)	100 (14) (100 = 627)	100 (78) (100 = 669)	100 (60) (100 = 610)

(*) dados entre parênteses na 2ª linha.

(**) nsa = não se aplica (pessoas fora do mercado formal de trabalho) e
sl = sem informação

O perfil geral sócio-econômico dos grandes centros compreende ainda a distribuição dos entrevistados na estrutura ocupacional.

Esta distribuição aponta importantes diferenças regionais: Campinas e São Paulo têm suas maiores proporções de indivíduos ocupados pelos setores industrial e de transportes e serviços; Rio de Janeiro, Recife e Salvador apresentam as maiores proporções nos setores de serviço público e de transportes e serviços e, finalmente, Belo Horizonte e Porto Alegre têm as maiores proporções nos setores de serviço público e comércio.

Os petistas distribuem-se acompanhando parcialmente as características de cada cidade. Dessa forma, Campinas e São Paulo apresentam o maior número de petistas ligados à indústria; São Paulo e Rio de Janeiro têm as maiores proporções de petistas ligados ao setor de transportes e de serviços, e exceto em São Paulo, significativas proporções de petistas estão abrigadas pelo setor público. Vale ressaltar ainda que em todas as amostras estudadas são bastante altas as proporções de petistas não ligados ao mercado formal de trabalho. (Tabela 5).

é importante enfatizar que as características do petista paulistano definidas neste capítulo (baixa escolaridade e ocupação predominantemente ligada à indústria), contribuem para completar o conjunto de características do voto petista da capital elaborado no Capítulo 5. Observamos naquele capítulo que o voto petista de 1982 concentrou-se nas regiões que abrigam os segmentos mais carentes da população do município, e que, além de periféricas, são em sua maioria geograficamente vizinhas e região industrial do ABC, sugerindo ser ali

um local de concentração da força de trabalho ligada ao setor industrial.

.a estruturação ideológica do simpatizante petista

A noção de estruturação ideológica que procuramos operacionalizar neste item foi desenvolvida nas análises eleitorais realizadas anteriormente em São Paulo (3), e se define basicamente pela ocorrência do maior ou menor encadeamento de opiniões e atitudes políticas dos eleitores. Em outras palavras, "(...) pode ser definida como a possibilidade de se prever, a partir do conhecimento de que um eleitor mantém determinada opinião, que ele manterá também tais e tais outras opiniões"(4).

Esta noção sugere a procura de certa coerência ideológica entre as várias opiniões coletadas do eleitorado, possibilitando, em linhas gerais, caracterizá-lo politicamente como mais ou menos democrático, mais ou menos conservador, etc. Sabe-se, no entanto, que as várias clivagens sócio-econômicas que permeiam a organização social definem formas de percepção política diversas e que, apenas dentro de segmentos mais intelectualizados da população é que se torna possível observar a coerência política esperada, inclusive no que tange à escolha partidária.

A menor ou maior estruturação ideológica de segmentos do eleitorado deve ser vista ainda como produto da maior ou menor distância destes com os fenômenos políticos em questão, ou com o universo da política, propriamente dita. Pesquisas de âmbito internacional têm demonstrado que, mesmo em sociedades de tradição democrática consolidada, observa-se certo distanciamento e indiferença de boa parte do eleitorado frente aos fenômenos políticos. Demonstram ainda, que esse distanciamento define uma visão essencialmente negativa da

política (5).

Os dados da pesquisa eleitoral realizada em São Paulo em 1982 sugerem que o eleitorado desse grande centro urbano tem uma visão predominantemente pessimista (ou realista) dos fenômenos políticos em questão. As expectativas com relação à política de abertura são essencialmente negativas, e esta não é concebida como alternativa de solução para boa parte dos problemas crônicos sociais, econômicos e políticos do país (Tabela 6).

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DAS EXPECTATIVAS DE MUDANÇA COM A ABERTURA POLÍTICA
PARA O TOTAL DE ENTREVISTADOS, SEGUNDO A PESQUISA
ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (%)

TEMAS	SIM	MAIS OU MENOS	NÃO	NS/NR	TOTAL
solução da violência policial	24.9	8.0	40.6	26.6	100
solução da criminalidade nas cidades	21.6	7.8	43.4	27.2	100
solução da corrupção no governo	25.4	7.5	35.9	31.1	100
solução do alto custo de vida	21.0	9.4	43.3	26.3	100

Observa-se ainda que, apesar do interesse positivo pelas eleições e pelo exercício de votar, o eleitorado entrevistado mostra-se bastante distante da atividade política e muito pouco exposto aos estímulos e meios de mensagens políticas (propaganda, debates políticos, etc) constituindo um perfil geral de desinteresse e de baixo grau de conhecimento (ver tabelas 7A, 7B, 8A e 8B).

TABELA 7A

DISTRIBUIÇÃO DO INTERESSE POLÍTICO PARA O TOTAL DE ENTREVISTADOS,
SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM
SÃO PAULO (%)

	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE, NUNCA	NS/NR	TOTAL
conversa sobre política em família	13.9	25.1	60.6	0.4	100
conversa sobre política no trabalho	14.2	13.0	37.3	35.6	100
conversa sobre política com vizinhos	6.1	9.8	83.6	0.5	100
conversa sobre política com desconhecidos	3.4	6.2	89.9	0.5	100
lê sobre política nos jornais	19.3	21.6	58.6	0.5	100

FONTE: Pesquisa Eleitoral - 1982, IDESP.

TABELA 7B

DISTRIBUIÇÃO DO INTERESSE POLÍTICO PARA O TOTAL DE ENTREVISTADOS.
SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 82 EM SÃO PAULO (Z)

	SIM	NÃO	NS/NR	TOTAL
Votaria mesmo se o voto não fosse obrigatório	64.3	32.2	17.2	100
Assistiu debates políticos pela TV	45.7	54.0	0.3	100

TABELA 8A

DISTRIBUIÇÃO DA NOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA O TOTAL DE ENTREVISTADOS.
SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (Z)

	SIM	NÃO	TOTAL
Comparecimento aos comícios	10.2	89.8	100
Colaboração com dinheiro na campanha	1.5	98.5	100
Trabalho gratuito na campanha	5.0	95.0	100
Colagem de cartazes políticos em casa	9.9	90.1	100
Comparecimento em reuniões sobre eleições	6.4	93.6	100

TABELA 8B

DISTRIBUIÇÃO DO INTERESSE PELAS ELEIÇÕES PARA O TOTAL DOS ENTREVISTADOS.
SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (Z)

	SIM	NÃO	MAIS OU MENOS	TOTAL
Interesse pelas eleições	45.6	27.7	26.7	100

No que se refere à estruturação de uma linha ideológica conforme definida no início deste item, observa-se um fraco encadeamento nas opiniões políticas do eleitorado entrevistado, dando por vezes certa conotação de "incoerência" política. Assim, se de um lado a grande maioria dos entrevistados apia o voto direto para eleições presidenciais, quase metade acha que o povo não tem capacidade para votar.

Esse fraco encadeamento é também notado quanto à idéia de democratização do sistema político. Apesar de ser significativamente alta a proporção de opiniões contrárias à legalização dos partidos comunistas, são praticamente iguais as proporções a favor e contra a continuidade dos militares no governo e a realização de greves (Tabela 9).

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DAS OPINIÕES POLÍTICAS SOBRE TEMAS ESPECÍFICOS PARA O TOTAL DOS ENTREVISTADOS, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (%)

	SIM	NÃO	NS/NR	TOTAL
O povo tem capacidade para votar	42.4	44.0	13.6	100
Os partidos políticos são instituições úteis	61.0	23.5	15.5	100
O Presidente da República deve ser eleito por voto direto	68.7	14.5	16.9	100
A favor da realização de greves	44.9	48.2	22.5	100
A favor da continuidade dos militares no governo	40.0	39.6	20.4	100
A favor da legalização do PCB	15.0	57.1	27.9	100
A favor do aumento do poder do Congresso	36.9	4.9	36.5*	100

* Nesta questão inclui a alternativa "fica como está" = 21.7

ONTE: Pesquisa Eleitoral - 1982, IDESP.

Essa estruturação ideológica fragmentada observada até aqui, segundo as opiniões sobre fenômenos políticos claros, é ainda confirmada pelas opiniões sobre o recente papel político adquirido pela Igreja: se de um lado a maioria dos entrevistados concorda com o apoio dos padres às greves e aos movimentos de ocupação de terras, é também a maioria que discorda da participação dos padres na política (Tabela 10).

TABELA 10

**DISTRIBUIÇÃO DAS OPINIÕES SOBRE AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DA IGREJA
CATÓLICA PARA O TOTAL DE ENTREVISTADOS, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL
DE 1982 EM SÃO PAULO (%)**

	CONCORDA	DISCORDA	INDIFERENTE	NS/NR	TOTAL
Mudanças recentes nos rituais	42.2	25.9	20.0	11.9	100
Participação dos padres na política	31.5	56.7	6.1	5.8	100
Apoio dos padres sobre a ocupação de terras	48.8	40.8	4.7	5.6	100
Apoio dos padres às greves	48.4	39.6	5.2	6.8	100
Ação dos padres contra a violência policial	75.0	16.1	4.6	4.3	100

FONTE: Pesquisa Eleitoral - 1982, IDESP.

Esse conjunto de opiniões globais do eleitorado paulista revela certa concepção difusa do processo de democratização sob o qual passava a nação à época de eleições tão decisivas como as eleições gerais de 1982. No entanto, se de um lado parece embaraçada a imagem de política composta pelas opiniões do eleitorado visto em conjunto, quando analisada segundo as opções partidárias, adquire maior clareza e revela diferenças significativas entre os vários subgrupos políticos (6).

Enquanto subgrupo político, os petistas de São Paulo destacam-se dos simpatizantes dos demais partidos em vários aspectos.

Inicialmente, os dados comparativos entre os quatro partidos indicam que, apesar do descrédito generalizado com relação à solução dos problemas sociais, econômicos e políticos do país, os petistas parecem ter uma visão mais otimista com relação à viabilidade de uma solução democrática levada pela política de abertura. Vale ressaltar que as proporções relativas ao PT são, por vezes, superiores às do PMDB, partido que até 1978 simbolizava a luta pela democratização do regime (tabelas 11A a 11D).

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DAS EXPECTATIVAS DE MUDANÇA COM A ABERTURA POLÍTICA, POR
IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982
EM SÃO PAULO (%)

TABELA 11.A: SOLUÇÃO DA VIOLENCIA POLICIAL

PARTIDO	SIM	MAIS OU MENOS	NÃO	NS/NR	TOTAL
PDS	29.0	8.6	43.0	19.3	100.0
PT	35.1	7.8	41.6	15.5	100.0
PTB	28.1	15.8	49.1	7.0	100.0
PMDB	29.7	5.4	43.8	21.1	100.0

TABELA 11.B: SOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NAS GRANDES CIDADES

PARTIDO	SIM	MAIS OU MENOS	NÃO	NS/NR	TOTAL
PDS	28.0	9.7	46.2	14.0	100.0
PT	26.0	11.7	45.5	16.9	100.0
PTB	29.8	10.5	52.6	7.0	100.0
PMDB	24.3	9.2	43.2	23.3	100.0

TABELA 11.C: SOLUÇÃO DA CORRUPÇÃO NO GOVERNO

PARTIDO	SIM	MAIS OU MENOS	NÃO	NS/NR	TOTAL
PDS	34.4	6.5	35.5	23.6	100.0
PT	27.3	11.7	41.6	19.4	100.0
PTB	31.6	7.0	45.6	15.8	100.0
PMDB	28.6	7.5	38.9	24.9	100.0

TABELA 11.D: SOLUÇÃO DO ALTO CUSTO DE VIDA

PARTIDO	SIM	MAIS OU MENOS	NÃO	NS/NR	TOTAL
PDS	30.1	14.0	37.6	18.3	100.0
PT	23.3	9.1	51.9	15.6	100.0
PTB	31.6	12.3	49.1	7.0	100.0
PMDB	22.7	9.7	47.0	20.5	100.0

Essa tendência de opiniões, que poderíamos denominar "mais democratizante", destaca os petistas de forma acentuada quando se trata de opinar sobre a efetiva institucionalização da democracia no país. Os petistas apoiam o fim do regime militar em maiores proporções que os peemedebistas e os simpatizantes dos demais partidos. Essa diferença entre partidos é ainda mais clara no que se refere ao fortalecimento do sistema partidário e de representação: os petistas apoiam mais a instituição da eleição direta para Presidência da República e, com boas proporções, semelhantes às do PMDB, acreditam no papel dos partidos e do Congresso. Contudo, com diferenças bastante significativas frente ao PMDB, o PT apóia mais a legalização do PCB e a realização de greves (Tabela 12).

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO DAS OPINIÕES POLÍTICAS SOBRE TEMAS ESPECÍFICOS.

POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, SEGUNDO A PESQUISA

ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (Z)

QUESTÕES	PARTIDOS			
	PDS	PT	PTB	PMDB
I. O povo tem capacidade para votar				
Sim	37.6	44.9	45.8	43.6
Não	55.9	41.0	45.8	45.7
Ns/Nr	6.5	14.1	8.5	10.7
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0
II. Os partidos políticos são instituições úteis				
Sim	68.8	67.9	52.5	70.2
Não	20.4	20.5	35.6	19.1
Ns/Nr	10.8	11.6	11.9	10.6
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0
III. O Presidente da República deve ser eleito por eleições diretas				
Sim	57.0	91.0	81.4	77.1
Não	29.0	2.6	11.9	11.2
Ns/Nr	14.0	5.4	6.8	11.7
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0
IV. Opinião sobre a realização de greves				
A favor	28.3	70.6	47.4	50.5
Contra	63.4	26.9	49.2	44.7
Ns/Nr	23.2	1.3	0.0	2.1
Indiferente	1.1	1.3	3.4	2.7
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0

continua...

... continuação

QUESTÕES	PARTIDOS			
	PDS	PT	PTB	PMDB
V. Sobre a continuidade dos militares no governo				
Sim	61.3	24.4	44.1	39.4
Não	28.0	70.5	45.8	43.6
Ns/Nr	9.7	5.2	10.2	17.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0
VI. Sobre o aumento do poder do Congresso				
Sim	35.5	47.4	47.5	48.9
Não	5.4	1.3	18.5	5.3
Ns/Nr	30.1	29.6	18.6	29.3
Deve ficar como está	29.0	21.8	25.4	16.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0
VII. Sobre a legalização do PCB				
Sim	8.6	32.1	18.6	18.7
Não	73.1	41.0	66.1	58.8
Ns/Nr	18.3	26.9	15.3	22.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0

é possível verificar essa inclinação para opiniões mais "modernizantes" (no sentido oposto a conservador) dos petistas na sua visão do novo papel político adquirido por parte da Igreja Católica nos últimos anos: os petistas são na sua maioria mais favoráveis à atuação dos padres em questões específicas, como a ocupação de terras, greves, e manifestações contra a violência policial (Tabelas 13A a 13C).

TABELA 13

**DISTRIBUIÇÃO DAS OPINIÕES SOBRE AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DA IGREJA
CATÓLICA POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, SEGUNDO A PESQUISA
ELEITORAL DE 1982, EM SÃO PAULO (Z)**

TABELA 13.A: SOBRE O APOIO DOS PADRES NA OCUPAÇÃO DE TERRAS

PARTIDO	CONCORDA	INDIFERENTE	DISCORDA	NS/NR	TOTAL
PDS	46.2	7.5	45.2	1.1	100.0
PT	62.8	5.1	29.5	2.6	100.0
PTB	37.9	6.8	54.2	1.7	100.0
PMDB	47.6	4.3	43.3	4.8	100.0

TABELA 13.B: SOBRE O APOIO DOS PADRES A GREVES

PARTIDO	CONCORDA	INDIFERENTE	DISCORDA	NS/NR	TOTAL
PDS	38.7	7.5	52.7	1.1	100.0
PT	71.8	2.6	24.4	1.3	100.0
PTB	44.1	10.2	45.8	0.0	100.0
PMDB	53.5	5.3	37.4	3.7	100.0

TABELA 13.C: SOBRE A AÇÃO DOS PADRES CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

PARTIDO	CONCORDA	INDIFERENTE	DISCORDA	NS/NR	TOTAL
PDS	69.9	7.5	21.5	1.1	100.0
PT	83.3	3.8	10.3	2.6	100.0
PTB	72.9	5.1	22.0	0.0	100.0
PMDB	84.0	2.7	10.7	2.7	100.0

TABELA 13.D: SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PADRES NA POLÍTICA

PARTIDO	CONCORDA	INDIFERENTE	DISCORDA	NS/NR	TOTAL
PDS	24.7	9.7	65.6	0.0	100.0
PT	37.2	7.7	52.6	2.6	100.0
PTB	25.4	5.1	67.8	1.7	100.0
PMDB	35.3	4.8	56.7	3.2	100.0

No entanto, a estruturação ideológica dos petistas, aparentemente mais encadeada frente aos demais partidos, definindo-se mais à esquerda dentro do espectro oposicionista, se debilita quando enfocamos sua concepção mais geral de "fazer política".

Seguindo certa tendência "mais conservadora" observada no conjunto do eleitorado, boa parte dos petistas é contrária às idéias de que o povo tem capacidade para votar e de que os padres devem ter participação na política (tabelas 12 e 13D). Essa inclinação confirma-se quando se compõe a imagem do partido segundo seus simpatizantes: a maioria dos petistas não considera seu partido competente, tanto para o governo quanto para o combate à corrupção, própria das administrações públicas (Tabelas 14A e 14B).

TABELA 14

DISTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS PARTIDOS PELO SEU DESEMPENHO EM DIMENSÕES ESPECÍFICAS, POR NOTAS ATRIBUÍDAS, POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO

TABELA 14.A: COMPETÊNCIA

	1 A 4	5 A 7	8 A 10	NS/NR	TOTAL
PDS	21.7	24.0	24.7	29.5	100.0
PT	31.8	17.3	17.7	33.2	100.0
PTB	24.4	24.7	17.3	33.6	100.0
PMDB	9.3	22.7	40.6	27.3	100.0

TABELA 14.B: COMBATE A CORRUPÇÃO

	1 A 4	5 A 7	8 A 10	NS/NR	TOTAL
PDS	32.5	17.6	13.6	36.3	100.0
PT	18.2	22.2	19.0	40.6	100.0
PTB	21.0	21.7	17.0	40.3	100.0
PMDB	13.6	22.7	28.5	35.2	100.0

TABELA 14.C: DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

	1 A 4	5 A 7	8 A 10	NS/NR	TOTAL
PDS	29.1	21.7	16.8	32.3	100.0
PT	18.3	16.5	31.6	33.5	100.0
PMDB	10.3	25.7	34.0	30.1	100.0
PTB	21.3	26.6	16.8	35.3	100.0

TABELA 14.D: DESEMPENHO COMO PARTIDO DE OPOSIÇÃO

	1 A 4	5 A 7	8 A 10	NS/NR	TOTAL
PDS	29.5	14.6	15.1	40.8	100.0
PT	17.7	20.5	21.1	40.6	100.0
PTB	21.0	21.7	16.2	41.1	100.0
PMDB	11.2	20.8	31.8	36.2	100.0

Vale ressaltar que, quando indagados sobre quais grupos ou pessoas teriam capacidade para resolver os problemas do país, os paulistanos em geral dirigiram a Lula apenas 0.9% do total de respostas, ou seja, 6 entre 677 pessoas (amostra total de São Paulo- Tabela 15).

TABELA 15

**DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A CAPACIDADE DE GRUPOS OU PESSOAS EM
RESOLVER OS PROBLEMAS DO PAÍS PARA O TOTAL DOS ENTREVISTADOS, SEGUNDO A
PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (%)**

GRUPOS OU PESSOAS	RESPOSTAS
PDS	10.0 (68)
PDT	0.1 (1)
PT	5.8 (39)
PTB	5.5 (37)
PMDB	15.3 (103)
Lula	0.9 (6)
Governo Figueiredo, Ministros	11.2 (76)
Ninguém	6.2 (42)
Trabalhadores, Sindicatos	0.3 (2)
Não sabe/Não respondeu	44.8 (303)
TOTAL	100.0 (677)

Tais dados parecem indicar as expectativas negativas quanto à inserção da figura do trabalhador na política, condicionando a capacidade do PT e de seus integrantes em administrar suas próprias propostas, extrapoladas do tradicional universo da política sindical.

Pode-se observar ainda certa descrença dos petistas quanto ao papel adquirido pelo partido no sistema partidário e à sua função como representante de interesses. Os petistas acreditam menos no PT que os peemedebistas no PMDB, quando se trata de avaliá-lo na função de opositor ao regime e de representante dos interesses dos trabalhadores (Tabelas 14C e 14D).

Contudo, no que respeita à mobilização política e à identificação partidária, os petistas destacam-se de forma significativa dos demais simpatizantes partidários. Os petistas são os que mais se identificam com seu partido, em proporções bastante superiores até às dos peemedebistas (Tabela 16). Compõem ainda o subgrupo político da amostra mais exposto aos estímulos políticos, como a televisão, os jornais e conversas em geral (na vizinhança, na família, no trabalho). Vale ressaltar aqui os percentuais expressivamente baixos de toda a amostra entrevistada quanto à exposição aos meios de mensagens políticas (Tabelas 17A a 17F).

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DO GRAU DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, SEGUNDO A
PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO

PARTIDOS	MUITO	POUCO	NS/NR	TOTAL
PDS	43.0	54.8	2.2	100.0
PT	67.9	28.2	3.8	100.0
PTB	45.8	54.2	0.0	100.0
PMDB	44.1	52.7	3.2	100.0

TABELA 17

**DISTRIBUIÇÃO DO INTERESSE POLÍTICO POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA,
SEGUNDO A PESQUISA ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (%)**

TABELA 17.A: CONVERSA SOBRE POLÍTICA EM FAMÍLIA?

PARTIDOS	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE, NUNCA	NS/NR	TOTAL
PDS	18.3	20.4	61.3	0.0	100.0
PT	30.8	29.5	39.8	0.0	100.0
PTB	10.2	35.6	54.2	0.0	100.0
PMDB	14.4	30.3	55.3	0.0	100.0

TABELA 17.B: CONVERSA SOBRE POLÍTICA COM COLEGAS DE TRABALHO?

PARTIDOS	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE, NUNCA	NS/NR	TOTAL
PDS	20.0	20.1	60.0	0.0	100.0
PT	40.6	23.3	34.4	1.6	100.0
PTB	17.9	25.6	56.4	0.0	100.0
PMDB	13.7	11.6	30.3	0.4	100.0

TABELA 17.C: CONVERSA SOBRE POLÍTICA COM VIZINHOS?

PARTIDOS	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE, NUNCA	NS/NR	TOTAL
PDS	8.7	10.9	80.4	0.0	100.0
PT	11.5	19.2	69.2	0.0	100.0
PTB	3.4	6.8	89.8	0.0	100.0
PMDB	6.9	12.8	80.3	0.0	100.0

TABELA 17.D: CONVERSA SOBRE POLÍTICA COM DESCONHECIDOS?

PARTIDOS	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE, NUNCA	NS/NR	TOTAL
PDS	4.3	6.5	89.3	0.0	100.0
PT	9.1	13.0	77.9	0.0	100.0
PTB	1.7	18.6	79.7	0.0	100.0
PMDB	3.7	5.3	91.0	0.0	100.0

TABELA 17.E: ASSISTIU OS DEBATES POLÍTICOS PELA TV?

PARTIDOS	SIM	NÃO	NS/NR	TOTAL
PDS	43.0	57.0	0.0	100.0
PT	56.8	43.2	0.0	100.0
PTB	52.5	47.5	0.0	100.0
PMDB	48.4	51.6	0.0	100.0

Este fato sugere ser muito baixo o interesse generalizado por política em todo o eleitorado. Neste aspecto contudo, o comportamento diverso dos petistas pode ser observado pelo maior interesse pelas eleições e pela sua maior participação em atividades político-partidárias. Os dados das tabelas 18A a 18E permitem considerar os petistas como os mais politicamente mobilizados e ativos à época de eleições. Se considerarmos o trabalho na campanha eleitoral como um indicador válido do grau de mobilização partidária, o PT destaca-se frente aos demais partidos pela sua concepção de trabalho militante e participativo. Esse "envolvimento político" é observado nas tabelas 18F e 18G, onde mostra-se que é bastante alto o interesse dos petistas pelas eleições, em comparação com os demais simpatizantes, assim como também é alto o interesse por votar sem obrigatoriedade.

TABELA 18

DISTRIBUIÇÃO DO GRAU DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA ELEITORAL
DE 1982, POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, SEGUNDO A PESQUISA
ELEITORAL DE 1982 EM SÃO PAULO (Z)

TABELA 18.A: COMPARECIMENTO AOS COMÍCIOS

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL
PDS	5.4	94.6	100.0
PT	23.1	76.9	100.0
PTB	12.0	88.0	100.0
PMDB	8.5	91.5	100.0

TABELA 18.B: COLABORAÇÃO COM DINHEIRO NA CAMPANHA

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL
PDS	1.2	96.8	100.0
PT	7.7	92.3	100.0
PTB	0.0	100.0	100.0
PMDB	0.5	99.5	100.0

TABELA 18.C: TRABALHO GRATUITO NA CAMPANHA

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL
PDS	3.2	96.8	100.0
PT	15.4	84.6	100.0
PTB	6.8	93.2	100.0
PMDB	4.3	95.7	100.0

TABELA 18.D: COLAGEM DE CARTAZES POLÍTICOS EM CASA

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL
PDS	6.5	93.5	100.0
PT	25.6	74.4	100.0
PTB	10.3	89.7	100.0
PMDB	9.6	90.4	100.0

TABELA 18.E: COMPARECIMENTO EM REUNIÕES SOBRE ELEIÇÕES

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL
PDS	1.1	98.9	100.0
PT	16.7	83.3	100.0
PTB	3.4	96.6	100.0
PMDB	6.9	93.1	100.0

TABELA 18.F: INTERESSE PELAS ELEIÇÕES

PARTIDOS	SIM	NÃO	MAIS OU MENOS	TOTAL
PDS	47.3	24.7	28.0	100.0
PT	67.9	17.9	14.1	100.0
PTB	55.9	15.3	28.8	100.0
PMDB	50.5	19.7	29.3	100.0

TABELA 18.G: VOTARIA MESMO SE O VOTO NÃO FOSSE OBRIGATÓRIO?

PARTIDOS	SIM	NÃO	NS/NR	TOTAL
PDS	68.9	29.7	1.4	100.0
PT	72.6	25.8	1.6	100.0
PTB	62.5	35.4	2.1	100.0
PMDB	67.4	29.6	2.5	100.0

Este capítulo procurou demonstrar que o PT paulista configurou-se numa singularidade política frente aos outros partidos, no que respeita às características de parte de suas bases.

Inicialmente, através da análise de dados obtidos em pesquisas eleitorais acadêmicas realizadas em 1982, pudemos constatar a especificidade petista quanto à sua composição sócio-econômica: o eleitor simpatizante do PT apresenta predominantemente um baixo grau de escolaridade e é sobretudo ligado ao setor ocupacional industrial.

Essas características são bastante acentuadas em São Paulo e parecem ser reflexo do processo de formação do partido no estado, ocorrido sobretudo em torno do desenvolvimento de parte do movimento sindical e de movimentos populares.

Para as outras capitais essas características variam muito, e as maiores diferenças são encontradas no Rio de Janeiro, onde o PT local abriga petistas com maiores níveis de escolaridade e ligados essencialmente ao setor público.

Em segundo lugar, através da análise dos dados da pesquisa realizada exclusivamente no município de São Paulo pudemos observar que frente aos demais partidos o PT configura-se numa singularidade quanto ao perfil ideológico e ao comportamento político de seus simpatizantes.

Como vimos, diferentemente da grande parte do eleitorado total entrevistado, os petistas têm maior interesse por política e estão mais expostos aos canais comuns de mensagem política, o que permitiria atribuí-los maior proximidade e conhecimento dos fenômenos políticos.

Dentro do que consideramos no capítulo por estru-

turação ideológica, os petistas demonstram ter um encadeamento maior de suas opiniões políticas quando comparados aos simpatizantes dos outros partidos. Suas opiniões são localizadas tendencialmente mais à esquerda, apoiando mais a mudança do regime político e a institucionalização do regime democrático. São também os petistas que acreditam mais numa solução democrática para os problemas do país.

No entanto, esse encadeamento político-ideológico parece ser truncado por certa dose de conservadorismo no que respeita à idéia de "fazer política". Nesse aspecto, os petistas compartilham com a maioria do eleitorado total de uma visão tradicional de política: acreditam pouco na competência do partido em governar e administrar suas propostas, e em colocar-se como oposição ao regime. Além disso, acreditam ser a política uma atividade limitada ao preparo e conhecimento de suas instâncias: como vimos, segundo boa parte dos petistas, o povo não tem capacidade para votar e os padres não deveriam fazer política.

Finalmente, os petistas configuram o subgrupo político mais mobilizado, com maior participação nas atividades partidárias. Este comportamento político se traduz, em termos globais, pelo maior percentual verificado de identificação partidária entre todos os subgrupos políticos. Vale ressaltar que este aspecto vai direto ao encontro da proposta petista de maior integração entre o partido e seus membros nas atividades político-partidárias.

CONCLUSÕES GERAIS DA PARTE II

Como pode-se observar nesta segunda parte do trabalho, o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores paulista em 1982 tornou claros os limites de sua proposta política, demonstrando que, efetivamente, o partido deu expressão a segmentos bastante definidos do eleitorado de São Paulo.

A grosso modo, o teste da novidade petista revelou uma capacidade de expressão limitada: uma parcela sociologicamente restrita, composta de parte dos trabalhadores industriais dos grandes centros, mas numericamente significativa, considerando-se que 10% do total de votos de uma competição estadual pluripartidária não são politicamente desprezíveis.

Nesse sentido, a busca de fatores explicativos da distribuição da votação petista no estado demonstrou uma forte associação com o eleitorado dos grandes centros, concentrado nos municípios mais urbanizados e de estrutura ocupacional predominantemente industrial. Tais fatores estruturais parecem ter tido papel significativo na constituição da organização partidária local, compondo, portanto, um conjunto combinado de elementos parcialmente condicionantes da distribuição do voto do PT paulista.

A análise dos dados das pesquisas eleitorais acadêmicas teve como principal objetivo traçar um perfil geral do eleitor petista. No que respeita às características sócio-econômicas, observamos certa especificidade na amostra paulista, caracterizada predominantemente por segmentos de baixa escolaridade e ligados sobretudo ao setor industrial.

Os dados indicam ainda que o PT pareceu dar expressão e espaço a um segmento do eleitorado paulista de perfil ideológico e comportamento político bastante singulares, caracterizado em linhas gerais, pela maior familiaridade com os fenômenos políticos e por opções políticas melhor definidas, localizadas mais à esquerda do espectro ideológico.

No entanto, a constituição de um perfil político limitado, limite que o teste eleitoral de 1982 tratou de dimensionar, mostrou que o PT não preencheria os objetivos iniciais de seus fundadores de transformá-lo num partido amplo e popular, ocupando o espaço de um abrangente partido de massas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar o Partido dos Trabalhadores sob dois ângulos principais: o conteúdo e o alcance de sua proposta de organização partidária.

Inicialmente, orientados pelo enfoque político-organizacional, apresentamos o PT ao leitor como uma inovação no sistema partidário brasileiro. Seus elementos de origem e seu modelo de organização traçam efetivamente um perfil institucional de real caráter societário, rompendo com os padrões conhecidos de organização partidária no país. Sua proposta política, por sua vez, marcada por um forte tom classista, orienta-se sobretudo para a reorganização do sistema político brasileiro, buscando inserir nas esferas político-institucional e público-administrativa, segmentos das classes trabalhadoras anteriormente marginalizados.

Vimos ainda que parte de seu perfil singular compreende a valorização das formas mais democráticas de participação política, herdada das experiências prévias do novo sindicalismo, e que permeia toda a proposta petista de partido.

Contudo, a constituição do PT como inovação no quadro partidário refletiu nas urnas de 1982 como um fenômeno de alcance limitado.

O teste eleitoral de 1982 mostrou que o apelo classista e a idéia de inovação política, tônicas do discurso petista, não tiveram o alcance esperado pelo partido. O fraco desempenho eleitoral em todos os estados deixou claro que o objetivo do partido em transformar-se num sujeito representativo da ampla massa de trabalha-

dores explorados do país fora frustrado pelo acentuado classismo expresso em seu discurso. Mais ainda, mostrou que ao limitar sua imagem pública a uma noção estreita de trabalhador, fortemente acentuada durante a campanha eleitoral, restringiu consideravelmente o acesso às amplas camadas de trabalhadores de classe média, as quais, sem dúvida, compõem uma fatia significativa do eleitorado dos grandes centros, sobretudo São Paulo.

No entanto, a importância do PT no sistema partidário brasileiro não se limita ao seu desempenho eleitoral de 1982. Mesmo não estabelecendo-se como amplo partido democrático de massas, ao dar expressão e identidade a segmentos específicos dos trabalhadores dos grandes centros, o PT aponta para a revinculação entre demandas sociais e instituições políticas, condição *sine qua non* para o êxito do processo de democratização brasileira.

NOTAS

NOTAS DA INTRODUÇÃO À PARTE I

- (1) O período inicial do regime militar brasileiro, entre 1964 e 1973 (esta última data marcando o início da abertura política) caracterizou-se pelo forte fechamento do sistema político, através da firme repressão às organizações de esquerda, estudantis e órgãos de imprensa, e sobretudo, da edição do Ato Institucional nº5 em 1968, que instaurava o controle absoluto dos militares sobre o sistema. Com o AI-5 teve início a fase de fortalecimento autocrático do estado brasileiro através da edição de vários Atos Institucionais, decretos-lei e a promulgação da nova Constituição de 1969. Consultar CRUZ & MARTINS, 1983.
- (2) "Em particular, e concretamente, um sistema partidário torna-se estruturado quando contém partidos de massa solidamente entrincheirados. Em outras palavras, os partidos de massa - os verdadeiros - constituem um bom indicador de um sistema partidário estruturado". SARTORI, 1982, pg.273.
- (3) SANTOS (1982).
- (4) Deve-se mencionar aqui a existência de diferenças substanciais de estratégia política no desenvolvimento do regime levadas pelas diferentes frações militares que ocupavam o poder executivo desde o golpe. A esse respeito, ver CRUZ & MARTINS, op. cit; OLIVEIRA, 1976.
- (5) Sobre a abertura política, consultar: CARDOSO (1980, 1981), FIGUEIREDO & CHEIBUB (1982), LAMOUNIER (1980, 1981, 1984, 1985), LAMOUNIER & MOURA (1983), LAMOUNIER & SOUZA (1981), LAMOUNIER & CARDOSO (1978), CRUZ & MARTINS (1983), D'ALENCASTRO (1981), ABRANCHES (1982).
- (6) O MDB conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado em jogo nas eleições pela renovação de 1/3 da representação.
- (7) Ver DUARTE (1980).
- (8) Constituição Federal, art.41, §1º.
- (9) Constituição Federal, arts.155 a 158.
- (10) L.O.P.P., art. 35º a 37º.
- (11) FARIA (1983).
- (12) Emenda Constitucional nº14 de 9-11-1980.
- (13) Mecanismo que possibilita o lançamento de até 3 candidatos por cada partido.
- (14) Emenda Constitucional nº22 de 29 de Junho.
- (15) A indicação de candidatos de partidos diferentes invalidava o voto.
- (16) SOUZA & KUGELMAS (1983).

(17) SANTOS(1985), FARIA(1983).

(18) A questão do novo sindicalismo e a bibliografia que trata do assunto estão referidos no capítulo 1.

(19) SANTOS,op. cit., VALE E SILVA & HASEMBALG(1984).

(20) CARDOSO(1983).

NOTAS DO CAPÍTULO 1

(1) Encontra-se um bom resumo deste debate crítico em HANS DAALDER, "The Comparative Study of European Parties and Party Systems: an overview", 1983.

(2) Parte desse debate encontra-se resumido no trabalho de Mario CACIAGLI - "Caída o persistencia del Partido de Inscritos? El caso de la CDU", de 1985. Ver ainda PIZZORNO, "Per un'analisi teorica dei Partiti Politici in Italia", in PIZZORNO:1980.

(3) "Testing Duverger's Theories on Political Parties", in *Comparative Political Studies*, vol.18, nº2, July 1985, pg.139-169.

Este estudo realizou-se através da análise de 158 partidos, distribuídos segundo a abrangência das teorias de Duverger, ou seja, tanto partidos competitivos em países democráticos, quanto partidos totalitários em sistemas unipartidários, num total de 53 países selecionados nas áreas de maior importância geográfico-cultural, segundo os parâmetros dos autores. Tais partidos atuaram entre 1950 e 1962, período no qual foram publicadas as duas primeiras edições do livro de Duverger. Os autores ainda deram prioridade aos 147 partidos que atuaram entre 1957 e 1962, quando Duverger publicou a edição revisada em inglês de seu trabalho. Em linhas gerais, o que os autores realizaram foi a formalização das principais proposições de Duverger, estabelecendo-as como hipóteses bivariadas, procurando verificar as relações com as características partidárias.

(4) O modelo organizacional de Duverger envolve na forma original algumas outras proposições, como o período de criação dos partidos. No entanto, o teste de JANDA & KING não comprovou a influência desse elemento no esboço das características partidárias. O mesmo ocorre com as proposições relacionadas à liderança partidária, mais especificamente, a hipótese de que quanto maior centralização de poder, maior é a diversidade de líderes e, que a concentração de lideranças é típica de partidos de massa. A única hipótese válida é a de que a seleção centralizada de líderes é típica de partidos de esquerda (JANDA & KING, op.cit, pg.164).

(5) Maurice DUVERGER, "Classe sociale, ideologia e organizzazione partitica", citado em SARTORI:1982, capIII, nota 8.

(6) Ver a esse respeito a revisão bibliográfica de LAMOUNIER & KINZO(1978).

(7) Para a análise global dos partidos no Brasil, consultar ainda: SOUZA(1976), CHACON(1981), FLEISHER(1981), SOARES(1973), LIMA JR.(1983), LAMOUNIER & MENEGUELLO (1986). Consultar ainda para análises específicas, PICALUGA(1980), RODRIGUES(1981), DINIZ(1982); OLIVEIRA(1973), CASALECHI(1987).

(8) Ver a esse respeito, sobretudo SOUZA(1971).

(9) SOUZA, 1976, op.cit, cap.5.

(10) LAMOUNIER & MENEGUELLO, op.cit, pg.73-75 e pg.85-86.

(11) Vale destacar que o PMDB nos últimos anos também vem atuando nesse sentido.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

(1) FIGUEIREDO(1978).

(2) ALMEIDA(1975).

(3) RODRIGUES(1979).

(4) ALMEIDA(1975,1981,1983,1984); MOISÉS(1981); RODRIGUES(1979).

(5) ALMEIDA(1975),op.cit.,pg.71-72

(6) ALMEIDA(1983).

(7) MOISÉS(1981).

(8) Um estudo sobre a mudança da concepção de participação das lideranças sindicais do novo sindicalismo é encontrada em Izabel R. Gómez de Souza: "O Partido dos Trabalhadores:sua gênese", 1983, mimeo.

(9) MARANHÃO(org)(1981)

(10) Refere-se à greve de 1979 na região do ABC.

(11) LULA-Entrevistas e Discursos (1980).

(12) ibidem.

(13) LAMOUNIER(1985).

(14) Para PIZZORNO, o que torna possível a generalização das demandas, a agregação de interesses diversos e a identificação de grupos externos a um movimento específico, é o processo de "ideologização das reivindicações industriais", entendida como sua articulação em direção a um fim geral, comum a todos os setores. Da mesma forma, para FARNETTI, a ideologia deve ser introduzida nos movimentos sindicais como instrumento de coesão e integração para evitar sua fragmentação causada pelas diferenças regionais e de grupos industriais. Dessa forma transforma-se no meio de mobilização uniforme da população. No caso do novo sindicalismo, dadas as restrições impostas à luta no meio sindical, e da ampliação dessa luta para o âmbito político, trata-se antes de um processo de politização de reivindicações específicas. Consultar PIZZORNO, 1980, cap.4 e FARNETTI, 1978.

(15) Ver a respeito das relações entre a ação sindical e ação política: TRENTIN(1977) e INGRAD(1980).Vale destacar aqui certa semelhança entre o processo de formação do PT e a constituição dos partidos trabalhistas, sobretudo o Partido Trabalhista Inglês. Fundado em 1900, após resolução do Congresso dos Sindicalistas de 1899, o Partido Trabalhista Inglês teve sua formação precedida pela mobilização de certos setores da classe operária em direção à ação política. Por sua vez, os sindicatos não determinaram por si só a composição do partido, mas constituíram a base social fundamental para seu desenvolvimento. Ver a esse respeito Samuel BEER(1965) e DUVERGER,op.cit.

(16) LULA- Entrevistas e Discursos, op. cit. (o grifo é meu).

(17) Crítico e historiador do cinema brasileiro, membro da Esquerda Democrática, organização de esquerda existente no período do governo Dutra(1946-1950), a qual deu origem ao Partido Socialista Brasileiro.

(18) Lula, como já é sabido, aparece como mais importante liderança do novo sindicalismo; Fernando H. Cardoso, importante intelectual, aparece na cena política do debate também como suplente de senador eleito em 1978, e finalmente, Almino Afonso destaca-se como importante político do período logo anterior ao golpe de 1964, então retornado do exílio.

(19) Margareth Elizabeth Keck, "From Movement to Politics: the Formation of the Worker's Party in Brazil"- PH.D. Dissertation, Columbia University, 1986.

(20) Entre os sindicalistas paulistas destacam-se: Luís Inácio da Silva (presidente do SMSBCD-SP); Benedito Marcílio (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sto. André-SP); Henos Amorina (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco - SP); Paulo Skromov de Mattos (presidente do Sindicato dos Coureiros - SP); Jacob Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia - SP); Hugo Perez (presidente da Federação dos Eletricitários - SP); Arnaldo Gonçalves (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos _SP). Ao nível nacional destacam-se Olívio Dutra (presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre - RS); Wagner Benevides (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte - MG) e João Paulo de Vasconcelos (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade - MG).

(21) Trata-se das greves realizadas em torno da falsificação pelo governo dos índices de custo de vida e de inflação dos anos de 1972, 73 e 74, a qual levou à perda de 34% do valor do salário dos trabalhadores.

(22) Consultar MOREL(1981) e DANTAS JR.(1981)

(23) KECK, op.cit., pg 214.

(24) KINZO(1985), cap.2.

(25) O conceito de intelectual empregado aqui refere-se predominantemente ao intelectual acadêmico. Com esta ressalva quer-se evitar uma possível discussão - que não cabe neste capítulo - em torno da concepção gramsciana de intelectual orgânico, bem como uma possível referência a indivíduos sem alta escolaridade que chegam à direção partidária, a exemplo do que ocorreu na história do PCB, como lembra Marco Aurélio Garcia no artigo "Os intelectuais e os partidos de esquerda", de 1984 (ver GARCIA:1984).

(26) KECK, op.cit., cap.III pg.186-189.

(27) KECK, op.cit., cap.III pg.206-7.

(28) KINZO(1978).

(29) KECK, op.cit. capIII, pg 209-213.

(30) Entrevista concedida à autora por Marco Aurélio Garcia, dezembro de 1985.

(31) MORAIS(1984)

(32) O PDC atuou no período pluripartidário de 1945 a 1964.

(33) A Comissão de Justiça e Paz é um organismo que agrega intelectuais e setores progressistas da Igreja Católica em torno da luta pelos direitos humanos.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

(1) Jornal da República, 12 de outubro de 1979.

(2) KECK, op.cit, pg.180-183.

(3) Os parlamentares que apoiaram as greves de 1979 foram: no nível federal, o suplente de senador Fernando H. Cardoso, os deputados Airton Soares, Aurélio Peres e Alberto Goldmann; no nível estadual, Marco Aurélio Ribeiro, Irma Passoni, Goro Hama, Sérgio dos Santos, Célio dos Santos, Eduardo Suplicy, Vanderlei Macris, Geraldo Siqueira F: e Antonio Resk. abcd_Jornal, 4-11/4/1979.

(4) Boletim do PI, órgão da Coordenação Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, nº1, janeiro/80.

(5) Jornal da República, 12-10-79.

(6) Wilson de Souza Pinheiro foi líder sindical rural e presidente do Diretório Municipal do PT em Basiléia(AC), morto em 21-08-80 por jagunços de um fazendeiro local.

(7) Entrevista de Francisco Weffort concedida à autora em agosto de 1983.

(8) Por facções entende-se grupos intrapartidários de poder específico - ver SARTORI, op.cit, cap.4.

(9) O PI e as demais correntes políticas de esquerda, documento do partido, janeiro de 1981. Ver ainda sobre os grupos de esquerda no PT: SANTOS&VIDAL(1982).

(10) Em 1982 a Fração Quarta-Internacionalista ocupava dois postos de direção em dois distritos do município de São Paulo, e enviou dez delegados à Convenção estadual do partido. "Resolução da IV Conferência da TQI", in Internacionalismo-Revista da Tendência Quarta-Internacionalista, anoII, nº4, janeiro-abril/1982.

(11) Tendência é entendida aqui como configuração de atitudes. SARTORI, op.cit, cap.4.

(12) SANTOS & VIDAL(1982).

(13) Entrevista de Marco Aurélio Garcia concedida à autora em março de 1983.

(14) Stefano BARTOLINI indica que em função desse processo de estruturação partidária estabeleceram-se os partidos social-democratas desde o início do século XX. BARTOLINI: "The Membership of Mass Parties: The Social Democratic Experience", 1983.

(15) Jornal dos Trabalhadores, anoI, nº2, 15-04-82.

(16) A composição dos CEUs era de pelo menos 3 membros de cada respectivo diretório, nomeados pela Comissão Executiva (Estadual, Municipal

e Distrital). Em São Paulo, o CEU compôs-se de 4 membros e subdividiu-se em 3 comissões de trabalho: de organização, de imprensa e de finanças.

(17) Segundo a lei nº7.015 de 16.07.82, os partidos só poderiam deixar de indicar candidatos em 5% de municípios com menos de 50.000 eleitores. Organizado em 179 diretórios, o PT poderia deixar de fazê-lo em 9 municípios, e só deixou de indicar em 4.

(18) Pela Resolução nº11.270 de 20.05.82, a falta de documentação completa indeferia pedidos de registro. Apenas 5 pedidos do PT-SP foram indeferidos.

(19) Com exceção do PDT-SP, os demais partidos apresentaram praticamente o dobro do número de candidatos que o PT apresentou à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa: PDS=73 à CF e 124 à AL; PTB= 71 à CF e 121 à AL; PMDB= 77 à CF e 125 à AL. O PDT apresentou 19 candidatos à Câmara e 49 à Assembléia Legislativa. Para a vereança do município de São Paulo, o PDS apresentou 98 candidatos; o PTB, 96; o PMDB, 99 e o PDT, 43 (dados do TRE-SP).

(20) Circular do PT-SP, nº15/82 - "Chapas para Deputados Estaduais e Federais".

(21) "Critério para Escolha de Candidatos", documento do partido (anexo).

(22) Candidato natural é aquele que por já ser parlamentar não precisa figurar nas listas de Convenções partidárias. Lei nº6.978, de 19.01.82.

(23) Carta Eleitoral do PI, 28.03.82.

(24) Hélio Bicudo presidiu como jurista as investigações sobre o Esquadrão da Morte.

(25) Esta pesquisa compreendeu a aplicação de 4.000 questionários a candidatos dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Os dados apresentados foram elaborados sobre 12.5% dos formulários devolvidos, considerados devidamente preenchidos. Revista Istoe, nº308, São Paulo, 17.11.82.

(26) As formas representativas do delegado sindical e das Comissões de Fábrica são alguns dos mecanismos democratizantes que emergiram nos últimos anos como parte desse processo. Consultar a esse respeito MOISES(1981).

(27) Sobre as formas de democracia participativa, consultar J.Roland PENNOCK(1979), C.B.MACPHERSON(1978) e Norberto BOBBIO(1986).

(28) Para uma análise comentada da L.O.P.P.consultar CITADINI(1985).

(29) Pontos para Elaboração do Programa, documento do partido de 10.02.80.

- (30) *idem*.
- (31) L.O.P.P., art.38.
- (32) L.O.P.P., art.55,§2º.
- (33) L.O.P.P., art.22,I.
- (34) L.O.P.P., art.22,I.
- (35) L.O.P.P., art.58,§1º.
- (36) L.O.P.P., art.22, §1º.
- (37) L.O.P.P., art.22.
- (38) L.O.P.P., art.55,§1º.
- (39) L.O.P.P., art.58,II.
- (40) L.O.P.P., art.55,§1º.
- (41) L.O.P.P., art.55.
- (42) L.O.P.P., art.58,III.
- (43) L.O.P.P., art.22 e Lei nº6.402, de 10.12.76.
- (44) Documento do partido, distribuído à época de sua formação.
- (45) Robert MICHELS, Sociologia dos Partidos Políticos(1982).

(46) Estatutos do PT:

“(....)”

art.72º- As decisões importantes dos Diretórios e das bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

art.73º- Nas reuniões ordinárias de cada Comissão Executiva o seu presidente ou substituto apresentará previsão das questões políticas de importância que o partido deverá levantar ou em relação às quais deverá tomar posição em futuro próximo.

art.74º- Nessas mesmas reuniões a que se refere o artigo anterior, o líder da bancada correspondente ou seu substituto apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar, em um futuro próximo.

art.75º- Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista de questões mais importantes que os Núcleos de base sugerem à consideração das Bancadas e órgãos de direção.

art.76º- Com base nos resultados da consulta, cada Diretório fixará as diretrizes políticas correspondentes às questões de sua competência.

Parágrafo Único- Essas diretrizes valerão para orientar a conduta dos filiados, parlamentares, titulares dos postos no Executivo eleitos ou indicados pelo partido e dirigentes partidários, podendo a juízo do Diretório ou Convenção respectiva serem encaminhadas à Justiça Eleitoral para fins de lei em vigor."

(47) Estatutos do PT:

"(...)

art.77º- A atribuição de importância às questões para efeito de encaminhamento das consultas dos Núcleos de Base é matéria de decisão da Comissão Executiva respectiva, pelo sistema de maioria de votos.

Parágrafo Único- A Comissão Municipal deverá contudo, incluir na consulta questões solicitadas por 2/3 dos Núcleos de Base; as Comissões Executivas Regionais deverão fazer o mesmo em relação às questões solicitadas por 50% dos Presidentes de Diretórios Municipais, e a Comissão Executiva Nacional deverá proceder da mesma forma em relação a questões solicitadas por 50% dos Presidentes dos Diretórios Regionais."

(48) Boa parte dos dados foram obtidos em documentos do partido; outros foram obtidos em entrevista concedida à autora por José Dirceu de Oliveira e Silva, membro do PT, em julho de 1986.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

(1) São poucos os materiais disponíveis para a análise programática dos partidos à época de sua formação. Além dos programas partidários registrados no TSE, pesquisamos alguma material jornalístico veiculado sobretudo no ano de 1982. A pequena diferenciação programática entre a maior parte dos partidos de oposição está ilustrada no quadro abaixo. Elaborado segundo o debate promovido pelo Jornal Folha de São Paulo com os partidos em São Paulo no ano de 1982, este quadro revela apenas que todos os partidos coincidem na idéia de remoção dos "entulhos autoritários" institucionais existentes, e na necessidade de construção do estado democrático. O único destaque significativo que se observa é a afirmação do PT pela mudança do sistema político-econômico em direção ao regime de produção socialista. Este material não está inserido no corpo do texto deste capítulo por não trazer explicitamente os pontos principais da proposta petista. Para esse assunto consultar ainda KRISCHKE(org.) - "As Plataformas Eleitorais do 'Palanque'", CADERNOS CEDEC, 1984.

AS OPINIÕES DOS PARTIDOS

QUESTÕES	PT	PMDB	PDS	PTB	PDT
é a favor das eleições diretas p/presid.?(FSP-14.7.82)	sim	sim	sim	sim	sim
é a favor do voto do anal- fabeto?(FSP-19.5.82)	sim	sim	sim, pau- latinamen- te	sim	sim
é a favor do direito de greve?(FSP-3.7.82)	sim	sim	sim, sob nova le- gislação disciplin.	sim	sim
é a favor da adoção de el. primárias p/ escolha de can- did. majorit.?	sim	sim	sim	este é um debate oportu- nista	sim

questões	PT	PMDB	PDS	PTB	PDT
é a favor da legalização da UNE? (FSP-20.6.82)	sim	sim	sim	sim	sim
é a favor do fim da lei Falcão? (FSP-23.4.82)	sim	sim	sim	sim	sim
Qual o papel da Justiça Fed. na abert.? (FSP-7.8.82)	competência no julg./de civis	competência dentro com próprio	descentra- lizar-se no julg./de civis	competência no julg./de civis	competência no julg./de civis
Qual deve ser o tipo de Ref. agrária? (FSP-5.8.82)	total, re- distrib. de terra, crédito barato.	mudança na subdivis. agr. no país	descentra- lizar-se no país	mudança na distrib. agr. no país	descentra- lizar-se no país
questões	PT	PMDB	PDS	PTB	PDT
partidos devem ser ideológ. e aceitar correntes inter.? (FSP-4 e 15.7.82)	sim, sem corr. con- trárias radicalm/	sim, sem corr. con- tra pro- grama.	sim, sem correntes antagôni- as	sim, sem correntes antagôni- as	sim, com plurali- dade ideológ.
como se resolverá problemas da população rural? (FSP-17.8.82)	mudança radical na estr. fundária	atendim/ das mais importantes reivindi- ções	continuidade da pol. de Figueiredo acesso à terra, etc	reformas básicas: respos- ta)	(não há respos- ta)
Qual deve ser rumo do sindicalismo? (FSP-10.7.82)	unidade sindical	unidade sindical	pluralismo sindical	unidade sindical	unidade sindical
é a favor da prop. privada? (FSP-18.8.82)	sim, não, é a favor do socialis.	sim, não, é a favor do socialis.	sim, sem latifúndio improduti- vo	sim, sem latifúndio improduti- vo	contra prop. não social
Qual opinião sobre a centralização poder? (FSP-9.7.82)	contra. Al federalização poder de- mocracia	contra. Al favor do poder local	contra. Al favor descentra- lização	contra. Al favor descentra- lização	contra. Al favor descentra- lização

(2) Alain TOURAINE:1986.

(3) Para análise dos novos partidos, sobretudo "os verdes" na Alemanha Ocidental, consultar Tilman EVERS:1983,1994; Robert HARMEL:1985; Wilhelm BURKLIN:1985.

Do ângulo do processo de estruturação democrática no Brasil no qual o PT está inserido, vale ressaltar alguns aspectos comuns entre o processo de formação do partido e o processo de constituição da social-democracia alemã no final do século 19. Tal como o significado da existência do PT para o sistema político nacional, tratava-se para a social-democracia de estabelecer-se como uma expressão autônoma e independente, própria do movimento operário frente a um sistema político fechado. A grosso modo a social-democracia marcou historicamente a organização da classe operária em torno da mobilização pela conquista da cidadania e direitos políticos. Consultar Guentler ROTH, The Social Democrats in Imperial Germany, 1963, e Adam PRZEWORSKI, "The Electoral Impasse", 1980.

(4) Lula-Entrevistas e Discursos, op.cit,pg299.

(5) idem,pg247.

(6) Norberto BOBBIO:1986. Ver ainda a noção de representação descritiva desenvolvida por Hanna PITKIN, The Concept of Representation, 1972.

(7) Este item está baseado na análise de documentos da campanha eleitoral partidária, panfletos de alguns candidatos proporcionais e nas falas de Lula nos debates entre candidatos promovidos pelos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, que aparecerão indicados respectivamente como ESP e QESP.

(8) Leônicio M. RODRIGUES, "Diferentes, mas não tanto" in FSP,15-08-82. Consultar ainda o quadro exposto na nota 1 deste capítulo.

(9) Trata-se aqui de verificar como os referentes do discurso partidário contribuem para consolidar o partido como sujeito político definido frente ao público. Consultar Oscar LANDI:1985.

(10) Vale destacar que um dos primeiros slogans de campanha foi "Vote no 3. O resto é passado". Segundo entrevista com líder do partido, este slogan foi modificado por grupos anteriormente ligados ao antigo MDB, que acreditaram estar desvalorizando a luta oposicionista levada por este partido no passado. Aquele slogan foi alterado para "Vote no 3. O resto é Burguês" (o número 3 foi sorteado pelo TRE para uso do PT na organização da campanha).

(11) Ver a esse respeito, "Voto Útil", de Marilena Chauí- debate publicado pelo partido, realizado pelo Diretório do PT-Campinas (SP), 1982.

(12) Lula refere-se ao município de Diadema, SP.

NOTAS DA INTRODUÇÃO À PARTE II

(1) Sobre as eleições de 1982, ver SOUZA & KUGELMAS(1983); LAMOUNIER & MUSCYNISKI(1983) e PEREIRA et alii(1984).

(2) Resolução baixada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 20-05-82. Esta medida, no entanto, não impedia a ratificação do nome de nascimento do candidato, de tal forma que Lula alterou seu nome para Luis Inácio Lula da Silva.

(3) Em julho, o PT tinha 9.7 da preferência partidária, subindo para 12.2% em outubro, e caindo para 9.0% em novembro. "Eleições de 15 de novembro de 1982 - Tendências e Estimativas", Instituto Gallup de Opinião Pública, 14-11-82.

(4) Vale ressaltar que em seis estados, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a votação petista foi menor que o número de filiados.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

(1) TAYLOR & JOHNSTON (1979)

(2) D'AMICO (1975)

(3) LAMOUNIER(1975, 1980); LAMOUNIER & MUSCYNISKI(1983); MENEQUELLO & MARTINS ALVES(1986)

(4) SOUZA(1984)

(5) SOUZA(1986)

(6) O coeficiente de correlação r^2 mede a proporção em que cada uma das variáveis colabora na explicação de um fenômeno. No caso, obtemos a proporção em que cada variável colabora na explicação do voto dos partidos paulistas estudados, em valores não-cumulativos.

(7) Ver a esse respeito o trabalho bibliográfico de José Murilo de Carvalho: Estudos de Poder Local(1969), as análises sobre as eleições de 1976 em Os Partidos e o Regime organizado por Fábio W. Reis(1978), SOARES(1973) e NUNES LEAL(1949).

(8) O grau de escolaridade foi estabelecido aqui como a proporção de indivíduos com nível escolar secundário ou mais, sobre a população total.

(9) A regressão estatística permite estimar o comportamento de uma variável dependente (no caso, o voto do PT), em função de diferentes valores estipulados para as variáveis independentes (no caso, a % de PEA industrial em cada município). Dessa forma, a associação entre duas variáveis permite prever, ou estimar o comportamento de uma variável em função da outra. Os resultados da análise de regressão são distribuídos entre dois desvios. O primeiro, que vai de -1.0 a $+1.0$ deve compreender 68% dos casos estudados para que o modelo seja válido. O segundo, que vai de -2.0 a $+2.0$ deve compreender 98% dos casos. A verificação de nosso modelo pretendeu ser rigorosa, daí portanto, observamos os casos incluídos apenas no primeiro desvio.

(10) Ver bibliografia citada na nota 7 acima, além de SOUZA(1984). As informações sobre esses municípios específicos foram extraídas de entrevista realizada com assessor parlamentar do PT em dezembro de 1985.

(11) São Paulo, Campinas, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

(12) SEPLAN- Subdivisão do Município em Áreas Homogêneas, Estudos e Pesquisas, nº13, 1977. Esta subdivisão baseia-se em critérios sócio-econômicos e infra-estruturais, e compreende oito áreas, sendo a área 1 a mais rica, e a área 8 a mais pobre. Sua composição é a que segue:
área_1: Jd. América, Jd. Paulista, Indianópolis, Perdizes, Pinheiros, V. Madalena, Cambuci; área_2: Cerqueira Cesar, Sta. Cecília, Aclimação, Bela Vista, Liberdade, Alto da Móoca; área_3: Consolação, V. Mariana, Bom Retiro, Belenzinho, Ipiranga; área_4: Lapa, Barra Funda, Sta. Ifigênia, Móoca, Pari, Sé, Brás; área_5: Ibirapuera, Saúde, Santa-

na, Tatuapé, Butantã; área_6: Casa Verde, Penha de França, Tucuruvi, V. Maria, Limão, V. Formosa, V. Matilde, V. Guilherme; área_7: St. Amaro, Jabaquara, V. Prudente, V. Jaguara, Nossa Sra. do ó, Pirituba, Cangaíba; área_8: Capela do Socorro, V. Nova Cachoeirinha, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Perus, S. Miguel Paulista, Brasilândia, Jaraguá, Guaianases, Parelheiros.

(13) A capital paulista é dividida em 56 unidades administrativas e em 178 distritos eleitorais.

(14) TRE-SP

(15) O partido do Governo de São Paulo era até 1982 a ARENA/PDS.

(16) Essa observação vale também para a área 2, que apesar de fraca associação com o voto emedebista sugerida pelo coeficiente $r=0.36$, tem a origem política do voto petista em indivíduos que votaram em 1978 e que preferiam potencialmente o MDB (tabela 11).

NOTAS DO CAPÍTULO 6

(1) A pesquisa eleitoral de 1982 foi uma realização conjunta das seguintes instituições: IDESP, UNICAMP, UFMG, UFBA, IUPERJ, UFCE e FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO(PE), e compreendeu um survey com aplicação de questionários por amostragem, dirigido à população englobada nas seguintes amostras: São Paulo=627 indivíduos; Rio de Janeiro=623; Recife=627; Porto Alegre=570; Belo Horizonte=593; Salvador=613; Fortaleza=619 e Campinas(SP)=611. Não trabalhamos com a amostra de Fortaleza dada a incompatibilização dos dados.

(2) Simpatizante é considerado aqui como o eleitor que se identifica com determinado partido, sem necessariamente intencionar dirigir-lhe o voto. Sua seleção deu-se pela resposta à seguinte questão: "Qual o partido que o senhor mais gosta?".

(3) LAMOUNIER(1975,1980) e LAMOUNIER & MUSCYNISKI(1983)

(4) LAMOUNIER:1975, pg.38-39.

(5) Ver a esse respeito, Giacomo SANI, "L'immagine dei partiti nell'elettorato" in CACIAGLI & SPREAFICO, op.cit. e CONVERSE ET ALII, *The American Voter*, 1960.

(6) As análises deste item estão desenvolvidas sobre a amostra do município de São Paulo (677), especificamente os casos de identificação partidária (aqueles que responderam objetivamente à questão: "Com qual partido o sr. mais se identifica?"). Dado o fraco desempenho eleitoral do PDT em São Paulo, não trabalhamos com os dados deste partido, e a amostra por subgrupo partidário divide-se então em PDS:93 casos; PT:76 casos; PTB:59 casos e PMDB:188 casos.

BIBLIOGRAFIA

ABCD SOCIEDADE CULTURAL

1980. Lula -- Entrevistas e Discursos, São Bernardo do Campo.

ABRANCHES, Sergio

1982. "Crise e Transição: uma interpretação do momento político nacional", in Revista Dados, vol 25, nº2, R.J., IUPERJ.

ALMEIDA, Maria Hermínia Brandão Tavares de

1975. "O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", in Debate & Crítica, nº6.

1981. "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil", in Revista Dados, vol 24, nº2.

1983. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in ALMEIDA & SORJ(org): Sociedade e Política no Brasil pós-64, SP, Brasiliense.

1984. "Novo Sindicalismo e Política", mimeo.

BARTOLINI, Stefano

1983. "The Membership of mass parties: the social democratic experience, 1889-1978", in DAALDER, Hans & MAIR, Peter (org): Western European Party Systems, Continuity and Change, London, Sage Publications Inc.

BEER, Samuel

1965. "La Gran Bretaña: desde un gobierno de minorías hasta la organización de partidos de massas", in NEUMANN(org): Partidos Políticos Modernos, Editorial Tecnos S.A.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita

1981. A UDN e o Udenismo, R.J., Paz e Terra.

BOSCHI, Renato

1984. "Structural changes, political opening and the new middle class in politics: Brazil, 1977-1982", mimeo.

BURKLIN, Wilhelm P.

1985. "The German Greens: the post-industrial non-established and the party system", in International Political Science Review, vol. 6, nº4.

CACIAGLI, Mario

1985. "Caída o persistencia del Partido de Inscritos? El caso de la CDU", in Revista Opciones, nº5, enero-abril.

CARDOSO, Fernando Henrique

1980. "Regime Político e Mudança Social", in Revista de Cultura Contemporânea, nº3, CEDEC/Paz e Terra.

1981. "El atolladero de los regímenes autoritarios: el caso de Brasil", in Revista Mexicana de Sociología, nº3.

- CARDOSO, Ruth Correa Leite
1983. "Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico", in ALMEIDA & SORJ, *op. cit.*
- CARVALHO, José Murilo de
1968. "Estudos de Poder Local no Brasil", in RBEF, n.º 25/26.
- CASALECCHI, José Enio
1987. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*, SP, Brasiliense.
- CHACON, Vamireh
1981. *Os Partidos Políticos no Brasil*, Brasília, Ed. UnB.
- CHAUÍ, Marilena
1982. *Voto Útil*, apostila publicada pelo Diretório do PT-Campinas (SP).
- CHILCOTE, Ronald
1974. *The Brazilian Communist Party*, Nova York, Oxford University Press.
- CITADINI, Roque
1985. *Lei Orgânica dos Partidos Políticos-análise comentada*, SP.
- CONVERSE, Philippe et alii
1960. *The American Voter*, New York, John Wiley & Sons.
- CRUZ, Sebastião Velasco e & MARTINS, Carlos Estevam
1983. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura", in ALMEIDA & SORJ, *op. cit.*
- DAALDER, Hans
1983. "The Comparative Study of European Parties and Party Systems: an overview", in DAALDER & MAIR, *op. cit.*
- BOBBIO, Norberto
1986. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*, R.J., Paz e Terra.
- D'ALENCASTRO, Luis Filipe
1981. "L'impératif électoral au Brésil: 1964-1981", in *Problemes D'Amérique Latine*, n.º 61, 3.º trimestre.
- D'AMICO, Renato
1975. "Catania. Le Elezione del 1972 nella storia della città nel secondo dopoguerra", in CACIAGLI, Mario & SPREAFICO, Alberto (org): *Un Sistema Politico Alla Prova: studi sulle elezioni politiche italiane de 1972*, Bologna, Il Mulino.
- DANTAS, Altino
1981. *Lula Sem Censura*, Petrópolis, Vozes.

DINIZ, Eli

1981. Voto e Máquina Política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro, R.J., Paz e Terra.

DI TELLA, Torcuato

1983. "Partidos del Pueblo en América Latina. Revisión teórica y reseña de tendencias históricas", in DESARROLLO ECONÓMICO, vol22, nº88.

DUARTE, Celina Rabello

1980. "A Lei Falcão: Antecedentes e Impacto", in LAMOUNIER(org) op.cit.

DUVERGER, Maurice

1980. Os Partidos Políticos, RJ/Brasília, Zahar/Ed.UnB.

ERICKSON, Kenneth Paul

1979. Sindicalismo no Processo Político no Brasil, S.P., Brasiliense.

EVERS, Tilman

1983. "De Costas para o Estado, Longe do Parlamento", in Novos Estudos Cebrae, vol2, nº1.

1984. "Identidade: a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais" in Novos Estudos Cebrae, nº4, abril.

FARIA, Vilmar Evangelista

1983. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudança da Estrutura de Emprego: a Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos", in ALMEIDA & SORJ, op.cit.

FARNETI, Paolo

1978. "The Troubled Partnership: trade unions and working class in Italy, 1948-78", in Government and Opposition, vol13, nº4.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub

1978. "Intervenções Sindicais e o 'Novo Sindicalismo'" in Revista Dados, R.J., nº17.

FIGUEIREDO, Marcus & CHEIBUB, José Antonio B.

1982. "A abertura política de 1973 a 1981: inventário de um debate", BIB. Boletim Informativo em Ciências Sociais, RJ, nº14.

FLEISHER, David

1981. Os Partidos Políticos no Brasil, 2 vol., Brasília, UnB.

GARCIA, Marco Aurélio

1984. "Os intelectuais e os partidos de esquerda", in SOARES, M. Susana(org): OS INTELIGENTES NOS PROCESSOS POLÍTICOS DA AMÉRICA LATINA, Ed. da Universidade, UFRGS.

HARMEL, Robert

1985. "On the Study of New Parties", in International

Political Science Review, vol6, nº4.

HIPPOLITO, Lúcia

1985. De Raçosas e Reformistas. O PSD e a Experiência Democrática Brasileira, RJ, Paz e Terra.

IBGE - 1980. Dados Estatísticos.

INGRAO, Pietro

1980. "A Nova Fronteira do Sindicato", in As Massas e o Poder, SP, Civilização Brasileira.

JANDA, Kenneth & King, Desmond

1985. "Formalizing and testing Duverger's theories on Political Parties", in Comparative Political Studies, vol18, nº2.

KECK, Margareth Elizabeth

1986. From Movement to Politics: the formations of the Worker's Party in Brazil, Ph.D. Dissertation, Columbia Univ.

KINZO, Maria D'Alva Gil

1985. Legal Opposition politics under authoritarian rule in Brazil: the case of the MDB, 1946-1979, Ph.D. dissertation, St. Anthony's College, Oxford.

KRISCHKE, Paulo(org)

1984. "As Plataformas Eleitorais do Palanque", Cadernos Cedec, nº1.

LAMOUNIER, Bolívar

1979. Voto de Desconfiança: Eleições e Mudanças Políticas no Brasil, RJ e Petrópolis, Vozes.

1980. "O discurso e o processo", in RATTNER, Henrique(org): Brasil 1990 - Caminhos Alternativos de Desenvolvimento, SP, Brasiliense.

1984. "Opening through elections: will the Brazilian case become a paradigm?", in Government and Opposition, vol19, nº2.

1985a. " 'Authoritarian Brazil' revisitado: o impacto da abertura política brasileira", Textos IDESP, nº12, SP.

1985b. "Apontamentos sobre a questão democrática brasileira", in ROUQUIÉ, Alain; SCHWARZER, Jorge e LAMOUNIER, Bolívar(org) Como Renascer as Democracias, SP, Brasiliense.

LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando H.

1975. Os Partidos e as Eleições no Brasil, RJ, Paz e Terra.

LAMOUNIER, Bolívar & KINZO, Maria D'Alva Gil

1978. "Partidos Políticos, Representação e Comportamento Eleitoral no Brasil, 1945-1978", in Revista Dados, nº19, RJ.

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel

1986. Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro, SP, Brasiliense.

LAMOUNIER, Bolívar & MOURA, Alkimar

1984. "Política Econômica e Abertura Política no Brasil, 1973-1983", in Textos IDESP, nº4, SP.

LAMOUNIER, Bolívar & MUSCYNISKI, Judith

1983. "A Vitória do (P)MDB", in Textos IDESP, nº2, SP.

LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de

1981. "Governo e Sindicatos no Brasil: a Perspectiva dos anos 80", in Revista Dados, vol.24, nº2, RJ.

LANDI, Oscar

1985. El discurso sobre el possible (la democracia y el realismo político), Buenos Aires, CEDES.

SENADO FEDERAL

1982. Legislação Eleitoral e Partidária, Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas.

LIMA JR., Olavo Brasil de

1983. Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional (1945-64), RJ, Graal.

NUNES LEAL, Victor

1948. Coronelismo, Enxada e Voto, RJ, Forense.

MacPHERSON, C.B.

1978. A Democracia Liberal. Origens e Evolução, RJ, Zahar.

MARANHÃO, Ricardo (org)

1981. Os Trabalhadores e os Partidos, SP, Ed. Semente.

MENEGUELLO, Rachel & MARTINS ALVES, Ricardo M.

1986. "Tendências Eleitorais em São Paulo (1974-1985)", in LAMOUNIER, Bolívar (org): 1985: O Voto em São Paulo, coleção História Eleitoral, vol.1, IDESP, SP.

MICHELS, Robert

1982. Sociologia dos Partidos Políticos, Brasília, UnB.

MOISÉS, José Álvaro

1981. "A Estratégia do Novo Sindicalismo", in Revista de Cultura e Política, nº5/6, SP, CEDEC/Paz e Terra.

MORAIS, J.F. Régis de Moraes

1982. Os Bispos e a Política no Brasil, SP, Cortez/Autores Associados.

MOREL, Mário

1981. Lula, o metalúrgico - anatomia de uma liderança, SP, Ed. Nova Fronteira.

- NEUMANN, Sigmund
1965. "En torno a un estudio comparativo de los partidos políticos", in NEUMANN, Sigmund(org), *op.cit.*
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de
1976. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil 1964-1969*, Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de
1973. *O Partido Social Democrático*, tese de mestrado, IUPERJ, RJ.
- PENNOCK, Roland
1979. *Democratic Political Theory*, Princeton, Princeton University Press.
- PEREIRA, Raimundo et alii
1984. *Eleições no Brasil Pós-64*, SP, Ed. Global.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle
1980. *Partidos Políticos e Classes Sociais. A UDN na Guanabara*, Petrópolis, Vozes.
- PIERUCCI, Flávio
1984. *Democracia, Igreja e Voto. O envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982*, tese de doutoramento, Universidade de São Paulo.
- PITKIN, Hanna Fenichel
1972. *The Concept of Representation*, Berkeley, University of California Press.
- PIZZORNO, Alessandro
1980. *I Soggetti del Pluralismo*, Bologna, Il Mulino.
- PRZEWORSKI, Adam
1980. "The Social Democracy as a Historical Phenomenon", in *New Left Review*, nº122.
- REIS, Fábio Wanderley(org)
1978. *Os Partidos e o Regime*, SP, Ed. Símbolo.
- RODRIGUES, Leônicio Martins
1979. "Tendências futuras do sindicalismo brasileiro", in RATTNER, Henrique(org), *op.cit.*

1981. "O PCB: os dirigentes e a organização", in *História Geral da Civilização Brasileira*, nº10, 3ºvol, SP, DIFEL.

1982. "Diferentes, mas nem tanto", in *Jornal Folha de São Paulo*, 15.08.82.
- ROTH, Guentler
1963. *The Social-Democrats in Imperial Germany*, Bedminster

Press.

SAMPAIO, Regina

1982. Ademar de Barros e o PSP, SP, Global Editora.

SANI, Giacomo

1975. "L'immagini dei partiti n'elletorato", in CACIAGLI & SPREAFICO(org), op.cit.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos

1982. "Autoritarismo e Após: Convergências e Divergências entre Brasil e Chile", in Revista Dados, vol 25, nº2, RJ.

1985. "A Pós-'Revolução' Brasileira", in Brasil Sociedade Democrática, Coleção Documentos Históricos, nº196, RJ, J. Olympio.

SANTOS, Mario dos & VIDAL, Antonio

1982. "As esquerdas e o PT", in Revista da Tendência Quarto-Internacionalista, ano II, nº4.

SARTORI, Giovanni

1982. Partidos e Sistemas Partidários, RJ, Zahar.

SOARES, Gláucio Ary Dillon

1973. Sociedade e Política no Brasil, SP, DIFEL.

SOUZA, Izabel R. Gómez de

1983. "O Partido dos Trabalhadores: sua gênese", mimeo.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de

1971. "O processo político-partidário na Primeira República" in MOTA, Carlos G.(org): Brasil em Perspectiva, SP, DIFEL.

1976. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964), SP, Alfa-ômega.

1985. "A democracia populista, 1945-1964: bases e limites", in ROUQUIÉ, SCHWARZER & LAMOUNIER(org), op.cit.

SOUZA, Maria do Carmo Campello & KUGELMAS, Eduardo

1983. "Eleições 82", in Novos Estudos Cebrap, vol 2, nº1, SP.

SOUZA, Maria Tereza Sadek Ribeiro de

1984. Concentração Industrial e Estrutura Partidária: o processo eleitoral no ABC, 1966-1982, tese de doutoramento, Universidade de São Paulo.

1986. "A trajetória de Jânio Quadros", in LAMOUNIER, Bolivar (org), op.cit.

TAYLOR, P.J. & JONHSTON, R.J.

1979. Geography of Elections, Middlesex, Penguin Books.

TRENTIN, Bruno

1977. "Fuori della dicotomia tra il político e il sociale",
in Da Sfruttati a Produttori, Bari, DeDonato Editore SPA.

TOURAINÉ, Alain

1986. "As possibilidades da democracia da América Latina", in
Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 1, nº1.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Colecção de Emendas à Constituição da República Federativa
do Brasil de 1967.

TRINDADE, Hélió

1974. O Integralismo (o Fascismo brasileiro na década de 30),
SP, DIFEL.

VALE e SILVA, Nelson & HASEMBALG, Carlos

1984. "Industrialização, Emprego e Estratificação Social",
Série Estudos, nº23, RJ, IUPERJ.

ANEXO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (1979)

JACOB BITTAR (Presidente do Sind. Petroleiros de Campinas e Paulínia)
ARNÓBIO SILVA (Presidente do Sind. Bananeiros da região do Vale do Ribeira-SP)
EDSON KHAIR (Dep. Federal pelo MDB-RJ)
HENOS AMORINA (Presidente do Sind. Metalúrgicos de Osasco-SP)
LUIS INÁCIO DA SILVA (Presidente do Sind. Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema-SP)
MANOEL DA CONCEIÇÃO
OLIVIO DUTRA (Presidente do Sind. Bancários de Porto Alegre-RS)
PAULO SKROMOV (Presidente do Sind. Coureiros de São Paulo)
WAGNER BENEVIDES (Presidente do Sind. Petroleiros de Belo Horizonte-MG)
IGNÁCIO HERNANDES (metalúrgico, Belo Horizonte-MG)
LUIS SOARES (Presidente da União dos Trabalhadores da educação de Belo Horizonte-MG)
FRANCISCO AUTO (jornalista)
FIRMINO TRINDADE (economista, Porto Alegre-RS)
CARLOS BORGES (gráfico, Porto Alegre-RS)
GODOFREDO PINTO (Diretor do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro-RJ)
SIDNEY LIANZA

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (10.02.80)

JACOB BITTAR
LUIS INACIO DA SILVA
JOSÉ CICOTE (Sind. Metalúrgicos de Sto. André)
PAULO SKROMOV
MANUEL DA CONCEIÇÃO
HENOS AMORINA
ARNÓBIO VIEIRA DA SILVA
WAGNER BENEVIDES
OLIVIO DUTRA
DEP. EDSON KHAIR (RJ)
DEP. FREITAS DINIZ (MA)
DEP. SECHINEL (SC)

PARLAMENTARES LIGADOS AO PT (10.02.80)

SÃO PAULO
dep. federal AIRTON SOARES
dep. estadual: MARCO AURÉLIO RIBEIRO, GERALDO SIQUEIRA, EDUARDO MATARA_
ZZO SUPPLY; IRMA PASSONI; SERGIO DOS SANTOS E JOÃO BA_
TISTA BREDA.

GOIÁS
senador HENRIQUE SANTILLO
dep. federal ADEMAR SANTILLO

MATO GROSSO
dep. federal ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL PROVISÓRIA DE SÃO PAULO (25.05.80)

LUIS INACIO DA SILVA
JACOB BITTAR
OSMAR MENDONÇA(SMSBCD)
JOSÉ PEDRO(Sind. Metalúrgicos de Osasco)
JOSÉ CICOTE
Dep.estadual GERALDO SIQUEIRA
Dep.estadual IRMA PASSONI
Dep. federal AIRTON SOARES
ARGEU QUINTANILHA (Sind. Metalúrgicos de Campinas-SP)
ALYPIO FREIRE (Associação Brasileira de Imprensa)
LUIS ANTONIO (ligado ao jornal COMPANHEIRO)
suplentes: DJALMA DE SOUZA BOM (SMSBCD); PEDRO PEREIRA DO NASCIMENTO
(Sind. Metalúrgicos de São Paulo); OSVALDO MARTINEZ (SMSBCD); e vereadora MIRYAM SCHEEL(São Carlos-SP)

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (01.06.80)

LUIS INACIO DA SILVA
JACOB BITTAR
OLIVIO DUTRA
MANOEL DA CONCEIÇÃO
APOLONIO DE CARVALHO
JOAQUIM ARNALDO(Sind. Petroleiros do Rio de Janeiro)
JOSÉ IBRAHIM (ex-líder sindical)
WANDERLEY FARIA DE SOUZA (Pastoral da Terra - PA)
LUIS SOARES DULCI
dep.federal ANTONIO CARLOS-MT
dep.federal FREITAS DINIZ-MA
suplentes: FRANCISCO WEFFORT(CEDEC,USP); OSMAR MENDONÇA(SMSBCD); WAGNER BENEVIDES e HELIO DOYLE(jornalista-DF)

COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO ESTADUAL PAULISTA (1981)

dep.estadual MARCO AURÉLIO RIBEIRO - líder na Assembléia Legislativa
DJALMA DE SOUZA BOM - tesoureiro
IRMA PASSONI - secretaria-geral
LUIS ANTONIO DE CARVALHO - secretário de organização
ALÍPIO FREIRE - vice-presidente
vereadora MIRIAM SCHEEL(São Carlos)
PEDRO PEREIRA DO NASCIMENTO(Sind. Metalúrgicos de São Paulo)
dep.estadual GERALDO SIQUEIRA
dep.estadual SERGIO DOS SANTOS
dep.estadual EDUARDO MATARAZZO SUPPLY
dep.estadual JOÃO BATISTA BREDI
OSWALDO BARGAS(SMSBCD)
DAVID DE MORAES(Sind.Jornalistas de São Paulo)
NELSON CAMPANHOLO(SMSBCD)
DEVANIR RIBEIRO(SMSBCD)
PAULO SKROMOV

CARAVANTE(Sind. Petroleiros de Campinas)
FIRMINO CRUZ(Sind. Metalúrgicos de Lorena-SP)
ZICO PRADO DE ANDRADE(Sind. Metalúrgicos de São Paulo)
ANÍSIO BATISTA DE OLIVEIRA(Sind. Metalúrgicos de São Paulo)
AITAN SIPAHI(Sindicato dos Médicos-SP)
PAULO FRATESCHI(Associação dos Professores Secundários do Estado de São Paulo)
dep. federal BENEDITO MARCÍLIO(Sind. Metalúrgicos de Santo André-SP)
JOSÉ MACHADO(professor)
vereador ISAIAS DAIBEN(Bauru)
EMANUEL MELATO(Sind. Metalúrgicos de Jundiaí)
JOSÉ MENTOR(advogado)
LENIMAR GONÇALVES RIOS
JANE(Sind. Metalúrgicos de São Paulo)
JOSÉ GENDINO NETO
ROBERTO LAIOLO (Movimento Contra a Carestia- SP)
ANTONIO GALETA(professor-Campinas)
JOSÉ VITORINO(Comunidade Eclesial de Base)
MARIA CRISTINA FACCHINI(bancária)
CARLOS WEBER(Sind. Metalúrgicos de Guarulhos)
JOSÉ PEDRO(Sind. Metalúrgicos de Osasco)
HENOS AMORINA
JOSÉ MARIA DE ALMEIDA(Sind. Metalúrgicos Santo André)
LUIZ GUSCHIKEN(Sind. Bancários de São Paulo)
FRANCISCO DE OLIVEIRA(CEBRAP)
CLARA CHARFF MARIGHELLA
LUIZ EDUARDO GREENHALG(advogado)
JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL (09/1981)

LUIS INACIO DA SILVA
OLIVIO DUTRA
MANOEL DA CONCEIÇÃO
APOLONIO DE CARVALHO
JACOB BITTAR
dep. federal ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA(MT)
FRANCISCO WEFFORT
CLÓVIS DA SILVA(Sind. Arquitetos do Rio Grande do Sul)
HÉLIO DOYLE(Sind. Jornalistas do Distrito Federal)
LUIS SOARES DULCI
JOSÉ IBRAHIM
WAGNER BENEVIDES
HÉLIO BICUDO(jurista)
HELENA GRECCO(advogada)
LUIZ EDUARDO GREENHALG(advogado)
RUBENS OTTONI GOMIDE

CANDIDATOS DO PT-SP À CÂMARA FEDERAL EM 1982, E RESPECTIVAS OCUPAÇÕES

AIRTON SOARES- líder do PT na Câmara Federal
ALBERTO SABA- dentista(São José dos Campos)
ALÍPIO FREIRE- jornalista(SP)
ALTINO DANTAS- jornalista(SP)
ARGEU QUINTANILHA- advogado trabalhista(Campinas)
BENEDITO MARCÍLIO-metalúrgico(Sto.André)
BETE MENDES- atriz(SP)
CELESTINO SILVA- professor universitário(SP)
DAVID AIDAR- médico(Ribeirão Preto)
DJALMA BOM- metalúrgico(São Bernardo do campo)
EDUARDO FILOSO- professor secundário(Sto.André)
EDUARDO SUPPLY- ex-dep.estadual pelo MDB
FRANCISCA DA SILVA- vinculada à Pastoral Operária de São Paulo
FRANCISCO XAVIER- vendedor(SP)
GEORGE NACAGUMA- advogado(Limeira)
GERSON DE OLIVEIRA- vigilante(SP)
HENRIQUE CARNEIRO- movimento estudantil(SP)
HILDEBRANDO DE SOUZA SANTOS- bancário
IRMA PASSONI- ex-dep.estadual pelo MDB
JANETE ROCHA- metalúrgica(Gualruhós)
JOSÉ DILERMANDO- metalúrgico(SBC)
JOSÉ GENOINO NETO- professor(SP)
JOSÉ IBRAHIM
JOSÉ MENTOR- advogado(SP)
JOSÉ PEDRO DA SILVA- metalúrgico(Osasco)
JOSÉ NOGUEIRA- médico(Mauá)
JOSÉ ZICO DE ANDRADE- metalúrgico(SP)
JOSIMAR MELO- movimento estudantil(SP)
LUIS ANTONIO CARVALHO- professor(SP)
MILTON BARBOSA- ligado ao movimento de negros(SP)
MILTON GREGÓRIO- motorista(SP)
PARDAL- vereador pelo PT(Cajamar)
PLINIO SAMPAIO- professor universitário(SP)
RAPHAEL MARTINELLI- advogado trabalhista(SP)
RENATO SIQUEIRA- advogado trabalhista(Lorena)
VIRGINIA DE ANGELES- ligada a movimentos populares(SP)
VITOR BENDA- bancário(SP)
WALTER DO AMARAL- advogado

CANDIDATOS DO PT-SP À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1982, E RESPECTIVAS
OCUPAÇÕES

AGENOR FIGUEIREDO- torneiro mecânico(Cajamar e Santana do Parnaíba)
ALDO JOSIAS DE SANTOS- auxiliar de enfermagem
ANDRÉ DARDIS- metalúrgico(SBC)
ANIZIO BATISTA- metalúrgico
ANTONIO DA CUNHA LIMA- corretor de câmbio(Carapicuíba)
ANTONIO DIAS- professor secundário
ANTONIO FUNARI FILHO- advogado
ANTONIO SERGIO ISMAEL- médico sanitário(Sorocaba)
ARLINDO CHINAGLIA- médico(SP)
ARTUR CUNHA- advogado trabalhista(Guarulhos)
CARLOS BALDIJO- professor universitário(SP)
CARLOS CAMPOS- técnico em construção civil(SP)
CARLOS DA SILVA- acupuntorista(SP)
CLARA ANT- arquiteta(Campinas)
CLARA CHARF- ligada ao movimento feminista(SP)
CLOVIS BERTI- metalúrgico(Mogi-Mirim)
DEMONTIEI LUNA- ligado à Igreja(Santo André)
DONIZETTI HERNANDEZ- motorista(SP)
EDER SADER- sociólogo(SP)
EDMEA LADEVIG- assistente social(baixada santista)
EDUARDO JORGE MARTINS- médico(SP)
ELCIO MARQUES FERNANDES- metalúrgico(SBC)
ELISEU GABRIEL- professor
EXPEDITO SOARES- metalúrgico(SBC)
FERNANDES BARROS- técnico em publicidade(Tupã)
FERNANDO VELOSO- metalúrgico(SP)
FLAVIO PACHALSKI- ligado a movimento estudantil
FRANCISCO CARAVANTE- petroleiro(Campinas)
FRANCISCO DE SOUZA- metalúrgico
GERALDO SIQUEIRA- ex-deputado estadual pelo MDB
GETÚLIO DOS SANTOS- vidreiro
HAMILTON DE SOUZA- jornalista
JERÔNIMO ALVES- metalúrgico(SP)
JESUS DE SOUZA- torneiro mecânico(São José dos Campos)
JOÃO BATISTA BREDI- ex-deputado estadual pelo MDB
JOAQUIM LOPES- gráfico(Campinas)
JORGE BATISTA- jornalista(Osasco)
JOSÉ ALVARO MOISÉS- sociólogo(SP)
JOSÉ AMÉRICO DIAS- jornalista(SP)
JOSÉ CAETANO DA SILVA- professor secundário(Presidente Prudente)
JOSÉ CICOTE- metalúrgico(Sto. André)
JOSÉ CONRAL- metalúrgico
JOSÉ SOARES- metalúrgico
JOSÉ MACHADO- professor universitário(Piracicaba)
JOSÉ ALMEIDA- metalúrgico(Sto. André)
JOSÉ BORDINI- comerciante(Bauru)
JURACI MAGALHÃES- metalúrgico(Diadema)
LEONIDE TATTO- contador(SP)
LUIZ ANTONIO VALENTE- engenheiro eletrônico(Mogi das Cruzes)
LUIZ GONZAGA JOSÉ- professor e advogado(Bragança Plta.)
MANOEL ROQUINI- administrador de empresas(SP)
MARCIO CAMPOS- comerciante(SP)

MARCO AURÉLIO RIBEIRO- líder do PT na Assembléia Legislativa
MARCOS LOPES MARTINS- bancário(Osasco)
MARIA CRISTINA TITA DIAS- bancária(SP)
MARLI BITTAR- fotógrafa
NABUCO KAMEYAMA- diretora da Faculdade de Lins
OCTAVIANO ANSELMO- metalúrgico(SP)
PAULO DINIZ- trabalhador químico(SP)
PAULO FRATESCHI- professor(SP)
PEDRO PEREIRA DO NASCIMENTO- metalúrgico(SP)
RICARDO PONTES- médico sanitário(Ribeirão Preto)
SAYEGH- advogado(SP)
SERGIO DOS SANTOS- ex-deputado estadual pelo MDB
UNIAS DA CRUZ OLIVEIRA- aposentado(SP)
VALENTINI MORICELLI- trabalhador da indústria de papel(SP)
VENTURA PICASSO- ligado à Pastoral Operária(Campinas)

Circular: Sobre a eleição da Mesa da Assembléia Legislativa de São Paulo
Da: Secretaria Geral Regional de São Paulo
Para: Secretários de Núcleos de Base no Estado de São Paulo
Assunto: Consulta às bases sobre eleição da Mesa da Assembléia Legislativa

Companheiros:

Em março do próximo ano deverão ser realizadas as eleições para a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Dessas eleições participam todos os deputados estaduais, e o Partido dos Trabalhadores, que tem na Assembléia uma bancada de seis parlamentares, deverá adotar, para a ocasião, uma posição definida e clara.

A primeira vista, poderia parecer que o assunto não tem importância, ou que só interessa aos deputados. Mas, na verdade, não é assim. Apesar da falsa democracia em que vivemos, algumas regras ainda são observadas, e o PT deve aproveitar todas as brechas oferecidas pelo regime arbitrário para ampliar as liberdades democráticas e a participação popular na condução dos assuntos políticos.

A Assembléia Legislativa paulista representa o Poder Legislativo, no âmbito do Estado de São Paulo. Portanto, é um dos Tres Poderes (os outros dois são o Executivo e o Judiciário) em que a Constituição do Brasil divide o poder político. Nestes últimos 16 anos de regime autoritário, o Poder Executivo (isto é, o presidente da República e seus ministros, os governadores de Estado e seus secretários, os prefeitos) tem procurado manter em suas mãos todo o poder político, relegando a segundo plano o Poder Legislativo. Mas está na hora de começar a mudar essa situação e uma das formas de conseguir isso é atribuindo maior poder ao Legislativo para que ele possa enfrentar o arbítrio do Poder Executivo.

O PT tem consciência de que não é através do Parlamento que se resolverão todos os problemas econômicos e sociais que afligem os trabalhadores e a imensa maioria da população. O PT sabe - porque aprendeu - isso com a história das próprias lutas populares - que é só através do povo organizado que se conseguirão mudanças essenciais. Mas sabe, também, que um Poder Legislativo forte pode contribuir para criar as condições necessárias para que os trabalhadores e os setores populares em geral possam unir-se, organizar-se, expressar-se e lutar por suas reivindicações econômicas, sociais, culturais e políticas. Por essa razão é que o PT atribui grande importância a tudo o que acontece com o Poder Legislativo.

A Mesa da Assembléia (O Presidente e os Secretários do Poder Legislativo) podem vir a ter um importante papel político, se a população puder participar, mesmo que indiretamente, da sua escolha, e, através da fiscalização constante, puder influenciar a sua conduta. A Mesa da Assembléia não tem apenas a função de convocar e dirigir as reuniões plenárias dos deputados, ou reuniões técnicas ou de inquérito dos

parlamentares. Ela pode, também, exercer um papel muito importante na condução dos trabalhos parlamentares de maneira a influir na discussão e na votação dos projetos de interesse popular, a fiscalizar os atos administrativos do Executivo, a impedir que o governador do Estado e seus auxiliares cometam atos contrários ao povo.

A Assembleia Legislativa de São Paulo deu claros exemplos disso, neste ano de 1980, ao rejeitar o plano de mudança da Capital, que não interessava ao povo, e ao desmascarar o governador e seus secretários investigando a repressão contra o povo na Freguesia do Ó. Se a próxima Mesa da Assembleia, a ser eleita em março de 1981, for ainda mais representativa que a atual, outras vitórias populares poderão ser conseguidas.

Além disso tudo, o presidente da Assembleia Legislativa é o segundo cargo político do Estado de São Paulo. De acordo com a Constituição, ele tem tanto direito quanto o governador do Estado de ocupar canais de televisão, de dirigir-se ao povo e à Nação, de manifestar-se diante de chefes de Estado estrangeiros, enfim, de assumir publicamente o papel de porta-voz político dos eleitores, portanto, da população do Estado. Não tem sido assim, e o governador do Estado tem praticamente monopolizado essas funções. É preciso mudar isso também, e fazer com que o próximo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo assuma seu verdadeiro papel e possa enfrentar o governador do Estado em defesa dos interesses populares, com a participação, a fiscalização e o respeito dos trabalhadores e da população.

Por isso tudo, o PT entende que é de seu dever adotar, em relação à próxima eleição da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em março de 1981, uma posição que esteja de acordo com os seus princípios, expressos no Manifesto, no Programa e nos Estatutos aprovados em maio/junho deste ano e recentemente aprovados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Para manter-se fiel aos princípios de democracia interna que devem existir no Partido dos Trabalhadores, a Comissão Diretora Regional Provisória decidiu consultar os Núcleos de Base sobre a melhor posição a ser adotada na escolha da Mesa da Assembleia. Essa decisão é apoiada pelas sugestões de vários companheiros, dirigentes, parlamentares e militantes e, inclusive, do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, simpatizante do PT, e que escreveu um artigo sobre esse assunto no dia 20 deste mês.

A consulta às bases do Partido, por ocasião de decisões consideradas importantes, é prevista pelo nosso Estatuto, e exprime uma das principais características do PT, que é a do exercício efetivo da democracia, começando pelas nossas próprias organizações. Transcrevemos, a seguir, os artigos do Estatuto que se referem à consulta aos Núcleos de Bases:

"Art. 729 - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes:

Art. 739 - Nas reuniões ordinárias de cada Comissão Executiva, o seu presidente ou substituto apresentará previsão das questões políticas de importância que o partido deverá levantar ou em relação às quais deverá tomar posição em um futuro próximo.

Art. 749 - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão aos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar, em um futuro próximo.

Art. 759 - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem à consideração das Bancadas e órgãos de Direção.

Art. 769 - Com base nos resultados da consulta, cada Diretório fixará as diretrizes políticas correspondentes às questões de sua competência.

Parágrafo Único - Essas diretrizes valerão para orientar a conduta de filiados, parlamentares, titulares de postos no Executivo eleitos ou indicados pelo Partido e dirigentes partidários, podendo a juízo do Diretório ou da Convenção respectiva serem encaminhados à Justiça Eleitoral para os fins da lei em vigor.

Art. 779 - A atribuição de importância às questões para efeito de encaminhamento das consultas dos Núcleos de Base é matéria de decisão da Comissão Executiva respectiva pelo sistema de maioria de votos.

Parágrafo Único - A Comissão Executiva Municipal deverá, contudo incluir na consulta questões solicitadas por dois terços dos Núcleos de Base; as Comissões Executivas Regionais deverão fazer o mesmo em relação às questões solicitadas por 50% dos presidentes de Diretórios Municipais; e a Comissão Executiva Nacional deverá proceder da mesma forma em relação a questões solicitadas por 50% dos presidentes dos Diretórios Regionais."

* * * *

Com base nos seus princípios programáticos e nos artigos estatutários acima transcritos, a Comissão Diretora Regional Provisória do PT em São Paulo solicita que todos os Núcleos de Base no Estado de São Paulo enviem à Secretaria Geral Regional, até 10 de fevereiro de 1981, respostas às seguintes questões:

1. O Partido dos Trabalhadores deve participar da escolha da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em eleições que se realizarão no início de março de 1981?

2. Se o PT deve participar, de que maneira deve dar-se essa

participação? O PT deve concorrer com candidatos próprios para todos os cargos de Mesa, deve entrar em acordo político com outros partidos para eleger alguns desses cargos, deve apenas apoiar chapas apresentadas por outros partidos, sem concorrer a cargos? Que outras formas de participação poderiam ser adotadas?

3. Se o PT deve entrar em acordo político com outros partidos para a escolha da Mesa, em torno de quais princípios e de qual plataforma podem e devem ser firmados esses acordos? Quais são os principais interesses populares, no nível da Assembléia Legislativa de São Paulo, que podem servir de base para acordos políticos dessa natureza?

4. Ainda se o PT deve entrar em um acordo político com outros partidos para a escolha da Mesa, quais são as condições e os limites desse acordo? Quais os outros partidos com os quais o PT pode ou deve preferentemente entrar em acordo? Quais os outros partidos com os quais o PT não deve entrar em acordo?

5. Caso seja eleita uma Mesa com a participação do PT, que medidas poderão ser tomadas posteriormente pelas bases do Partido - e, inclusive, pelos trabalhadores e pelos setores populares - para assegurar que a futura Mesa tenha uma conduta permanente que atenda aos princípios programáticos que serviram de base para o processo de escolha?

* * * *

As respostas a essas questões deverão ser enviadas por escrito, até o dia 10 de fevereiro de 1981 para IRMA PASSONI, Secretária Geral, Comissão Diretora Regional Provisória, Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 (antigo 21), Bela Vista, CEP 01318, Capital, Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de dezembro de 1.980.

IRMA PASSONI
Secretária Geral Regional do PT/SP.

DOCUMENTO 2

CONSULTA AS BASES DO PT SOBRE A PLATAFORMA POLÍTICA.

Companheiros:

O Partido dos Trabalhadores é um partido que nasceu da luta dos trabalhadores. É através dele que hoje milhares deles já participam da vida política da nação.

O Programa Político do nosso partido tem orientado o dia a dia da luta dos militantes, mas não é sempre que as lutas tem como objetivo imediato a tomada do poder pelos trabalhadores e a instauração de uma sociedade sem explorados e sem exploradores, por isso o PT necessita de uma PLATAFORMA POLÍTICA que oriente de forma mais concreta e objetiva a atuação dos militantes nos movimentos sociais.

Reivindicações e conflitos estão explodindo em todo momento nos quatro cantos do Brasil e é fundamental que os militantes do PT engajados nos movimentos sociais tenham um instrumental para orientar e escolher sua atuação.

A PLATAFORMA é uma declaração que PT faz a todo povo brasileiro, sobre um conjunto de medidas necessárias para resolver hoje os principais problemas que o povo brasileiro enfrenta.

A PLATAFORMA não é uma lista de reivindicações específicas do povo pois esta lista é o próprio movimento popular que constrói e reconstrói a cada momento da sua luta, e PLATAFORMA são um conjunto de medidas gerais que tragam soluções mais duradouras e que atendam as reivindicações "por atacado". Ela deve ficar no meio, entre o Programa e a Lista de Reivindicações específicas. A PLATAFORMA indica o avanco possível hoje dos trabalhadores em direção à realização plena do Programa.

O ano de 1962 será um ano muito importante para o avanço das lutas populares, porque é um ano de eleições. Se o PT tem como proposta fundamental a organização dos trabalhadores e conseqüentemente deve ter uma atuação diferente dos partidos eleitoreiros que fazem a sua campanha baseado na demagogia e nas falsas promessas que são esquecidos logo que as eleições passam.

O Nosso partido deve encarar as eleições como um momento importante onde toda a nação está mobilizada pela disputa política e onde nos confrontaremos com outros partidos com uma prática de campanha eleitoral diferente.

A nossa plataforma não deve ser encarada como promessas eleitorais ou simples palavras de ordem. Ela deve ser baseado nas aspirações reais dos movimentos sociais e para isso esta consulta sobre a Plataforma deve ser estendido para estes movimentos.

Em 82 deverão ser realizadas eleições para governadores de Estado, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos Municipais e Vereadores. Embora a Presidência da República não esteja em disputa as eleições terão um caráter nacional.

Os resultados destas eleições terão uma influência enorme na eleição indireta do Presidente da República em 1.984 pois o Colégio Eleitoral que elege o Presidente pode se alterar bastante nestas eleições.

É bem verdade que o país vive um clima de instabilidade e que pode surgir mesmo a possibilidade até de adiamento das eleições. Também é certo que o governo está promovendo reformas na Lei Eleitoral para diminuir as chances da oposição. Finalmente não há dúvidas de que as próximas eleições não vão trazer a solução definitiva dos problemas dos trabalhadores e das massas urbanas por mais favoráveis que sejam seus resultados aos partidos de oposição.

É sabido que existem 3 níveis de decisões políticas, administrativas e legais (Municipal, Estadual e Federal) e portanto 3 níveis de encaminharmos a plataforma do PT.

Por exemplo, as propostas do PT para resolver o problema do transporte coletivo devem ser encaminhados nos 3 níveis de decisões, isto é, que a solução o PT deve apontar para que o problema seja resolvido na esfera municipal, na esfera Estadual e na esfera Nacional.

Provavelmente a maioria dos militantes não terão informações suficientes para detalhar as medidas a nível Estadual e Federal para resolver os principais problemas dos trabalhadores, pois isso exigiria um conhecimento das Constituições Federal e Estadual onde estão definidos as competências das Assembleias Legislativas (Deputados Estaduais), Câmara dos Deputados (Deputados Federais), Senado (Senadores), Governo do Estado (Governador) e Governo Federal (Presidente da República).

Por isso a discussão da Plataforma deve partir da situação do Município onde o militante vive o dia a dia dos problemas e procurar na medida do possível apontar a solução dos problemas a nível Estadual e Federal.

A fim de organizar a discussão no Partido e nos Movimentos Populares a Direção Estadual do PT sugeriu as questões mais importantes que estão diretamente ligados com os problemas mais sofridos pelo povo:

1. Quais são as medidas -de caráter municipal, Estadual e Nacional -que deveriam ser adotadas por um governo disposto a combater a inflação e o desemprego ?

- o poder dos monopólios nacionais e multinacionais
- função social do setor financeiro (bancos, seguradoras, corretoras de valor) que encobrem todo tipo de parasitagem e especulação,
- a questão da terra,
- produção, distribuição e comercialização de alimentos,

Em-82 deverão ser: energética (crise do petróleo, Proalcool, usinas nucleares, etc)
do, Senado - a dívida externa, exportações, importações
- formas de controle sobre os órgãos do governo e a corrupção generalizada,
- política salarial
- outros

2. Quais são as medidas - nível Municipal, Estadual e Nacional) que deveriam ser apresentadas por um governo disposto a assegurar um nível de alimentação, educação, saúde, habitação, transporte, Saneamento básico adequados à grande maioria da população?

- CEASA, Cobal, Feira Livre, Supermercados, atravessadores, etc
- Ensino público, acesso a educação, creches, administração popular das escolas, etc
- Favelas, loteamentos clandestinos, Cohab, material de construção, plantas populares, especulação imobiliária, etc
- custo do transporte no orçamento doméstico, empresas particulares de transporte coletivo, fiscalização popular, transporte marítimo, ferroviário, troleibus, etc
- água, luz, esgoto, asfalto, lazer, esporte, etc

3. Quais são as medidas, nível Municipal, Estadual e Federal, que poderiam ser adotadas a curto e a médio prazo que aumentariam o grau de participação e decisão do povo (sindicatos, associações, organizações de bairro, clube de mães, etc) através de:

- estímulo a formação de cooperativas de produtores e de consumidores,
- remodelação completa do aparelho policial e militar,
- representação do funcionalismo público,
- fiscalização e controle dos serviços públicos pelos usuários
- remodelação das empresas de Estado (Petrobrás, Eletropaulo, CPFL, Cesp, Sanasa, Dersa, etc)

4. Quais as medidas que poderiam ser tomadas no âmbito Municipal, Estadual e Federal para aumentar o grau de autonomia e de participação dos Sindicatos, organizações de bairro, entidades de classe, entidades civis, e também dos Partidos Políticos nas decisões?

- função do Ministério do Trabalho
- Lei de Segurança Nacional
- Lei de Imprensa

Além das respostas, direta e curta, a estas perguntas, seria desejável que incluísse um resumo dos debates (ata) indicando as razões que justificam as propostas indicadas, especialmente dos apoios que o PT poderia contar para colocá-las em prática, ou seja, indicar em cada proposta, quais os grupos sociais e forças políticas que poderiam apoiá-la e quais os que se juntariam para combatê-la.

CALENDÁRIO DOS PRAZOS DE CONSULTA:

12 DEZ. - Plenária Municipal para cumprir a seguinte pauta:

- a) Plataforma Nacional
- b) Tática Eleitoral a nível nacional
- c) Apresentação de candidatos a cargos majoritários (Gov./Sen)
- d) Indicação de candidatos a cargos proporcionais (Dep. Est./Fed.)
- e) Eleição de delegados para o Encontro Estadual

19 DEZ. - Envio das ATAS ao Diretório Municipal sobre os assuntos:

- a) Plataforma Nacional
- b) Tática Eleitoral a nível Nacional
- c) Apresentação de Candidatos a cargos majoritários
- d) Indicação de Candidatos a cargos proporcionais

11 JAN. - Envio das ATAS ao Diretório Municipal sobre os assuntos:

- a) Plataforma e tática Eleitoral a nível Estadual e Municipal
- b) Critérios de indicação e Indicação de Candidatos a Vereador e Prefeito

18 JAN. - O Diretório Municipal devolve às bases a síntese dos debates sobre a Plataforma e Tática a nível Municipal bem como os critérios e a indicação de candidatos a Vereador e Prefeito.

23 e 24 de JAN. - Plenária estadual para debater e decidir sobre os assuntos debatidos e decididos na Plenária Municipal de 12/12.

07 Fev. - Plenário Municipal com a seguinte pauta:

- a) Plataforma e tática Municipal
- b) Critérios e indicação de Candidatos a Vereador e Prefeito

OBSERVAÇÃO :

1. Está previsto ainda uma Terceira Plenária Municipal para a decisão final sobre a plataforma estadual e candidatos a cargos proporcionais.
2. Para a participação da Plenária Municipal somente serão permitidos os que se filiaram até a data limite de 12/11.

TÁTICA ELEITORAL

I - QUANTO AOS NÚCLEOS:

- 1) Na região ou categoria onde o núcleo atua predomina:
assalariados () autônomos ()
- 2) Qual o tipo de habitação que predomina na região?
casas do BNH () Favelas () Construções espontâneas ()
- 3) A região ou categoria depende de
ônibus (transporte coletivo) ()
ônibus das próprias fábricas ()
condução própria ()
- 4) Qual o atendimento da infra-estrutura no bairro e na região?
 - 1.a. tem asfalto em todas as ruas ()
 - 2.b. não tem asfalto ou é insignificante ()
 - 1.c. tem asfalto só nas avenidas ()
 - 2.a. tem água encanada ()
 - 2.b. tem só poço ()
 - 2.c. não tem água tratada ()
 - 3.a. tem luz em todas as ruas ()
 - 3.b. tem luz só nas avenidas ()
 - 3.c. não tem luz ou é insignificativo ()
 - 4.a. tem escolas? _____ Até que grau? _____
- 5) No seu bairro ou categoria existe algum movimento social?
Cite-os.
- 6) Qual a participação do núcleo nestes movimentos sociais?
- 7) O núcleo tem desenvolvido atividades além daquelas propostas pelo todo do partido? Quais?
- 8) O núcleo tem interesse de promover tipo de atividade que divulgue o PT dentro de sua área de atuação?
- 9) Qual o número aproximado de eleitores no seu bairro ou local de trabalho que votam em Campinas, e qual o número dos que votam em outras cidades?
- 10) No seu bairro ou fábrica tem candidatos natural ao PT? No caso positivo, quantos? Para que cargos e quais os critérios usados para esta indicação?
- 11) No seu bairro tem outros candidatos naturais, participantes a outros partidos ou ainda não definidos? Quantos?

12) Caso o núcleo não tenha candidato natural, pretende lançar alguém como candidato? Se positivo, qual será o critério de escolha?

13) Como está sendo encarada a questão do respaldo financeiro aos candidatos?

14) Qual deve ser a forma do PT fazer a propaganda política eleitoral?

II - Quanto às Eleições:

Cada partido poderá lançar:

QUADRO I

Cargo	Nº máximo de candidatos	Nº de cadeiras
Vereador	63	21
Prefeito	1	1
Vice-Prefeito	1	1
Deputado Estadual	158	79
Governador	1	1
Vice-Governador	1	1
Deputado Federal	111	55
Senador		

1 - Prevalendo a situação atual (votos por legenda) temos por exemplo, em Campinas: São 21 vereadores a serem eleitos, suponhamos que por 105 mil votos, isto implicaria que "cada candidato" necessitaria de, no mínimo, 5.000 votos para se eleger e dentro da situação atual, um candidato a vereador que tivesse 20.000 votos elege com ele, mais 3 candidatos do partido, ou seja:

QUADRO II

Colocação dos Candidatos	Nº VOTOS
1º lugar PT	20.000
2º lugar PT	9.000
3º lugar PMDB	8.000
4º lugar PMDB	8.000
5º lugar PT	7.000
6º lugar PDT	7.000
7º lugar PEB	6.000
8º lugar PIS	6.000
9º lugar PIS	5.000
10º lugar PP	4.000
11º lugar PT	4.000
12º lugar PMDB	2.500
13º lugar PMB	2.500
14º lugar PPS	2.500
15º lugar PDT	500
16º lugar PPS	500
17º lugar PIS	500
18º lugar LDB	400
19º lugar PP	400
20º lugar PP	400
21º lugar PT	400
22º lugar PP	400
23º lugar PT	400

24º lugar PDT	400
25º lugar PDT	400
26º lugar PDT	400
27º lugar PDT	400
28º lugar PTB	400
29º lugar PTB	400
30º lugar PMDB	500
31º lugar PMDB	300

TOTAL 105.000

RESUMO

PARTIDO	Nº VOTOS	Nº DE CANDIDATOS Eleitos	SOBRAS
	5.000		
PT	41.200	8	1.200
PMDB	20.900	4	600
PDT	13.600	2	3.600
PTB	10.300	2	300
PP	5.800	1	800
PDS	13.500	2	3.500
TOTAL	105.000	19	* 10.000votos

* que deverão ir para o partido que tiver mais votos. Em síntese o Pt, nestas condições, poderia eleger 10 vereadores no município.

2 - Sendo aprovado o "DISTRITÃO" os votos serão contados individualmente, ou seja, diante do exemplo anterior teríamos:

PT 1º, 2º, 3º, 11º, 21º colocados, totalizando 5 candidatos eleitos.
 PMDB 3º, 4º e 12º colocados, totalizando 3 candidatos eleitos.
 PDT 6º, 14º e 15º colocados, totalizando 3 candidatos eleitos.
 PTB 7º e 13º colocados, totalizando 2 candidatos eleitos.
 PP 10º e 19º e 20º colocados, totalizando 3 candidatos eleitos.
 PDS 8º, 9º, 16º, 17º e 18º colocados, totalizando 5 candidatos eleitos

Isto é: dentro da 1ª situação (Legenda) dentro da 2ª (distritão)

PT	5
PMDB	3
PDT	3
PTB	2
PP	3
PDS	5
TOTAL	21

Isto também poderá ocorrer quanto à candidatura do companheiro BULA, que tem mais ou menos, hoje, 5.000.000 votos, e não podemos deixar de registrar que todos os partidos precisam ter 3% dos votos em 9 estados e 5% dos votos no país, para deputados federais, isto é: o PT precisa de, no mínimo, 572.000 votos no estado de São Paulo e 2.500.000 votos em todo o Brasil, para os candidatos a Deputados Federal.

3. Está tramitando no Congresso, e deverá se iniciar os debates ainda esta semana, o projeto que implanta o "Distritão" e também o voto vinculado. O voto vinculado estabelece que o eleitor só pode votar nos candidatos de um mesmo partido. Isto é, se o eleitor votar no candidato a vereador de um partido e senador de outro partido, o voto é anulado.

Algumas pesquisas realizadas (Rádio Excelsior) dão ao Pt, hoje, uma votação no Estado de 10% dos eleitores, o que significaria a eleição de 6 Deputados Federais e 8 Deputados Estaduais.

Considerando um crescimento previsível de 100%, entendemos que o PT poderá eleger 12 Deputados Federais e 16 Deputados Estaduais, o que nos leva a fixar como número mínimo de candidatos para a hipótese do Distritão e para que possamos concentrar votos em poucos nomes, para Deputado Federal 12 candidatos e para Deputado Estadual 16 candidatos.

Por outro lado, podemos considerar como número médio para a hipótese de crescimento de nossas possibilidades eleitorais, a metade mais um da representação do Estado na Câmara Federal, ou seja, 28 Deputados Federais; e na Assembléia Legislativa 40 Deputados Estaduais.

Assim, a resposta do PT será escolher:

12 candidatos a Deputado Federal, que iniciam a campanha de imediato e serão os únicos pelo Distritão de acordo com nossas possibilidades eleitorais de hoje;

+ 16 candidatos a Deputado Federal, que iniciarão a campanha se adotado o "Distritão" e tão logo o Partido verifique as suas possibilidades eleitorais aumentadas, podendo na Convenção acrescentar desses 16 aos 12 iniciais o número que se entender viável eleitoralmente;

+ 82 candidatos a Deputado Federal, que serão lançados se adotado o sistema proporcional de votos.

TOTAL: 110 candidatos a Deputado Federal

16 candidatos a Deputado Estadual, que iniciam a campanha de imediato e serão os únicos pelo Distritão de acordo com nossas possibilidades eleitorais de hoje;

+ 24 candidatos a Deputado Estadual, que iniciarão a campanha se adotado o "Distritão" e tão logo o Partido verifique as suas possibilidades eleitorais aumentadas, podendo na Convenção acrescentar desses 24 aos 16 iniciais o número que entender viável eleitoralmente.

+ 118 candidatos a Deputado Estadual, que serão lançados se adotado o sistema proporcional de votos.

TOTAL : 158 candidatos a Deputado Estadual

Além das eleições para Deputado Federal e Deputado Estadual, haverá eleições para vereador na Capital, sendo a escolha de candidatos para vereador da Capital feita pelo Diretório Regional, de vez que não existe Diretório Municipal.

Por isso, todo o raciocínio anteriormente desenvolvido se aplica à eleição de vereadores, sendo que a Câmara tem 21 vereadores e cada partido poderá lançar até 63 candidatos (3 vezes o número de vagas).

Assim, podemos considerar como número mínimo de candidatos a Câmara dos Vereadores da Capital 4 candidatos a Vereador que iniciam a campanha de imediato e serão os únicos candidatos a vereador se aprovado o sistema "Distritão", de acordo com as nossas possibilidades eleitorais de hoje;

Tão logo o PT verifique as suas possibilidades eleitorais aumentadas, lançar-se-á mais 7 candidatos que iniciarão a campanha, caso as possibilidades continuem aumentando ainda antes da convenção oficial de homologação de candidatos poderá se lançar um outro número de candidatos.

Caso não seja aprovado o sistema do "Distritão" e mantidas as atuais regras o PT poderá lançar até 52 candidatos a vereador, além dos 11 já lançados, atingindo um total de 63 candidatos.

Nos demais municípios do Estado, os companheiros poderão levar em consideração o raciocínio desenvolvido neste documento para o lançamento de candidatos a vereador, considerando sempre que o número máximo de candidatos é de 3 vezes o número de vereadores da Câmara, Exemplo: uma Câmara com 9 vereadores poderá lançar até 27 candidatos.

Diante desta situação perguntamos aos militantes:

15. Quantos candidatos o PT deve lançar dentro a atual situação (voto por legenda) para:

- VEREADOR ()
- DEPUTADO ESTADUAL ()
- DEPUTADO FEDERAL ()
- SENADOR ()
- de que forma?

Não devemos esquecer que os deputados Federais e Senadores eleitos em 82 formarão o "Colégio Eleitoral", que escolherá o próximo Presidente da república.

16. Quantos candidatos o PT deve lançar, caso seja aprovado o "Distritão", para:

- VEREADOR
- DEPUTADO ESTADUAL
- DEPUTADO FEDERAL
- SENADOR
- de que forma?

17. O PT deve lançar candidato à Prefeito Municipal?

SIM () NÃO () Por que?

Nos casos positivos, quais seriam os critérios indicativos para se tirar o candidato?

18. O PT deve lançar candidato a governador?

SIM () NÃO () Por que?

No caso positivo, quais seriam os critérios indicativos para se tirar o candidato?

19. Caso seja aprovado o voto vinculado, haverá alteração nas propostas anteriores questão de nº 15 a 18? Quais?

20. Campinas e outra região tem condições de indicar candidatos e trabalhar para a eleição deles no âmbito estadual e/ ou federal? Explique.

III- CRITÉRIO PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS.

Dando continuidade ao questionário anterior, vamos agora levantar mais algumas questões, as quais são de mais importante. Quais são as condições mínimas que deve possuir as pessoas, as quais forem indicadas para serem candidatos pelo PT, através de seus militantes.

- Para indicar nossos candidatos, a gente deve ver algumas condições mínimas.

- Isso para que a gente tenha segurança e possa cobrar da pessoa que estamos indicando, e que ela vá realmente e representar os interesses dos trabalhadores e da população em geral.

- O PT não aceita que uma pessoa seja candidato para satisfazer as suas ambições pessoais, e sim para que esteja a serviço do POVO, que indicou.

- A pessoa indicada, deve ser por vontade de todo o mundo que discutiu a sua indicação, essa pessoa porém deve ser filiada ao PT e também deve ter demonstração na prática um desempenho e uma atuação na construção do PT, no bairro, na cidade, etc. A pessoa também deve ter demonstrado na prática a sua atuação junto do povo do bairro, da região e da cidade, na fábrica, no sindicato e todas as lutas dos operários; na luta por melhores condições de vida, deve ter demonstrado na prática a contribuição para a organização desse povo.

- A pessoa deve possuir uma conduta pessoal, conduta essa muito importante para o povo trabalhador, nessa conduta pessoal a gente só não leva em conta o grau escolar da pessoa. Mas o compromisso, a responsabilidade, a assiduidade, o equilíbrio emocional, a disciplina, tudo isso é importante, por que a pessoa indicada a candidato, perante tal responsabilidade ela não deve falhar porque aí compromete a luta do povo. (Já pensou, no dia de votação importante de um projeto, ou etc. e pessoa que a gente indicou não comparecer?)

- A pessoa também deve apresentar fidelidade ao partido, porque a sua conduta não pode ferir os interesses da maioria, ou ferir os princípios do Partido, por exemplo: aceitar ser comprado por outros interesses.

- Depois da pessoa ser indicada, ela sendo eleita, para vereador, Prefeito, deputado, etc, ela deve servir exclusivamente para ajudar na organização e na luta do povo. A pessoa eleita só vai trabalhar na câmara 2 vezes por semana, e o resto da semana ela deve ir trabalhar junto do povo nos bairros, apoiar as lutas dos trabalhadores, ir visitar os bairros e ver e discutir como é que vão as coisas, etc. O que não deve é arrumar outro serviço profissional para os outros dias, uma vez que o salário que vai receber já não é dos piores. Caso contrário, ser candidato vai continuar

como é hoje, como mais um cargo ou profissão, e isso não é certo.

- A pessoa eleita, deve prestar contas para o povo que o elegeram e para o PT, desde de suas tarefas até qualquer que seja a questão que seja direta ou indiretamente de interesse do povo e do Partido.

- Tudo isso é que vai dizer de como deve ser a Prefeitura em que o PT for eleito, porque a atuação do PT, através dos vereadores, Prefeitos, etc. deve levar para que a Prefeitura seja uma Prefeitura aberta e voltada para os interesses da classe trabalhadora e da população em geral. Ela deve reforçar, contribuir com a luta e a organização dos trabalhadores e do povo. Apoiando a luta e dando condições para que o povo assuma a sua própria história, contribuindo para que as organizações do povo, como Associações, Sindicatos, clubes de mães, comunidades, etc. tenham um caráter de autonomia, legitimidades, participação e representatividade.

- Já em relação a indicação de candidatos de movimentos sociais (Associações, Sindicatos, Movimentos de reivindicações, movimentos de operários etc). A posição do PT deve ser de dar todas as condições para o movimento indicar seu candidato e com critério fica só que a pessoa deve apresentar os requisitos mínimos partidários, ou seja, ser filiado e ter afinidade ao PT.

- Agora para a gente organizar a discussão e a consulta vamos indicar uma série de questões a fim de serem respondidas e discutidas nos núcleos.

Obs: Toda esse texto assim como as perguntas é de caráter indicativo a fim de contribuir com o bom andamento das discussões e a aproveitamento das militantes dos núcleos.

.....

1 - Para gente indicar os nossos candidatos, a gente deve observar na pessoa indicada, quais condições? que tipo de prática ele ou ela deve ter?

2 - Porque é importante ver a conduta pessoal da pessoa que a gente vai indicar para candidato?

3 - o que você acha. Porque o PT considera que o grau escolar não é um critério para a pessoa ser indicada? explique.

4 - A pessoa possuindo na prática a contribuição para a construção do PT e tem também na prática a organização e a luta do povo, devemos também observar o seu tempo de filiação no PT. Porque? e que tempo de filiação deve ter no partido para ter condições de ser indicado a candidato?

5 - Porque a pessoa indicada a candidato deve apresentar fidelidade ao POVO e ao Partido? e depois de eleito se demonstrar ao contrário o que vamos fazer?

6 - Que deve fazer, ou qual deve ser a prática e a conduta, da pessoa indicada a candidato depois de eleito?

7 - Se o PT vencer nas eleições, para Prefeito e para Vereadores, como vai se acia que deve ser essa Prefeitura?

8 - Se a gente cruzar os braços depois de eleito, olegido nosso candidato, como é que vai ficar a situação? ou então para por aí? então o que deve ser feito?

9 - Se a Assembleia do Povo, a oposição Sindical, ou Associações, ou sindicatos representativos, fizerem lançar um candidato através do PT, qual deve ser a posição do PT?

10 - Se o núcleo indicar uma pessoa para correr na candidatura para qualquer cargo, mas não assumir junto essa luta como é que fica? O que deve ser feito?

OES: Todas as respostas e justificativas, assim como a síntese da discussão deve ser enviada depois para o diretório, para que depois com todos os outros saia a conclusão final.

TABELA - MAPA 1

**DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS DO PT EM 1982, POR
REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	SEDE	TOTAL DE VOTOS DA R.A.	TOTAL DE VOTOS DO PT	% VOTOS DO PT NO ESTADO
REGIÃO 1 GRANDE SÃO PAULO	SÃO PAULO	5.779.799 (100%)	873.372 (15.1%)	76.3%
REGIÃO 2 LITORAL	SANTOS	569.855 (100%)	50.961 (8.9%)	4.5%
REGIÃO 3 VALE DO PARAÍBA	S. JOSÉ DOS CAMPOS	513.299 (100%)	29.109 (5.7%)	2.5%
REGIÃO 4 SOROCABA	SOROCABA	660.529 (100%)	28.531 (4.3%)	2.5%
REGIÃO 5 CAMPINAS	CAMPINAS	1.519.703 (100%)	105.115 (6.9%)	9.2%
REGIÃO 6 RIBEIRÃO PRETO	RIBEIRÃO PRETO	877.300 (100%)	27.423 (3.1%)	2.4%
REGIÃO 7 BAURU	BAURU	310.437 (100%)	7.147 (2.3%)	0.6%
REGIÃO 8 S. JOSÉ DO RIO PRETO	S. JOSÉ DO RIO PRETO	484.692 (100%)	7.646 (1.6%)	0.7%
REGIÃO 9 ARAÇATUBA	ARAÇATUBA	245.433 (100%)	4.872 (2.0%)	0.4%
REGIÃO 10 PRESIDENTE PRUDENTE	PRES. PRUDENTE	310.395 (100%)	3.031 (1.0%)	0.3%
REGIÃO 11 MARÍLIA	MARÍLIA	316.473 (100%)	2.872 (0.9%)	0.3%
EST. DE SÃO PAULO		11.587.915	1.140.079 (9.8%)	100%

FONTE: TRE-SP

Anuário Estatístico - Fundação Seade, 1983.

TABELA - MAPA 2

**CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA, N° DE ELEITORES E DE
COMPARECIMENTO NAS ELEIÇÕES DE 1982 E PROPORÇÃO DE VOTOS
DADOS AO PARTIDO VENCEDOR E AO PT NOS 179 DISTRITOS ELEITORAIS DA CAPITAL
PAULISTA**

ÁREAS HOMOGÊNEAS	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	DISTRITO ELEITORAL	1982 ELEITORADO	1982 COMPARECIMENTO	PARTIDO VENCEDOR (%)	VOTOS PARA O PT (%)	TOTAL DO PT NA UA.
II	1. Bela Vista	Bela Vista	70.085	53.891	FMD 42.8	12.7	12.7
III	2. Consolação	Consolação Higienópolis Vila Barque	21.052 16.856 14.420	16.808 13.857 11.438	FMD 44.3 FMD 42.7 FMD 43.0	11.2 7.5 11.8	10.1
II	3. Liberdade	Liberdade	50.928	41.851	FMD 43.8	12.4	12.4
IV	4. Sé	Sé	12.285	9.677	FMD 39.1	10.0	10.0
IV	5. Barra Funda	Barra Funda	18.566	15.329	FMD 40.4	13.2	13.2
I	6. Perdizes	Perdizes Água Branca Pacaembu Sumaré Vila Pompéia	37.649 6.229 9.288 18.962 25.569	31.151 5.321 7.486 16.133 22.618	FMD 43.0 FMD 39.9 FMD 39.4 FMD 42.8 FMD 39.0	11.0 10.8 7.4 13.2 10.5	10.9
II	7. Sta. Cecília	Sta. Cecília Campos Elíseos	43.999 18.806	35.230 16.159	FMD 43.5 FMD 42.3	11.3 11.9	11.5
III	8. Bom Retiro	Bom Retiro	25.259	21.169	FMD 39.5	8.7	8.7
IV	9. Brás	Brás	52.336	41.296	FMD 37.5	11.3	11.3
IV	10. Pari	Pari	29.425	25.770	FMD 35.3	10.2	10.2
IV	11. Sta. Efigênia	Sta. Efigênia	41.399	32.501	FMD 39.8	11.7	11.7
II	12. Alto da Mooca	Alto da Mooca	69.627	63.001	FMD 35.0	10.7	10.7
III	13. Belenzinho	Belém	40.806	34.926	FMD 33.1	9.8	9.8
IV	14. Mooca	Mooca	59.526	50.530	FMD 33.9	9.9	9.9
II	15. Cerg. César	Cerg. César	34.439	28.934	FMD 42.7	10.6	10.6

... continua

... continuação.

I	16. Jd. América	Jd. América	38.535	32.486	RMB 40.9	10.0	10.0
I	17. Jd. Paulista	Jd. Paulista Vila Olímpia	60.030 18.173	50.748 15.789	RMB 41.5 RMB 43.0	9.2 12.1	9.9
II	18. Aclimação	Aclimação	38.810	33.462	RMB 40.5	10.5	10.5
I	19. Caruci	Caruci	43.955	37.966	RMB 37.2	11.2	11.2
III	20. V. Mariana	V. Mariana	75.951	66.377	RMB 40.5	11.0	11.0
VII	21. Sto. Amaro	Jd. Ipê Jd. das Rosas Jd. das Palmeiras Jd. Sabará V. Inglesa Pq. Sta. Anélia Sto. Amaro Alto da B. Vista Campo Limpo Capão redondo Chac. Sto. Antonio Jd. S. Luis Varzea de Baixo V. das Belezas	1.976 2.666 1.115 1.189 -(*) -(*) 88.176 4.269 31.470 32.314 9.337 20.424 10.032 18.816	1.801 2.444 1.053 1.143 1.123 734 74.150 3.649 26.568 26.933 7.882 16.969 8.330 15.960	RMB 47.1 RMB 55.9 RMB 49.8 RMB 45.8 RMB 46.5 RMB 54.0 RMB 44.1 RMB 39.9 RMB 50.8 RMB 50.2 RMB 41.7 RMB 50.6 RMB 43.1 RMB 50.5	24.5 20.3 19.5 21.0 18.5 24.8 14.1 12.5 20.3 18.8 15.5 26.3 16.5 20.9	17.8
VIII	22. Em. Matarazzo	Em. Matarazzo Artur Alvim Jd. Perha	38.508 20.809 31.941	34.316 18.571 28.691	RMB 45.5 RMB 41.3 RMB 47.0	18.5 13.0 14.3	15.8
VIII	23. S. Miguel Pita.	S. Miguel Pita. Cid. A.E. Carvalho Pq. Paulista V. Nova Ouraça V. Sirinha	85.340 16.503 14.283 6.944 15.960	74.502 15.200 12.618 6.000 13.932	RMB 46.3 RMB 44.8 RMB 52.4 RMB 53.5 RMB 53.3	13.4 18.2 19.0 14.6 17.0	15.0
VIII	24. Guaranés	José Bonifácio Guaranés	-(*) 47.879	1.979 42.360	RMB 40.8 RMB 52.8	16.8 13.7	13.8
VIII	25. Itaquera	Itaquera Pq. Mar. Nobrega Cid. S. Mateus Cid. Satélite Sta. Bárbara Est. XV de Novembro V. Progresso	74.679 -(*) 46.222 10.081 11.265 4.434	66.157 2.605 41.182 9.324 9.885 4.003	RMB 45.7 RMB 41.0 RMB 42.7 RMB 40.3 RMB 53.6 RMB 54.9	16.4 17.0 24.4 32.1 14.6 17.9	19.9

... continua

... continuação

V	26. Santana	Santana Alto do Mendaquí Imirim Jd. Peri Jd. São Paulo Luzane Paulista Sta. Terezinha	72.228 23.657 11.951 8.932 8.008 12.269 15.025	61.610 21.188 11.032 7.860 7.058 10.910 13.313	FMB 35.9 FMB 39.9 FMB 43.8 FMB 49.6 FMB 38.9 FMB 46.0 FMB 38.3	8.7 12.9 14.3 14.1 12.6 14.3 10.0	16.9
VII	27. Jaguará	Jaguará Vila Margalot V. dos Remédios	12.128 17.735 8.574	10.913 15.784 7.571	FMB 46.3 FMB 47.7 FMB 49.1	16.3 16.1 13.3	15.6
VIII	28. Jaraguá	Jaraguá Parada de Taipas	10.231 6.617	9.180 6.061	FMB 45.7 FMB 51.4	17.6 15.1	16.6
VI	29. Lapa	Lapa Parque da Lapa V. Anastácio V. Hamburguesa V. Ipojuca V. Leopoldina V. Roma	47.948 10.907 6.976 3.189 11.752 9.761 14.566	40.925 9.662 5.890 2.891 10.554 8.652 12.881	FMB 38.2 FMB 41.6 FMB 40.3 FMB 45.8 FMB 38.5 FMB 40.7 FMB 38.4	10.8 14.0 15.1 13.6 12.5 11.3 13.1	12.1
VIII	30. Penus	Penus Rq. Aranguera	14.697 1.177	13.462 992	FMB 47.5 FMB 50.4	15.5 16.3	15.6
VII	31. Pirituba	Pirituba	73.184	65.491	FMB 47.3	15.1	15.1
V	32. Butantã	Butantã Ferreira Jaguare Jd. Anpoador Jd. Bonfiglioli Providência Real Parque Rio Pequeno Vila Ester Vila Gomes V. S. Francisco V. Sônia	26.591 14.125 13.192 10.041 9.755 8.670 3.708 18.245 8.649 7.362 3.800 15.698	22.670 12.331 11.132 8.522 8.686 7.495 3.159 16.124 7.605 6.577 3.401 13.819	FMB 40.5 FMB 45.8 FMB 44.6 FMB 49.9 FMB 46.2 FMB 41.6 FMB 50.8 FMB 48.5 FMB 51.1 FMB 41.4 FMB 42.0 FMB 44.4	11.2 15.8 18.5 18.4 15.9 13.1 17.0 18.7 19.4 19.9 18.7 15.2	16.1
I	33. Pinheiros	Pinheiros	33.205	28.160	FMB 43.7	15.1	15.1
I	34. V. Madalena	V. Madalena Alto de Pinheiros Vila Ida	24.344 3.540 3.626	20.843 3.181 3.278	FMB 41.5 FMB 42.6 FMB 43.2	12.4 13.8 16.0	13.0

continua...

... continuação

VII	35. Cangaíba	Cangaíba Est. Egr. Goulart	27.628 6.268	24.749 5.600	FMB 43.1 FMB 45.1	13.5 11.5	13.1
VI	36. P. de França	P. de França V. Esperança Vila Rê	85.919 28.544 24.545	75.207 26.069 22.309	FMB 36.2 FMB 37.9 FMB 42.4	10.3 12.0 14.7	11.5
VI	37. V. Matilde	V. Matilde V. Dalila	54.633 26.187	49.142 23.784	FMB 37.7 FMB 41.3	12.4 14.0	13.0
V	38. Tatuapé	Tatuapé Ch. Califórnia Cid. Mãe do Céu Gomes Cardim V. Antonieta V. Carrão	56.462 5.320 22.001 15.094 25.608 53.011	48.892 4.891 19.890 13.902 23.593 51.811	FMB 30.7 FMB 37.0 FMB 31.3 FMB 33.1 FMB 43.9 FMB 38.0	8.7 13.6 10.7 12.5 16.7 10.3	13.5
VI	39. V. Formosa	V. Formosa V. Sta. Isabel	53.530 2.619	48.447 2.438	FMB 38.7 FMB 38.1	12.4 13.9	12.5
VI	40. V. Guilherme	V. Guilherme Isolina Mazzei	26.116 7.504	23.287 6.577	FMB 38.7 FMB 40.4	11.3 11.8	11.4
VI	41. Vila Maria	Vila Maria	109.683	94.499	PIB 36.7	11.4	11.4
VIII	42. Brasilândia	Brasilândia	38.881	34.357	FMB 51.4	17.2	17.2
VI	43. Casa Verde	Casa Verde V. Esperhola	64.519 17.869	54.001 15.509	FMB 41.4 FMB 43.1	11.2 11.6	11.3
VI	44. Limão	Limão V. Sta. Maria	20.156 15.213	17.127 12.909	FMB 43.3 FMB 43.7	13.5 12.4	13.0
VII	45. N. Sra do Ó	Cruz das Almas Freguesia do Ó Itaberaba Molho Velho Vila Palmeira	13.450 44.712 24.204 8.019 11.301	12.013 39.709 21.611 7.146 9.987	FMB 52.9 FMB 46.7 FMB 48.5 FMB 44.0 FMB 43.8	15.6 15.3 14.0 12.3 12.4	14.5
VIII	46. V.N. Cachoeirinha	V. N. Cachoeirinha	43.340	37.156	FMB 48.2	14.3	14.3
VI	47. Tatuapé	Tatuapé Água Fria Bortolândia Casa de Pedra	33.017 9.129 4.512 4.814	28.655 8.177 4.102 4.381	FMB 35.5 FMB 36.8 FMB 45.3 FMB 46.3	9.1 11.4 18.9 16.9	

continua...

... continuação

VI		Edu. Chaves	11.401	10.231	FMEB 44.6	13.2	11.5
		Jaçanã	25.960	23.199	FMEB 40.7	11.2	
		Jd. Brasil	24.918	22.102	FMEB 44.3	19.9	
		Jd. Tremembé	16.627	14.607	FMEB 40.1	12.8	
		Parada Inglesa	14.501	13.059	FMEB 40.6	12.1	
		Pq. Vitória	4.375	3.971	FMEB 38.2	13.0	
		Pedra Branca	2.751	2.425	FMEB 44.4	12.8	
		Tremembé	16.627	14.860	FMEB 41.2	12.1	
		V. Constança	3.936	3.599	FMEB 41.8	13.8	
		Vila Ede	5.673	5.173	FMEB 44.6	13.6	
		V. Gustavo	22.847	20.536	FMEB 40.6	12.0	
		V. Mazzei	13.948	12.499	FMEB 38.3	11.0	
		V. Medeiros	19.807	17.882	FMEB 42.9	12.5	
		V. Nilo	3.663	3.230	FMEB 43.3	12.0	
		Vila Nivi	4.496	4.194	FMEB 41.5	12.9	
		V. Sabrina	3.864	3.496	FMEB 41.5	13.8	
VII	48. V. Prudente	V. Prudente	68.479	60.688	FMEB 35.3	12.0	19.2
		Pq. S. Lucas	45.088	40.413	FMEB 39.8	24.9	
		Sapopemba	51.323	45.900	FMEB 43.1	22.4	
		V. Alpina	27.942	24.986	FMEB 36.2	21.7	
		V. Bela	10.541	9.203	FMEB 35.3	19.0	
		V. Califórnia	12.005	10.699	FMEB 31.2	29.6	
		Vila Ema	35.869	32.315	FMEB 38.9	15.8	
V	49. Ibirapuera	Ibirapuera	45.346	38.744	FMEB 41.6	11.5	12.1
		Congorhas	28.116	24.393	FMEB 42.9	13.0	
I	50. Indiarópolis	Indiarópolis	50.703	43.773	FMEB 40.4	11.0	11.0
VII	51. Jabaquara	Jabaquara	97.734	86.586	FMEB 46.4	17.6	17.6
V	52. Saúde	Jd. da Saúde	96.802	83.433	FMEB 41.1	12.3	16.6
		Saúde	17.677	15.985	FMEB 40.1	14.9	
		V. Guercinho	8.881	8.047	FMEB 41.5	16.1	
		V. Morais	43.497	38.828	FMEB 43.0	26.8	
III	53. Ipiranga	Ipiranga	94.008	81.343	FMEB 36.2	13.1	16.7
		Socoma	35.630	31.345	FMEB 36.3	17.8	
		S. João Clímaco	23.096	20.801	FMEB 37.4	26.0	
		V. Caricoca	11.006	9.681	FMEB 37.9	23.9	
VIII	54. Cap. do Socorro	Cap. do Socorro	32.572	27.678	FMEB 45.3	17.4	
		Campos Grande	29.270	25.456	FMEB 45.7	17.1	
		Cidade Admar	41.043	34.800	FMEB 47.4	19.2	
		Cidade Dutra	21.209	18.746	FMEB 45.5	16.3	
		Jd. Miriam	11.881	10.136	FMEB 48.5	28.5	

continua...

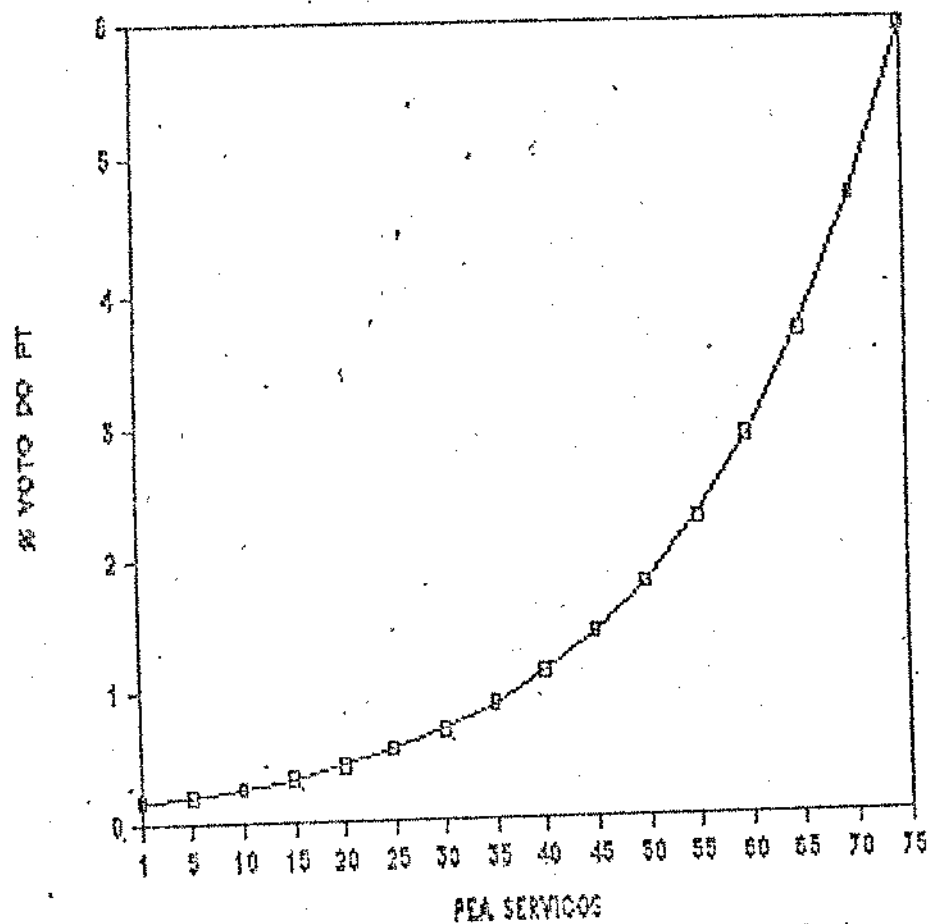
...continuação

VIII		Jd. Pedreira	18.019	15.476	FMEB 51.7	22.7	20.3
		Piraporinha	25.189	21.660	FMEB 52.3	22.5	
		Rio Bonito	16.498	14.372	FMEB 49.0	21.9	
		V. Joaniza	15.273	13.026	FMEB 56.2	21.4	
		Vila Remo	24.590	20.178	FMEB 50.4	23.1	
VIII	55. Parelheiros	Parelheiros	9.047	8.022	FMEB 45.2	16.2	21.8
		Grajaú	18.233	16.002	FMEB 49.8	22.6	
		S. José	16.551	14.401	FMEB 51.4	24.1	
VIII	56. Itaim Paulista	Itaim Paulista	60.677	53.586	FMEB 52.7	16.6	16.6
	Município de São Paulo		4.582.171	3.980.664	FMEB 42.1	14.3	

(*) dados não fornecidos pelo TRE-SP.

GRÁFICO 2

GRÁFICO PARA % PEA SERVICOS x % VOTO PT

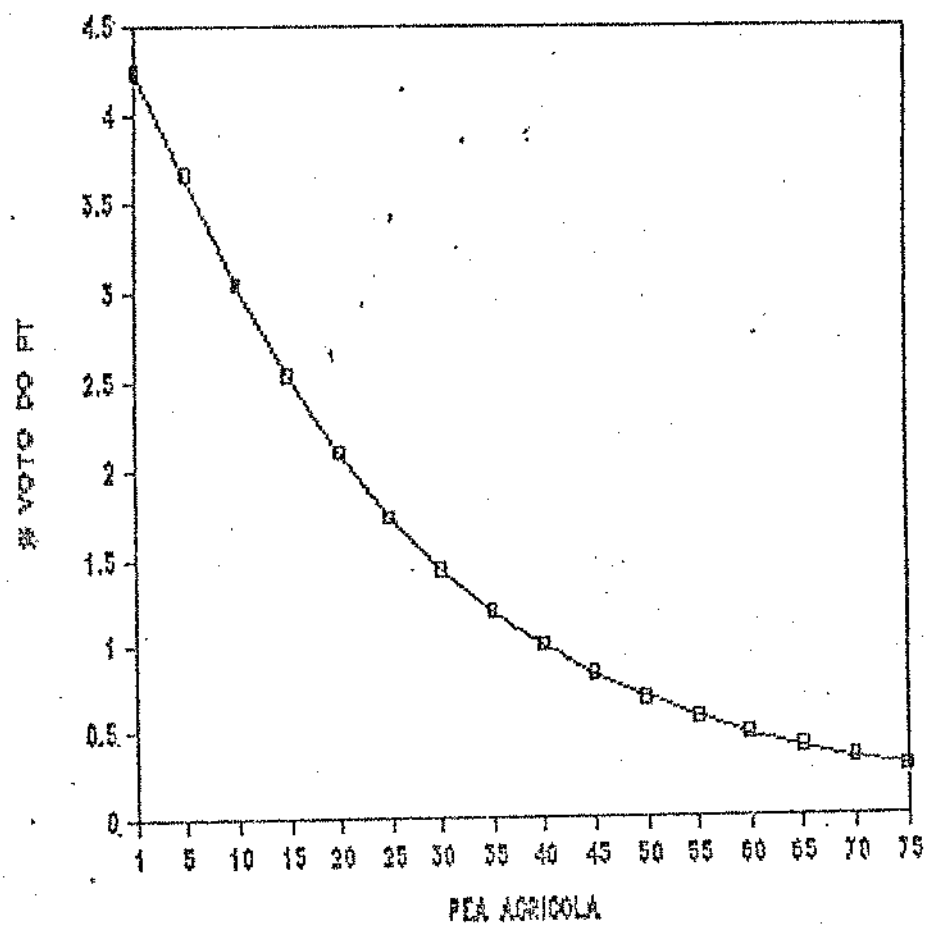


Fonte: Censo FIBGE-1980

TRE-SP

GRÁFICO 3

GRÁFICO PARA % PEA AGRÍCOLA x % VOTO PT

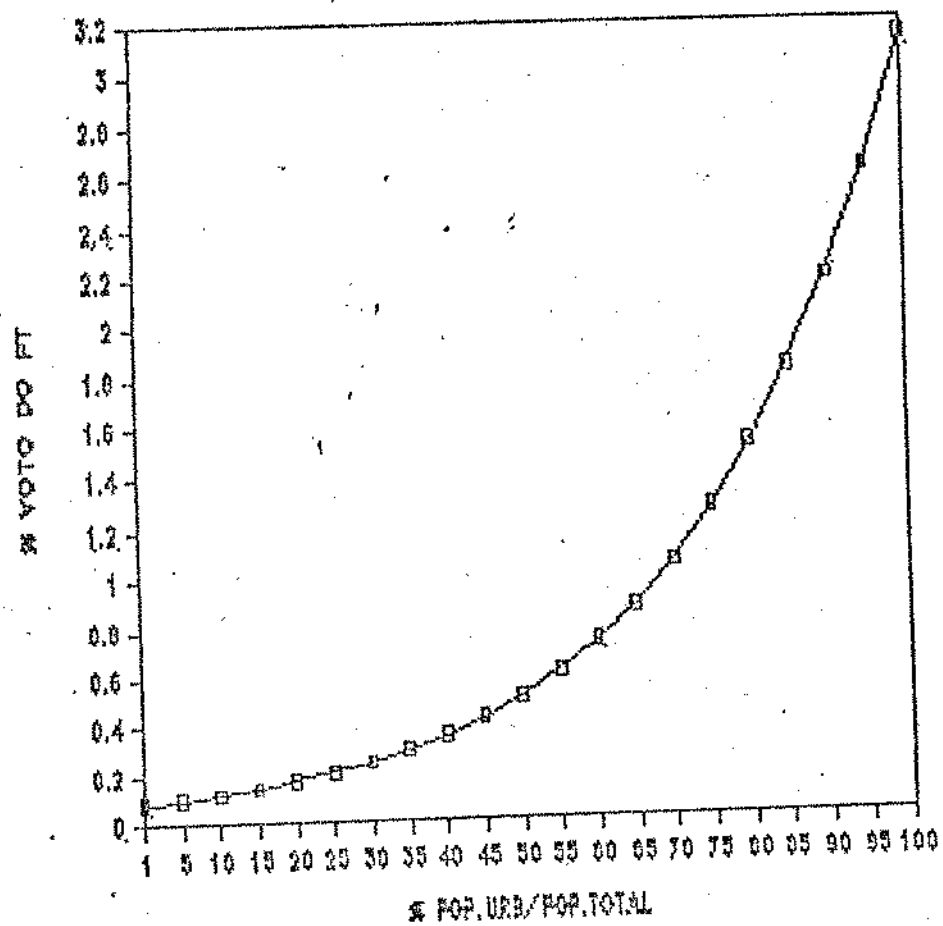


Fonte: Censo FIBGE-1980

TRE-SP

GRÁFICO 4

GRAFICO PARA % POP.URB/TOT X %VOTO PT

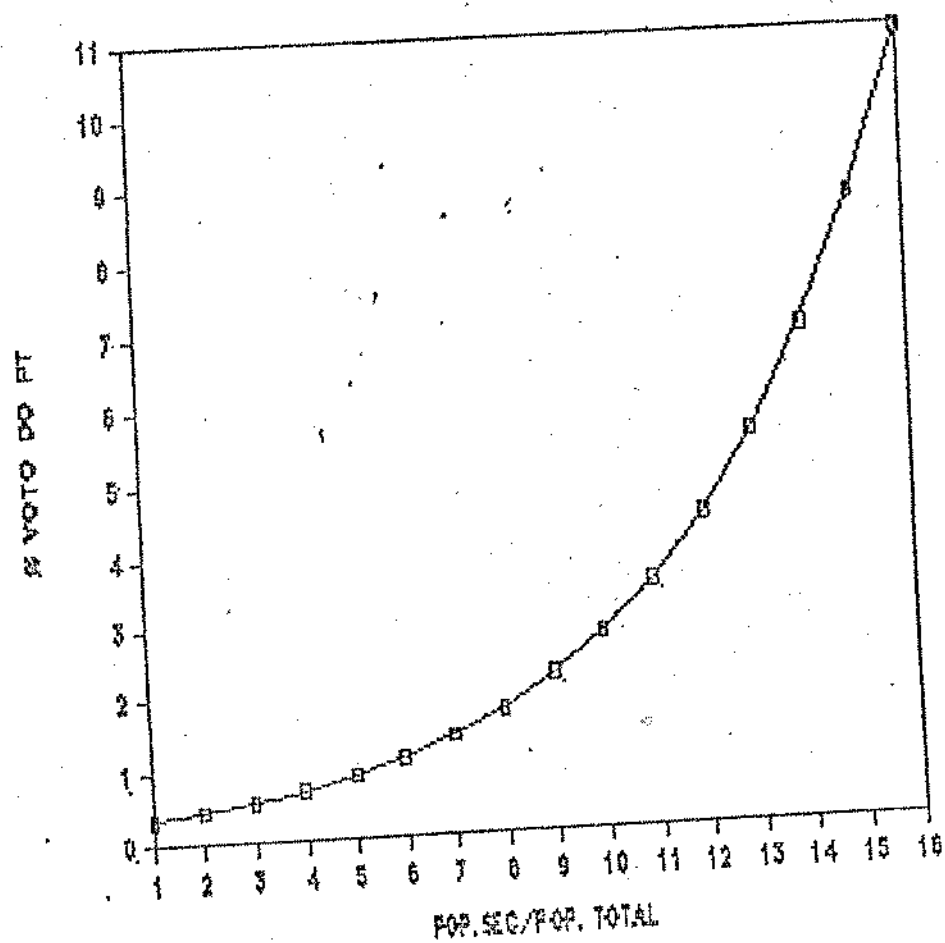


Fonte: Censo FIGBE-1980

TRE-SP

GRÁFICO 5

GRÁFICO PARA POP.SEC/TOTAL x VOTO PT

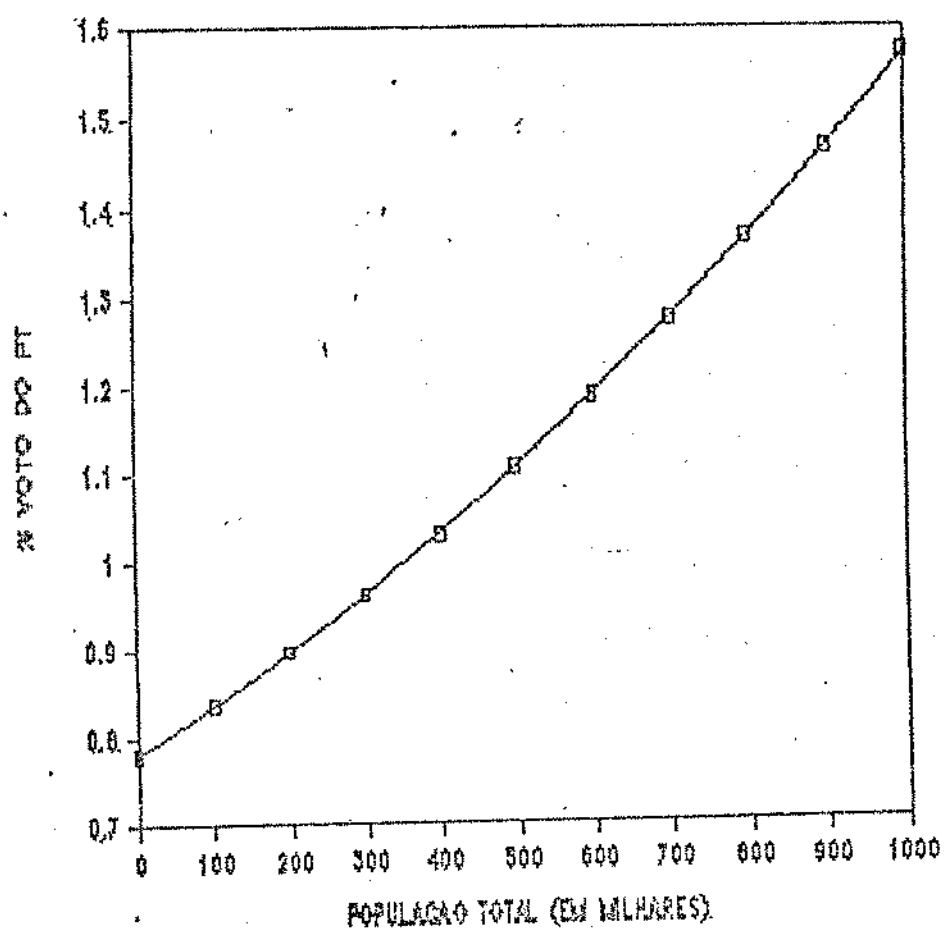


Fonte: Censo FIBGE-1980

TRE-SP

GRÁFICO 6

GRAFICO PARA POP. TOTAL X % VOTO PT



nte: Censo FIBGE-1980

TRE-SP